AS MULHERES NO BOLETIM COOPERATIVISTA

2025
International Year of Cooperatives
Cooperatives Build a Better World

CASES
Cooperativa Antônio Sérgio para a Economia Social

ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS 2025

As Mulheres no Boletim Cooperativista
Seleção de Sónia Queiroga

Impressão
EUROPRESS

Tiragem
300 exemplares

ISBN
978-972-9424-67-0

Depósito Legal
547020/25

Conceção Gráfica
FILIPE PINTO

CASES, Lisboa, abril de 2025

CASES
Cooperativa António Sérgio
para a Economia Social

Rua Américo Durão, n.º 12-A, Olaias
1900-064 Lisboa
(+351) 213 878 046/7
www.cases.pt
cases@cases.pt

Casa António Sérgio
Biblioteca (Lisboa)

Travessa Moinho de Vento n.º4
1200-728 Lisboa
(+351) 213 955 118
casa.antserg@cases.pt

2025
International Year of Cooperatives
Cooperatives Build a Better World

CASES
Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

AS MULHERES NO BOLETIM COOPERATIVISTA

CASES
2025

No âmbito do Ano Internacional das Cooperativas/2025, declarado pelas Nações Unidas, a CASES decidiu criar uma coleção que faça jus ao moderno movimento cooperativista em Portugal e ao seu principal mentor, António Sérgio e seus discípulos. Este é o primeiro desses títulos reproduzindo, integralmente, os artigos e textos, escritos por mulheres, ou sobre o papel das mulheres, publicados no Boletim Cooperativista a partir de 1951. Em 2014 já havia sido publicado, em formato digital, um ensaio de autoria de João Salazar Leite, intitulado "Mulheres e Cooperativas – do Boletim Cooperativista à Atualidade". Homenageamos assim as mulheres cooperativistas portuguesas de ontem e hoje, que têm desempenhado, no movimento cooperativo, um papel tão relevante e tão pouco reconhecido.

Eduardo Graça
Presidente da CASES

DEPOIMENTO	**9**
INTRODUÇÃO	**13**
ANOS 50	**17**
ANOS 60	**81**
ANOS 70	**241**
ÍNDICE DE ARTIGOS	**268**

DEPOIMENTO

A FORÇA DAS MULHERES NO COOPERATIVISMO COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO E INCLUSÃO

Julieta Sanches
Presidente da CONFECOOP

Quando penso no papel das mulheres dentro do cooperativismo, vejo muito mais do que uma simples participação. Elas não são apenas membros; elas são verdadeiras agentes de transformação. O cooperativismo não é algo que acontece passivamente, é um movimento ativo e inovador, e as mulheres têm sido peças chave nessa revolução.

Elas não só lideram, mas também gerem, tomam decisões e inspiram suas comunidades. Esse modelo de gestão democrática, em que todos têm voz e vez, reflete a essência de uma luta por igualdade verdadeira, onde as mulheres, como líderes, ajudam a moldar um futuro mais justo e inclusivo para todos. A beleza do cooperativismo é que ele, ao contrário de muitos modelos tradicionais, não aceita a discriminação de género, mas trabalha para derrubar as barreiras que ainda existem no mercado de trabalho e nas oportunidades económicas.

Ao olhar para as cooperativas e ver tantas mulheres ocupando espaços de decisão, fica claro que elas não estão apenas "participando", mas sim moldando ativamente as estruturas de suas comunidades e entidades. Elas não são um fator externo ou decorativo, mas sim o coração pulsante dessa transformação.

É impossível não reconhecer a força com que as mulheres, onde honrosa e humildemente me incluo, têm transformado não só as suas cooperativas, mas as suas comunidades e a sociedade como um todo.

Nas suas ações de liderança, gestão e tomada de decisão, as mulheres não apenas garantem a gestão democrática, mas também combatem ativamente as desigualdades de género, a discriminação no trabalho e as barreiras no acesso às oportunidades económicas, particularmente das pessoas com mais necessidades de apoio. Esse papel é vital para o desenvolvimento económico, social e comunitário, criando um impacto que vai muito além da estrutura interna das cooperativas.

As cooperativas, pautadas por valores essenciais como honestidade, transparência e responsabilidade social, tornaram-se ferramentas poderosas para promover a igualdade entre homens e mulheres. A atuação das mulheres nas lideranças dessas organizações não só tem sido um motor de desenvolvimento local, mas também tem sido fundamental para a promoção de uma igualdade real entre os géneros, impactando diretamente as condições de vida nas comunidades.

Tomemos as Cooperativas de Solidariedade Social, em particular o movimento CERCI, como exemplo. Nestas, o compromisso das mulheres com a gestão democrática está à vista de todos. O seu trabalho, dedicação e empenho foram inexcedíveis para o fortalecimento das cooperativas, tornando-as mais transparentes, confiáveis e inovadoras, enquanto contribui para um modelo socioeconómico mais inclusivo, justo e sustentável.

Na minha opinião, as mulheres não estão apenas gerindo; elas estão, de facto, construindo um futuro mais igualitário. Elas não só desempenham um papel fundamental nas cooperativas, mas também servem como exemplo de como o cooperativismo pode ser uma verdadeira força de transformação e inclusão. Ao liderarem com coragem e visão, elas mostram o poder desse modelo como uma alternativa real para um mundo mais justo.

E, quando olhamos para a história das CERCI, vemos como o cooperativismo e a inclusão caminham juntos. Os 50 anos de Abril estão profundamente conectados com o movimento de inclusão das pessoas com deficiência intelectual ou multideficiência, e é impressionante ver o quanto as cooperativas têm sido fundamentais para garantir que essas pessoas tenham voz, oportunidades e dignidade. Esse é um exemplo claro de como o cooperativismo pode ser um vetor de mudança social e de inclusão verdadeira.

Permitam-me que termine este apontamento afirmando que, no final das contas, o cooperativismo não é apenas um modelo económico; é uma filosofia de vida que coloca as pessoas e suas comunidades no centro das decisões, sempre em busca da colaboração e do benefício mútuo. É uma "Constelação de Esperança" como evoca Rui Namorado. Ao adotar essa filosofia, criamos as bases para um futuro mais justo, solidário e, acima de tudo, igualitário para todos.

Lisboa, 14 de janeiro de 2025

INTRODUÇÃO

AS MULHERES E O BOLETIM COOPERATIVISTA: UM CAMINHO DE EMANCIPAÇÃO E IGUALDADE

Sónia Queiroga
Responsável pelo "Centro de Documentação e Informação António Sérgio da CASES"

Ao longo das décadas de 1950 a 1970, o Boletim Cooperativista desempenhou um papel essencial na promoção do cooperativismo como um espaço de transformação social e emancipação feminina em Portugal. Num período marcado por mudanças globais nos papéis de género e pelas restrições do regime autoritário do Estado Novo, o Boletim destacou a relevância da mulher como agente ativa no movimento cooperativo, sublinhando a sua importância tanto na esfera doméstica quanto na vida económica, cultural e política.

Inseridas numa sociedade dominada por estruturas patriarcais, as mulheres encontraram no cooperativismo uma via para se envolverem em atividades produtivas e comunitárias, superando barreiras culturais e institucionais. O Boletim Cooperativista refletiu e impulsionou esse movimento, oferecendo uma plataforma para a discussão e promoção da igualdade de género e para o reconhecimento da mulher como pilar fundamental na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A igualdade entre homens e mulheres é reconhecida como um indicador essencial de evolução social, mas a sua concretização enfrenta ainda diversos desafios. Um desses desafios é garantir o desenvolvimento saudável das crianças enquanto as mães trabalham, o que exige medidas sociais adequadas. Nesse sentido, propõe-se a criação do sócio coletivo, representado pelo agregado familiar, como uma forma de melhor acomodar as dinâmicas familiares nas cooperativas.

Embora se sublinhe a importância da mulher na economia e na sociedade, a sua participação continua a ser desigual, variando por região e sendo dificultada pela discriminação salarial e pela ausência de políticas de apoio efetivas. Exemplos positivos, como os grupos femininos no Japão que melhoram as condições de vida em aldeias através da união nas cooperativas, mostram que a força coletiva pode trazer mudanças significativas. Contudo, a marginalização de mães solteiras e a repressão sexual continuam a ser problemas graves, levando muitas vezes a situações de desespero.

É frequentemente notado, em tom de crítica, que muitas mulheres continuam a ser reduzidas ao papel de consumidoras, sem participação ativa nas cooperativas ou em outras estruturas sociais, reforçando a necessidade de defender os direitos das mulheres, especialmente no contexto cooperativo. A crítica estende-se também à exploração da emancipação feminina pelo capitalismo, que transforma a mulher em objeto de consumo, perpetuando mitos de beleza e sucesso através da publicidade. Um exemplo desse fenómeno é a eleição de Miss Portugal-72, criticada por promover uma imagem degradante da mulher.

A participação feminina na gestão das cooperativas mantém-se quase inexistente, evidenciando a necessidade de reformular os estatutos destas organizações de modo a promover uma inclusão efetiva das mulheres nas atividades associativas e nos órgãos de decisão. Ainda que persista um longo caminho a percorrer, são assinaláveis progressos, como a eleição de duas mulheres para a direção da Cooperativa de Consumo União e Boavontade, que constitui um marco significativo nesse percurso.

Outro tema frequentemente abordado é a desigualdade salarial, que permanece uma realidade em muitos países. Neste contexto, o Boletim destaca as iniciativas propostas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para combater essa discriminação, apresentando também exemplos encorajadores, como o caso da Hungria, onde mães trabalhadoras usufruem de três anos de licença remunerada após o nascimento de cada filho. Este exemplo demonstra que avanços concretos são possíveis.

Ainda no panorama internacional, iniciativas como a conferência da União Cooperativa Internacional em Varsóvia reforçam a relevância da igualdade de oportunidades entre géneros, bem como da formação e qualificação das mulheres para o desempenho de funções de liderança. A União Suíça das Cooperativas de Consumo emerge como outro exemplo positivo, ao fomentar a criação de guildas femininas com o objetivo de valorizar o papel das mulheres nas cooperativas.

Em síntese, os artigos refletem uma evolução gradual na consciencialização e no combate às desigualdades de género, sublinhando a importância da participação ativa das mulheres nas esferas profissional, política e cooperativa. A necessidade de medidas concretas – como a igualdade salarial, a criação de infraestruturas de apoio à infância e a revisão dos estatutos das cooperativas – é reiteradamente enfatizada. A emancipação feminina é apresentada como um processo contínuo, que exige transformações estruturais e culturais profundas.

OS ANOS 50

É de notar que, já nos anos 50, o tema principal destes artigos incide consistentemente na importância da mulher no cooperativismo e na sociedade, com um viés progressista e de emancipação. Ainda que haja múltiplas menções que ligam a mulher ao papel de dona de casa isto é sempre feito de forma positiva, vinculando essa função ao potencial de colaboração no movimento cooperativo. Exemplos disso incluem referências à mulher como gestora do lar e compradora nas cooperativas, sendo essa posição usada para destacar como ela pode influenciar positivamente o movimento cooperativo, incentivando compras conscientes e organizando eventos. Também em artigos como "As mulheres e a atividade cooperativa", discute-se que as mulheres não devem limitar-se ao papel de consumidoras ou donas de casa, mas sim participar ativamente em direções de cooperativas e atividades culturais.

Nos Meados da Década de 1950 podemos observar uma ampliação do discurso com foco na formação e valorização profissional das mulheres, como cursos de corte e palestras sobre puericultura. Apesar de reconhecer o papel doméstico, o objetivo é a valorização pessoal e profissional.

Embora alguns textos promovam, à luz da época em que foram escritos, a ideia da mulher como dona de casa, estes nunca deixam de promover a ideia de que o cooperativismo é um caminho para a emancipação feminina, conectando o papel de dona de casa à capacidade de liderar mudanças e contribuir para o progresso social e económico.

Nº 1, fevereiro, 1951

PRODUÇÃO – DISTRIBUIÇÃO – CONSUMO (p. 1 e 4)

Lúcia Nobre

Na economia cooperatista não há divergência de interesses entre os que compram e os que vendem, porque a cooperativa nunca vende, mas faz a distribuição pelos consumidores do que para eles comprou, se ainda se não tornou produtora.

Procura restringir no maior grau possível todos os intermediários entre a produção e o consumo e anular o lucro, isto é, o que o detentor de um meio de produção ou de distribuição recebe só pelo facto de ser proprietário, e que vai por isso além de um salário remunerador do seu trabalho.

E em função da coletividade dos consumidores que o cooperativismo procura organizar a produção. E para a cooperativa os consumidores por que se interessa são todos os homens, pertençam a que partido pertencerem, professem a religião que professarem, estejam em que grau estiverem na hierarquia social. Sem combates, sem lutas, respeitando integralmente a liberdade individual, a personalidade de cada um, o cooperativismo propõe-se trabalhar para uma nova organização social em que todas as riquezas naturais, todas as vantagens oferecidas pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas sejam postas à disposição de todos os homens. Superado o regime lucrativista, as lutas económicas derivadas do sistema de compra e venda, da concorrência, da alta artificial dos preços provocada pela destruição dos produtos, pela esterilização das patentes, pela publicidade, o cooperativismo permitirá, por uma economia planificada segundo os interesses dos consumidores, fazer com que "todos os interesses sejam postos em comum" como se disse na escritura dos pioneiros de Rochdale. Em uma cooperativa os interesses comuns coincidem com os interesses individuais; de onde a boa harmonia, o entendimento fraterno entre os homens.

A cooperativa de consumo na sua estrutura mais simples é uma associação de consumidores que compra as mercadorias ao vendedor por atacado e as distribui depois aos sócios e algumas vezes também aos não sócios, suprimindo assim o lucro do último intermediário, o retalhista. Os lucros desta são ou podem ser todos para os sócios, tornando assim, de facto, os géneros mais baratos pela distribuição anual dos excedentes, sob a forma de "bónus" de consumo, não como dividendo, isto é, em proporção ao capital, mas em proporção das compras feitas pelos associados.

Nos países em que o cooperativismo atingiu grande desenvolvimento, o excedente de uma cooperativa de consumo, depois de retirada a parte destinada a assegurara vida da cooperativa, não é inteiramente dado de retorno aos sócios. Uma percentagem é destinada a aumentar a joia inicial de cada um dos associados.

Se um dia o sócio abandonar a cooperativa, recebe todo o capital. Mas enquanto permanece associado e o seu capital vai aumentando beneficia-se e beneficia a cooperativa, porque permite que esta alargue a sua esfera de ação alargando as suas instalações, criando novas modalidades.

A cooperativa de consumo é levada, quando o número de sócios for suficiente – como capital e como certeza de consumo, – a procurar realizar a produção para os respetivos sócios, eliminando assim toda a série de lucros dos intermediários que vai dos produtores aos consumidores, tornando-se ela própria produtora e bancária.

Nº 5, outubro, 1951

O ENSINO COOPERATIVO NA AMÉRICA LATINA (p. 4)

Lúcia Nobre

A educação cooperativa, indispensável para o conhecimento da doutrina e aplicação do cooperativismo, tem na América Latina um lugar de grande relevo.

Existem cátedras de cooperativismo nas Universidades de Bogotá (Colômbia), Caracas (Venezuela), Quito e Guaiaquil (Equador), Buenos Aires e La Plata (Argentina). Instituições particulares também fomentam e desenvolvem o ensino cooperativo como entre outras o Museu Social Argentino, a Sociedade Boliviana da Venezuela, o Museu Social do Uruguai.

Em Porto Alegre, no Brasil, funciona a "Escola Técnica e Prática do Cooperativismo". Há cursos especiais organizados pelo Estado, como o que realizam anualmente o "Departamento de Assistência ao Cooperativismo" de São Paulo, e Paraíba. O Serviço de Economia Rural divulga em publicações, oficiais e comunicadas os princípios do cooperativismo.

O México mantém uma escola cooperativa em Monterrey e uma Escola Nacional por Correspondência.

A Argentina possui 50 diários e revistas cooperativas. A Federação das Cooperativas de Consumo mantém uma escola de cooperativismo. No Peru o ensino do cooperativismo é ministrado nas escolas rurais. E em Portugal, quem está disposto a organizar um Curso de Cooperativismo?

Nº 6, novembro, 1951

COOPERAÇÃO, CENTROS DE INTERESSE, EQUIPES DE TRABALHO (p. 2)

Maria Luísa Ferreira da Costa

Na sua escola de Santineketan, Tagore queria que mesmo os alunos mais novos estivessem conscientes das dificuldades da escola, e suportassem a sua parte de responsabilidade. Essa parte de

responsabilidade e de auxílio não devia resultar de qualquer sacrifício pessoal (sempre uma adesão a uma forma de ascetismo, que pode e deve ser ultrapassado pelo valor positivo da construção), mas dum empreendimento, duma tarefa comum, que os próprios alunos tomassem a seu cargo.

Outro não me parece ser o fim das cooperativas escolares. Estas cooperativas são organizadas pelos alunos, que gerem eles próprios uma empresa económica.

M. Colombain diz-nos como se organiza uma cooperativa escolar. "A associação é voluntária e aberta a todos os alunos de uma mesma classe ou escola... Os alunos redigem os estatutos da sua associação, em seguida discutidos pela assembleia geral... A assembleia geral é o órgão supremo da associação, nomeia o conselho da direção, toma conhecimento das contas, decide da orientação a dar, as diferentes atividades da associação, etc."

Uma vez os estatutos discutidos, formadas as equipes de trabalho, a cooperativa lança-se no seu fim produtor tratando de colmeias, horta, jardinagem etc. – produção essa a maior parte das vezes consumida, pelos alunos, seus pais, ou família. Como ponto de partida para compra de instrumentos de horta, ou de colmeias etc. há a cotização entre os sócios, ou produto de festas organizadas pelos alunos. O principal fim das cooperativas escolares está geralmente ligado às atividades da escola: compra de livros para a biblioteca, cantina, organização de excursões de estudo e recreio etc.

Além da vantagem prática, a virtude destas cooperativas reside no facto de permitirem que se desenvolva entre as crianças um forte sentido de solidariedade.

Pelo facto ainda de serem uma verdadeira escola de vida. Não se trata de uma simples imitação lúdica do que fazem os grandes, mas de uma aprendizagem real, pela parte económica aí adstrita, e portanto de responsabilidade. Mas a grande vantagem – a meu ver o maior benefício das cooperativas escolares – é a de poderem levar a escola nova aos pobres, ao grande número de pessoas não privilegiadas pelo dinheiro, que por uma casualidade biológica, cega, e injusta estão privados de um ensino vivo e de real interesse.

Que outra coisa é senão uma escola nova a própria cooperativa escolar? Os alunos têm a máxima liberdade elaborando os estatutos da sua associação, agrupando-se segundo os seus centros de interesse (dado que a produção pode ser vária, e que cada um pode dar o seu contributo de harmonia com as suas aptidões), exigindo a si próprios o máximo de responsabilidade, dando a si próprios lições de coisas (nos seus trabalhos de agricultura, de horta, etc.), constituindo verdadeiras equipes de trabalho interessadas no bem-estar da pequena comunidade da escola. Por tudo isto me parece convir grandemente a Portugal o fomento do cooperativismo escolar – uma vez que a maior parte das nossas escolas (sobretudo as das aldeias), são pobres em material didático, e que as quatro classes ensinadas ao mesmo tempo permitem usar muito pouco os modernos processos pedagógicos. Cada uma dessas escolas podia ser uma verdadeira Federação das cooperativas de produção-consumo das classes.

O cooperativismo na escola primária, torna no entanto imprescindível que os professores possam orientar as crianças. A solução do problema exige a criação de um curso de cooperativismo para professores – o que já foi alvitrado neste Boletim.

Nº 11, abril, 1952
[Sem título] (p. 3)
Maria Lúcia Nobre

Plano de desenvolvimento das cooperativas de consumo

1° Agrupar as cooperativas de consumo, fundar grandes armazéns por grosso e fazer as compras em grande escala.
2.º Com os capitais das cooperativas, produzir o que é necessário aos associados fundando oficinas e fabricas pertencentes à cooperativa de consumo.
3.° Num futuro mais ou menos próximo, produzir diretamente nos campos e nas granjas adquiridos pelas cooperativas, os géneros agrícolas que constituem a base do consumo.

Nº 19, abril, 1955
LIBERDADE – COOPERAÇÃO (p. 1)
Lúcia Nobre

Na doutrina cooperativista encontram-se intimamente ligadas, interdependentes, a liberdade e a cooperação. Liberdade – porque o indivíduo conserva a sua liberdade de ação, a sua iniciativa, colabora, participa no governo da cooperativa de que é membro. Cooperação – porque a cooperativa não é de a, b ou c, não é para a, b ou c, mas serve igualmente o interesse de todos os seus membros. Todos os membros sem distinção. «Todos os interesses são postos em comum», como se disse na escritura dos pioneiros de Rochdale.

Atitude igualitária, ausência de interesses antagónicos, libertação dos antagonismos que hoje, no sistema económico em que vivemos, opõem o produtor ao consumidor, o vendedor ao comprador, o senhorio ao inquilino, o patrão ao operário. Em uma sociedade cooperativizada, numa república cooperativista, o interesse individual coincidirá com o interesse coletivo, e essa coincidência libertará os homens da luta económica, da luta de classes, da exploração de uns pelos outros.

Há nações, como, por exemplo, a Suécia, a Dinamarca, em que o movimento cooperativo de consumo abrange 42 por cento da população, que estão em via de concretização do ideal cooperativista. A vida é menos árdua, os interesses colidem menos, a organização social dá aos

seus membros possibilidades incomportáveis num regime lucrativista. Na Suécia a instrução em todos os graus: primário, secundário, superior, é inteiramente gratuita. A ninguém é vedado o curso que deseja seguir por impossibilidade económica E na medida em que o indivíduo se valoriza, faz render todas as suas possibilidades, não se enriquece sozinho, enriquece a coletividade de que faz parte. A Dinamarca e Suécia, são dois pequenos estados europeus. Para atingirem o nível que actualmente disfrutam, e que não cristalizou, tiveram que desenvolver uma prodigiosa atividade, lutar pacífica, mas denodadamente. Queremos nós, portugueses, seguir-lhes o exemplo? Fica aqui esquematizado o programa do Armazém por Grosso das Cooperativas da Dinamarca (dirigido pelas cooperativas de consumo do país desde 1900).

– Realizar o conjunto de compras e a produção das mercadorias para as cooperativas, conseguindo assim mercadorias de melhor qualidade e os preços mais favoráveis;

– Lutar contra os «trusts» (sociedades de grandes capitais) e os «carteis» (grandes concentrações industriais).

Esperamos, esperança que é uma certeza, que o Armazém por Grosso das Cooperativas de Lisboa seja em breve uma realidade. Essa realização será uma das etapas de capital importância.

Nº 29, fevereiro, 1956

AS MULHERES E A ACTIVIDADE COOPERATIVA (p. 3)

Maria Lúcia Nobre (C. F. da Unicoope)

Nos países em que o cooperativismo tem realizações que lhe dão lugar destacado na vida económica, as mulheres são ativas colaboradoras no movimento.

Na Inglaterra, na Suíça e em muitas outras nações, as mulheres interferem ativamente na vida das cooperativas. Segundo Cole, conhecido economista inglês, esta interferência é preciosa, porque as mulheres mantêm muito mais vivo o interesse pela participação nas Assembleias, pela discussão dos problemas que digam respeito à sua cooperativa, que a maioria dos homens. A comparticipação insufla vida às cooperativas. Não as deixa cair no marasmo, nem ficar como quase pertença apenas de alguns dos seus membros. E esta atividade feminina não é casual, nem dispersa. Encontra-se organizada e tão bem organizada que há mais de trinta anos os núcleos femininos de organização cooperativa, as Guildas, se encontram federadas internacionalmente.

Tal como a «Aliança Cooperativa Internacional», a «Cooperativa Internacional das Guildas» tem a sua sede em Londres e nela estão federadas as Guildas de vários países.

Em Portugal, ainda que em muito pequena escala, também existe atividade feminina nas cooperativas. A Segunda Comuna, a Aliança Operária, a Ajudense e outras, têm Comissões Femininas que colaboram nas atividades cooperativas.

Mas será da máxima utilidade para o movimento cooperativo, para a sua maior expansão, que essa colaboração se intensifique, se alargue e se organize. Temos que tomar consciência dos problemas do nosso meio e da nossa época, precisamos de uma atividade de resultados práticos eficientes. Quantos problemas económicos insolúveis para cada uma de nós poderão ser resolvidos cooperativamente. Não cruzemos os braços esmagadas pela fatalidade, pelo que tem que ser, não deixemos para um eterno amanhã, o que é necessário que façamos hoje. E para a primeira etapa duma atividade que será entusiástica e fecunda, pedimos a todas as cooperativas em que existam Comissões Femininas, o favor de o comunicarem ao Boletim, indicando a data da fundação, o número de membros, a atividade ou atividades a que se dedicam. Que todas as Comissões Femininas afirmem a sua presença. Que as mulheres interessadas por uma organização económica menos opressiva, mais equitativa, nos deem a sua adesão. Precisamos e contamos com a colaboração de todas, condição essencial para o triunfo da cooperação.

Nº 30, março, 1956

AS MULHERES E A ACTIVIDADE COOPERATIVA (2) (p. 1)

Maria Lúcia Nobre (C. F. da Unicoope)

A participação das mulheres nas atividades das cooperativas de consumo *não é uma inovação de hoje*. É tão velha como a primeira cooperativa de consumo. Ana Tweedale foi um dos pioneiros de Rochdale (1884). Mas, durante anos a atividade feminina no movimento cooperativo, em Inglaterra, foi muito restrita. É, em 1883, que as aspirações femininas para uma ativa colaboração, se concretizam com a formação da *Liga das Mulheres* para o desenvolvimento da cooperação. Formada inicialmente por 50 membros, os objetivos da Liga foram:

> «espalhar o conhecimento das vantagens da cooperação», estimular entre aquelas que conhecem as suas vantagens o maior interesse; manter vivo em nós próprias, nas nossas vizinhas e especialmente nos jovens, o mais entusiástico apreço pelo valor da cooperação para nós próprias, para nossas filhas, para a nação; e melhorar as condições de vida das mulheres em todo o país».

A *Liga* no ano seguinte tomou o nome de *Guilda Cooperativa das Mulheres*. O movimento alastrou.

Em 18S6 há o primeiro encontro de delegadas para dirigir a formação das Guildas. Em 1891 havia cerca de 100.000 mulheres entre um milhão de associados cooperativos. *As Guildas* passam a fazer parte do movimento e são ativas impulsionadoras de reformas de carácter social–estabelecimento de um salário mínimo para empregados cooperativos, inquéritos sobre a situação económica das mulheres operárias, projeto do prolongamento da idade escolar

obrigatória até aos 15 anos. E, por muitas outras medidas, as mulheres procuram, a sua emancipação e mantêm-se na vanguarda do movimento.

Parece, pois, de grande importância a divulgação dos princípios cooperativos no nosso meio feminino. A entrada das mulheres para as cooperativas, a sua comparticipação nas funções diretivas, são o sinal que o cooperativismo está a criar raízes.

Cabe a todos os cooperativistas o dever de interessar suas mulheres, filhas e irmãs no movimento. Trazê-las à cooperativa, mostrar-lhes as suas realizações.

Quando, pela própria experiência, as mulheres verificarem que vale a pena sair do isolamento familiar e procurar nas soluções coletivas, a resolução dos problemas que só coletivamente podem ser solucionados, elas serão as mais ativas propagandistas, as mais fiéis aliadas do movimento. E, não esqueçamos a importância da sua ação educativa. Está na mão das mulheres o inculcar princípios, a mentalidade cooperativa na infância e na adolescência.

Nº 31, abril, 1956

AS MULHERES E A ACTIVIDADE COOPERATIVA (3) (p. 1)

Maria Lúcia Nobre (C. F. da Unicoope)

«O que devem os homens fazer quando há um encontro em qualquer lugar para encorajar ou iniciar instituições cooperativas? Vir. Ajudar. Votar. Criticar. Atuar. O que é que as mulheres devem fazer? Vir e comprar. Este é o principal trabalho para nós as mulheres, (...) Mas porque não faremos mais do que isto? Certamente, sem sair do nosso âmbito e sem tentar empreender trabalho que pode ser melhor realizado por homens, há mais que fazer – para nós mulheres – que gastar dinheiro. É fundamental que gastemos o nosso dinheiro na nossa cooperativa. Mas o nosso dever, o dever para com os nossos semelhantes não termina aí. Vir e comprar é tudo o que pode ser pedido para fazer; mas não podemos ir mais além? *Porque não teremos nós os nossos encontros, as nossas leituras, as nossas discussões?* Este foi o apelo lançado no jornal Co-operative News pela Senhora Acland às mulheres inglesas, para que estas dessem uma contribuição efetiva ao movimento cooperativo, para que entre si cooperassem. Atentemos no exemplo e sigamo-lo.

E atentemos igualmente nos ensinamentos que podemos colher dos relatórios da Comissão de Senhoras da Cooperativa de Alcântara 2.ª Comuna, e do Movimento Feminino da Sociedade Cooperativa Aliança Operária: «Fundada em 1938, a Comissão de Senhoras da Cooperativa de Alcântara, viveu de início da cotização das suas 25 associadas. Em 1938 ofereceu à Cooperativa o estandarte com o emblema, no valor de 606$00. Em 1939 comprou uma mobília de escritório. Em 1940 uma telefonia veio aumentar os atrativos da nossa cooperativa. Nos 7 anos seguintes

a Comissão realizou vários melhoramentos, destacando-se em 1947 uma festa para comemorar o 26.º aniversário da fundação da Cooperativa. Em 1948, para comemorar o aniversário da Cooperativa Esperança no Futuro a Comissão ofereceu-lhe um tinteiro e uma placa. A tudo devemos acrescentar as festas que todos os anos se faziam pelo Natal, festas em que eram distribuídos aos filhos dos sócios brinquedos, roupas e uma merenda. Para a realização de todos estes melhoramentos e muitos mais que a Comissão fez, não foram suficientes as quotas semanais, foi necessário tomar mão de outros recursos: bilhetes de lotaria, festas cinematográficas, rifas, etc. Presentemente a Comissão tem um saldo de 4.500$00.

O Movimento Feminino da Cooperativa Aliança Operária afirma: «Com o resultado da nossa cotização, com o lucro de sorteios, com festas na nossa sede movimentámos, nos dois anos da nessa existência, aproximadamente vinte mil escudos. Mas o que está feito não vale a pena enumerar. Projetos para o futuro, sim. Pensa este movimento organizar uma Biblioteca e está preparando fundos para a feitura do mobiliário e compra de alguns livros. A cobertura do terraço também é objeto da nossa atenção. Que todas as mulheres portuguesas sigam os nossos passos, são os nossos ardentes votos, pois colherão mais tarde a sua emancipação.» Que estes exemplos frutifiquem. Que em todas as cooperativas haja uma ativa colaboração feminina. Precisamos da comparticipação das mulheres de todos os meios sociais: operárias, domésticas, profissões liberais.

Nº 32, maio, 1956

PLANO DE TRABALHO IMEDIATO:
Reunião Magna Cooperativa com delegados de todas as Cooperativas do país (pp. 2 e 3)

a) Propaganda

1. *Análise dos processos a utilizar e elaboração de um programa comum a ser difundido nas diferentes cooperativas.*
   Durante longos anos a propaganda cooperativa foi realizada descontinuamente pelas diferentes sociedades cooperativas sem que se pudesse vislumbrar uma linha comum na sua atuação. No momento presente todas as cooperativas reconhecem que há determinados objetivos práticos de interesse comum a alcançar e que é exatamente sobre esses aspetos que deve incidir a sua propaganda. De progressivo entendimento mútuo, resultou, como é natural a necessidade de uma Reunião Magna à escala Nacional na qual se estabelecesse um programa prático de atuação e propaganda. Desta forma os esforços isolados se transformam num magnífico contributo na execução de uma obra comum.

2. *Análise do papel a desempenhar pelo Boletim Cooperativista*.
   Tendo em consideração o importante contributo que este Boletim tem dado no caminho para a unidade, a sua atividade fomentadora na criação de um movimento orgânico à escala regional e nacional, e, ainda, o seu papel como porta-voz das realizações, problemas e aspirações de todas as cooperativas, vai ser posta à votação na Reunião Magna a seguinte proposta:
   «Atendendo às crescentes responsabilidades do Boletim Cooperativista proveniente da sua função porta-voz da doutrina cooperativista e do movimento orgânico; considerando o Boletim como importante elo de unidade no movimento cooperativo à escala Nacional, propomos a ampliação do seu número de páginas para o dobro resultando o aumento da contribuição das cooperativas para $60 por exemplar; –Consequentemente, propomos que as cooperativas empreendam uma campanha comum para que a sua tiragem atinja os 10.000 exemplares, o que representa a vitalidade do movimento cooperativo e do seu único órgão de imprensa»

b) Organização

1. *Estudo da organização de Comissões Femininas e Juvenis de carácter cultural e desportivo, como auxiliares das Direções das suas cooperativas e para a difusão dos ideais cooperativos.*

   Comissões Femininas – Sendo reconhecido por todas as cooperativas o importante papel da mulher na vida das respetivas sociedades e na difusão do programa cooperativista, vai ser apresentada a votação na Reunião Magna a seguinte proposta:

   i. Que as cooperativas cujos estatutos não facultem às mulheres o direito de serem eleitas para cargos diretivos, revoguem esses artigos;
   ii. Que sempre que possível também algumas mulheres sejam eleitas para membros das direções;
   iii. Que as cooperativas enveredem esforços e deem todo o apoio à organização de Comissões Femininas;
   iv. Que à Comissão Central Provisória composta pelas Comissões Femininas das Cooperativas Aliança Operária, Segunda Comuna, Esperança no Futuro, Ajudense, Amora e Piedense, aderiam todas as outras Comissões Femininas para uma mais eficiente colaboração em tarefas a realizar, como:
      – Sessões de propaganda cooperativas.
      – Sessões culturais e recreativas.
      – Encontros para discussão de problemas de interesse comum.

– Colaboração nas atividades das bibliotecas.
– Colaboração nas atividades da Comissão de Propaganda da Unicoope.

Comissões Culturais – Por sugestão da Cooperativa Piedense vai ser apresentada uma proposta tendente á criação de uma Comissão Central dos agrupamentos culturais e desportivos juvenis, de modo que a atuação das diferentes comissões já existentes em diversas cooperativas possa resultar de uma forma mais coordenada, desenvolvendo-se assim um maior intercâmbio entre os jovens das diferentes sociedades cooperativas.

2. *Estudo das possibilidades de organização de novas Juntas de Compras na Província como ensaio para a realização de transações em comum.*
   Os resultados obtidos pela Junta de Compras de Lisboa (hoje Unicoope) e pela Junta de Compras do Norte, vieram ressaltar a vantagem da criação e desenvolvimento de novas experiências deste tipo de modo a tornar possível a solução de problemas em comum de carácter local ou regional.
   A Cooperativa Popular de Loriga já escreveu sobre este assunto manifestando a intenção de criar uma Junta Regional para as Cooperativas da Beira. As cooperativas agrícolas do Algarve estão presentemente estudando em comum a solução dos seus problemas. Nesta conformidade propõe-se que as cooperativas reunidas nesta conferência nacional discutam o assunto e aconselhem o desenvolvimento de organizações deste tipo.

3. *A Unicoope como primeiro Armazém Cooperativo.*
   Na cúpula do movimento cooperativo dos consumidores associados encontra-se a Unicoope cuja criação poderá representar um passo decisivo para o progresso do cooperativismo nacional. Dada a importância deste assunto é imprescindível que na Reunião Magna se estudem as possibilidades de transações através desta organização. Em todos os movimentos similares no estrangeiro se verifica que a criação de um armazém marca uma etapa decisiva na evolução do cooperativismo e, por esse motivo, cumpre-nos chamar especialmente a atenção das cooperativas de consumo para o papel a desempenhar pela Unicoope. O interesse despertado no nosso país por este organismo e as adesões registadas numa altura em que a sua atividade económica praticamente ainda se vai iniciar, leva-nos a crer que as restantes cooperativas do país não deixarão de dar-lhe apoio, tanto mais que a sua atividade vai desenvolver-se em breve, visto estarem praticamente resolvidas as formalidades legais necessárias.
   Este assunto será portanto debatido e esclarecido esperando-se que os Delegados presentes

venham autorizados pelas respetivas Direções a manifestar concretamente a orientação das respetivas sociedades em relação a este assunto, a todos os títulos primordial.

4. *Análise das possibilidades de criação de uma Caixa de Crédito Cooperativa.*
   Reconhecendo-se a necessidade da existência de uma Caixa de Crédito Cooperativa, será apresentado um estudo feito por uma comissão encarregada de estudar o problema. Se bem que se reconheça que não se podem ainda votar conclusões definitivas sobre o assunto, entendeu-se vantajoso dar a conhecer aos Delegados presentes a marcha do estudo e chamar a atenção das cooperativas para o apoio que tal iniciativa deve merecer.

c) Conclusões

1. *Eleição de uma Comissão Central de Intercâmbio Cooperativo.*
   Sendo já hoje ponto assente de que o intercâmbio entre as diferentes cooperativas é da máxima vantagem para a defesa dos interesses comuns, reconhece-se do maior interesse a existência de reuniões, periódicas à escala Nacional. Para que o exemplo aberto por esta Reunião Magna se não perca, será proposto aos Delegados presentes a eleição de uma comissão permanente destinada a promover futuras reuniões deste tipo e a fomentar sob todas as formas o intercâmbio cooperativo. Dessa Comissão Central de Intercâmbio Cooperativo, poderiam fazer parte além das cooperativas de consumo através das suas Juntas e da Unicoope, as Cooperativas de produção industrial ou agrícola, que entendessem dever juntar-se nesta campanha comum.

2. *Estreitamento de contactos com a Aliança Cooperativa Internacional.*
   Pela primeira vez no nosso País o Movimento Cooperativo dos Consumidores toma uma forma organizada para a defesa dos seus interesses comuns. Reunidos os consumidores como cooperativistas em comissões femininas e culturais, reunidas as cooperativas em Juntas Locais e Regionais e estas em íntima ligação com o seu armazém a Unicoope, não se poderia deixar de chamar a atenção para a cúpula de organização mundial cooperativa, a Aliança Internacional. Neste sentido estudar-se-iam os processos para desenvolver o intercâmbio com este organismo, ainda que tenhamos de aguardar algum tempo criando vitalidade económica que permita a filiação.

3. *Declaração Comum*
   A finalizar esta análise sobre diferentes assuntos de interesse comum, cuja solução imediata muito poderá contribuir para o desenvolvimento do movimento cooperativo, será votada uma declaração comum na qual se reafirmam os pontos de contacto entre

as cooperativas representadas, e se reconhece as vantagens do Movimento Orgânico devidamente estruturado a partir das organizações de base, e segundo um processo verdadeiramente representativo e popular.

Nº 33, junho, 1956

AS MULHERES E A ACTIVIDADE COOPERATIVA (4) (p. 2)

Maria Lúcia Nobre (C. F. da Unicoope)

A Comissão Feminina da Cooperativa Piedense vai em breve iniciar um curso de corte, projeta a realização de uma série de palestras sobre puericultura e enfermagem caseira e enveredará os forços para a criação de uma escola infantil. Estas iniciativas marcam uma posição de assinalar. A valorização pessoal e profissional das mulheres e os problemas de educação são considerados em primeiro plano nas organizações cooperativas femininas de todo o mundo.

Na Bélgica, Suíça, França, Inglaterra, Estados Unidos da América, Rússia, Austrália, Noruega, Suécia, Itália e em muita s outras que têm milhões de mulheres cooperativistas, as organizações femininas promovem a realização de cursos – uns permanentes outros temporários – versando os mais variados assuntos: economia doméstica, culinária, pedagogia, línguas, enfermagem, etc.; mantêm escolas, colónias de férias; preocupam-se com a orientação e preparação profissional das jovens; mantêm jornais, alguns como o «Between Ourselves» – norueguês - com uma tiragem de 6 .00 0 exemplares; realizam encontros em escala regional, nacional e internacional.

Estas realizações são para nós um poderoso estímulo. Para nós, membros das comissões femininas, para os dirigentes e associados cooperativos que devem dar todo o incitamento e apoio à colaboração feminina no movimento. Trabalhemos. Que o movimento cooperativo português passe a ser uma realidade e se integre nos objetivos que foram adotados pela Guilda Internacional das Cooperadoras, no seu 8. ° Congresso, realizado em Copenhague (Dinamarca), em Setembro de 1951. Objetivos:

a) Unir as mulheres cooperadoras de todas as regiões;
b) desenvolver o espírito e promover a prática dos princípios de cooperação;
c) elevar a situação social das mulheres, pela realização da igualdade económica e política e melhorar o padrão de vida familiar;
d) promover a educação das mulheres cooperadoras e prepará-las eficientemente para realizar tarefas em pé de igualdade com os homens;
e) trabalhar para a paz internacional através da segurança e relações amigáveis entre todos os países. Como vemos é um programa que está de harmonia com as nossas necessidades.

DISSERTAÇÃO COOPERATIVISTA POR LÚCIA NOBRE (p. 2)

Correspondendo ao convite que lhe foi endereçado pela Comissão de Festas da Cooperativa Ajudense, a Ex.ma Sra. D. Maria Lúcia Nobre efetuou ali no passado dia 13 de Maio, com a sala repleta duma assistência que a ouviu com verdadeiro interesse, uma conferência subordinada ao título: «A Mulher no desenvolvimento Cooperativo».

Estiveram presentes Delegados de diversas cooperativas, destacando-se as Comissões de Senhoras da Piedense, Aliança Operária e 2.ª Comuna.

Antes de iniciar o seu brilhante trabalho, a insigne Cooperativista foi saudada pela segunda-secretária da Comissão de Senhoras da Ajudense, D. Maria Gabriela d'Oliveira, e presenteada pelas Senhoras da referida Comissão com uma linda caixa de orquídeas.

Dissertando, pôs em foco o papel da mulher no cooperativismo, e a ação que no estrangeiro exerce e o que dela há a esperar para que em Portugal se alicerce o cooperativismo que lá fora tão bons serviços presta aos consumidores. No final a conferencista foi ovacionadíssima, e felicitada pelos elementos dos Corpos Administrativos e das Comissões de Senhoras e Festas da Cooperativa Ajudense.

Nº 36, setembro, 1956

A REUNIÃO MAGNA DELIBEROU: COMISSÕES FEMININAS E JUVENIS (p. 2)

1. Que este assunto seja entregue à Unicoope e à Junta de Compras do Norte para lhes dar o seguimento que as condições de desenvolvimento das Comissões Femininas e Juvenis aconselham;
2. Quanto às comissões femininas foi proposto:
   a) Que as cooperativas cujos estatutos não facultam às mulheres o direito de serem eleitas para cargos diretivos, revoguem esses artigos;
   b) Que, sempre que possível, também as mulheres sejam eleitas para membros das direcções;
   c) Que as cooperativas enveredem esforços e deem todo o apoio à organização de Comissões Femininas;
   d) Que à Comissão Central Provisória, (composta pelas Comissões Femininas das Cooperativas Aliança Operária, Alcântara, Ajudense, Piedense, Amora e Esperança no Futuro), adiram todas as outras Comissões Femininas para uma mais eficiente colaboração em tarefas a realizar, tais como: sessões de propaganda, discussão de problemas de interesse comum, colaboração nas atividades das bibliotecas, colaboração nas atividades da Comissão de Propaganda da Unicoope.

Nº 37, outubro, 1956

AS COMISSÕES FEMININAS DENTRO DAS COOPERATIVAS (p. 4)

Alberto Carneiro

As decisões adotadas pela Reunião Magna das Cooperativas, não podem nem devem ser olvidadas, mormente da parte dos delegados que tomaram parte na mesma, visto que pela sua atuação nos trabalhos ligados às responsabilidades que reuniões de tal importância imporiam.

É sem dúvida de louvar a orientação seguida pelos elementos a quem está entregue a árdua tarefa de confeção do *Boletim Cooperativista*, ao inserirem nos dois últimos números, em lugar próprio e devidamente encaixilhados, os assuntos que foram devidamente submetidos ao exame da reunião e obtiveram a sua aprovação. Dessa forma não só os leitores do único órgão cooperativista que aparece na Imprensa, ficam senhores dos objetivos atingidos por tão oportuno e importante acontecimento nacional, como ainda poderão avaliar do alto valor que na prática podem alcançar, quando honestamente cumpri-las, as decisões amplamente discutidas e livremente aprovadas.

Referia-se o *Boletim Cooperativista*, no seu número passado às Comissões Femininas e Comissões Juvenis.

Antes de outras quaisquer considerações, seja-nos consentido afirmar, que nos penalizou imenso o fato de ser esse um dos trabalhos que, dado o adiantado da hora, teve de ser votado, embora por aclamação vibrante e espontânea, sem passar por uma mais larga apreciação, pois a nosso ver era o mesmo, sem desprimor para os demais, o mais interessante dos estudos submetidos à reunião.

A sua autora, a Senhora Dona Maria Lúcia Nobre, foi felicíssima não só quanto à maneira inteligente como redigiu e o apresentou ao conhecimento dos delegados, como pelas conclusões práticas, que são para esquecer, como findava o seu trabalho.

Os representantes da Cooperativa rio Povo Portuenses orientados por um espírito de perfeita concordância, deram o seu voto à tese, e a atitude que então assumiram está concretamente justificada perante duas disposições previstas nos Estatutos porque se rege a Sociedade de que eram delegados junto da referida reunião.

Feliz inspiração e alta visão, sobre princípios coletivistas que animavam e orientavam os Homens que em 1900, redigiram e votaram o aludido diploma. É a ilação a que se pode chegar, ao serem conhecidas as disposições a que aludimos e por nós citadas naquela reunião nacional. São as que se seguem:

«Art. 2° – Esta Sociedade é composta de todos os indivíduos, que espontaneamente a ela queiram pertencer, seja qual for o seu sexo, etc.

N.° 1° do art. 16.° (Direitos dos sócios). «A ser eleitor e elegível para os cargos da sociedade» etc.

Sobre o importante papel a desempenhar pela mulher na vida das respetivas sociedades, concluía a Senhora D Lúcia Nobre, o seu trabalho incluindo no n ° 1 – «Que as cooperativas cujos estatutos não facultem às mulheres o direito de serem eleitas par a cargos diretivos revoguem esses artigos».

Não necessita a Cooperativa do Povo Portuense de alterar os seus Estatutos em tal matéria, facto que para nós representa a melhor homenagem e a mais alta consideração que poderá ser prestada não só a tão distinta cooperativista e ao seu valioso trabalho, como ainda às comissões femininas que brilhantemente estão atuando, com resultados práticos profundamente vantajosos para o cooperativismo, dentro das prestimosas sociedades: Aliança Operária, l.' Comuna, Ajudense, Piedense, Amorense, estas do Sul; e Trabalhadores da Foz do Douro, Sociedade Cooperativa Humanitária em Lordelo do Ouro e Maquinistas e Fogueiros do Minho e Douro, estas com as suas sedes no Norte.

Ponha-se, pois, em execução o que foi votado pela Reunião Magna das Cooperativas.

Nº 40 e 41, janeiro e fevereiro, 1956

AS MULHERES E A ATIVIDADE COOPERATIVA: COMISSÕES LOCAIS (pp. 6 e 11)

Lúcia Nobre

Há precisamente um ano este Boletim chamou a atenção dos cooperativistas e dos cooperadores portugueses para a importância da colaboração feminina nas atividades cooperativas e no fomento do espírito cooperativista.

A ideia não constitui propriamente uma novidade. Ainda que em muito pequeno número – 3 – existiam entre nós Comissões Femininas. Mas o assunto despertou interesse. E os dirigentes e militantes presentes na Reunião Magna – Julho de 1956, entusiasticamente se pronunciaram a favor de uma mais ativa e ampla comparticipação das mulheres no movimento.

E o interesse despertado no meio cooperativo, concretizou-se em:

- Organização de Comissões Femininas nas Cooperativas Ajudense, Piedense, Amorense, Almadense, Trabalhadores da Foz do Douro, Humanitária em Lordelo do Ouro e Maquinistas e Fagueiros do Minho e Douro;
- Criação de uma página feminina no Boletim da Cooperativa Associação dos Inquilinos Lisbonenses;
- Participação de representantes das Comissões Femininas nas reuniões de Comissão de Propaganda da Unicoope.

Por conseguinte, um primeiro passo foi dado e julgo que decisivo para a integração das mulheres no nosso movimento cooperativo. E, se atentarmos que as Comissões Femininas organizadas

se não cantonaram em uma região, mais surgiram nos distritos de Setúbal, Lisboa e Porto, os núcleos da maior vitalidade cooperativista, certamente podemos esperar qua a sua pequena ação agora iniciada se enraizará e transformará em uma poderosa força de transformação social.

H. Barbier discursando em uma conferência de mulheres em Viena, dizia - «as mulheres devem tomar um papel ativo no nosso movimento cooperativo, pelo menos igual ao dos homens». E o conferencista apresentou três razões justificativas da sua afirmação: - «Nós não podemos continuar a considerar as mulheres como inferiores ou incapazes: nós não podemos mos permitir que a teoria e a prática dentro do nosso movimento estejam em desacordo; e é um grande erro, pelo qual podemos pagar demasiado caro, o colocar a responsabilidade do movimento apenas nas mãos dos homens, excluindo de tal responsabilidade o sexo feminino e os jovens. Tanto na América capitalista, como na comunista U. R. S. S. os jovens e as mulheres ocupam um lugar importante na sociedade. Se não é demasiado tarde, é tempo de nos corrigirmos de este erro».

Estas afirmações parecem-nos justas e adequadas ao nosso meio. É necessário que as mulheres das nossas cooperativas se não satisfaçam com o serem apenas consumidoras. É necessário que em todas as cooperativas se organizem Comissões Femininas, e nas Cooperativas em que já existem, aumente o número dos seus membros. É necessário que os membros das Comissões Femininas se reúnam na sua Cooperativa para colaborar no seu arranjo, no seu conforto, para ler, estudar, recrearem-se. Em suma, é necessário que as mulheres colaborem para que, como o Prof. António Sérgio tantas vezes tem proclamado, as nossas cooperativas se transformem em centros de sã e fraterna convivência social, fermentos de uma sociedade mais equilibrada e humana.

Para ativar a realização desta tarefa, parece-nos indispensável a formação de uma Comissão Central formada por representantes de todas as Comissões Femininas e que gizará a orientação geral do movimento, especialmente sob o ponto de vista educacional e de propaganda.

Mas além da Comissão Central e com constituição imediata, julgamos da máxima eficiência a constituição de Comissões locais com duplo objetivo:

- O da experiência de cada Comissão ajudar a resolver as dificuldades de outras mais jovens, ou inexperientes em determinado assunto;
- O de estabelecer relações e estreitar a convivência entre as Comissões Femininas das várias cooperativas locais, de modo a estabelecer um espírito de equipa colaborante, que permitirá a resolução de problemas e a realização de objetivos, incomportáveis para uma cooperativa, mas perfeitamente realizáveis por um conjunto.

UMA COOPERATIVA COM MAIS DE 80 ANOS (pp. 6 e 12)
André dos Santos (Da Coop. Piedense)

Falar da Cooperativa Piedense é sempre grato a todos os Cooperativistas, que, com imensa razão se devem sentir orgulhosos pela bela Obra que se tem imposto como força indestrutível da Cooperação. A Piedense, é, no dizer sincero e espontâneo dos Ex.mos Delegados de muitas das Cooperativas representadas na tão útil Reunião Magna, há pouco realizada, a Rainha das Cooperativas Portuguesas.

Para que a Piedense seja merecedora de tão valorosas e desvanecedoras palavras, foi realmente necessário um esforço e dedicado trabalho, dos que, no passado, a golpes de energia por vezes tão mal compreendida, tanto fizeram para que o seu ideal triunfasse. Grande parte dessas gloriosas figuras do Cooperativismo, já desapareceram do turbilhão da Vida e jamais podem ser esquecidas nos momentos de euforia; mas quem sabe se não foram inspirados na sua bela tarefa, pelas dedicadas companheiras de todos -os dias? Em nossa opinião, as mulheres são o coração do Cooperativismo, pois são elas que movimentam os trabalhos como máquina Cooperativa, sentindo bem os benefícios que dela auferem em prol dos seus Lares.

Porque não ouvir para o Boletim algumas dessas mulheres? Esta pergunta bailava-nos no cérebro há muito tempo; e para começar nada melhor do que ouvir a Ex.ma Snr.ª Joaquina Dias da Gama, Associada n.º 1 e que tem dedicado quase toda a sua vida à «sua» querida Cooperativa Piedense.

Amavelmente recebidos na sua modesta mas muito acolhedora casinha, começamos com a seguinte pergunta:

– Como nasceu na sua casa a ideia de ser Cooperativista?

– Meu falecido marido, ainda muito jovem já era associado da Cooperativa, na qual passava todos os momentos disponíveis, facto esse que muito me agradava, pois pensava já, no que veio a suceder; gostávamos um do outro e casámo-nos; depois tive duas filhas que, praticamente, aprenderam a andar nas exíguas dependências da então tão pequenina Sede da Sociedade, porque eu gostava tanto da Cooperativa que ia lá todas as noites ajudar o meu marido nos diversos trabalhos que era necessário fazer a bem de todos.

Minhas filhas cresceram, casaram, associaram-se na Cooperativa e atualmente quatro dos meus netos também já são sócios da coletividade de que faço parte há 57 anos.

– Alguma vez pensou que a Cooperativa pudesse atingir o valor atual?

– Com a força de vontade dos antigos Cooperativistas, que era enorme, e a grande capacidade de orientação dos mais modernos, tudo era de esperar e tenho sentido imensa alegria em acompanhar o extraordinário desenvolvimento da Piedense. Os belos Serviços prestados pelo Posto Médico e Subsídio para funeral, a boa qualidade de tudo o que a Cooperativa

distribui pelos associados, a entrega das compras no domicílio, revelam bem as vantagens do Cooperativismo.

– Como vê o futuro da «sua» Cooperativa?

– Com o maior otimismo como não podia deixar de ser, mas tenho pensado nos problemas Cooperativistas e não julgo muito difícil que a Piedense possa de futuro ter uma Creche com um bom parque infantil, onde as Mães que trabalham pudessem deixar os seus filhos na certeza de que ficavam bem, pois também aprenderiam as primeiras letras da Instrução Primária quase sem darem por isso. Outra coisa que me choca bastante é julgar que há velhinhos, antigos Cooperativistas, a estender a mão à caridade.

Estas belas palavras, cheias de boa intenção traçam um caminho perfeitamente ao alcance do Cooperativismo do futuro e seria uma ótima sequência do excelente trabalho dos Cooperativistas do passado e mais do que quaisquer outras foram por nós consideradas o melhor fecho para esta entrevista; mas a Senhora Joaquina já à despedida ainda nos disse: Trabalhai rapazes e façam o máximo possível para que em todos os lares Piedenses entre o Ideal Cooperativista!

O seu sorriso era confiante.

Nº 44, maio, 1957

A COOPERATIVA AMORENSE FESTEJOU A SUA FILIAÇÃO NA UNICOOPE (p. 2)

Digna em si e digna como exemplo foi a festa de 28 de abril passado, comemorativa da filiação na UNICOOPE da Cooperativa «Progresso e União Amorenses». Uma bela jornada de confraternização e propaganda cooperativista, eis o que resultou da esplêndida iniciativa da Comissão Cultural Feminina da Cooperativa, constituída por Maria Valentina Sobral, Rufina Barros, Julivélia Victorino Tiago, Beatriz Gonçalves, Lubélia Camacho, Ilda Barata, Maria Antónia Aires de Sousa, Rosa M Cardoso, Maria Manuela (Nèlita), Andrelina Barros e Rosa Simões, e que contou ainda com o auxílio de Joaquim Soares e António Marques. Compareceram os representantes de quase todas as Cooperativas da margem do Sul do Tejo, e também, em elevado número, das Cooperativas de Lisboa, incluindo a Sacavenense, madrinha da Cooperativa em festa.

Após a visita às instalações da sede, excelentemente montadas e cheias de bom gosto, deu se início, no salão da Sociedade Filarmónica Operária Amorense, à sessão solene Presidiu a Sr.ª Dr. a Lúcia Nobre, secretariando Rodrigues Graça e Ernesto Pereira. Usou em primeiro lugar da palavra a presidente da Comissão Cultural Feminina, Maria Valentina, que pôs em relevo a grande força que o Cooperativismo pode representar se se unirem as forças indevidamente dispersas, e que só por si nada conseguirão. Depois de Alfredo Simões ter apresentado

saudações de boas-vindas, falaram os delegados das Cooperativas de Alhos Vedros, Ajudense, Piedense, Sacavenense e 2ª Comuna, da UNICOOPE e Boletim Cooperativista e os secretários da mesa.

Depois foi a vez das Comissões Femininas, das Cooperativas Aliança Operária, Adudense, 2.ª Comuna e Almadense. Destacaram a contribuição valiosa que a mulher pode dar ao Movimento Cooperativo, visto que, como donas de casa, o podem impulsionar de maneira particularmente notável, e a contrapartida que o Cooperativismo lhe poderá dar criando-lhe hábitos de associação, que de certo modo a valorizará, quer no trabalho, quer no lar.

Por fim a Dr. a Lúcia Nobre fez várias considerações sobre o Movimento Cooperativo plenas de interesse e das quais destacamos a sugestão para se organizar cooperativamente o trabalho das costureiras, uma atividade genuinamente feminina que normalmente tão explorada é.

Encerrada a sessão, foi projetado um filme, gentilmente cedido pela Embaixada Americana, sobre «As Cooperativas Rurais nos Estados Unidos», que foi seguido com muito interesse pela numerosa assistência.

A finalizar este dia de festa para o Cooperativismo, os dirigentes da Amorense ofereceram um lanche a todos os convidados durante o qual, no ambiente cordial que sempre caracteriza estas nossas festas, se trocaram saudações e se fizeram novas afirmações, de fé cooperativista.

Nº 45, junho, 1957

AS COOPERATIVAS NO MUNDO: EXPERIÊNCIA DINAMARQUESA (p. 2)

Lúcia Nobre

A Dinamarca é um dos pequenos Estados da Europa. A sua superfície é cerca de metade da de Portugal. O seu solo e sub-solo são de fracos recursos. Mas a sua agricultura e indústria em grande parte cooperativizadas permitem que os seus 4 milhões de habitantes gozem de um dos mais altos níveis de vida do mundo.

O relatório de 1951-53 editado pela Guilda Cooperativa Internacional das Mulheres, informa-nos das atividades das cooperadoras dinamarquesas:

> «A Guilda tem feito grandes progressos nos últimos anos. O número de núcleos duplicou – 10 para 20. O número de associados também aumentou, sendo o total cerca de 3.500 (...) O núcleo de Copenhague tem 700 membros.
>
> As suas principais atividades são: escolas de verão, leituras, círculos de estudo sobre cooperação, posição das mulheres no movimento cooperativo, nos problemas sociais.
>
> Alguns núcleos têm como parte do seu programa de atividades – trabalhos de modista, tecelagem e bordados; outros: aulas de língua (inglês e sueco) ginástica, etc.

Há um intercâmbio regular de cooperadoras participantes das escolas de verão, entre a Dinamarca, Suécia e Noruega; e em 1953 um grupo de cooperadoras das Guildas suíças visitou a Dinamarca sob os auspícios da Unesco.

As cooperadoras dinamarquesas foram em viagem de estudo aos países escandinavos. Uma estreita colaboração tem sido estabelecida entre a Guilda e o Movimento Cooperativo e a Guilda recebe uma contribuição financeira da União Cooperativa. A Guilda está representada no Conselho dos Consumidores de que fazem parte 10 delegadas das maiores organizações femininas do país (...) Um cento número de mulheres cooperadoras tem lugar nos Conselhos Municipais, no Parlamento, e pelo menos uma é membro do Governo dinamarquês, como Ministro do Comércio».

Nº 46, julho, 1957

UNIDADE (pp. 4 e 6)

Integrado no festival comemorativo do Dia Internacional da Cooperação, realizado no dia 7 de julho, na Quinta de Santa Marta de Corroios, a Dra. Lúcia Nobre, em representação da Comissão Central de Propaganda da Unicoope (Sul) e do Boletim Cooperativista, dirigiu aos cooperadores presentes uma alocução, de que publicamos uns breves extratos:

«Aqui estamos em massa representando a vitalidade do movimento cooperativo português, solidarizando-nos com os 120 milhões de cooperadores que na Europa, na Ásia, em África, na América e Oceânia hoje igualmente se reúnem para celebrar festiva e fraternalmente o dia da Cooperação – o dia escolhido para publicamente exteriorizarmos a fraternidade dos nossos sentimentos para com todos os homens.

Por isso, ao apelo da Comissão Central de Propaganda da Unicoope (Sul) nós viemos (...) expressar a solidariedade que une cada um de nós e cada uma das nossas cooperativas ao movimento orgânico cooperativo português, ao Boletim Cooperativista (...)

Viemos afirmar a nossa confiança nos princípios cooperativos quer como agentes da nossa emancipação económica, quer como reformadores de mentalidade, substituindo o espírito de competição – que hoje impera – pelo de colaboração. E para este aspeto de reforma de mentalidade, de elevação do nível moral e cultural, daquela autêntica educação que tem em vista emancipar os homens, dando-lhes a noção das suas responsabilidades e da sua liberdade, em que andam empenhados grande número dos nossos dirigentes e associados, nós chamamos a particular atenção de todos vós para a importância incalculável da colaboração das jovens e das mulheres na vida das nossas cooperativas. *A existência de comissões culturais e comissões femininas não é hoje só uma questão de método de trabalho que pode ou não seguir-se, porque os resultados serão os mesmos.*

Se a vitalidade das cooperativas sob o ponto de vista económico está na sua boa e sã administração, sob o ponto de vista de convívio social, da irradiação dos princípios cooperativos e do seu enraizamento, está na consciência que deles tivermos, nós as mulheres que somos especialmente as educadoras dos nossos filhos e os jovens que amanhã terão nas suas mãos a responsabilidade de organização das nossas sociedades.

São as Comissões Juvenis quer masculinas, quer mistas cujas atividades são naturalmente representativas dos interesses da juventude, que hão de chamar e interessar grandes massas de jovens pelos princípios e práticas cooperativas.

Mas o movimento cooperativo orgânico português conta que as Comissões Femininas sejam também pela sua atividade cultural centros de aperfeiçoamento intelectual e profissional que poderão vir a fomentar a criação de novas formas de cooperação.

Que todas as Cooperativas e todos nós cooperadores colaboremos com toda a nossa boa vontade com todo o nosso entusiasmo com o Boletim Cooperativo. O Boletim é das Cooperativas e delas espera todo o estímulo, todo o apoio. A unidade atual do movimento cooperativo orgânico português deve-se em parte à ação do Boletim que a todos nos tem unido. A volta dele permaneçamos unidos, emendando com toda a nossa lealdade e boa vontade o que nele estiver de menos bem, ampliando-o, tornando-o o espelho da nossa vida e das nossas aspirações.

Nº 48, setembro, 1957

PALAVRAS ENDEREÇADAS ÀS PROFESSORAS PRIMÁRIAS DO ESTADO (p. 2)

Com este título publicou a revista «Divulgação Cooperativista» do Rio de Janeiro –Brasil o interessante artigo que a seguir transcrevemos:

É contigo e nobre condutora de almas infantis, que desejamos conversar este mês.

Queremos falar-te de Cooperativismo e da influência benéfica que, como educadora, podes exercer para a sua melhoria qualitativa, pois no dizer de PROFIT – introdutor do Cooperativismo nas escolas–o cooperador será sempre um homem justo e bom, generoso e valente; um homem de iniciativa e de progresso. O cooperador compreende que a disciplina é uma necessidade de interesse geral. Sabe obedecer àqueles que o seu grupo elegeu para dirigentes; se ele mesmo é designado, não esquece que o melhor meio de ser obedecido é dar exemplo de fidelidade à lei comum. Saberá, mais tarde, traçar-se normas e segui-las. Em todas as situações há a responsabilidade de seus atos.

Deves saber, professora laboriosa, que «como força, inspiração, potência multiplicadora das faculdades morais e intelectuais, interessa à Cooperação ganhar, para o desenvolvimento das instituições, o magistério feminino».

Pois bem, porque não procuras conhecer melhor as virtudes do Cooperativismo para introduzi-lo entre os teus alunos?! Estamos à tua disposição para todos os esclarecimentos que te forem precisos, com a esperança dos que creem no teu devotamento e grande espírito público.

As Cooperativas Escolares, amiga, «são preciosos auxiliares da escola, constituem a realização popular da escola nova. São um tratado de pedagogia».

Elas, além de contribuir para dotar a escola de meios materiais necessários à aplicação de métodos ativos e construtivos, atuam como método e meio de formação intelectual e moral. «Não somente constituem um centro de interesse em torno do qual vêm agrupar- -se, desenvolver-se e tornar-se mais flexíveis os conhecimentos adquiridos em classe, oferecendo um meio direto, baseado em exercícios reais, de adquirir estes conhecimentos e outros que não figuram geralmente nos programas do ensino primário».

O cooperativismo apela para a personalidade total das crianças, descobre e põe em ação faculdades que os exercícios escolares não são capazes de revelar nem criar, como o juízo, a reflexão concreta, a imaginação, o espírito de ordem, etc.; algumas faculdades [...] certas qualidades de carácter como a iniciativa, o domínio de si mesmo, a aprendizagem da liberdade e o despertar da responsabilidade.

Também ganham a faculdade de pensar, a disciplina e o respeito pelas regras morais».

«Ana Muzzio, a ilustre educadora, acentua que as cooperativas escolares são consideradas como instrumentos de formação intelectual e moral. Descobrem elas e desenvolvem nos alunos qualidades de carácter, a iniciativa, a decisão, a autoconfiança e o respeito a si próprios e aos demais. Contribuem para a formação da personalidade física, moral e intelectual da juventude, criando o hábito da reflexão, e do julgamento.

Também habituam ao uso da palavra para fazer valer os próprios argumentos e também ensinam a calar no momento oportuno.

Estimulam as iniciativas privadas, harmonizando-as com o esforço comum; ensinam a verdadeira disciplina, que é o respeito à lei; permitem a expansão da individualidade, mas inspirando-se, no sentimento de solidariedade e de ajuda mútua».

Nº 52, janeiro, 1958

ALIANÇA OPERÁRIA (p. 3)

Para festejar o 3.º aniversário da Comissão Feminina da Cooperativa Aliança Operária, levou esta a efeito na tarde do dia 1. ° de dezembro findo uma festa íntima que decorreu muito animada. Foi escutada a dissertação da Sr.ª Dr.ª Lúcia Nobre que se encontrava na mesa ladeada pelas dedicadas comissionadas Sr.as D. Ana Verter das Neves e D. Maria Elvira Assunção.

Depois de fazer a apresentação da Sr.ª Dr.ª. Lúcia Nobre a quem teceu rasgados elogios, a Sr.ª D. Ana Werther dirigiu-se à assistência, quase na totalidade senhoras, às quais consagra palavras de incitamento no prosseguimento do trabalho encetado.

A Sr.ª Dr.ª. Lúcia Nobre depois de agradecer os encómios e a presença de tão elevado número de senhoras, fez ressaltar as vantagens do cooperativismo pondo em relevo o papel da mulher cooperando com o homem na sua ação. Focou a cooperação industrial caseira da mulher para defesa e amenização do trabalho, as suas conveniências. Disse que seria interessante que a mulher fosse eleita também para fazer parle dos corpos gerentes das cooperativas, terminando com um apelo a todos para que cada um dos presentes fosse um arauto do cooperativismo, principalmente as mulheres, esclarecendo outras nos benefícios que advêm de consumir duma sociedade cooperativa.

Muito aplaudida pela assistência recebeu um lindo ramo de flores, gentil oferta da Comissão Feminina.

Terminou esta bela reunião com um lanche em alegre ambiente sendo focada mais uma vez o papel que a mulher pode exercer através das Comissões Femininas.

CONGRESSO DAS COOPERADORAS AUSTRÍACAS (p. 4)
(Boletim d'Information et de Documentation – jan. 1908)

Em novembro de 1957, realizou-se a 6.ª Conferência central das cooperadoras austríacas. Entre as numerosas delegações estrangeiras, distinguia-se uma mulher extraordinária: a célebre Lisgroes, antigo ministro do comércio da Dinamarca, doutora em ciências comerciais, mãe de nove filhos e dona de casa, como ela se gosta de apresentar.

Ao falar à assembleia, a ilustre cooperadora focou um importante problema: Como pode o consumidor organizar a sua proteção?

«Continuamente admiramos os novos e admiráveis progressos. As condições de Vida constantemente se modificam e melhoram. Isto é nítido, quer na produção, quer na distribuição; nesta, citemos, por exemplo, a embalagem. Contudo, não se tem prestado a devida atenção aos interesses dos consumidores». Pode mesmo dizer-se que o conhecimento dos problemas escapa ainda a uma grande parte das donas de casa, e elas como compradoras representam 80% o dos consumidores. É preciso pôr fim ao comportamento passivo em que se compraz ainda um tão grande número de consumidores, despertando-lhes a consciência para a sua responsabilidade como compradores. As donas de casa devem dispor de elementos de informação elaborados para seu uso. É preciso esclarecer as donas de casa quer quanto à qualidade, quer quanto ao preço dos géneros (...).

Na Dinamarca, prossegue a senhora Groes, procuraram-se várias soluções para estes problemas e finalmente concluiu-se pela instituição de um Conselho de Consumidores, que exerce uma influência considerável no mercado (...). O Conselho dos Consumidores é absolutamente neutro sob o ponto de vista político: nele tomam parte representantes de todas as correntes políticas e filosóficas e de todas as classes sociais. Ocupa-se de problemas como a embalagem dos produtos e a indicação exata do preço. Faz inquéritos sobre os preços quando o considera útil. À ironia com que certos meios receberam o início da experiência – que data de há cinco anos – sucedeu um interesse geral. A indústria privada, a agricultura e o cooperativismo de consumo têm delegados no Conselho (...). Os outros países escandinavos têm organismos semelhantes que, permitem às donas de casa ter informes e organizar inquéritos que julguem convenientes. As boas relações entre o Conselho e a indústria permitem que muitas vezes os tecidos de algodão, lã e outros artigos se adaptem ao gosto e interesses das consumidoras.

As crianças, na escola, recebem uma educação que visa a torná-las na idade adulta consumidores conscientes.

[sem título] (p. 4)
Henry May

«A entrada das mulheres para a quase totalidade das profissões, torna premente a necessidade de um conhecimento mais completo da sua ação no movimento cooperativo, onde elas sempre estiverem, pelo menos em teoria, em pé de igualdade com os homens».

Nº 54, março, 1958
HORIZONTE (pp. 1 e 2)

ESTES SÃO OS FACTOS: após uma sessão de propaganda, a Cooperativa do Beato e Poço do Bispo criou uma comissão feminina; no Seixal, a comissão cultural não só põe à disposição do associado uma biblioteca condigna, como alguns dos seus antigos membros participam agora na direção da cooperativa; na Caixa Económica, são os jovens que fazem teatro e estão já representados nos corpos gerentes; na Pragalense, a direção tem apelado com êxito para os jovens; na Foz, o que lá se faz só visto.

MOBILIZEMOS, POIS, OS JOVENS e eles ajudarão a elevar o nível cultural dos associados realizando sessões de cinema, teatro, palestras; ajudarão, depois, a renovar e a abrir novos horizontes à vossa cooperativa.

NÃO TENHAMOS TAMBÉM PRECONCEITOS! A mulher pode interessar-se mais se participar num curso para valorizar-se na sua profissão; visita a biblioteca se lá houver um livro para si; pode angariar fundos em benefício de todos, até na compra de um aparelho de televisão; interessar-se-á em consumir só na cooperativa se lhe for pedida colaboração.

RENOVEMOS A CAMPANHA, desde já, para que cada cooperativa lenha a sua comissão feminina e cultural. Lançai a semente e vereis na vossa associação o que noutras está sucedendo: não mais deixaram de ser centros de convivência, de estudo e debate, de progresso social, em suma: centros de educação cívica, em que cada um se faz a si próprio e coopera com os demais.

Nº 56, maio, 1958

BRAVO, AMIGOS! (p. 2)

A cooperativa do Beato e Poço do Bispo está decidida a entrar em nova fase do seu notável ressurgimento. São homens novos que se lançaram na árdua tarefa de levantar a sua associação, de velhas e progressivas tradições.

Neste sentido, a Direção levou a efeito uma sessão de propaganda, destinada a apelar para a colaboração da mulher. A sessão realizou-se em 3 de março, com larga preponderância de senhoras, tendo presidido o Prof. António Sérgio, que também foi conferencista. Leu-se uma saudação da Dr. Lúcia Nobre; em nome da Unicoope, falou Desidério Costa: usaram da palavra, também, um delegado da Xabreguense, o Dr. Manuel Sertório, consultor jurídico da Unicoope. o Dr. J. Sá da Costa, pelo «Boletim», e um diretor da cooperativa do Beato.

Para demonstrar, mais uma vez, que a mulher não é – não pode ser indiferente ao ideal cooperativo, aqui registamos a notícia: CONSTITUIU-SE UMA COMISSÃO FEMININA! Na verdade, poucos dais depois, criou-se. uma comissão, cuja direção ficou assim constituída: Olívia Rodrigues (presidente), Gabriela da Encarnação Silva, Deolinda Pinto, Georgina Pereira. Marília Santos, Arlete Barricas é Odete Ferreira.

Todos os membros estão especialmente empenhados na propaganda que promova o aumento de associados e no desenvolvimento das atuais secções, particularmente da de panos e fancaria.

Haverá ainda cooperativas que se esqueçam da colaboração da mulher?

A MULHER E O COOPERATIVISMO (p. 4)

Transc. de Divulgação Cooperativista

A mulher, desde o primeiro surgir da cooperação, tornou-se devota e convicta aliada do homem.

Holyoake narra, com estilo comovente, os muitos sacrifícios que as mulheres fizeram para sustentar, com a sua solidariedade, a primeira cooperativa de consumo, a fundada pelos tecelões de Rochdale e pela qual se celebrizou o «Beco do Sapo».

Aquelas mulheres da velha Inglaterra percorriam a pé milhas e milhas, com um clima muitas vezes inclemente, para comprar um pouco de farinha, que às vezes não encontravam, pois os primeiros tempos daquela cooperativa foram difíceis e as provisões muitas vezes escasseavam.

A sua adesão à empresa dos Pioneiros nunca esmoreceu, apesar de a iniciativa ser combatida por muita gente e considerada por muitíssimos com a mais profunda indiferença.

Na mesma Inglaterra, ao findar o século passado, surgiu uma organização feminina com o nome de Guilda das cooperadoras. A significação de «Guilda», no antigo idioma inglês, é a de «Liga». (...)

Desde então as Guildas femininas multiplicaram-se na Inglaterra e em outras regiões. Em muitos países as mulheres participam ativamente no movimento cooperativo e em alguns países há mulheres que ocupam importantes lugares diretivos no movimento. Há na Argentina, desde 1955, a Guilda das Cooperadoras, ao lado da Cooperativa «El Hogar Obrero» em Buenos Aires. A cooperação encontra na mulher, em toda a parte, uma propagandista entusiasta.

Nº 58, julho, 1958

AS MULHERES ESTÃO NAS DIREÇÕES DAS COOPERATIVAS HOLANDESAS (p. 7)

As cooperativas de consumo têm, na Holanda, um apreciável desenvolvimento.

A central das Cooperativas neerlandesas de consumo, que tem a função de União das Cooperativas e de Armazém grossista, agrupa 267 Cooperativas. A sua ação benéfica faz-se também sentir em relação ao comércio, dado que este não se lança numa alta de preços em relação aos produtos em que as cooperativas têm uma decisiva influência, como: a manteiga, o chá, o café. Semelhante influência é possível porque existe um organismo central de produção que possui fábricas de torrefação de café, de produtos químicos, de cigarros, de artigos de vestuário, tipografia, etc.

E como é natural e imprescindível as mulheres desempenham um papel de relevo. Nas 20 maiores sociedades há 156 mulheres nos comités de cooperadores. Há 270 mulheres que fazem parte das direções das cooperativas dos Países-Baixos.

Vai sendo tempo de, também entre nós, a mulher tomar consciência dos problemas que a cercam.

PÁGINA DAS COOPERADORAS (p. 7)

Jovem cooperadora! Tendes agora à vossa mão o Boletim Cooperativista com 8 páginas! Estabelecei através desta página íntimo contacto com as vossas companheiras e vizinhas e até – por que não? – com as Jovens das cooperativas mais afastadas.

E vós, cooperadoras que tendes proporcionado o progresso da vossa cooperativa com o poder da vossa cesta – não vos esqueçais que, aqui, podeis instruir as mais jovens; podeis contar a vossa experiência de cooperadora ativa; podeis mesmo estabelecer, como ninguém, maiores laços de fraternidade. Não vos esqueçais!

UM APELO às jovens da SACAVENENSE (p. 7)

Na expressiva festa do 58° aniversário da valorosa cooperativa «A Sacavenense» – a que no próximo número se fará referência, – falou uma cooperadora da Piedense, Gina Araújo Filipe.

Aqui tendes um apelo e a primeira colaboração nesta nova fase do vosso Boletim:

Coube-me a honra de vos transmitir, no momento em que se comemora mais um aniversário da Cooperativa «A Sacavenense», a saudação amiga que vos trazemos da Cova da Piedade.

Parabéns, pois, aos cooperativistas de Sacavém!

A presença nesta sala de prestigiosos nomes ligados à causa do cooperativismo é bem significativa da admiração e do respeito que merece esta casa de trabalhadores, devotados à sua obra, grandiosa nos ideais que a orientam e no trabalho realizado.

O caminho a percorrer ainda é longo e cheio de dificuldades, mas aos homens e mulheres de boa vontade que tanto têm lutado para erguer bem alto o nome da sua cooperativa, não faltará, por certo, coragem e decisão para fazerem mais e melhor. E já que falo de mulheres de boa vontade, aproveito a oportunidade para apelar às jovens sacavenenses, que se interessem peia sua cooperativa. Colaborem na obra que vossos pais, vossos irmãos e esposos se afadigam para realizar! Há na cooperativa imensas tarefas que podem por vós ser executadas, com boa vontade. Porque não oferecer o ardor da mocidade e a generosidade dos corações para esse fim? A mulher não pode limitar-se a ser espectadora dessa atividade.

Em Rochdale, quando os ventos da adversidade faziam oscilar até aos alicerces a famosa obra dos Pioneiros, lá estava uma mulher, com a sua energia criadora, transmitindo aos homens o exemplo da sua coragem e da sua abnegação.

Esta é a razão por que fui escolhida para saudar a Cooperativa «A Sacavenense». Para ter a oportunidade de exortar as jovens a darem o seu apoio à cooperativa, na certeza de que, assim, contribuem para um futuro melhor, mais belo e mais feliz tal é o ideal da nossa causa.

Nº 59, agosto, 1958

MULHERES COOPERADORAS (pp. 1, 3 e 8)

JEANNET E HUBLER dirigente da União das Mulheres Cooperadoras Suíças

Toda a vida da mulher é de cooperadora! Ela o é mesmo antes de fazer parte da sociedade cooperativa da sua localidade ou do seu bairro se vive numa grande cidade.

Porque, se ser cooperadora, é ser a mulher com a cesta, como a costumamos ver representada nos desenhos dos nossos jornais cooperativos, ser cooperadora é antes de tudo criar a harmonia à volta de si, no seu lar e à sua roda. É estender a todos a sua mão fraterna e é também aprender a respeitar e compreender aqueles que não pensam como nós ou que não têm os mesmos hábitos e as mesmas tradições porque nasceram em um lugar da Terra que se não chama Portugal, mas possivelmente França. Inglaterra, Japão, África Equatorial ou ainda a Suíça.

Ser cooperadora é ser uma compradora fiel da cooperativa de consumo a que se pertence, mas é também ter o desejo, o interesse de participar em todas as manifestações do Movimento Cooperativo e particularmente da sociedade de que se é membro.

Ser cooperadora é aderir conscientemente aos princípios elaborados há mais de cem anos, pelos Pioneiros de Rochdale. É simultaneamente praticar a ajuda mútua e o *self-help*.

Creio firmemente que o velho provérbio francês que diz: «*Ajuda-te a ti próprio, que o céu te ajudará*» é perfeitamente verdadeiro e nos pode ajudar quer na nossa vida de mulher e de mãe quer na nossa vida de cooperadora, do mesmo modo que o pode este pensamento do grande cooperador Charles-Henri-Barbier, um dos líderes do Movimento Cooperativo Suíço e da Aliança Cooperativa Internacional: «Sem a tua pedra, a minha não construirá nada».

Um dos sete princípios dos Pioneiros de Rochdale, aquele em que eles muito particularmente insistiam, é o que toda a sociedade cooperativa devia reservar uma parte dos seus excedentes para a *educação dos seus membros*.

Aprender – Compreender – para melhor viver para plenamente se realizar, para ser mais feliz, para ter filhos saudáveis, um lar harmonioso, vizinhos amáveis, um bairro, uma cidade onde cada um respira felicidade, e, olhando mais ao longe, porque não, um país e um mundo, onde reine a PAZ, onde seja bom viver!

Mas se se quer grandes coisas é preciso saber começar pelas pequenas.

Mas como conseguir este ideal de vida? Sozinho, nenhum de nós, homem ou mulher, por melhores intenções que tenha pode consegui-lo.

Desde que o tenhamos compreendido sentimos com intensidade a necessidade de cooperar de unirmos os nossos esforços. Foi dessa necessidade que nasceu o Movimento Cooperativo e é por essa mesma necessidade que cada dia, em todas as partes do mundo, se formam agrupamentos movidos pelo espírito cooperativo. Quer se trate de sociedades cooperativas de Consumo, de

Produção, de Círculos de Estudos, de Grupos cooperativos de férias, de casas para repouso dos cooperadores idosos, de cooperativas de Habitação, ou de grupos de cooperadoras, todas e todas têm um fim comum: Cooperar para o maior bem-estar de cada um e a felicidade de todos.

CRUPOS DE COOPERADORAS

Cooperar, é congregar esforços. «Sem a tua pedra, a minha não construirá nada». Foi assim que nasceram os grupos de cooperadoras. Eles existem em todo o mundo e dentre em pouco espero que também em Portugal. Já vi que aqui as mulheres, as esposas cooperam com os homens na vida das Cooperativas. Mas podemos e devemos fazer ainda melhor para nos enriquecermos mutuamente. Em grupo, aprenderemos a melhor nos conhecermos, a melhor compreender as nossas necessidades a começar pelas mais urgentes, sem dúvida também, a comunicarmos os nossos sonhos e veremos alguns de entre eles tornarem-se realidade.

Quando se decidiu fundar um grupo de cooperadoras e se obteve a aprovação da direção da respetiva cooperativa, é conveniente convidar os membros femininos da cooperativa, primeiro para contactarem entre si porque as atividades serão diferentes conforme as interessadas sejam em grande ou pequeno número. Pela minha parte, prefiro os pequenos grupos com um centro de interesse particular escolhido pelos próprios membros, ainda que possa ter uma grande assistência para debater um assunto de interesse geral como pode suceder na ocasião de uma festa ou duma excursão. Mas o que fará o grupo e em que nos servirá?

PROBLEMAS DA MULHER DOMÉSTICA

A mulher doméstica vive a maior parte das vezes isolada e ao mesmo tempo o seu trabalho de mãe de família é premente. Ela sabe muito bem o que lhe falta. Mas não tem dinheiro para frequentar cursos ou os filhos são demasiado pequenos para os deixar sozinhos. Possivelmente ela gostaria de ler mas os livros e as revistas são caros e ela não tem ninguém para a guiar na sua escolha. Há cursos que ela jamais poderá frequentar porque não tem ninguém em casa para ficar com o filho mais novo. O grupo das cooperadoras responde a estes problemas, na medida em que os membros decidem empreender tal ou tal atividade, geralmente escolhendo-as em conjunto segundo a sua urgência e possibilidades. Há atividades que podem ser tomadas conjuntamente. Alguns exemplos tomados ao vivo dar-vos-ão uma ideia.

A EXPERIÊNCIA BELGA

Na Bélgica, estão organizados grandes grupos locais em que os membros se reúnem uma vez por semana, quinzenalmente ou mesmo mensalmente. Conferencistas vêm falar sobre um assunto previamente escolhido pelo grupo. Respondem às perguntas que lhe são feitas e muitas vezes também alguns dos membros que o desejam reúnem-se uma ou várias vezes para

estudar mais a fundo o assunto exposto. Alguns assuntos: A alimentação na Primavera, A alimentação no Inverno. Como cuidar das constipações. As tisanas e os xaropes. Durante um ano os membros de um grupo dos arredores de Antuérpia, homens e mulheres reuniram-se para fazer por suas mãos *marionnettes*, fazer os fatos, aprender os textos, torná-los apropriados às crianças, futuros cooperadores e montar um teatro de *marionnettes* para todos os meses oferecer uma sessão aos garotos dos vários grupos de cooperadoras da região. Enquanto as crianças assistem a essas sessões, as mães em outra sala tomam parte num debate, conversam ou escutam um concerto.

E A EXPERIÊNCIA SUÍÇA

Na Suíça os grupos de cooperadoras dedicam-se à educação da mulher e à entreajuda. Há encontros, cursos, sobre variadíssimos assuntos. O que é a cooperação? Porque sou cooperadora? Como organizar o seu orçamento. A cooperadora e o voto das mulheres. Os perigos e as vantagens das compras a crédito. A alimentação racional. Cursos de corte, de malhas de costura. Cursos de arranjo do lar, ou ainda, os cuidados que se devem ter com um bebé e o que deve saber a jovem mãe que espera um filho. Estes últimos cursos são sempre organizados em colaboração com a Cruz Vermelha e dados por uma enfermeira ou assistente social. *Nós pensámos também nos homens*, nos pais que têm a gentileza de ficar em casa e vigiar as crianças enquanto as suas mulheres assistem à reunião das cooperadoras e organizámos cursos em duas ou três lições sobre *o que se deve saber de eletricidade*. A maior parte das vezes os acidentes são devidos ao desconhecimento dos perigos de manejar e reparar os fios condutores de eletricidade. Estas lições práticas tem tido um sucesso enorme.

INICIATIVAS PRÁTICAS

No domínio prático os grupos possuem máquinas de lavar, de coser, de tricotar, que circulam entre os seus membros. Em outros grupos cuidam dos filhos umas das outras alternadamente, lavam e consertam a roupa de uma família quando a mãe está doente, fazem circular berços com enxoval de recém-nascido, nas famílias numerosas e pobres em que cada novo bebé constitui um problema. Estes berços são emprestados por um ano e as mães beneficiadas servem-se do enxoval, mas devem restituir as peças de roupa que se encontram em bom estado com o berço. Acontece muitas vezes que conjuntamente com as peças usadas, elas juntam outras que receberam de presente e se tornaram demasiado pequenas para os seus filhitos. Assim a cooperação é autêntica.

Certos grupos organizaram uma biblioteca circulante de revistas, outras de padrões de vestuário.

Alguns praticam a entreajuda participando financeiramente no apadrinhamento Coop., ou na aldeia de crianças Pestalozzi, ou em outras obras de entreajuda. As cooperadoras preparam pacotes de Natal, para as famílias que deles têm necessidade, e organizam festas infantis. Organizam excursões com fim educativo, visitas a exposições, fábricas, escolas infantis, etc.

Citar-vos todas as atividades é impossível. Estou à inteira disposição dos cooperadores e cooperadoras a quem o assunto interesse e que me queiram fazer perguntas.

Parece-me, que de tudo isto, o que convém fixar é que quando se tem fé no ideal da cooperação, tudo se torna mais fácil, assim como faço o voto e esta será a minha última palavra, que a grande família dos cooperadores portugueses se abra aos grupos de cooperadoras, a fim de que elas também possam trazer a sua pedra ao edifício e que flutue sempre mais alto a bandeira do arco-íris.

N. R. – Este artigo é a súmula de uma palestra que Madame Jeannette Hubler, membro ativo e prestigioso da União das Mulheres Cooperadoras Suíças, teve a gentileza de pronunciar no salão nobre da Sociedade de Recreio Promotora, no dia 12 de Julho de 1958, cooperando com o movimento cooperativo português' nas comemorações do Dia Internacional da Cooperação.

«O IDEAL COOPERATIVO TEM NECESSIDADE DE NÓS»: UM ENCONTRO GRANDIOSO, UMA GRANDE ESPERANÇA (p. 3 - *Página das cooperadoras: número dois*)

Em Bruxelas, no dia 3 de julho, comemorando o Dia Internacional da Cooperação e o seu 35.º aniversário, reuniram-se as cooperadoras belgas. *Cerca de cinco mil cooperadoras numa atmosfera de vivo entusiasmo afirmaram a sua vontade de fazer triunfar a Cooperação.*

A revista das cooperadoras belgas «Entre Nous» ao fazer o convite para este encontro, que se realizou num recinto da Exposição, proclamava:

«Nós, as mulheres cooperadoras, que desejamos ardentemente um humanismo que dê ao mundo a paz que tanto necessita, nós iremos a esse encontro de julho com a fé que trazemos em nós há tantos anos. Os 35 balanços de trabalho, que temos feito desde 1923 são os degraus que subimos alegremente para novos empreendimentos. Porque nada está definitivamente pronto, porque o último passo impõe logo um novo esforço é preciso que estejamos sempre prontas a lutar como o passado nos ensinou.

Um aniversário não é um ponto de chegada, como à primeira vista pode parecer: é um ponto de partida. A guilda das cooperadoras belgas, proclamará, neste 3 de julho de 1958, que continuará a trabalhar com todas as suas forças para o futuro.

O ideal cooperativo tem necessidade de nós. Como ontem, o amanhã será feito de entusiasmo, porque o entusiasmo é uma poderosa alavanca.

Para festejar este jubileu de sete lustros, para comemorar o dia cooperativo internacional, o encontro não podia encontrar melhor local que um recinto da Exposição 58.

Lá onde tudo é uma maravilhosa homenagem à revolução técnica e social das Nações, compreenderemos mais vivamente ainda o fim a atingir: um mundo ao serviço da Justiça e da Paz.

Lá onde flutuam as bandeiras de países de todos os continentes, sentir-nos-emos um elo da cadeia universal, e formularemos um apelo vibrante à compreensão mútua.

Encontro de Julho, dia fasto. Dia belo e doce na fraternidade, não só nacional, mas internacional. Dia rico de ensinamentos, rico de amizade, rico de amor!»

Nº 60, setembro, 1958

HORIZONTE (p. 1)

NO ARTIGO QUE JEANNETTE HUBLER publicou no último número deste «Boletim», chamou-se a atenção para o facto das mulheres constituírem, dentro da cooperativa, grupos de cooperadoras, para estudarem questões cie interesse ou desempenharem atividades diversas, fundamentais à expansão das Comissões Femininas e da própria Cooperativa.

O PROF. ANTÓNIO SÉRGIO PROCLAMA A IMPORTANTÍSSIMA ATUAÇÃO DAS COMISSÕES FEMININAS E CULTURAIS (p. 3 – *Página das cooperadoras: número três*)

Eis uma breve transcrição do recente livro do Prof. António Sérgio «Sobre o espírito do cooperativismo» e em que a necessidade da existência e atuação das comissões culturais e femininas é bem manifesta:

Está bem no espírito do nosso movimento que as comissões culturais e as comissões femininas exerçam nas cooperativas relevantíssima atuação. Quero dizer um papel de não menor importância do que aquele que aos corpos da administração compete.

O não se haver radicado nos nossos homens do povo a ideia de que o cooperativismo é uma reformação moral, e ele próprio a finalidade que se deverá ter em vista (e não apenas um meio para qualquer outro intento); o não se ter arreigado, ia eu dizendo, essa ideia justíssima sobre o que ele é em si mesmo – foi a causa de maior influência na paragem e no retrocesso do cooperativismo entre nós. Se tal conceção moral-social tivesse penetrado na nossa alma obreira; se existisse uma faina de comissões culturais, destinada a alimentar o espírito cooperativista – é

muito de supor que as multidões portuguesas se não deixassem arrastar para o desacerto enorme de abandonarem as cooperativas que já em Portugal havia para se lançarem na aventura de um turbilhão político sem verdadeiro conteúdo económico-social, como foi a propaganda para a instauração da República. Julgou o operariado que podia obter de políticos os bens que desistia de se conceder a si mesmo. Que afastados se mostravam nesse seu proceder, do verdadeiro espírito dos pioneiros de Rochdale! É que havia o mecanismo das cooperativas de consumo: mas não o espírito que vivifica as coisas; mas não uma profunda doutrinação cooperativista, – que fosse ao âmago, à base, à raiz, à essência; isto é: a reformação das almas; a iniciativa popular; a comunidade fraterna. Faltou a educação que as ditas comissões têm a missão (e o dever) de realizar à finca; faltou a noção de que os verdadeiros bens são aqueles que nos vêm do nosso próprio esforço, e não os que se recebem da benemerência de «chefes», – de pastores, patrões, estadistas, próceres. Coitados dos povos que se não valem a si, que se entregam ao paternalismo dos senhores do listado!

Convençamo-nos de que o trabalho das duas espécies de comissões – as comissões culturais e as comissões femininas – é de tanta importância como o dos administradores das cooperativas, cumprindo-lhes criar o ambiente e o alicerce em que a obra destes últimos se deverá erguer.

Numa grande assembleia cooperativa internacional o representante do movimento cooperativo sueco (o mais admirável de o mundo de hoje, impondo-se pelos recursos financeiros de que se vale, pela audácia insuperável de empreendimentos múltiplos, pelo vulto e profundidade da sua revolução própria) não hesitou em pronunciar esta sentença nítida: «Se tivéssemos necessidade de empreender de novo o nosso movimento, e nos oferecessem a escolha entre duas possibilidades: as de recomeçar, ou sem capital, mas com membros e pessoal esclarecidos; ou, pelo contrário, com grandes capitais e membros não bem informados, – a nossa experiência dava-nos de conselho a escolha decidida da primeira fórmula».

Ao que se me afigura, as comissões culturais das nossas cooperativas devem ir-se preparando para se federarem um dia; para se fazerem correspondentes do Boletim Cooperativista, (concorrendo, pois, para a feitura dele); para levar a direção da sua própria cooperativa a manter-se fiel à União Abastecedora, fornecendo-se sempre através desta última para todos os géneros que está apta a distribuir; e, enfim, para rememorar sem pausa o princípio básico de que uma boa sociedade cooperativa não deve ser gerida como qualquer simples empresa, mas também como um centro de convivência fraterna e de aperfeiçoamento moral e intelectual dos sócios. Toda a cooperativa deve ser também uma escola.»

(«Sobre o espírito do cooperativismo», págs. 33-5 e 41-2, Lisboa, 1958,
ed. do Autor patrocinada pelo Ateneu Cooperativo).

REORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO FEMININA DA "18 DE MARÇO" (p. 3 – *Página das cooperadoras: número três*)

As Comissões Femininas vão surgindo. Nas cooperativas jovens ou nas de longa tradição, a cooperação da mulher vai-se firmando. A Cooperativa «18 de Março» também reorganizou a sua comissão, uma das mais antigas no meio cooperativista.

Muito esperamos do seu bom trabalho, tanto mais que entre outros elementos entusiásticos conta com a experiência e a boa vontade de senhoras que desde há muito vêm prestando uma ativa colaboração na Cooperativa, como D. Atilde da Conceição Machado, D. Maria José Franco de Moura, D. Ester dos Santos Sousa, D. Dionísia Cordeiro, D. Maria de Lourdes Gonçalves Cordeiro.

É uma cooperativa que não se contenta em olhar para o passado; na última festa do seu aniversário, todos demonstraram mais uma vez estar interessados em progredir, olhando para o futuro.

E esta festa de aniversário, festa da família cooperativa, pois não só os associados estavam largamente representados, como também amigos e delegados de outras cooperativas, representantes da Unicoope e do «Boletim», foi assinalada por dois acontecimentos de grande importância: – a adesão da «18 de Março» à Unicoope, que já anunciámos em devido tempo; e a reorganização da Comissão Feminina.

Na sessão solene, a presença de numerosas senhoras era notória. Vários cooperativistas: José Gomes Coelho, secretário da Direção da Cooperativa; Dr. João Sá da Costa, representante do «Boletim»; Lúcia Nobre; Bernardino da Silva Duarte, delegado da Ajudense; Júlio Duarte, representante da Unicoope; Desidério Costa, da Caixa Económica Operária, frisaram a importância do movimento cooperativo, o papel que a mulher nele pode e deve desempenhar, a importância do movimento orgânico.

Seguidamente fizeram-se as honras a um bom e apetitoso lanche que muito gentilmente a Comissão de Senhoras tinha preparado e oferecido.

MENSAGEM DE MISS POLLEY, SECRETÁRIA-GERAL DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL ÀS COOPERADORAS BELGAS (p. 3 – *Página das cooperadoras: número três*)

Com grande prazer, aproveito a oportunidade da minha vinda a Bruxelas para a reunião da comissão central e das comissões auxiliares da Aliança Cooperativa Internacional, para me dirigir às cooperadoras belgas.

Estou convencida, queridas cooperadoras, que vós conheceis a importância do trabalho da

Aliança Cooperativa Internacional e como hoje a A.C.I. se preocupa em promover a cooperação nos países subdesenvolvidos.

O fundamental deste trabalho é propagar, ensinar a cooperação aos povos desses países, fazê-los apreciá-la e ajudá-los na prática cooperativista para que por ela eles atinjam a liberdade: económica, política, espiritual, em suma consigam melhor nível de vida, maior bem-estar.

Mas o caminho é longo; o trabalho duro e a necessidade de auxílio incomensurável. Nós, cooperadoras, que conhecemos os benefícios da cooperação e que temos uma fé entusiástica no movimento cooperativo, temos como mulheres de países de alto nível de vida um dever a cumprir.

Creio que todas o sentimos. Como podemos ajudá-los?

Como exemplo, quero citar o papel desempenhado pela Guilda das cooperadoras suecas na campanha «Sem fronteiras» e pedir-vos que logo que o movimento cooperativo belga decida um plano nacional de ação de entreajuda aos países subdesenvolvidos que nele colaboreis tão largamente quanto possível.

Nº 61, outubro, 1958

QUE A PRÁTICA SEJA CONFORME COM A TEORIA (p. 3 – *Página das cooperadoras: número três [quatro]*)

A Carta das Nações Unidas proclama: «A fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e valor da pessoa humana, na igualdade dos direitos do homem e da mulher». A nossa geração assiste a uma grande transformação da sociedade humana, que aceitará a participação da mulher em pé de igualdade na vida económica, social e cultural das nações. Nas últimas dezenas de anos, milhões de mulheres, em todo o Mundo, adquiriram direitos civis e políticos que lhes permitem votar, exercer uma profissão, colaborar na organização dos serviços públicos, na feitura e aplicação das leis.

Mas estamos tão longe da justiça mínima! Entre nós, por exemplo, em quantas profissões ainda não é respeitado o princípio de *a trabalho igual – salário igual*. Exige-se o mesmo rendimento, a mesma competência, mas paga-se menos à mulher, porque é mulher!

O rebaixamento, o desrespeito pelo trabalho feminino é uma das grandes mazelas que a todos os cooperadores e a todas as cooperadoras cabe o dever de extirpar, por uma autêntica cooperação.

[sem título] (p. 3 – *Página das cooperadoras: número três [quatro]*)
Emmy Freundlich

Em nenhum outro sistema as mulheres são chamadas a desempenhar um papel tão importante como no movimento cooperativo. Não há no Mundo programa político cuja realização dependa tanto das mulheres, nem organização que lhes destine uma tarefa tão indispensável. Todos os outros sistemas, pelo menos em certa medida, podem realizar-se sem a colaboração feminina. As cooperativas de consumo não poderão nunca viver sem a colaboração das mulheres.

Nº 62, novembro, 1958
HORIZONTE (pp. 1 e 2)

CRIAÇÃO OU DESENVOLVIMENTO DAS COMISSÕES CULTURAIS E FEMININAS, ou mistas (se o meio assim aconselhar) deve ser um dos temas a incluir nos relatórios e, por consequência, a ser debatido pelos cooperadores na sua assembleia. Chegou o tempo para abrirmos francamente as portas à colaboração dos jovens e das mulheres, como já o fazem algumas cooperativas, que se transformaram, por isso, em autênticas pioneiras neste campo fundamental para o futuro – e até para o presente – do cooperativismo.

AS MULHERES E A VIDA COOPERATIVA (p. 3 – *Página das cooperadoras: número quatro*)
Lúcia Nobre

«É de vós, cooperadoras, que nascerá o nosso movimento. Dar-lhe-eis a vida–a sua vida autêntica – dando-lhe a vossa participação», afirma C h. H. Barbier.

Eis o que a nossa cooperativa espera de cada uma de nós, Amiga. Que lhe demos a nossa inteira fidelidade de compradoras, c nosso interesse por tudo quanto lhe diga respeito, que nela nos sintamos em nossa casa, onde nada nos é indiferente e passa despercebido, porque faz parte da nossa vida.

Esta autêntica e real participação da mulher na vida cooperativa precisamo-la de fomentar e criar todas nós, mulheres ou homens, todos os que consideramos a ajuda mútua, a compreensão, melhor e mais útil meio de convivência que o «cada um que se arranje», ou o «salve-se quem puder». E se realmente queremos essa participação, se a queremos não só com palavras, ou com um débil e fraco desejo que permanece estéril, ou esmorece às primeiras contrariedades, precisamos de agir de acordo com o nosso pensamento e vontade. Não vem muito longe a época

das eleições dos corpos diretivos. Não seria desarrazoado o ir-se pensando na importância de para alguns cargos serem eleitas mulheres, dado que são elas que se aviam nas cooperativas, elas que sabem quais os géneros de mercearia, fancaria, e outros que lhe dão economicamente mais vantagens e mais lhe agradam.

Enquanto sistematicamente se afastarem as mulheres da colaboração ativa, e enquanto se lhes não der a confiança da responsabilidade, elas não poderão colaborar de facto, pois só se lhes permite ou exige que aceitem. Muitas objeções se podem levantar à participação ativa das mulheres na vida das cooperativas. Entre elas avultará a da incompetência, o desconhecimento total dos problemas da sociedade. Será verdade. Mas serão sabedores todos os homens que dela fazem parte? E mesmo que o fossem, não será contraditório com a doutrina cooperativa, que tem como um dos seus princípios básicos a igualdade de direitos entre homens e mulheres, manter as mulheres na perpétua ignorância, na perpétua menoridade?

É natural e de bom senso, que as cooperativas pioneiras comecem por eleger mulheres para cargos de responsabilidade reduzida, que lhes permita adquirir experiência e treino, sem o menor prejuízo para a sociedade. Essa experiência será decisiva para o movimento.

A necessidade da participação ativa das mulheres na vida das cooperativas têm-se posto a todos os movimentos que são realmente representativos. Entre os muitos exemplos que se podem citar, pensemos na London Cooperative Society, a maior das cooperativas do mundo ocidental, com 1.200.000 associados e que durante muitos anos teve como presidente de direção uma mulher. E presentemente no conselho de administração composto por 15 membros, 8 são mulheres; e no comité de educação trabalham 10 mulheres e 5 homens.

Evidentemente que nos não interessa copiar, por copiar, adotar um modelo para que não estamos de momento preparados.

Mas tenhamos a coragem de inovar, quando a inovação é manifestamente coerente e benéfica.

ANTOLOGIA POÉTICA (p. 3 – *Página das cooperadoras: número quatro*)

CONVERSA PEQUENINA
Mãe, o Sol é redondo, é?
É, meu Amor.
Mãe, a. Lua é redonda, é?
É, meu Amor.
Mãe, então tu és redonda também?
Não, meu Amor.
Oh!

HISTÓRIA DO SENHOR MAR
Deixa contar...
Era uma. vez
O senhor Alar
Com muita onda...
Com muita onda...

E depois?
E depois...
Ondinha vai...
Ondinha. vem...
Ondinha vai...
Ondinha vem...
E depois...

A menina adormeceu
Nos braços de sua Mãe...
Matilde Rosa Araújo
(De «O livro da Tila»)

[sem título] (p. 3 – *Página das cooperadoras: número quatro*)
Miss L. Davies

«A arma revolucionária da dona de casa é a cesta das compras. Quando ela toma consciência desta força, de cooperadora ignorante das consequências dos seus atos, transforma-se em cooperadora inteligente e decidida a constantemente enfraquecer a economia lucrativista».

A TIA ALICE E A COMISSÃO DE SENHORAS DA SUA COOPERATIVA (pp. 3 e 7 – *Página das cooperadoras: número quatro*)
Manuel Clemente dos Anjos (Da Cooperativa Ajudense)

Apesar de estar a cair uma chuva muito impertinente, a tia Alice, com passo decidido e firme, dirige-se para a sua Cooperativa. É dia de reunião da Comissão de Senhoras e a tia Alice, como Presidente da referida Comissão, não pode faltar.

O trabalho desta Comissão de Senhoras tem sido notável, prestigiando a sua Cooperativa em todos os sectores da sua vida orgânica: Têm angariado fundos para a compra de livros para a biblioteca; têm organizado jantares de confraternização e piqueniques; têm feito excursões, têm posto a funcionar postos médicos e cursos de línguas; têm organizado sessões culturais, etc., etc.

A tia Alice, com o seu feitio cintilante e alegre, contagia as suas camaradas e todas elas trabalham cem alegria e vontade. Estão todas reunidas para tratarem de problemas que dizem respeito às diversas atividades da Comissão e vamos sorrateiramente ouvir o que elas nos ensinam:

A *tia Alice* (com ar prazenteiro, muito amável): – Minhas amiguinhas! Já temos 100 sócias, mas é necessário termos muito mais! O número de associados da Cooperativa é de 600. Impõe-se que todas as senhoras contribuam para a Comissão de Senhoras, inscrevendo-se como sócias.

Uma senhora (com entusiasmo): – Vamos fazer a diligência para que isso aconteça. Que bom seria termos 600 ou mais sócias a contribuírem, mensalmente, com Esc: 2$50!!! Que coisas faríamos com esse dinheiro! Por isso, mãos à obra!... Estabeleçamos um plano de trabalho e vamos pô-lo em execução.

Uma outra senhora (com ar sereno, meditativo): – Eu proponho que vamos a casa de todas as senhoras da família dos sócios e de viva-voz convidá-las a inscreverem-se como sócias da nossa Comissão e ao mesmo tempo explicarmos qual a missão especial conferida às Comissões de Senhoras das Cooperativas. Tenho a certeza que seremos bem sucedidas nesta tarefa.

A *tia Alice* (com a mesma simpatia): – Acho muito boa ideia! Todas concordam? Ainda bem que sim. Sendo assim é necessário principiarmos essas visitas com a maior urgência – talvez mesmo amanhã!

Ainda outra senhora (com o olhar a brilhar de contentamento): – Estou contentíssima com esta bela ideia! Com verdadeiro espírito de cooperação e de compreensão estou convencida que a nossa Comissão há-de corresponder, inteiramente, para aquilo que foi criada e a Cooperativa lucrar á imenso com isso!

A *tia Alice* (com ar grave e pensativo): – Sim! A cooperação é indispensável! Mas não nos devemos esquecer que a cooperação deve ser leal e sincera. Já muitas Comissões de Senhoras têm falhado, precisamente, por não haver a tal lealdade, a tal sinceridade, que tão precisas são! E há outras Comissões de Senhoras, embora estejam de pé, que vivem em completa efervescência espiritual por, entre os seus membros, não pontificarem aquelas virtudes que eu acabei de apontar. Mas connosco esse mal não há-de surgir, porque temos inteligência suficiente para o matarmos à nascença. E porque, conscientemente, não podemos admitir que tal aconteça. Agora outra coisa! Como já temos bastante dinheiro proponho que apliquemos algum na decoração da sala das sessões e dos gabinetes da Direção e da biblioteca. Todas concordam? Muito bem.

Mais outra senhora (com muito entusiasmo): – Proponho, também, que ponhamos em

laboração aulas de lavores para as senhoras da família dos sócios. Já arranjei algumas senhoras que, obsequiosamente, vêm ministrar os seus ensinamentos e todas elas são exímias na arte de ensinar lavores.

A *tia Alice* (levanta-se e aperta a mão a esta senhora. Em seguida senta-se): – Acho esta proposta maravilhosa e dou os meus parabéns à sua autora. Todas concordam? Sendo assim vamos pôr em execução esta sugestão e podemos ficar certas que prestaremos um grande auxílio a todas as senhoras que se queiram aperfeiçoar em trabalhos tão úteis! E todas as senhoras que completarem os seus cursos se lembrarão, toda a vida, que foi a sua Cooperativa que lhes proporcionou tomarem contacto com trabalhos técnicos, de grande valia e utilidade, que lá fora, só à custa de gastarem muito dinheiro, os poderiam aprender. Vamos encerrar a sessão, porque já é tarde e amanhã é dia de trabalho. Não se esqueçam que na próxima sessão, além de outras coisas, temos que estruturar o programa das visitas a fazer a vários monumentos nacionais, a museus, etc., etc. Pensem, pois, bem neste assunto, que é muito importante.

EXPOSIÇÃO DE GRAVURA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA: UMA GRANDE EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL (pp. 4 e 5)

De 25 a 31 de outubro esteve patente no Ateneu Comercial do Porto uma exposição de gravura portuguesa contemporânea, organizada pela Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses («Gravura»), Na nota, que abria o catálogo, lembrava-se o propósito da exposição: «divulgar uma modalidade das belas artes até hoje injustamente relegada em Portugal para lugar secundário: a gravura artística».

As gravuras eram todas assinadas por artistas contemporâneos, e ao lado dos nomes consagrados de Jorge Barradas, Carlos Botelho, Júlio Pomar, Rezende, Querubim Lapa, Manuel Ribeiro de Pavia e de outros, havia o de artistas mais jovens: Rogério Ribeiro, António Areal, António Quadros, Ferreira da Silva, Sá Nogueira, etc., pois a Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses tem «procurado obter a colaboração de todos os artistas plásticos nacionais interessados pela gravura, sejam quais forem as suas tendências estéticas e esteja ou não o seu nome já consagrado... procurando abrir novas perspetivas aos praticantes da modalidade, criando-lhes facilidades até agora inexistentes».

Dentre as obras expostas, destacamos, não como conhecedor que não somos, mas na qualidade de amador ignorante, além da poderosa «Campaniça» de Ribeiro de Pavia, os trabalhos de Pomar e Rezende, «Um dia de sol» de Carlos Botelho, a «Peixeira» de Querubim Lapa, dum colorido, que lembra o de uma cerâmica não vidrada ainda, um nu de Alice Jorge, o vigor denso dos quadros alentejanos de Rogério Ribeiro (sobretudo «Vendedores de cavalos»

e «Debulhadora»), o saudosismo de paisagens lunares das litografias de António Areal, e o populismo fantasmagórico de António Quadros.

E esta breve nota vem aqui, não apenas, porque se trata de uma exposição de grande nível artístico, mas também e sobretudo porque é patrocinada por uma cooperativa, que sendo destinada à divulgação de produções artísticas, está organizada sob a forma de cooperativa de consumo, alargando assim a expressão «consumo» no domínio do espírito. Pugnando por uma tentativa séria da democratização da arte não só entre os seus só cios, mas entre um público mais vasto, quando realiza exposições, não a julgamos suficientemente conhecida no meio cooperativo, pois as suas realizações não têm sido suficientemente propagadas e anunciadas neste órgão de intercâmbio. Agora que em muitas das grandes cooperativas do país as comissões culturais de jovens são uma realidade, e que também essas comissões, nascidas no próprio meio operário, não querem que a arte seja só privilégio de elites, a Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses não deve ser ignorada. Algumas dessas grandes cooperativas dispõem já de salas onde uma exposição podia perfeitamente ser realizada. «Gravura» estaria com certeza ao lado de tal iniciativa. Porque esperam as cooperativas portuguesas?

Nº 63, dezembro, 1958

PERFIL DE UMA MULHER – IRENE LISBOA (p. 3 – Página das cooperadoras: número cinco)
Luísa Dacosta

No dia 25 de novembro morreu a grande escritora Irene Lisboa. A sua morte passou como a sua vida: despercebidamente. Haveria muitas pessoas no seu enterro?! Talvez não. Os jornais só dias depois deram a notícia, e não na primeira página.

Interessa-nos chamar aqui a atenção para o exemplo desta mulher, de quem a vida foi madrasta, e que apesar de tudo realizou uma obra extraordinária – até porque essa obra não tinha estímulos que a ajudassem a medrar. Foi quase sempre ignorada pelo público, e muitas vezes diminuída pela crítica.

Irene Lisboa era professora primária, e esteve no estrangeiro como bolseira, a trabalhar com o pedagogo suíço Claparède. No entanto a sua obra pedagógica não pôde cumprir-se inteiramente. O ensino nas escolas foi-lhe vedado. Porém, livros como «As modernas tendências da educação», editado pela Cosmos, ficaram a testemunhar a notável pedagoga, que não se realizou. Sem poder dedicar-se à profissão que tanto amava, começou a escrever. Numas notas autobiográficas fornecidas por ela própria a um jornal, que em 1957 a homenageou, assim dizia: «para consolação, porque amava entranhadamente a sua modesta profissão e se lhe dedicava, entrou a escrevinhar por aqui e por ali! E a publicar livros à sua custa, fazendo dívidas que depois saldava! Livros que ninguém lia,

porque tais saldos se lhe tornavam penosos». Como não havia de ser-lhe penoso pagar tais dívidas, se ela vivia apenas da sua modesta reforma? Apesar disso foram surgindo, a par de muita colaboração em revistas portuguesas e brasileiras, «Contarelos», «Um dia e outro dia...», «Outono havias de vir», «Solidão», «Começa uma vida», «Folhas Volantes», «Esta cidade!», «Apontamentos», «Uma mão cheia de nada, outra de coisa nenhuma», «Voltar atrás para quê?», «O pouco e o muito», «Título qualquer serve» – e muitos ficaram inéditos. Esta vasta obra considerou-a ele entretenimento de mulher pobre e sem família, que não podia dar-se ao luxo doutras distrações e para si própria inventava histórias. Na verdade a razão era outra. A sua obra literária foi resultado duma solidariedade para com todos os que trabalhavam e sofriam. Poucas são as suas personagens «inventadas». Mulheres do campo, mulheres a dias, operários, empregados modestos – toda uma população lisboeta ou serrana, eram gente que ela sentia próxima de si, e as mais das vezes conheceu, dos seus contos ou novelas aqui deixamos um dos seus contos ou novelas aqui deixamos este poema, extraído do livro «Outono havias de vir», exemplo de solidariedade humana, que ela, por pudor, e por que a não queria confundida com uma compaixão piedosa e superficial, nunca quis confessar.

A PRESENÇA DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS COOPERATIVOS ESTRANGEIROS

(p. 3 – Página das cooperadoras: número cinco)

Na Bélgica – Cerca de quarenta cooperadoras acompanharam com interesse o importante congresso cooperativo, que no passado mês de setembro se realizou no seu país, quer como membros dos conselhos de administração, quer como delegadas das suas cooperativas. As suas intervenções despertaram a atenção da assembleia pelos elementos construtivos que trouxeram para o debate de problemas, como: «A legislação sobre as sociedades cooperativas», «As novas técnicas de venda», «Auxilio aos países subdesenvolvidos».

Na Suíça – As cooperadoras de língua alemã organizaram uma semana de estudos, no Colégio Cooperativo de Muttenz, próximo de Basileia. Além das cooperadoras suíças tomaram parte na semana de estudos delegadas dos movimentos femininos da Alemanha, Áustria e Países Baixos. O plano dos trabalhos incluiu uma visita detalhada à Exposição SAFFA, em Zurique. O tema central da Exposição era o da possibilidade da mulher contribuir para o aperfeiçoamento humano sob todos os aspetos; a responsabilidade da mulher na família, na política; a reivindicação justificada da igualdade de direitos.

Um pavilhão consagrado ao tema «A mulher e o dinheiro» explicava as realizações das guildas na defesa e informação do consumidor. A União Suíça das Cooperativas de Consumo organizou um esplêndido pavilhão baseado no tema «Pais e Filhos», que pelo seu valor humano e cultural mereceu as melhores atenções.

De «OUTONO HAVIAS DE, VIR (p. 3 – Página das cooperadoras: número cinco)
Irene Lisboa

Andam os segadores, os campaniços, como por
[cá dizem, à espera de que os chamem.
Pobretões, secos, remendados!
Enchem o mercado, espalham-se pelas ruas.
Ano de chuvas, tardias as ceifas.

Campaniços, campaniços!
Soa-me a barro esta palavra e a pobreza.
Por ela não entrevejo a simbólica Ruth nem as
[loiras searas.

Campaniços!
Deambulatórios filhos da terra, famintos e
[deserdados.

Nº 64, janeiro, 1959

A PRESENÇA DAS MULHERES NA VIDA DAS COOPERATIVAS: O QUE FEZ A COMISSÃO FEMININA DA COOPERATIVA «A LINHA DO ESTORIL» (p. 3 – Página das cooperadoras: número sete [seis])

Por ocasião do Natal e Novo ano, organizou a Comissão Feminina da Cooperativa «A Linha do Estoril», no dia 28 de Dezembro, uma imponente festa de confraternização entre os seus associados e ainda dedicada aos filhos dos mesmos, com um esmerado acto de variedades desempenhado pelas crianças, que teve o maior agrado de todos os assistentes. Foi depois distribuído um farto lanche a 100 crianças, filhos dos associados, bem como vistosos e variados brinquedos.

[Sem título] (p. 3 – Página das cooperadoras: número sete [seis])
E. Dutilleul.

É preciso exercitar o homem, a multidão dos homens e das mulheres na prática da cooperação,

de modo a tomarem-se seus solidários. Cooperação na escola, no trabalho, em todos os aspectos da vida para que a organização da sociedade seja harmoniosa e pacífica.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ATENEU (p. 3 – Página das cooperadoras: número sete [seis])

No dia 1 2 de dezembro foram eleitos os novos Corpos Gerentes do Ateneu Cooperativo – Fraternidade Operária de Lisboa, que passam a ser assim constituídos:

Assembleia Geral: Mariano Roque Laia, Presidente; Luísa Simões Raposo, 1.ª Secretária; José Moreira da Assunção, 2. ° Secretário.

Conselho Fiscal: Moisés da Silva Ramos, Presidente; Maria Irene dos Santos da Assunção, 1. ° Vogal; Sérgio Ferreira Ribeiro, 2. ° Vogal.

Direção: Vasco de Carvalho, Presidente; José Hipólito, Secretário Administrativo; Germinal de Sousa, Secretário de Organização; Adelino Guimarães, Tesoureiro; José Dias Fernandes, Vogal.

É de notar a existência nestes Corpos Gerentes de duas senhoras.

Depois de encerrada a ordem da noite, Eugénio Mota descreveu, num rápido esboço, as realizações principais das organizações cooperativas francesas, alemãs, inglesas, suecas e dinamarquesas que lhe foi dado observar, numa viagem que efetuou em agosto último.

No final, Vasco de Carvalho referiu-se ao dia 1 9 de dezembro, como sendo já uma data célebre da Cooperação portuguesa, pois foi naquele dia do ano de 1955 que se fundou a Unicoope. O aparecimento da Unicoope, disse, veio trazer aos cooperadores portugueses maior certeza no futuro e preencher uma lacuna no nosso movimento, além de indiscutíveis benefícios às cooperativas filiadas. Recordou a ação do Ateneu junto dos seus filiados sócios de cooperativas de consumo, para que dessem o seu apoio à adesão destas à Unicoope, e terminou propondo um voto de congratulação pelo 3.º aniversário daquele organismo, o qual foi aprovado por unanimidade.

Nº 65, fevereiro, 1959

A PRESENÇA DAS MULHERES NA VIDA DAS COOPERATIVAS (p. 3 – Página das cooperadoras: número oito)

A Comissão Feminina da Cooperativa de Produção e Consumo A LINHA DO ESTORIL está em plena atividade.

Esta comissão, composta pelas muito ativas cooperadoras Silvina da Costa Abreu, Ilda Ribeiro Franco, Aurélia Ribeiro Patrocínio, Maria Ana Velhinho, Maria Antónia Rodrigues

Ferreira e Conceição Duarte Reis e das jovens Palmira Rodrigues Velhinho, Branca Alcinda Augusta Norte e Maria da Conceição Pereira, não se têm poupado a esforços com o objetivo de engrandecer a Cooperativa. Têm tido um labor digno de registo, em todas as festas, para angariar fundos em prol da Cooperativa e contribuído com o seu esforço para realçar as festas comemorativas do aniversário.

Para se avaliar a boa vontade que têm tido em auxiliar os corpos gerentes, é digna de registo a oferta que fizeram à direção de uma máquina de escrever marca Royal – a qual fica sendo património da nossa Cooperativa, e cuja falta desde há muito se verificava. Para entrega desta, efetuou-se na nossa sede provisória uma reunião dos corpos gerentes, com a presença de alguns sócios.

Na cerimónia da entrega da citada máquina, ao presidente da direção sr. Henrique Pratas de Abreu, pela jovem Palmira Rodrigues Velhinho, usaram da palavra para elogiar a ação da Comissão Feminina, este cooperativista e o presidente do Conselho Fiscal, que em poucas palavras pôs em evidência o gesto da comissão, e apelou para a boa vontade das componentes desta, convicto que continuariam a exercer e a ampliar a sua atividade, tão útil para a vida da Cooperativa.

A seguir, para se comemorar o facto e a expensas dos presentes, efetuou-se um pequeno lanche que serviu de pretexto para votos de progresso da Cooperativa e a promessa de todos os presentes de continuarem dando o seu esforço em tudo quanto esteja ao seu alcance para que a Cooperativa cada vez alargue mais o âmbito das suas atividades e contribua eficazmente para a emancipação económica e cultural dos associados.

Comissão Feminina da Cooperativa BEATO E POÇO DO BISPO

Este núcleo de cooperadoras que têm procurado colaborar com a direção da cooperativa e fomentar o espírito de cooperação na massa associativa levará a efeito no dia 30 de agosto uma excursão em autocarro que sairá da sede e passará por: Vila Franca de Xira, Almeirim, Alpiarça, Golegã, Constância, Castelo de Bode, Tomar, Fátima, Torres Novas, Santarém, Lisboa (sede). A atual direção da comissão feminina é composta pelas ativas cooperadoras: Deolinda Pinto de Oliveira; Marília dos Santos; Georgina Pereira, Gabriela da Silveira e Arlete Barricas.

Nº 66, março, 1959

A COMISSÃO CULTURAL DA COOPERATIVA OPERÁRIO BARREIRENSE AFIRMA A SUA VITALIDADE (p. 3 – Página das cooperadoras: número nove)

A Comissão Cultural e Feminina da Cooperativa Operária Barreirense, da qual fazem parte jovens entusiastas, está consciente das responsabilidades que lhe cabem no alargamento e realização da doutrina cooperativa.

Maria Madalena Bravo – da Comissão Feminina – assim se dirigiu às centenas de Cooperadores que enchiam o vasto salão de sessões da Operária Barreirense.

«Ao comemorarmos o 48.º aniversário da nossa muito querida Cooperativa, temos a pretensão em acentuar aqui o imenso júbilo e uma reconhecida gratidão pela amável colaboração que V. Ex.as se dignaram prestar, vindo assistir a esta simples mas significa manifestação cooperativista. E mais ainda por se tratar de uma festa em que boje será prestada justa homenagem aos continuadores desta obra que no período de 25 anos souberam compartilhar dos esforços dos saudosos fundadores desta coletividade. Por este facto não será muito fácil esquecer este ato que está decorrendo, não só pelo seu elevado sentimento cooperativo como também por constatarmos com intensa satisfação a presença de todos vós para que esta cerimónia se revista de uma maior solenidade. Entretanto, é dever salientarmos que muitos outros batalhadores das nossas congéneres empregam também os seus úteis esforços para que o cooperativismo em Portugal atinja um progresso cada vez maior.

Nós sabemos que a dr.ª Lúcia Nobre tem tido uma grande atividade, procurando com a sua viva inteligência evocar e incutir no espírito dos jovens e em especial das mulheres, as vantagens que proporciona o cooperativismo no seu vastíssimo campo material e moral.»

Nº 67, abril, 1959

AS COOPERATIVAS NO MUNDO: UMA GRANDE VITÓRIA FEMININA (p. 3 – Página das cooperadoras: número dez)

No movimento cooperativo britânico, pela segunda vez, uma mulher é eleita para as mais altas funções.

O conselho de administração da Cooperativa Wholesale Society (C. W. S.) é formado por 28 administradores que têm a responsabilidade do comércio grossista e das fábricas pertencentes ao movimento cooperativo inglês.

Esses administradores são escolhidos pelo conjunto das sociedades cooperativas que fazem parte do Armazém. Os candidatos devem ser conhecidos nos serviços administrativos da democracia cooperativa e possuir qualidades de organização e administração. Os eleitos têm que realizar numerosas deslocações no país e ao estrangeiro, assistir a múltiplas reuniões.

Foi em 1922, que pela primeira vez, uma mulher – a senhora Cottrel – foi eleita para este conselho superior. Durante 14 anos desempenhou essas funções com competência, proficientemente. Nas eleições realizadas em janeiro de 1959 – a senhora Eva Dodds – dona de casa, de 45 anos, obteve em relação ao concorrente mais votado uma maioria de 555 votos. Desde os 16 anos que Eva Dodds tem militado activamente nas lides cooperativas. É presidente das guildas do

seu distrito. Duas semanas antes de ser eleita, pronunciou na região mineira de Mansfield um notável discurso. Pediu aos ouvintes para estenderem a sua mão fraterna aos futuros dirigentes dos países subdesenvolvidos que estudem em Inglaterra. Insistiu na necessidade e na vantagem de as mulheres se instruírem e conjugarem os seus esforços para o triunfo da cooperação.

AREJEMOS AS NOSSAS BIBLIOTECAS E ORGANIZEMOS "CLUBES DE ESTUDO" (p. 3 – Página das cooperadoras: número dez)
Lúcia Nobre

A biblioteca – a casa ou o canto onde estão arrumados os livros deve ser viva, viva e calma. Nada mais desolador que uma biblioteca com ar de abandono, onde se sente o frio, a falta de presença humana, onde os livros – fonte de saber e prazer espiritual, despertadores de faculdades, amigos que permanecem ao longo do tempo, se acham como que sepultados, esterilmente fechados e empoados.

Nós, cooperadores portugueses, ainda não demos às bibliotecas e suas atividades o interesse que elas merecem. O desejo de saber é uma necessidade mais ou menos viva ou mais ou menos latente, mas existe em nós. A existência de uma biblioteca, onde os livros sejam consultados, sejam lidos, deve ser considerada indispensável em uma cooperativa. E mesmo em uma pequena biblioteca merecerão especial cuidado e interesse as secções infantil e juvenil. É durante a infância que se tem de incutir na criança o gosto pela leitura. E, por isso, a biblioteca completa a escola, porque pode satisfazer o desejo de saber que a escola deve estimular e desenvolver. A criança é naturalmente ávida de conhecimentos. Curiosa, tudo quer saber e tudo deseja descobrir. O livro permite-lhe tomar contacto com um mundo de maravilhas, quer no domínio da realidade, quer no da fantasia.

Os livros emprestados pela biblioteca, que a criança sabe que estão ao seu dispor, ao seu uso, mas que lhe não pertencem, habituam-na a respeitar os direitos dos outros, disciplinam-na; educam-na.

Na Grã-Bretanha, na América, na Suécia e em muitos outros países, a ação educativa das bibliotecas, mesmo a das bibliotecas públicas, tem sido ampliada e alargada com muitas e apreciáveis vantagens. Obras cujo conteúdo são de reconhecido interesse depois de lidas por um grupo são por ele comentadas. A troca de impressões, a discussão feita sobre a obra que de todos é conhecida aguça o espírito, leva-o a encarar os problemas sob aspetos em que não tinha reparado, dá-lhe uma visão mais ampla.

Esta orientação tem sido seguida por muitas cooperativas que iniciaram e têm mantido com resultados bem proveitosos os chamados Círculos de Estudo ou Clubes de estudo. A Suécia

mantém anualmente 10.000 clubes de estudo para educação de jovens e adultos. Estes clubes de estudo ocupam-se da discussão de livros, de cinema, psicologia. problemas concretos da comunidade em que se realizam, etc.

A iniciação de estes clubes de estudo nas nossas cooperativas abrir-lhes-ia novas perspetivas e novas possibilidades, especialmente em relação aos jovens e as às mulheres. Os temas serão naturalmente propostos pelos interessados, variáveis conforme o meio, a idade, a experiência e as necessidades dos que os realizarem. Numa primeira fase, na fase inicial, assuntos como:

- Quais os princípios fundamentais do cooperativismo?
- O que é a cooperação?
- O que pode a mulher dar à cooperação?
- Em que pode a cooperação ajudar a mulher?
- Quais as vantagens de os operários se organizarem em cooperativas de produção?
- Como funciona uma cooperativa? são naturalmente de esclarecimento e proveito para os sócios e futuros associados de uma cooperativa. O campo é muito vasto. Comecemos.

Nº 68, maio, 1959

BILHETE DE JOANINHA (p. 3 – Página das cooperadoras: número onze)

Bom dia Amigos e Amigas. Bravo a todos e a todas que pela cooperação tendes contribuído e continuamente continuais a dar a vossa achega às realizações cooperativas e em particular – porque é uma atividade que especialmente tomo a peito – à organização dos grupos de cooperadoras.

Por que razões pugnamos pelos grupos de cooperadoras? Não será suficiente que as mulheres adiram à cooperativa da sua localidade ou bairro e, assim, se tornem membros da grande família dos cooperadores?

Ser associado de uma cooperativa a título individual ou familiar é certamente o primeiro passo no caminho da cooperação.

Ser uma compradora fiel, quer dizer regular é também igualmente indispensável. Mas cooperar quer ainda dizer mais. Olhai bem o nosso emblema. É todo um programa.

A MULHER DA CESTA: assim se apresenta a compradora, a dona de casa. Mas vede, não está sozinha, ela nunca está só. São três. Três donas de casa, três compradoras que têm cada uma a sua cesta, mas que a têm em conjunto, que unem os cotovelos porque não são simples compradoras anónimas, são cooperadoras.

A loja onde vão fazer as compras, não é um estabelecimento qualquer onde entram por

acaso. É a cooperativa, a casa que elas formaram, elas e seus pais, elas e seus maridos.

Aquelas de entre nós que têm tido a alegria de participar em uma realização cooperativa sabem bem a satisfação que têm tido apesar dos cuidados e tribulações que possam ter surgido. Até agora as nossas sociedades cooperativas têm sido na maior parte dos casos obra de homens. Irmãos, pais, maridos, consagraram noites sucessivas à discussão da fundação da cooperativa, à concretização do projeto até que se tornou realidade concreta. E depois de fundada a cooperativa, nela continuam a participar ativamente.

Ajudá-los a realizar a tarefa que aceitaram para o bem de toda a comunidade é e será para a maior parte de nós a primeira ação cooperativa que nos é pedida. E não é muito fácil. Aplanar as dificuldades que surgem em casa, noite após noite, manter o sorriso enquanto o marido se vai encontrar com os amigos nas lides cooperativas, ou se os amigos se reúnem na sua casa, evitar o barulho que as crianças possam fazer à sua volta, dar uma dádiva quando a bolsa está magríssima, tudo isto exige um esforço de compreensão, uma boa vontade que fazem parte do espírito de cooperação.

Mas nós queremos fazer mais. Queremos compreender melhor o que é a cooperação. Queremos participar ativamente na vida das nossas cooperativas. Queremos juntar os nossos esforços aos dos pais e maridos para a realização de um mundo melhor para nós e para os nossos filhos. Para isso devemos instruir-nos. Sós, cada uma, no seu canto, não o conseguiremos. É preciso que nos reunamos. É neste espírito que se tem criado e todos os dias se formam grupos de cooperadores.

EDUCAÇÃO – COOPERAÇÃO – AJUDA MÚTUA: são os três grandes ideais que ocupam e animam esses grupos.

Voltaremos a falar no assunto. Em conjunto estudaremos como se funda um grupo e como se lhe dá vida, mas desde já podemos, devemos dar um passo nesse sentido.

Recebemos este «Boletim», mas é o nosso marido que o lê ou então pegamos-lhe numa apressada vista de olhos e não procuramos entendê-lo. Oh! eu sei. Temos todas as espécies de boas desculpas. O tempo voa. O trabalho, as crianças, a lida da casa absorvem-nos, sorvem o nosso tempo. Contudo, durante o dia, quantos minutos gastos, perdidos sem proveito para ninguém. Não digo mais. Vós próprias os encontrareis facilmente, e desses minutos perdidos fareis momentos produtivos e repousantes, porque vos sentastes confortavelmente e descansastes as pernas. Assim, quando retomardes as vossas ocupações, os músculos estarão repousados e sentir-vos-eis mais vivas, mais frescas.

Se possível, é conveniente ler o «Boletim» uma primeira vez sozinha. Com o lápis marcam-se os artigos especialmente interessantes, aqueles que se hão de voltar a ler quer para melhor compreender o sentido, quer para trocar impressões sobre o assunto com o marido, pais, amigas ou outros cooperadores.

Entretanto, atenção, para que as trocas de impressões se não tornem discussões inúteis.

Espero que este Bilhete dará a cada uma, e possivelmente a cada um, assunto para reflexão e abrirá caminho para uma mais estreita cooperação entre todos e todas. É o voto que faço neste belo dia de Primavera.

Vossa amiga, Jeannette Hubler

Nº 69, junho, 1959

AS MULHERES NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (pp. 3 e 7 – Página das cooperadoras: número doze e p. 3 da Página das cooperadoras: número treze, Nº 70, julho, 1959)
Marcel Brot, Presidente da Aliança Cooperativa Internacional

O lugar da mulher na Cooperação no plano nacional não está em discussão, embora fosse mais correto dizer «o lugar que ela devia ocupar». Mesmo na cooperação dos consumidores a sua influência não corresponde de modo algum à importância do seu papel que é essencial e está na verdadeira raiz das atividades cooperativas.

Esta insuficiente penetração da mulher na Cooperação é devida, em parte, à resistência de velhas tradições, mas é também devida ao facto de as mulheres não terem sido treinadas para a ação coletiva. Os esforços das mulheres cooperadoras militantes em todos os países têm sido o promover por diferentes modos a educação dos membros femininos das sociedades, a fim de que elas possam tomar parte ativa no desenvolvimento e atividades das suas Cooperativas.

O PROBLEMA

Mas se a mulher está a tomar interesse pela vida da cooperativa, ela deve encontrar nela uma resposta a alguns dos problemas que enfrenta como dona da casa. Isto é particularmente verdadeiro no que diz respeito à cooperação de consumidores. Por isso antes de podermos perguntar a nós próprios que apoio podem trazer as mulheres à cooperativa devemos perguntar que ajuda ou que serviços podemos dar às mulheres para lhe facilitar as suas responsabilidades diárias.

O problema levanta-se da mesma maneira no plano internacional e devemos examinar o que o desenvolvimento da cooperação pode oferecer às mulheres em todos os países.

Da antiga Europa, à África, da Ásia às duas Américas a posição das mulheres varia em larga escala: as tradições sociais e religiosas, a estrutura da família, dão-lhe posições que variam da total subordinação à emancipação.

Tradições e preconceitos também influenciam as mulheres. Se uma elite aspira a um maior lugar na vida social e tenta educar a massa feminina a tornar-se consciente do interesse

coletivo, estas militantes sabem como é difícil quebrar hábitos longamente enraizados. Ainda que a evolução industrial do último século tenha arrastado as mulheres para fora de casa, a maioria delas está ainda solenemente ligada ao círculo familiar. Isto explica porque mesmo com a concessão de direitos cívicos poucas mulheres sigam a carreira política. Não há nenhum problema de separação da mulher dos deveres essenciais na vida da família. Contudo, deve-se ter esperança que em adição à própria vocação, a mulher venha a interessar-se pela comunidade em que vive, que ela venha a tomar parte na formação das leis, pelas quais a sua vida é governada, e o desenvolvimento das quais ela dirige. Numa palavra, a mulher, pondo de parte o seu complexo de inferioridade na organização social, adquire um verdadeiro espírito público.

FORMAÇÃO DO ESPÍRITO CÍVICO

Mas para criar este espírito cívico, não é suficiente apelar para ideias e princípios. Treinando-se na prática da vida coletiva, deve alargar os seus interesses muito para além do horizonte da família, do escritório ou da fábrica. Esta iniciação e este treino são progressivamente oferecidos às mulheres pela prática cooperativa. Semeando a semente da cooperação em todos os continentes, entre as mais variadas raças e civilizações, chamando as mulheres a tomarem parte efetiva nas instituições que elas criam, a Aliança Cooperativa Internacional traz ao mundo feminino a mais preciosa contribuição para a verdadeira emancipação. Esta contribuição não é diferente da que é oferecida aos homens que também necessitam dela, mesmo nos países mais democráticos, porque todas as gerações devem receber educação.

Além disso a história recente tem-nos ensinado, como fácil e rapidamente o espírito de liberdade se pode perder entre as massas. Este facto torna a educação cooperativa muito necessária para a criação do espírito cívico naqueles países que livres de toda a tutela, clamam o direito de se governarem.

Os povos que se estão a organizar em nações novas serão também orientados para libertar a mulher da sua condição inferior.

Mesmo nos países da Europa é evidente que a emancipação das mulheres tem seus limites e que há uma grande variedade na concessão dos direitos jurídico s e políticos.

Não é para nós o considerar se uma certa discriminação de direitos é útil para manter a unidade do círculo da família, mas não há dúvida que quando a expansão de qualquer direito da mulher se afirma, levanta-se a questão das antigas tradições e preconceitos.

INFLUÊNCIA COOPERATIVA

Tanto para homens como para mulheres a Cooperação é uma elevação moral e uma educação cuja influência pode ser sumarizada do seguinte modo:

Uma Elevação Moral:

- Pelo carácter voluntário da associação;
- Pela aceitação da responsabilidade;
- Por se tornar consciente de um interesse coletivo.

Uma Educação

- Pela contribuição para o esforço comum;
- Pela aplicação leal dos princípios livremente aceites;
- Pelo desenvolvimento do hábito da economia que só por si pode garantir o futuro de qualquer instituição;
- Pela compreensão das regras válidas, que muitas vezes são sacrificadas por uma vantagem imediata;
- Pelo desenvolvimento da elevação individual através da elevação de todos;
- Pela promoção de um senso de solidariedade estendendo-se mesmo para além do círculo cooperativo.

Isto é o que a Cooperação Internacional oferece a todas as mulheres do mundo assim como a todos os homens. Ainda que esta iniciação e educação se encontrem em todas as formas de cooperação, elas afetam especialmente as mulheres na cooperação de consumo.

De facto, a cooperação atinge a mulher no meio dos seus problemas diários mais simples. Ela fala para ela na sua própria língua e pode conduzi-la a uma maior compreensão de interesses que estão intimamente ligados com os seus próprios e ajuda-a a integrar os dois

É o acesso direto às mais elementares preocupações de uma dona de casa que dá à cooperação a sua força diretiva desde as ideias abstratas que podem abranger uma pequena elite, mas não ter o espírito de empreendimento que é essencial na educação das massas.

TAREFA DUPLICADA

Esta influência sobre as mulheres não podia ser empreendida sem mulheres cooperadoras experimentadas e militantes como se tem visto pelas guildas, embora tal elite tenha uma tarefa duplicada: procurar que as mulheres cooperadoras participem tanto quanto possível nas responsabilidades, para que elas possam conhecer as dificuldades da direção e tomar parte no controle no papel de membros da Cooperativa. Então tendo experiência da realidade, elas não correrão o risco de caírem em propaganda puramente ideológica.

Elas empreenderão com mais sucesso a educação de outras mulheres cooperadoras, começando pelos seus interesses de ordem prática e conduzi-las à ideia do interesse coletivo que acabará por acordar nelas o sentimento da solidariedade humana.

Esta atividade levada a cabo por mulheres e para mulheres, no plano local ou nacional

não resultar á apenas no fortalecimento das instituições cooperativas, mas também espalha a sua influência. Dará a sua contribuição própria para formar a opinião pública dirigindo- a em direção à justiça e à paz.

Mas esta atividade educativa apenas pode ter verdadeira importância se se estender a um plano internacional. A Guilda internacional não estabelece apenas laços de amizade entre mulheres cooperadoras de todos os países; ela promove a sua atividade pelo conhecimento e comparação de métodos. Acima de tudo ela dá expressão às aspirações das mulheres unidas pelo movimento cooperativo mundial.

Uma das tarefas das mulheres na Cooperação Internacional é espalhar e fortalecer o espírito de paz. É também uma tarefa muito delicada porque, no passado, a única ajuda aparente de algumas campanhas pacifistas foi a de despertar a opinião pública em certas nações.

FUNDAMENTOS REALISTAS

O nosso trabalho de paz deve, por conseguinte, brotar dos verdadeiros princípios de ação cooperativa. Ele deve averiguar quais são as verdadeiras causas dos conflitos internacionais. A Aliança Internacional Cooperativa tem-se dedicado a esta tarefa pela proposta de soluções justas. Tem também definido as condições essenciais para a compreensão e acordo entre os povos, a circulação livre de mercadorias, homens e ideais.

As mulheres cooperadoras, podem, por conseguinte, estabelecer a sua propaganda de paz em bases sólida s e realistas.

A verdadeira essência da ação cooperativa é a aplicação dos princípios na realidade. O perigo é que as cooperadoras se julguem por um lado idealistas e por outro realistas, um divórcio que apenas pode conduzir a um fracasso certo.

O resultado seria o mesmo pelo que toca à ação das mulheres cooperadoras que apenas pode ser efetiva se a sua origem e força forem na realidade de cooperação prática.

A atividade das cooperadoras deverá ser efetiva e o seu incentivo partir da prática da verdadeira Cooperação.

N. R. – Este texto foi lido por Marcel Brot no Seminário Feminino Cooperativo Internacional realizado em 1956 e publicado na Revista Internacional de Cooperação em Abri l de 1957.

AS MULHERES ESTÃO PRESENTES (p. 3 – Página das cooperadoras: número doze)

Virgínia Correia Fortunato

(Mensagem lida em 24 de maio de 1959 na Cooperativa Pragalense)

Companheiros Cooperadores:

Verificamos, com prazer, que quarenta e um anos passaram desde que foi lançada à terra a semente que germinou a Cooperativa Pragalense, realidade que dignifica não só os seus dirigentes como toda a massa associativa que a mantém.

Saudar, portanto, a Pragalense, nas comemorações do seu quadragésimo primeiro aniversário, não é mais do que uma manifestação espontânea do elenco feminino da Comissão Cultural da Cooperativa Piedense, por mim representado nesta sessão solene.

E, já que aqui estou, não quero desperdiçar a oportunidade para nestes momentos de pura alegria cooperativista e sem pretensão de dizer algo de novo, me referir, embora resumidamente, à utilíssima cooperação da mulher.

A mulher, duma ou outra forma, tem participado sempre em todas as conquistas sociais.

Tem ombreado com o homem, suplantando-o, por vezes, nas Artes, nas Ciências e na Literatura. Apesar disso tem-se teimado, através do tempo e da história, em relegá-la para um plano secundário.

Mas, felizmente, nos últimos tempos, esse conceito errado tem esmorecido bastante e hoje, a mulher, ocupa na sociedade humana o lugar a que tinha direito.

Os preconceitos em relação às suas tarefas profissionais ou de representação são menos rígidos, sendo vulgar, nos povos cultos do mundo moderno, desempenhar muitos dos lugares que, até então, lhe eram vedados.

Deste modo, não se pode estranhar que a mulher haja estendido a sua ação benéfica ao Ideal puro da Cooperação.

Vistos os factos à luz duma razão lógica, e que todos sabem, a Cooperativa é mais da mulher do que, propriamente, do homem.

O Cooperativismo aspira a uma forma diferente de vida em que a participação das mulheres se torna indispensável, já como colaboradoras preciosas que são, já como associadas, fazendo parte de atividades variadíssimas que ajudam a suavizar o pesado esforço do homem.

Eis, onde eu pretendia chegar, caros companheiros, com estas despretensiosas palavras.

Muito embora, em Portugal, mal desponte a consciência do papel que a mulher pode representar na Cooperativa, apraz-nos constatar que ninguém de boa fé, discute a sua participação nas lides cooperativistas. Há, é verdade, muita confusão, muita ideia falsa, muito conceito errado. Tudo isso é admissível num meio acanhado como o nosso onde tudo parece mal. Por isso, a própria noção, no meio cooperativo português, da utilidade das Comissões

Femininas, etc…, vai progredindo muito devagar, mas, mesmo assim, isso nos regozija, porque representa progresso, e progresso, em cooperativismo, equivale a mais um passo em frente para uma vida melhor!

Portanto, o elenco feminino da Comissão Cultural da Sociedade Cooperativa Piedense, apela para que, homens e mulheres, numa verdadeira cruzada de cooperação, afirmem a sua fé, o seu entusiasmo e a sua energia com o objetivo de se desenvolverem, em Portugal, as atividades cooperativistas ao mais alto grau possível.

Resta-me endereçar à Pragalense as mais afetuosas felicitações e o ardente desejo de que nunca faleça a coragem dos seus militantes, porque o cooperativismo há de triunfar, definitivamente, para bem de todos!

Nº 71, agosto, 1959

TREINANDO MULHERES PARA DIRIGENTES (p. 3 – Página das cooperadoras: número catorze)
Giglia Tedesco, Presidente da Comissão Nacional das Cooperativas Italianas

O movimento cooperativo oferece às mulheres a oportunidade de pôr a sua perícia e experiência como donas de casa ao serviço das associadas e assim constatarem as suas possibilidades, tornarem-se conscientes dos seus direitos e do seu lugar na sociedade. Podem contribuir para o desenvolvimento do mundo cooperativo e podem transmitir o seu senso inato de solidariedade em larga escala.

Desde que estejamos convencidas disto, o nosso principal objetivo ao iniciarmos um movimento cooperativo feminino é interessar a maioria das mulheres e não propriamente formar uma elite. Deste modo as mulheres podem dar uma contribuição valiosa e trazer para a cooperativa novos meios de contacto com o povo (...).

ACTIVIDADES BEM SUCEDIDAS

Certas formas de atividade que têm sido bem-sucedidas e têm sido adotadas por todas as sociedades têm permitido a participação de milhares de donas de casa na vida cooperativa. Eis algumas:

- Encontros entre os cooperadores organizados por convites especiais distribuídos aos consumidores no estabelecimento cooperativo. A direção da cooperativa toma parte nestes encontros em que são discutidos a administração dos estabelecimentos, as necessidades diárias e tentar pôr em prática as críticas e propostas feitas pelas donas de casa.
- Encontros tendentes a realizar projetos locais, desenvolvimento de publicidade

cooperativa, recrutamento de novos associados.

– Inquéritos entre as donas de casa, através de questionários especiais, distribuídos nas lojas ou entregues em suas casas. Muitas cooperativas mantêm tais inquéritos às donas de casa, com o fim de as donas de casa expressarem as suas opiniões c darem sugestões, quer em relação aos artigos de consumo, quer em relação a todas as atividades da sociedade cooperativa.

Deste modo as direções ficam sabedoras do que as mulheres querem, quer em relação ao aspeto comercial, quer em relação aos serviços educativos e consultivos. O método tem também a vantagem de preparar mulheres capazes de serem eleitas como dirigentes. Há dez anos muito poucas mulheres tomavam parte nas assembleias, mas através da experiência ganha em pequenas comissões e em encontros as donas de casa adquiriram grande habilidade e experiência. Com o resultante mais de mil mulheres têm sido eleitas para membros de conselhos de administração, e em dez cooperativas, algumas de considerável importância, os associados mostraram a sua confiança nas mulheres, elegendo uma mulher como presidente.

Com o parte de um programa para fomentar o treino das mulheres cooperadoras e ajudá-las a planear e levar a cabo os planos de ação especificamente femininos estamos a organizar encontros provinciais de cooperadoras dirigentes. A estes seguir-se-ão encontros à escala nacional. Estamos ansiosas por lhes dar larga publicidade, não apenas dentro do movimento, mas também entre o público em geral, a fim de tornar as nossas atividades presentes e futuras mais largamente conhecidas (...).

EMANCIPAÇÃO

A participação das mulheres no movimento cooperativo italiano tem feito muito para encorajar o espírito de progresso, estender o campo dos serviços oferecidos pelas sociedades para a satisfação das necessidades das associadas. Cursos que se organizam ao fim da tarde, escolas de enfermagem, campos de férias, etc. (...). O movimento está espalhando a ideia da cooperação como sistema económico e social, aliviando as mulheres no trabalho doméstico e ajudando-as a tornarem-se uma força produtiva na sociedade. As mulheres italianas estão cada vez mais ansiosas por trabalharem fora de casa para aumentarem o seu nível de vida. E nós no movimento cooperativo estamos fazendo tudo quanto podemos para as estimular e ajudar. Por esta razão no próximo congresso da Guilda Cooperativa internacional Feminina, discutir-se-á: «As mulheres cooperadoras e a mudança do mundo». Será para nós uma grande ajuda e incentivo na promoção da emancipação das mulheres através da cooperação.

(Extrato e tradução do artigo publicado pela autora
na «Revista Internacional da Cooperação» – abril de 1957).

Nº 72, setembro, 1959

AS MULHERES E O COOPERATIVISMO (p. 3 – Página das cooperadoras: número quinze)

Educar cooperadoras ativas, diligentes e responsáveis,
significa acima de tudo educar bons cidadãos
Fauquet

Desde as últimas décadas do século XIX e mormente neste século XX, que através do Mundo, as mulheres progressivamente têm conquistado a categoria de cidadãos, uma situação jurídica e política quase em pé de igualdade com os homens. O direito de voto é-lhes geralmente reconhecido. São eleitoras; podem ser eleitas. Mas da importância real que têm na vida da Nação a maior parte tem uma noção muito vaga. Por falta de esclarecimento, de educação cívica, a maioria das mulheres não faz relação entre as suas atividades de mãe de família, de dona de casa, de operária, de empregada e a vida do Estado, não tem consciência da influência determinante que exerce na sociedade como educadora dos filhos, profissional dos mais variados misteres.

O interessar as mulheres pelo cooperativismo tem como objetivo levá-las a ter consciência de si, do seu lugar na comunidade; a consciencializar o que é a solidariedade e a cooperação.

A livre e lúcida participação das mulheres no cooperativismo é condição necessária para a sua autenticidade, para a sua plena realização democrática.

É um facto que os cooperativistas se têm mostrado demasiado conservadores no que respeita à cooperação ativa das mulheres. Por inconsciência, por apatia, têm aceitado sem reação as tradições, os preconceitos estabelecidos. Mas essa contradição entre os cooperadores e o cooperativismo implica uma contradição permanente nas sociedades cooperativas. É a mulher que faz as compras, que passa um bom número de horas da sua vida nos estabelecimentos, que são os seus estabelecimentos, que escolhe os géneros alimentares e outros que no lar são consumidos, mas é o homem que na assembleia geral discute e vota. (V. «La feme et la coopération) de Ch-H-Barbier, Bâle s/data).

É igualmente um facto, que agrupamentos de cooperadoras se têm organizado, estruturado e que em alguns países exercem uma autêntica ação social e educativa. Dirigentes cooperativistas de reputação internacional como Marcel Brot, Ch-H-Barbier, Fauquet e outros têm pugnado para que esta contradição no movimento cooperativo seja ultrapassada. «A Cooperação é a esperança da humanidade e vós, cooperadoras, sois a esperança da Cooperação» expressa o interesse e a confiança que Marcel Brot tem na colaboração feminina para a prática de uma autêntica Cooperação.

«As cooperativas profissionais, agrícolas, artesanais e operárias, interessam o lar e dizem

respeito tanto à mulher como ao homem, porque o homem como a mulher trabalham fora de casa ou para fora. A mulher é tão interessada como o homem nas cooperativas de habitação. Mas são certamente as cooperativas de consumo que tocam mais de perto e de maneira mais continua a atividade de dona de casa da mulher». (Regards sur le Mouvement Coopératif)), de G. Fauquet, Bale – 1949).

O objetivo de todos os agrupamentos de mulheres cooperadoras que têm tomado designações várias em diferentes países – que em Portugal se designam por Comissões Femininas, é comum.

Promover a educação e propaganda cooperativa entre as mulheres, a fim de que elas tomem parte ativa na organização cooperativa, quer como compradoras fiéis e conscientes, quer como participantes nas responsabilidades diretivas das sociedades locais ou das organizações nacionais e supranacionais.

– Educação e propaganda cooperativa entre as mulheres significa dar-lhes a conhecer teórica e praticamente os princípios – o ajuda-te a ti próprio e a ajuda mútua – em que se baseia a cooperação, as vantagens materiais que oferece a cooperativa como organização económica não lucrativista: o preço justo, a medida exacta, a boa qualidade das mercadorias, o bónus, as obras sociais: assistência médica, serviços de enfermagem, colónias de férias, etc.

– Tomar parte ativa na organização cooperativa que é democrática, significa: Participar em plenitude de direitos e deveres. Ultrapassar a situação de menoridade ou incapacidade e ser considerada em pé de igualdade com o homem, participando na vida cooperativa com o seu poder de compra, ideias, experiência, entusiasmo.

(Extrato da colaboração na obra
«O cooperativismo – Objetivos e modalidades» cap. IX).

[Sem título] (p. 3 – Página das cooperadoras: número quinze)
Luísa Sérgio

O interesse nos exercícios sistematicamente adequados às necessidades fisiológicas e psíquicas das crianças conserva-as concentradas nos respetivos trabalhos e o hábito de fixar a atenção em ocupações adaptadas aos seus gostos, o de resistir a tentações de mudar para outras coisas, produz com o tempo o «self-control». As energias estão ocupadas no que instintivamente procuram, e, tendo plena liberdade para se expandirem, estão calmas; não há irritações nem rabugices; não há birras nem implicâncias.

Nº 73, outubro, 1959

AS MULHERES ESTÃO PRESENTES «LINHA DO ESTORIL» (p. 3 – Página das cooperadoras: número dezasseis)

Foi num ambiente de franca e festiva confraternização que «A Linha do Estoril» festejou o sou 3.º aniversário no passado dia 26 de julho.

E como nota característica e que augura bons progressos a presença de muitas associadas e famílias de sócios.

A sessão solene foi presidida por Júlio Duarte representante da UNÍCOOPE, e secretariado por Lúcia Nobre, do Boletim Cooperativista, e Domingos Feliciano Semedo, da Comissão Cultural da Piedense.

Delegados das cooperativas, das comissões culturais e femininas fizeram considerações de acentuado valor prático sobre a organização cooperativa e as suas possibilidades de desenvolvimento entre nós. A assistência guardou um minuto de silêncio em memória do grande cooperador Rodrigues Graça.

Todos os presentes manifestaram aos esforçados cooperadores da Linha do Estoril os votos de a próxima festa de aniversário ser festejada na sede própria da cooperativa. A Comissão Feminina deu uma larga contribuição preparando e ofertando o bom e apetecível lanche que foi servido aos convidados e presentes. Da Comissão de Senhoras que trabalhou na festa do aniversário, fazem parte as ativas cooperadoras: D. Silvina da Costa Pinheiro Abreu; D. Ilda Ribeiro França; D. Amélia Ribeiro Patrocínio; D. Maria Ana Velhinho; D. Sara da Silva Cardoso; D. Alzira da Conceição Ovelha! D. Alzira Marques; menina Palmira Rodrigues Velhinho e menina Branca Alcinda Augusta Norte. Que a estas cooperadoras outras se juntem para a realização do trabalho comum: a defesa dos seus interesses e de todos os que fazem parte da progressiva família de «A Linha do Estoril».

CAIXA ECONÓMICA OPERÁRIA (p. 3 – Página das cooperadoras: número dezasseis)

A Comissão Cultural da Caixa Económica Operária tem desenvolvido uma ação notável na organização e funcionamento da Biblioteca e em outras atividades que a colocam a par das mais ativas e empreendedoras.

Em agosto passado foi constituída na comissão cultural uma Secção Feminina.

Uma das últimas iniciativas que a jovem Secção Feminina tomou e que certamente vai ter grande êxito pelo interesse despertado entre as consócias, foi a abertura de inscrição para um CURSO DE CORTE.

O curso de corte está aberto a todas as sócias ou às senhoras de família dos associados e terá a duração aproximada de 4 a 5 meses, dependendo tal duração, do aproveitamento das alunas.

Principia em outubro desde que o número de inscrições seja suficiente. Funcionará todos os dias úteis das 1 9 às 20 ou das 20 às 21 horas.

As alunas ao terminarem o seu curso, serão devidamente diplomadas.

Com esta oportunidade certamente muitas mães de família ou jovens irão aperfeiçoar ou iniciar-se numa forma utilíssima de atividade feminina. Quer seja posta só ao serviço do lar, quer se faça dela profissão, é uma valorização com apreciáveis vantagens materiais E as nossas cooperadoras bem o sabem.

AS COOPERADORAS QUEREM APRENDER (p. 3 – Página das cooperadoras: número dezasseis)

NA ALEMANHA

A cooperativa alemã de Schwenningen organizou uma sessão de informação prática sobre compras. 100 mulheres estiveram presentes. As dificuldades, os maus hábitos e os erros praticados pelas compradoras foram objeto de uma animada discussão.

Especialistas do movimento cooperativo, com numerosas demonstrações puseram em relevo, os problemas da qualidade dos produtos, das embalagens, de etiquetas, etc. Reação das ouvintes: «Nós nunca tínhamos olhado as coisas dessa maneira».

NA ITÁLIA

As cooperadoras de Bolonha constituíram uma união para a defesa das consumidoras.

Nas reuniões efetuadas o aspeto técnico do problema tem sido estudado por especialistas: químicos, juristas, higienistas, etc.

[Sem título] (p. 5)

Uma característica essencial da cooperativa é a igualdade de direitos. A cooperativa é dirigida pelos seus membros os quais – homens ou mulheres – têm os mesmos direitos, os mesmos poderes de decisão.

Nº 74, novembro, 1959

AS MULHERES ESTÃO PRESENTES «LINHA DO ESTORIL» (p. 3 – Página das cooperadoras: número dezassete)

Maria Luísa Simões Raposo

A vida familiar tem as características de um microcosmos e a criança vai-o desvendando e conhecendo nas relações e fenómenos de vida sob os aspetos afetivo, cultural, moral e económico, profissional e social.

O valor educativo da família é enorme, pois atua constantemente na criança e imprime-lhe desde o nascimento as suas próprias características.

Numa família unida e devidamente organizada, de boa formação moral e intelectual, a criança encontra o meio afetivo e mental ideal para o seu florescimento e desenvolvimento.

Infelizmente, porém, na maior parte das famílias, mesmo nos considerados lares normais, perfeitos e aptos para a educação dos seus filhos, há, na maior parte das vezes, alguns aspetos graves e negativos dos quais nos parece podermos destacar os seguintes, por serem os mais usuais e divulgados:

1) EGOÍSMO E ESPÍRITO MATERIALISTA

A maior parte das vezes, inadvertidamente, os pais inculcam nos filhos a preocupação exclusiva da escolha de profissão ou curso apenas através da ânsia de melhoria de vida económica, num afã imenso de ganhar dinheiro e satisfazer as seus interesses, caprichos e comodidades materiais e egoístas.

Além disso são geralmente egocentristas, pensando única e exclusivamente no núcleo reduzido e isolado da sua própria família, considerando todos os outros como seres diferentes e à parte das suas vidas mesmo quando teoricamente admitem o princípio de solidariedade e fraternidade universal.

2) MIOPIA E IMPREVISÃO

Na maior parte das famílias há a preocupação de encaminhar, moldar e subordinar os filhos segundo as mentalidades dos seus progenitores, sem se preocuparem com o desenvolvimento das qualidades e tendências específicas dos filhos, das suas capacidades, interesses próprios e ideais pessoais.

Não têm em geral em conta a personalidade de cada filho, nem sequer descortinam a evolução natural das ideias e do futuro e cingem-nos assim a quadros rígidos, fixos e limitados, a maior parte das vezes já ultrapassados. Fazem assim dos filhos uns inadaptados à vida que os solicita.

Quando numa família estão radicados princípios de carácter político, religioso ou filosófico,

quando existem ideias fixas e estabelecidas sobre instituições, partidos, profissões e raças; quando no seio da família germinou o orgulho ou ódio de classes, a educação familiar pode influir funesta e irremediavelmente na formação e educação dos jovens.

3) O atraso, rotina, apatia, comodismo e falta de verdadeira vivência do meio familiar pode levar a perturbações e rebeliões por parte dos filhes sedentos de vida e repletos ainda de energia.

4) A preponderância da preocupação económica no seio da família, devido às dificuldades materiais que a vida oferece, juntamente com a escassez de tempo que a agitação da vida atual provoca, deixa curto prazo aos pais para poderem conhecer e orientar os filhos e, na maior parte dos casos, estes ficam entregues a mercenárias boçais.

5) O excesso de mimos por um lado e dureza e incompreensão por outro, levam ao deturpamento [sic] da personalidade dos filhos e muitas vezes criam-lhe até complexos.

Tudo isto e alguns factos mais, mais ou menos vulgares e disseminados pelas famílias, mesmo as melhores, limitam a ação educativa da família e impedem que se deixe apenas nas suas mãos uma mal compreendida liberdade, orientação e direção educativas.

Assim, as relações entre a escola e o lar são uma questão vital e decisiva para a efetiva e produtiva educação.

Sem a colaboração efetiva e educativa entre a escola e a família é muito possível que cada uma delas destrua o que a outra edificou.

(Transcrição de «O cooperativismo – objetivos e modalidades», págs. 353 a 355)

Nº 75, dezembro, 1959

UM DIREITO FEMININO: A TRABALHO IGUAL, SALÁRIO IGUAL (p. 3 – Página das cooperadoras: número dezoito)

Nos países economicamente evoluídos, as mulheres formam há muito uma parte importante da população trabalhadora (22 % das mulheres nos Estados Unidos têm atividade profissional). Mesmo nos países menos industrializados as mulheres tomam num ritmo continuamente crescente parte ativa na produção industrial (e o melhor exemplo é o da Tailândia, onde 48 % das mulheres são empregadas nos mais variados misteres). As condições em que hoje a maior parte das mulheres trabalham são muito diversas da triste exploração a que estavam votadas h á 40 anos, antes da criação da Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.). Em larga

medida, o progresso resultou das convenções estabelecidas pela O.I.T., que formam uma parte do Código Internacional de Trabalho.

Essas convenções fixam uma série de direitos comuns aos homens e às mulheres, mas elas visam igualmente e de uma maneira precisa a proteção da mulher sob o ponto de vista da saúde e da maternidade. Em 1919, um único país tinha fixado a duração mínima da licença de férias da maternidade em doze semanas; presentemente trinta países aceitam esse mínimo. Quando, em 1919, a primeira conferência da O.I.T. adotou uma convenção para a proteção da maternidade, somente seis países se opuseram ao despedimento da mulher durante a sua licença de férias de maternidade; hoje é prática seguida em quarenta países.

A convenção da O.I.T. para a igualdade dos salários foi ratificada até ao presente por 30 países, e a antiga discriminação entre «trabalho masculino» e «trabalho feminino» está em vias de desaparecimento. A fim de ajudar as mulheres que trabalham a alcançar uma situação de igualdade material com os homens, a O.I.T. está igualmente interessada em desenvolver entre as mulheres a formação profissional e técnica e a encorajar a multiplicação dos serviços sociais que preparam e assistem as mulheres nas suas responsabilidades familiares.

«Le Courrier de l'Unesco», Novembro 1959

[Sem título] (p. 8)

O trabalho de promover a educação cooperativa entre as mulheres, as compradoras, não pode mais ser encarado como acessório. Deve, pelo contrário, ser considerado como uma das mais urgentes necessidades por aqueles que têm a responsabilidade do movimento cooperativo.

OS ANOS 60

Na década de 1960, os textos relacionados à mulher mantêm-se alinhados com os ideais cooperativos, sem evidências significativas de uma mudança para uma visão predominantemente doméstica ou tradicional.

A relevância da mulher no cooperativismo é reiterada através de artigos que destacam a necessidade da sua participação ativa em papéis diretivos dentro das cooperativas. Além disso, a colaboração feminina nas comissões culturais e juvenis é enfatizada como fundamental para o sucesso das cooperativas e para a educação das gerações futuras.

O discurso da época continua a defender que as mulheres devem procurar formação e desenvolvimento pessoal. Cursos sobre economia doméstica, puericultura e gestão de lares são frequentemente mencionados, mas apresentados como instrumentos para preparar as mulheres para assumir papéis sociais mais amplos.

Embora o papel doméstico seja reconhecido, este continua a ser frequentemente descrito no contexto do impacto positivo que as mulheres podem ter na economia cooperativa, seja como consumidoras conscientes ou como organizadoras de iniciativas locais. Relatos de mulheres envolvidas no movimento cooperativo frequentemente destacam histórias de vida inspiradoras, que começam pela sua atuação enquanto donas de casa e se expandem para uma participação ativa em atividades comunitárias e diretivas.

A complementaridade entre homens e mulheres é destacada, sem que isso implique qualquer noção de superioridade ou inferioridade. Contudo, diversos textos apontam que a igualdade de género permanece distante e que persistem muitas questões por resolver, sobretudo no que diz respeito à mudança de mentalidades. Embora se reconheça que a participação das mulheres na vida produtiva é essencial para a sociedade, também se evidencia que estas enfrentam desigualdades salariais e uma sobrecarga resultante do trabalho doméstico.

Vários textos referem as jornadas extenuantes que as mulheres enfrentam, frequentemente resultando em problemas de saúde e instabilidade laboral. É sublinhada a necessidade de reduzir as horas de trabalho e criar organismos de apoio à infância. Entrevistas realizadas com mulheres de diferentes contextos sociais revelam, de forma consistente, a sobrecarga de responsabilidades e a falta de apoio por parte dos maridos. A necessidade de horários laborais mais compatíveis e de uma assistência infantil adequada é amplamente enfatizada.

Adicionalmente, a ausência significativa de mulheres nas direções das cooperativas, bem como a sua participação limitada na política, é apontada como consequência das responsabilidades domésticas e profissionais que enfrentam, agravadas por preconceitos sociais. Nesse contexto, sugere-se a criação de um novo tipo de sócio coletivo: o agregado familiar. É também salientado que uma emancipação feminina superficial não é suficiente para resolver as desigualdades no mercado de trabalho e na educação, enquanto a mentalidade machista continuar a prevalecer.

O Movimento Cooperativo Feminino Belga é destacado como exemplo de evolução para uma ação educativa e emancipadora, centrada na democratização da economia e na defesa dos consumidores. Por sua vez, a Primeira Conferência Mundial de Mulheres Jornalistas, realizada na Cidade do México, discutiu a posição das mulheres na profissão e a transformação das revistas femininas, refletindo os desafios e avanços no caminho para a igualdade.

Nº 76, janeiro, 1960

A COOPERADORA É UMA CONSUMIDORA, UMA CLIENTE, UMA ASSOCIADA (p. 3 – Página das cooperadoras: número dezanove)

L. N.

Cada consumidora deve fazer render ao máximo o seu poder de compra. Quando compreende como certos lucros ilegítimos lhe tolhem as possibilidades de compra torna-se cooperadora. Associa-se a outras, para em comum comprar e em comum repartir as despesas.

Não há associação sem obrigações recíprocas entre os sócios. Todos os consumidores, associando-se têm a intenção de serem clientes fiéis das suas cooperativas.

A BOA FREGUESA SABE O QUE COMPRA

Abre os olhos para comparar as qualidades e preços da sua cooperativa, com as qualidades e preços do comércio. Sabe reclamar com conhecimento, com as palavras justas e simpaticamente.

Também com a mesma justeza confronta publicamente e com alegria as vantagens que a associação lhe oferece. E é capaz de comprovar que o número dessas vantagens estão em direta proporção com a fidelidade das compras.

COMO ASSOCIADA

Ama a cooperativa do seu bairro, ou da sua região – é a casa comum. A cooperativa não é apenas um local de abastecimento das batatas, do arroz, do café, ou dos panos é um serviço controlado e prolongado em obras de solidariedade. A associada deve assistir às assembleias gerais. Sabe que pode dizer a sua opinião e fazê-la prevalecer, mesmo se possui só uma ação, com tanta liberdade como o que tem maior número de ações, cada sócio só dispõe de um voto.

A cooperadora deve procurar aumentar as realizações da sua sociedade. Interessar-se pela educação cooperativa em todas as suas formas: reuniões, sessões de cinema, desportos, teatro ou quaisquer outras.

A cooperativa não visa unicamente vantagens materiais por mais importantes que estas sejam. Ela tem como fim uma sociedade de homens e mulheres de boa vontade que sabem praticar, no respeito de todas as liberdades individuais, um grande esforço coletivo para o progresso social.

AS QUALIDADES DE UMA PRESIDENTE DE COMISSÃO FEMININA (p. 3 – Página das cooperadoras: número dezanove)

Para ser uma boa presidente, não é precisa uma preparação especial, nem virtudes excecionais, nem estudos superiores, mas somente algumas QUALIDADES VULGARES, que qualquer de nós pode possuir:

– o gosto pelo trabalho;
– o prazer da dedicação;
– uma dose de bom-senso e um pouco de tato (que permitem evitar as «gaffes», e saber o que convém fazer ou dizer);
– muita simpatia (para criar laços duradouros);
– boa disposição;
– e sobretudo a convicção que os nossos grupos femininos são úteis, fazem serviço.

Nº 77, fevereiro, 1960

COOPERATIVAS FUNDADAS POR MULHERES E PARA AS MULHERES (p. 3 – Página das cooperadoras: número vinte)

Já não é um começo, mas uma realização que conta cinco anos de atividade, o que nos expõe o relatório da «Sociedade Cooperativa Feminina de Karachi», no Paquistão.
«Lançámo-nos numa aventura comercial única, de mulheres, para as mulheres.
«As associadas têm uma grande fé em si próprias, convictas que podem realizar com êxito a sua obra, com a ajuda das suas irmãs do Paquistão e dos outros países». «Não representamos nós a maior parte dos consumidores da humanidade?»
É por esta introdução que a Sociedade Cooperativa Feminina de Karachi nos apresenta a sua obra, cujos fins visam a «melhorar em todos os domínios as condições de existência».
Examinando o seu programa, parece-nos reviver a inspiração dos Pioneiros de Rochdale, nas suas consequências próximas e longínquas:

– Introduzir o espírito de economia e um plano de auxílio entre os membros e a sua família;
– Melhorar as condições de trabalho dos ofícios domiciliários, estimular a produção de artigos feitos à mão ou à máquina e promover a sua venda pela criação de centros de distribuição;
– Fazer empréstimos às associadas que lhes permitam a compra de materiais;
– Importar matérias primas para a produção;
– Exportar os produtos fabricados;
– Facilitar aos seus membros o acesso à instrução pela aquisição de livros ou outros meios de formação;
– Facilitar aos pobres a obtenção de produtos farmacêuticos, ou higiénicos;
– Ajudar as pessoas a viver segundo os princípios da limpeza, da higiene, de uma alimentação racional.

Entre os objetivos mais longínquos ressaltam fins sociais e morais tais como: a fundação de

hospitais, escolas infantis, centros de trabalho e de todas as instituições capazes de ajudar o povo, de o educar, de aumentar o seu nível de vida.

A sede da Sociedade Cooperativa Feminina é em Karachi, mas tem núcleos em várias localidades. Cursos de bordados, de corte, de costura, estão organizados tanto na capital como em outras regiões. Os artigos fabricados e exportados são muitos e variados: vestidos femininos, objetos de madeira, de marfim, de latão, bonecas, instrumentos de música, carpetes, brinquedos, louças, artigos de couro, etc.

É com admiração que nos regozijamos com as nossas irmãs desse país da Ásia, fazemos os nossos melhores votos de êxito, desejando que a sua iniciativa realize o que a sua secretária-geral Begum Musharrif tão bem exprime no seu relatório: «Trabalhar pela organização de um sistema que permita à grande maioria ter possibilidades de satisfazer as necessidades da vida e gozar uma existência mais feliz na cooperação».

COOPERATIVAS FUNDADAS POR MULHERES E PARA AS MULHERES (p. 3 – Página das cooperadoras: número vinte)

É um agrupamento de mulheres que quer:

- Promover no seu meio o conhecimento das vantagens da cooperação;
- Ajudar a dona de casa a resolver os seus problemas familiares;
- Aumentar os conhecimentos das mulheres em tudo o que diga respeito ao seu papel familiar e social. Quem pode ser membro das Comissões Femininas?
- As mulheres associadas da cooperativa.
- As esposas c filhas dos cooperadores.

Se na sua Cooperativa existe Comissão Feminina, inscreva-se nela e colabore. Se na sua Cooperativa ainda não existe Comissão Feminina, tenha a coragem de ser pioneira. Converse com algumas das suas amigas e mãos à obra.

Nº 78, março, 1960

LUÍSA SÉRGIO (p. 1)

Todos os que a conhecemos sentimo-nos profundamente emocionados com a notícia da sua morte, com a perda de convívio de uma extraordinária amiga. Luísa Sérgio viveu em dádiva. Deu-se. Deu-se com a simplicidade dos grandes. Totalmente. Sem reservas. Interessou-se pelos problemas da educação da juventude, viveu as dores do seu tempo e da sua terra amorosamente

solidarizada com os que sofriam na carne e na alma. Num corpo muito frágil vibrou uma alma de intensa espiritualidade. Católica, a força das suas convicções, aliava-se a um profundo respeito, a uma evangélica tolerância pelas convicções alheias. Vivendo a paciência da caridade dava o testemunho da sua fé – «Religião pura e imaculada, diante de Deus, é socorrer órfãos e viúvas (todos os abandonados) e conservar-se indemne (do egoísmo) deste século» (Ep. S. Tiago).

Nós a lembramos hoje aqui como cooperadora. Esposa dedicadíssima, criou a harmonia do seu lar, manteve sempre acesa a chama da confiança, da colaboração, da alegria.

À sua roda estendeu a simpatia, a mão fraterna e confiante, sem jamais se importar com a medida da retribuição.

Em algumas das nossas festas – no grande piquenique da quinta da Piedense em 1957, na festa do aniversário da Sacavenense em 1958, no almoço comemorativo dos 50 anos de atividade literária do Prof. António Sérgio e do 8.° aniversário do «Boletim» em Fevereiro de 1959 – participou com o entusiasmo e a vivacidade de quem muito se regozijava com as manifestações de vitalidade de um movimento de fraterna entreajuda.

Se ser cooperadora é ser a mulher com a cesta, a compradora fiel, da cooperativa, ser cooperadora é fundamentalmente ter um ideal de fraternidade que se estende a todos, de harmonia que se tem a coragem de viver de esforçadamente realizar todos os dias.

Ao Prof. António Sérgio apresentamos as nossas fraternais condolências.

CONVERSANDO (p. 3 – Página das cooperadoras: número vinte e um)

A última página das cooperadoras dava-nos conta de uma magnífica realização cooperativa feminina. Fez-nos crescer água na boca, fez-nos sentir um misto de funda pena – por ainda não termos enveredado por esse caminho – e o desejo ardente de que vençamos esta crise de apatia, de amolecimento fatalista com que aceitamos situações profissionais que, por vezes, quer pelo trabalho esgotante, quer pelo salário miserável nos sugam a vida e envilecem.

Sobre a situação das costureiras que trabalham para os armazéns e lojas de Lisboa que no-la digam as cooperadoras da margem sul, pois muitas a vivem.

Quem viveu ou passou por Peniche ou Vila do Conde e travou conhecimento com as rendeiras de bilros verificou que muitas alugam as suas mãos, pois se necessitadas de dinheiro o pedem adiantado aos arrematantes ficando obrigadas a só trabalharem para eles por preços irrisórios. Uma renda que nas cidades é vendida por 250 ou 300 escudos é-lhes paga por 20 ou 25 escudos.

E em quantas outras atividades a situação se assemelha como duas gotas de água.

De um trabalho do engenheiro Vasco de Carvalho transcrevemos sugestivas passagens sobre

a utilidade económica e social das cooperativas operárias de produção.

Na sua forma mais perfeita a cooperativa operária de produção é uma sociedade de operários, e às vezes também de empregados e de técnicos, trabalhando em comunidade de oficina e de ferramentas e adquirindo as matérias básicas, produzindo, vendendo e administrando os bens da sociedade cooperativamente.

A cooperativa operária de produção é basicamente uma sociedade de operários, do mesmo ofício ou de ofícios afins, que criam em comum, mas só será verdadeiramente uma sociedade cooperativa se:

- *Todos os associados derem à comunidade conforme as suas possibilidades e receberem dela conforme o seu trabalho, ou mesmo conforme as suas necessidades*
- *E a gerência for exercida democraticamente, por meio de um voto por cada sócio e não de votos proporcionalmente ao capital de cada associado.*

As cooperativas operárias de produção fazem reverter a favor dos seus membros toda a riqueza que eles produzem, deduzida destas, evidentemente, os impostos que tenham de pagar como produtores associados. Todo o excedente reverte a favor dos associados, quer através da remuneração do trabalho, da remuneração do capital, das obras de solidariedade, das reservas financeiras da comunidade, da compra de novas máquinas, de novas ferramentas, do melhoramento das instalações, etc. Desta distribuição pode resultar, como é evidente, além de uma melhor remuneração do trabalho e de uma previdência efetiva na doença e na invalidez, a melhoria das condições de higiene e de segurança no trabalho, o aperfeiçoamento dos meios de produção e, até, a cultura técnica e geral dos associados.

Na verdade, a prática mostra que só quando obrigada pelos poderes públicos e quando não pode iludir a fiscalização, a quase generalidade da classe patronal organiza as suas oficinas com preceitos de higiene e segurança recomendadas pela técnica. Muitas doenças e acidentes poderiam ser evitados, com elementares e muitas vezes pouco dispendiosas medidas de segurança, o que é também de considerar sob o aspeto económico, pois as doenças ou os acidentes custam dinheiro e dias de trabalho perdidos.

O maior desafogo económico que as cooperativas operárias de produção podem proporcionar aos seus membros reverte, evidentemente em escala proporcional ao número destes, em benefício da sociedade em geral, em primeiro lugar pelo aumento do poder de compra e do bem estar social.

Muitos exemplos existem, e em todas as partes do mundo, desta ação, socialmente benéfica, das cooperativas de trabalho, a qual frequentemente se exerce em colaboração com as cooperativas de consumo. Ela não surge como resultante de uma luta pré-concebida de concorrência, mas sim por impulso natural de bem servir os consumidores e de acamaradar com eles.

As cooperativas de produção, além dos fins principais para que foram criadas, devem ainda ter os seguintes objetivos:

- *Procurar elevar constantemente o nível de vida dos seus associados, não só em bens materiais, como em bens morais e intelectuais;*
- *Assegurar o trabalho aos seus filiados;*
- *Educar os sócios na técnica administrativa, de produção e profissional, de modo a poderem interferir utilmente na direção da cooperativa;*
- *Socorrer os filiados economicamente necessitados, por meio de fundos de solidariedade e promovendo iniciativas de carácter mutualista.*

A sugestão aqui fica, Amiga e Cooperadora. Você a tomará nas suas mãos e no seu coração e com o seu bom senso e esforço a fará viver em magnífica realidade. Liberte- se dos arrematantes e dos intermediários. Conjuntamente com as suas companheiras organize o seu trabalho pela cooperação.

Nº 79, abril, 1960

OUVINDO UMA COOPERADORA (p. 3 – Página das cooperadoras: número vinte e dois)
Mariana Jorge – de Ermidas-Sado

Verificamos com agrado, que a mulher portuguesa, dia para dia, vai compreendendo que deve ter voz ativa na vida económica do nosso País. Quando da nossa visita a Ermidas, tivemos oportunidade de trocarmos algumas palavras com a sócia n.º 37, menina Mariana António Jorge.
– O que pensa sobre a sua Cooperativa?
– Julgo que foi oportuníssima a sua constituição, pois uma organização com o fim de aumentar o poder de compra da classe trabalhadora, já há muito fazia sentir a sua falta na minha terra.
– Está confiante, que ela irá ajudar economicamente os seus associados?
– Acredito sinceramente que, desde que todos nós o desejemos, o problema económico será resolvido. Claro está. que não penso que isso seja realizável num instante, mas espero que dentro de algum tempo, a nossa cooperativa virá a dar os seus frutos.
– Seria possível contarmos com a sua colaboração para o Boletim?
– Nunca escrevi, mas terei muito gosto, dentro das minhas possibilidades, em colaborar.
– Está esperançada que a biblioteca da sua Cooperativa, seja um facto?
– Sim, devo-lhe dizer, que fiquei muito impressionada com a gentil oferta da Piedense. Já temos 3 livros. O mais difícil era começar. Agora, estou certa, com a vontade que nos anima, iremos constituir uma biblioteca que, devo dizer-lhe, será mais um grande melhoramento para a minha terra.
– Se me der licença, aproveito este ensejo para saudar todas as cooperadoras. Podem estar certas que as mulheres de Ermidas-Sado, farão tudo para ajudarem a sua cooperativa, para a

erguerem bem sólida e firme.

O Boletim confia no magnífico poder de realização das mulheres conscientes dos interesses do seu lar e dos da sociedade de que fazem parte e deseja um futuro progressivo às simpáticas cooperadoras de Ermidas-Sado.

Nº 80, maio, 1960

ORGANIZAÇÃO DE COMISSÕES FEMININAS (p. 3 – Página das cooperadoras: número vinte e três)

Recebemos algumas cartas de cooperadoras, pedindo esclarecimentos sobre a maneira prática de organizar uma Comissão Feminina.

Como sugestão, aqui fica um projeto de estatuto de uma Comissão Feminina. Compete às direções das cooperativas e aos cooperadores o discuti-lo, adotar, ampliar, ou refundir, consoante as suas condições e meio ambiente.

1.º – Entre as sócias, as mulheres e filhas de sócios da Cooperativa... forma-se uma Comissão Feminina. Tem a sua sede na Cooperativa ...

Esta Comissão procurará manter contacto com as Comissões Femininas das outras cooperativas e constituir com elas uma Guilda Feminina.

2.º – Os objetivos da Comissão Feminina são:

a) Promover os princípios e prática de cooperação entre os seus membros;
b) Melhorar as condições de vida no lar, educação das mulheres como compradoras, como mães de família;
c) Criar entre todos os membros laços de amizade e de ajuda mútua;
d) Contribuir para uma melhoria de nível de vida. através da organização de cooperativas de mão-de-obra, ou quaisquer outras modalidades: escolas infantis, restaurantes, lavandarias, etc.;
e) Contribuir para o estabelecimento de uma mentalidade de fraternidade universal.

3.º – Os membros da Comissão Feminina reúnem-se cada mês em assembleia.

5.º [sic] – A direção da Comissão Feminina será composta por presidente, vice-presidente, secretária, tesoureira e algumas vogais. As atribuições de cada uma são as que na prática geralmente são correlativas com as ditas funções.

6.º – A direção reúne-se pelo menos uma vez cada mês. Prepara os assuntos a submeter à assembleia geral e toma todas as disposições para lhes assegurar uma execução eficiente.

7.º – Os fundos da Comissão Feminina são resultantes de quotizações voluntárias, do produto de festas, excursões, venda de brochuras, ou por outros meios que a direção julgue convenientes.

8. ° – Serão excluídas da Comissão Feminina os membros que não cumprirem as suas obrigações, ou que por motivos bem justificados sejam excluídos da respetiva sociedade cooperativa.
Importa e urge que as Comissões Femininas se integrem na vida do agregado social, que as suas atividades sejam conexas com as necessidades e os anseios das mulheres que delas fazem parte. Há problemas que são comuns em todas as latitudes. Há os que são próprios dos aglomerados rurais, dos urbanos e fabris. Há os nossos problemas de povo português. Realizações práticas, que ajudem a resolver racionalmente os problemas da alimentação, do asseio e higiene da habitação, do mobiliário económico e prático, do nascimento e educação dos filhos.

Cumpre às direções das cooperativas e das Comissões Femininas o convidarem para palestras ou cursos de pequena duração, profissionais competentes – médicos, enfermeiros assistentes sociais, etc., que de maneira acessível e adogmática esclareçam as cooperadoras sobre: O valor alimentar da carne, do peixe, das frutas, dos legumes, etc. As doenças sociais: tuberculose, sífilis, alcoolismo. A relação que existe entre o estado físico e o carácter da criança. A criança preguiçosa, colérica, insolente, apática, precoce. A relação entre o crescimento e a evolução do carácter na criança dos três aos sete anos, na puberdade; estudo das condições familiares mais favoráveis à educação dos filhos. As vantagens (fora de toda a preocupação publicitária, claro está) das máquinas no equipamento caseiro, mostrando em que medida o aparelho elétrico liberta a atividade humana e economiza tempo e os encargos que acarreta. Clarificar as noções de crédito, as compras a prestações e o equilíbrio do orçamento familiar. E tantos outros.

São os estudos práticos, o exame consciencioso de um problema, dos problemas que dia a dia se põem à dona de casa, que despertarão nas mulheres portuguesas o sentido da sua responsabilidade cívica, – que a escola lhes não deu, e a que a rádio, o cinema e a televisão também são alheios – c o desejo de cada uma congregar os seus esforços com o de todas as outras para a sua emancipação e reformação da vida familiar e da comunidade nacional e humana.

Nº 82, julho, 1960

TÊM A PALAVRA AS COOPERADORAS (p. 3 – Página das cooperadoras: número vinte e cinco)

MARIA ODETE M. VERÍSSIMO, da Pragalense, afirma a necessidade de uma mais larga comparticipação da mulher

Venho dizer algumas palavras, poucas, aliás, representando o elenco feminino da Comissão Cultural da União Pragalense.

Espero, no entanto, que consiga dizer algo que seja proveitoso ao cooperativismo, em especial no que diz respeito à comparticipação da mulher.

A comparticipação feminina no movimento cooperativo português é, como se sabe, ainda inexpressiva. O meu objetivo nesta sessão solene é o de pedir à mulher para que cerre fileiras no sector de que todos nós somos militantes. Tal apoio é tão necessário como fundamental, na defesa da economia dos lares, cada vez mais expostos ao perigo pela subida vertiginosa do custo de vida.

Acabar com tal marasmo, abandonar o conformismo ou a resignação de simples figura decorativa, ajudando a debelar a crise que vivemos é pensamento que toda a mulher deve materializar quanto antes. A ausência da mulher no movimento cooperativo é mesmo de criticar, pois está mais do que demonstrado que ela, desde há muito, conquistou o seu posto na vida social, ocupando, na vanguarda, lugares de responsabilidade.

Na parte cultural também a mulher não pode ficar indiferente pois se neste século a mulher é a companheira do homem em todos os sectores, também o há de ser no sector cooperativo.

Como futura mãe – futura educadora – a mulher tem ainda maiores responsabilidades, pois é ela que deverá transmitir a seus filhos aquela sede de cultura, aquela ânsia de melhoria que poderão transformar o homem.

A todos vós, presentes, eu lanço o repto: – uni-vos, tentai adquirir cada vez maior dose de cultura e vereis quão grande será a vossa força para lutardes contra o atual estado de coisas e situações. Quanta força podeis transmitir ao movimento para que ele progrida na medida de todos os nossos desejos!

MARIANA JORGE, DE ERMIDAS-SADO, dá-nos as suas impressões

Pergunta-me se estou satisfeita com a minha cooperativa? –Claro que sim, não podia deixar de estar, visto que o aparecimento desta foi um passo à frente para a vida económica de todos os associados.

Qual tem sido o seu desenvolvimento? – Em 20 de Março pp. ° contava a minha cooperativa com 136 associados, enquanto hoje já atingiu 250, o que para mim é motivo de júbilo.

Quanto ao movimento também tem sido bastante não só pelo número de sócios, mas também porque os produtos são bons, porque são fornecidos pelo nosso armazém Unicoope.

Já tem na sua cooperativa uma biblioteca? – Por enquanto não, o que conto ser uma breve realidade, visto j á termos algumas ofertas de livros, nomeadamente do Secretário de Atividades Culturais da Sociedade Cooperativa Piedense, do Secretariado Nacional de Informação, da Ex.ma Sr.ª Dr.ª Lúcia Nobre, do sr. Armando J. Martins Coelho, do Porto e do nosso Secretário Administrativo, que muito gentilmente se dignou oferecer-nos a sua biblioteca particular, que contém cerca de 50 volumes, de bons autores nacionais e estrangeiros.

Posto isto nada mais me resta dizer por agora e finalizo com os ardentes votos de ver o cooperativismo cada vez mais expandido pelo nosso Portugal.

AS COOPERADORAS NO MUNDO: UM ENCONTRO EM ROMA (p. 3 – Página das cooperadoras: número vinte e cinco)

As cooperadoras italianas realizaram um encontro internacional para troca de impressões sobre todos os aspetos da vida das mulheres. As funções de dona de casa, de compradora, educadora, operária, cidadã foram discutidas e propostas sugestões para tornar mais fácil essas tarefas muitas vezes muito pesadas, dada a sua justaposição e as aspirações femininas para uma mais ampla cultura geral.

Alguns dos assuntos debatidos:

- A saúde dos consumidores;
- A paz e o desarmamento;
- A ajuda dada pela cooperação à dona de casa;
- A valorização do trabalho feminino pela cooperação.

Apresentadas pelas delegadas belga, inglesa, jugoslava, polaca, escocesa e italiana, serviram de base às discussões dos dois dias de estudos reservados às militantes provinciais.

O presidente da Liga Nacional, sr. Cerseti. que seguiu atentamente os trabalhos, tirou as conclusões deste encontro, numa sessão de encontro, de centenas de militantes.

Por aclamação foi aprovada uma resolução sobre as novas e importantes tarefas da cooperação das cooperadoras num mundo em rápida evolução e ao qual se torna necessário assegurar a paz e a prosperidade.

Nº 84, setembro, 1960

TEM A PALAVRA AS COOPERADORAS (p. 3 – Página das cooperadoras: número vinte e sete)
Lúcia Nobre

A participação ativa das mulheres no movimento cooperativo, que cada dia mais se alarga e ganha amplitude, iniciou-se em Inglaterra. Em 1883, no jornal «Cooperative News», a senhora Dyke Aclaud, dirigindo-se às mulheres, pôs a questão:

«O que devem os homens fazer quando há um encontro em qualquer lugar para encorajar ou iniciar instituições cooperativas? Vir ajudar. Votar. Criticar. Atuar. O que é que as mulheres devem fazer? Vir e comprar. Este é o principal trabalho para nós as mulheres. Mas porque não faremos mais do que isto? Certamente, sem sair do nosso âmbito e sem tentar empreender trabalho que pode ser melhor realizado por homens, há mais que fazer – para nós mulheres – que gastar dinheiro. É fundamental que gastemos o nosso dinheiro na nossa cooperativa. Mas o nosso dever, o dever para com os nossos semelhantes não termina aí. Vir e comprar é tudo o

que pode ser pedido para fazer; não poderemos ir mais além? Porque não teremos nós os nossos encontros, as nossas leituras, as nossas discussões?» A proposta ouvida. Alguns meses mais tarde foi fundada a Liga-Cooperativa Feminina, percussora da Guilda. O reunir as donas de casa na cooperativa foi importante. Muitas delas sentiam-se isoladas nas suas casas. A cooperação dava-lhes uma oportunidade para sair dó isolamento e estender os seus interesses para uma esfera mais ampla. E a pouco e pouco os complexos de inferioridade, a passividade, foram ultrapassados. A Guilda inglesa não limitou a sua ação ao convívio e educação cooperativa, mas igualmente lutou para que se estabelecesse em relação às mulheres igualdade jurídica e política. Nas conferências e debates que ao longo dos anos se têm realizado os assuntos são problemas prementes: A responsabilidade das mulheres cooperadoras na vida social. A imprensa e o povo. O caminho para a paz. Direitos humanos. A Aliança Cooperativa Internacional, sua organização e atividade. As leis do casamento, do divórcio, etc.

De 1951 a I953, como documenta o relatório publicado pela Guilda Internacional Feminina, a Guilda Inglesa ocupou-se especialmente da campanha contra o aumento do custo de vida. Essa campanha que englobou 750.000 assinaturas, culminou em Londres com uma demonstração em massa, na qual tomaram parte mais de 3.000 mulheres, que depois do encontro entregaram as petições na Câmara dos Comuns. Mais tarde as petições foram apresentadas ao Parlamento pela cooperadora e deputada Harriet Slater.

A Guilda inglesa mantém um intenso contacto com as Guildas estrangeiras, convidando delegações dos vários países a visitá-la e igualmente enviando grupos visitantes aos países escandinavos, Áustria, Suíça, etc. Esses encontros são largamente propagandeados por reportagens circunstanciadas, para que as vantagens desses contactos se estendam- ao maior número. A Guilda publica um Boletim mensal que tem grande expansão e que procura manter o contacto entre os seus membros, pondo-os ao corrente de todas as realizações.

Mas desde o séc. XIX que o entusiasmo das. cooperadoras inglesas foi contagioso. Em 1892, a Escócia organizou a sua primeira Guilda. Em 1897 as cooperadoras holandesas iniciam o seu movimento. De 1906 a 1913 são formadas Guildas na Irlanda, Suécia, Noruega, Áustria, Suíça. Posteriormente a organização cooperativa feminina desenvolveu-se em países de todos os continentes. Na China, índia, Japão, Canadá, Estados Unidos, Rússia, Nova Zelândia e em países europeus, as organizações femininas foram singrando e afirmando-se.

Entre as Guildas, a da Suécia, mantém uma posição de especial interesse. O trabalho das Guildas ou clubes locais, orienta-se no sentido de:

a) tornar as mulheres cooperadoras ativas em relação às exigências presentes do movimento cooperativo;
b) tornar as donas de casa consumidoras conscienciosas a fim de que contribuam eficientemente para uma melhoria das condições de vida da família.

AÇÃO EDUCATIVA DA GUILDA

Como meio para atrair e instruir os seus membros a Guilda tem organizado semanas de estudo e treino durante o Verão e grupos de estudo durante o Inverno. Todos os estios 5 ou 6 semanas de estudos são organizados em diversas regiões e reúnem umas 300 a 400 participantes para discussão livre, sugestões, informações. Às donas de casa são dadas noções precisas sobre o seu trabalho quotidiano e igual mente versados temas sobre o movimento cooperativo, os problemas sociais, a psicologia infantil, música, canto, ginástica, etc. Estas semanas frequentadas especialmente por jovens donas de casa têm provado a sua eficiência, estimulando o interesse pelo estudo dos problemas versados. 30% das frequentadoras destas semanas tomam parte nos grupos de estudo de Inverno. Os assuntos que constituem os temas debatidos nos grupos de estudo são os que especialmente interessam às mulheres como donas de casa, educadoras e cidadãs. Temos como: «A nossa alimentação na teoria e na prática», que proporcionam animadas discussões sobre os produtos cooperativos, «Problemas educativos de todos os dias», assuntos de puericultura acompanhados de demonstrações práticas, discussão dos problemas sociais contemporâneos que previamente foram estudados.

Cursos de corte e costura, cursos de ginástica ao ar livre para mães de família e para criança são largamente difundidos e frequentados. A Guilda sueca é autónoma, mas colabora estreita e intensamente com a União Cooperativa sueca.

(Transcrito da obra: «Cooperativismo – Objetivos e modalidades», págs. 371 a 373)

Nº 87, dezembro, 1960

DEVERES DO MOVIMENTO COOPERATIVO PARA COM AS MULHERES (p. 3 – Página das cooperadoras: número trinta [sic] e nove)

O 2.º congresso da Aliança Cooperativa Internacional considerou que num mundo em rápida evolução, o movimento cooperativo é chamado a trabalhar de um modo progressivamente mais eficaz, para que pelos meios, métodos e atividades realizadas se consiga a elevação da mulher, a fim de que as profundas mudanças, económicas e sociais cm curso, influam favoravelmente na posição da mulher no lar, na família, na sociedade.

São hoje universalmente admitidos: por um lado a contribuição considerável que a cooperação é capaz de proporcionar à educação da mulher, quer como mãe, dona de casa e cidadã, e por outro lado o papel da mulher como cooperadora para garantir no seio das sociedades cooperativas o controle democrático e o desenvolvimento das relações entre elas e os consumidores em vista a um progresso constante do movimento cooperativo.

O Congresso:
Afirma que as formas pelas quais a cooperação pode intervir em favor da mulher são múltiplas e afetam todos os domínios da atividade cooperativa. Os elementos essenciais da política cooperativa, que deve cada vez mais satisfazer as atuais exigências da mulher no lar, no trabalho, na sociedade, são a defesa do orçamento familiar, a educação, a informação e a defesa do consumidor, os serviços sociais, visando a ajudar a dona de casa. na moderna organização da vida doméstica, na qualificação profissional, na valorização do trabalho feminino quer na agricultura, quer em todas as formas de produção artesanal.

Recomenda às organizações nacionais filiadas o colaborarem estreitamente com todas as organizações cooperativas femininas com o objetivo de favorecer a formação de militantes e o seu acesso aos postos de responsabilidade em todos os níveis da organização cooperativa.

É assim que a cooperação exprimirá a realidade das «suas forças vivas» contribuindo largamente para a formação de um mundo em que reine o progresso e a justiça social.

É assim, que a cooperação reagrupará novas forças para o estabelecimento da paz, condição indispensável do seu desenvolvimento e fim último de toda a ação cooperativa.

PRESENTINHO DO NATAL (p. 3 – Página das cooperadoras: número trinta [sic] e nove)

Eu queria ter um cestinho cheio de flores
Para tecer um xaile de muita cor, muito
[lindo!
E um retalhinho do Céu
Para jazer um vestido azul tão lindo!
E mais sete estrelas das mais brilhantes
Para armar um chapeuzinho de luz!
E mais ainda dois quartinhos de lua
Que chegassem para uns sapatos de sal-
[tos muito altos…
E tudo isto, depois,
Eu dava a minha Mãe
De dentro do meu coração
Neste dia de Natal:
O xailezinho de muita cor,
O vestidinho azul,
O chapeuzinho de luz,

Os sapatinhos de saltos muito altos…
Minha Mãe! Minha Mãe!
E hoje é dia de Natal
E só posso dizer
Minha Mãe! Minha Mãe!

Matilde Rosa Araújo (de «O Livro da Tila»)

AS COOPERADORAS DE 25 PAÍSES UNIRAM-SE EM LAUSANA (p. 3 – Página das cooperadoras: número trinta [sic] e nove)

A Guilda Internacional das Cooperadoras reuniu-se em Lausana. Delegadas da Europa e da América, reuniram-se em 11.ª conferência. Países ainda não filiados como Gana, Nigéria, Guiana Britânica, Israel e Japão enviaram observadores. Entre os problemas tratados mereceram especiais debates os relativos: – à informação dos consumidores; à participação dos jovens no movimento cooperativo.

As 250 cooperadoras presentes neste encontro afirmaram a sua decisão de prosseguir com redobrada energia na sua missão tão útil à família e à sociedade.

Nº 88, janeiro, 1961

CENTROS FEMININOS EM MARROCOS (p. 3 – Página das cooperadoras: número trinta e um)

Os «Centros femininos», integrados na organização cooperativa de Marrocos, não são escolas, mas sim «lares de cultura viva». Eram apenas cinco em 1952 e eram ainda cinco em 1953. Hoje contam-se 70 espalhados por todo o território, e nasceram primeiro nos bairros limítrofes e depois, igualmente, nas regiões rurais.

Na sua primeira fase, estes «centros», proporcionaram umas 20.000 mulheres e raparigas dos meios populares uma educação primária (aprendizagem rápida de leitura, economia doméstica, educação sanitária e física, puericultura e educação social e cívica.

A tudo isto juntam-se muitas vezes algumas atividades que interessam mais particularmente a certos grupos: a iniciação nas novas técnicas agrícolas, a aprendizagem profissional (dactilografia, confeção, etc.) e atividades culturais (cineclubes, bibliotecas, música). Foram igualmente introduzidos alguns elementos de formação cooperativa.

Numa segunda fase, e a pedido das próprias mulheres, as reuniões de educação cooperativa

tornaram-se mais numerosas; depois, sem pressa excessiva e metodicamente, passou-se à formação de grupos cooperativos que parecem corresponder a necessidades reais e a possibilidades cuidadosamente previstas.

Existem já umas 20 destas cooperativas de mulheres. O movimento, ainda que muito recente, é guiado com senso prático, ao mesmo tempo vigilante e engenhoso, com atento cuidado pedagógico e respeito esclarecido pelas regras cooperativistas. Este movimento promete desenvolver-se.

ACTIVIDADES DIVERSAS

São, por vezes, cooperativas de consumo, outras, simples agrupamentos destinados à compra de artigos de primeira necessidade, principalmente nas regiões de Fez, Meknés e Marrakech. Outras, ainda, são cooperativas de produção artesanal (colares de pérolas de inspiração berbere, bonecas regionais, lã natural fiada pelas mulheres, sacos de praia, tapetes de quarto, lenços, cestos) ou então cooperativas de mão-de-obra trabalhando a matéria-prima fornecida pelos clientes (costura, tapetes, bordados, malhas). Outras, enfim, são cooperativas de «equipamento» cujo objetivo é o de suprir pelos meios coletivos a insuficiência das famílias em máquinas de costura, ferros e tábuas de engomar, farmácia familiar, máquinas de lavar e outras, ou em aparelhos sanitários (banheiras, balanças para crianças, aparelhagem de duche, etc.) ou ainda, em bens culturais (livros, jornais, salas de reunião, aparelhos de rádio ou de projeção). Também, por vezes, para auxiliarem no melhoramento de ruas e de terrenos de recreio para crianças.

Neste tipo de sociedades incluem-se ainda as creches cooperativas, as quais merecem uma menção especial, não só pela sua função importante como pelo desenvolvimento que se lhes quer dar. Elas procuram resolver o problema das mulheres que trabalham e que são obrigadas a deixar os seus filhos à guarda das vizinhas, já de si muito ocupadas, ou então a trabalhar com os filhos às costas.

Por enquanto existem apenas duas destas creches, a mais antiga tendo pouco mais de um ano. Mas um estágio de formação destinada às futuras funcionárias destas instituições faz prever a inauguração, no próximo verão, de 15 a 20 creches.

Existe também uma cooperativa de aprendizagem de dactilografia e uma outra para a aprendizagem de bordados à máquina: os seus mentores têm a seu cargo inteiramente as despesas de funcionamento, de conservação e o salário dos mestres.

EDUCAÇÃO COOPERATIVA

Uma característica importante destas cooperativas femininas e que põe em relevo a educação cooperativa adquirida, reside no facto dos seus membros desejarem muito mais o serviço que elas prestam que o retorno eventual. Acontece que as mulheres renunciam a qualquer retorno a fim de criarem o capital necessário para melhorarem aquele serviço.

Uma outra iniciativa que certamente terá uma notável influência no futuro da cooperação

marroquina é o movimento à volta das cooperativas escolares. No princípio do ano escolar de 1960 contavam-se já 127. Devem multiplicar-se rapidamente no decurso dos anos próximos, sob o impulso da muito ativa «Associação pró-cooperação escolar em Marrocos». Além disso, desde há pouco tempo, o Ministério da Educação criou a Repartição de Cooperação, cuja missão é a de dar a este movimento um apoio exterior e, ao mesmo tempo, exercer a sua inspeção.

Nº 89, fevereiro, 1961

MARIA ODETE M. VERÍSSIMO, DA PRAGALENSE, AFIRMA A NECESSIDADE DE UMA MAIS LARGA COMPARTICIPAÇÃO DA MULHER (p. 3 – Página das cooperadoras: número trinta e dois)

Na comemoração da gloriosa data de 1 de janeiro de 1891 e na justificação de um dever cumprido, nós os representantes juvenis da Cooperativa Pragalense, aqui estamos presentes para saudar os nossos companheiros da «Almadense-» e trazer-lhes um pouco do nosso convívio e amizade, conjuntamente às nossas felicitações de mais um aniversário da sua Cooperativa. Coube-me, a pesada tarefa de representar a Comissão Cultural da minha Cooperativa. Por isso, vou fazer todo o possível para que a minha intervenção não envergonhe a minha condição de jovem, e ao cooperativismo dar o meu contributo. Fizeram 70 anos, que a teoria de Rochdale, criou raízes em Almada, em cuja população vamos encontrar cerca de 15.000 militantes e cooperadores. O exemplo do esforço é evidente; como evidente é o esforço coletivo dos homens que fundaram esta coletividade, bem visível na grandiosa obra-social que hoje é. Porém, mais do que ontem, para que as cooperativas progridam e assegurem a sua continuidade, torna-se necessário, que os seus dirigentes se preocupem em criar um verdadeiro escol de gente moça, conscientemente capaz para iniciar uma formação coletiva e doutrinária, para que amanhã, ao serem chamados à liderança, os jovens, sintam a verdadeira noção da responsabilidade e a sua formação esteja à altura e ao alcance das necessidades da cooperativa onde militem. Paralelamente a este proponho aos dirigentes cooperativos do movimento cooperativo português – o papel da colaboração da MULHER

Companheira do homem na vida... e porque não nas suas realizações sociais-coletivas? Mas, em Portugal, não o é, e muito menos no Cooperativismo, tal como se encontra hoje organizado. Daí a resposta negativa, se perguntarmos quantas mulheres fazem parte das direções das nossas cooperativas. Torna-se, pois, um caso a considerar e que urge passar da teoria à prática. A maior cooperação da mulher tem que fazer-se mais coletivamente que individualmente (...) Falando de educação, lembro-me quando em maio de 1960, numa sessão solene realizada na minha cooperativa, alguém pôs em evidência o problema cooperativo da educação, houve logo, quem considerasse o problema económico como mais importante na vida do movimento cooperativo.

Para mim, os que pensam assim têm influenciado a falta de educação cooperativa em Portugal. Não pode haver boa economia cooperativa sem educação cooperativa. Lembro as palavras de Gomes Barbosa: «As cooperativas que embora financeiramente fortes, não cuidam da formação de equipas para dirigi-las amanhã, cometem um grave erro. Como exemplo: a 1.ª fase do cooperativismo no Canadá, em que o fracasso foi evidente. Cooperativas financeiramente, fortes e com mais de 50 anos de existência caíram na ruína, porque a marcha do tempo foi testemunha da falta de educação cooperativa. Hoje, o progresso do Cooperativismo no Canadá, é realidade e grandeza, graças ao estudo da doutrina e à difusão da mesma entre as massas populares. É certo que o movimento avança, e que nunca as nossas cooperativas estiveram tão progressivas, mas também é certo, que são quase sempre as mesmas caras, as mesmas pessoas que vimos nesta andança de cooperativas e cooperadores. Se a «nova vaga» foi o movimento renovador do cinema francês, apoiado fortemente na juventude porque não iniciamos nós a «nova vaga» do cooperativismo em Portugal? É, pois, da máxima urgência a criação de um movimento de juventude no cooperativismo, tão necessário como a necessidade existente em dar apoio às iniciativas da Unicoope.

Extrato da mensagem lida na sessão solene da cooperativa Almadense

A AÇÃO DA MULHER NO COOPERATIVISMO (p. 12)
Luísa M. Simões Raposo Ribeiro

A Mulher como mãe e como esposa tem assim como primordial função a orientação dos filhos e auxiliar o marido, tendo já a maior parte das mulheres consciência disso. Para orientar, porem, os filhos, tem a mulher que ter uma preparação que lhe forneça os conhecimentos necessários de psicologia infantil, alimentação, relação entre o estado físico e o carácter da criança, etc. Para auxiliar c compreender o marido ter á que cultivar-se intelectual e civicamente para o poder acompanhar nos seus trabalhos, inquietações e ambições.

Mas além de se dar como Mãe e Esposa a mulher tem que se compenetrar de que tem personalidade e função individual também; deve ser um elemento ativo e útil na sociedade em que vive e, como tal dentro das suas possibilidades e vocação tem que dar o melhor do seu esforço e a sua melhor contribuição. Como tem que repartir a sua atividade como dona de casa e como elemento social, tem que aprender os métodos de simplificação de trabalho, economia de tempo e saber distinguir os trabalhos necessários, mas rotineiros dos essenciais.

Não é tarefa fácil a da educação dos filhos mesmo quando teoricamente se têm os conhecimentos necessários. Tratar de crianças constitui uma atividade especializada que requer

conhecimento especializado, mas além disso também autodomínio, por parte do educador e ambiente adequado. Como sabemos o educador influencia mais pelo que é e pelo que representa do que pelo que ensina e o exemplo, a ação e prática, o exercício – a vivência educativa – são as alavancas e alicerces decisivos do processo de educação tendo muito maior eficiência do que uma mera exposição por magistral que seja.

A Mãe deve ter isso sempre presente e saber que todas as suas atitudes, palavras, impaciências, impulsos, etc., são apreendidos pelas crianças e fixados. Qualquer palavra ou ato irrefletido por parte dos pais pode ser o suficiente para inutilizar meses de esforços para inculcar no espírito da criança qualquer preceito ou hábito.

É também um erro a mãe tentar eliminar os obstáculos ou ensinar a contorná-los, pois deve é ensinar a lutar contra eles, a conhecê-los, a superá-los e a vencê-los. Deve apresentar aos filhos a vida risonha, feliz e despreocupada, por vezes, dolorosa, cheia de contratempos e dificuldades em outras ocasiões; suave e fácil; árdua e difícil – deve apresentá-la tal como ela é. Nunca uma pergunta tida habitualmente por inconveniente deve ser recebida com a recomendação de «silêncio» ou com castigos e deve-se tanto quanto possível, responder com a verdade. Em todas as fases da educação a influência de qualquer espécie de superstição é desastrosa e, assim, se a mãe não conseguir libertar-se de algumas inculcadas na sua adolescência deve ter o discernimento necessário para as não patentear aos filhos. (...)

A vida familiar é como que um microcosmos e a criança vai-se desenvolvendo e conhecendo nas suas relações e fenómenos da vida sob os aspetos: afetivo, cultural, moral, económico, profissional e social. Assim a Mãe deve afastar principalmente da vida familiar o egoísmo, o espírito materialista, as superstições, a apatia, comodismo, enervamento, rotina e a falta de vivência e deve saber que o excesso ou a carência de mimos tem influência nefasta na formação de carácter das crianças.

Deste modo a função primordial de qualquer mãe é saber orientar os seus filhos segundo as tendências e carácter de cada um e não sob os seus moldes e gostos pessoais e num constante autodomínio saber-se-lhes impor moral e intelectualmente pelo exemplo.

Embora desde o fim do sec. XIX se verifique a emancipação progressiva da mulher a verdade é que em alguns países nomeadamente no nosso a mulher ainda de uma maneira geral não atingiu mentalmente a maturidade necessária para poder com consciência e acertadamente, desempenhar o seu verdadeiro papel de mãe de família e de ser social.

E, isto, precisamente porque por um lado a sua Educação é deficiente e por outro há uma discordância quase genérica entre a teoria do homem que defende a posição de emancipação da mulher e a sua atitude prática ainda cheia de preconceitos e de falsas noções.

Ainda muitos dos homens que defendem a emancipação da mulher quando casam procuram e apreciam mais uma esposa que lhes trate apenas das coisas materiais e que seja o que

tradicionalmente é aceite como boa dona de casa do que uma companheira e colaboradora ativa dos seus ideais.

A mulher por seu lado, a maior parte das vezes, por falta de adequada educação ou por comodismo, também prefere manter-se apenas nesse papel secundário, embora necessário, mas não suficiente, e desaparece e apaga-se no meio social e, mesmo perante os filhos passa a ter unicamente um valor afetivo que, quando mal orientado ou exagerado, só por si, se pode até tornar prejudicial.

Junto do marido, além de colaboradora e companheira ativa, deve a mulher exercer o papel de moderadora sempre que o entusiasmo excessivo ou irreflexão arraste o marido e de incitamento sempre que surja o desânimo ou a apatia e comodismo.

Toda a mulher que defende os princípios cooperativistas tem de exercê-los ativamente como educadora, como esposa, como consumidora e como ser social.

Como educadora deve procurar adquirir as bases necessárias para saber orientar os seus filhos nos princípios que defende, manter-se-lhes ela própria sempre fiel e procurar contribuir para a formação de escolas cooperativas em que os seus filhos possam ser educados.

Como esposa, deve incitar o marido a alargar o âmbito do ideal cooperativista, dedicar-lhe todo o tempo que possam, sem nunca os desviar das suas tarefas nas cooperativas sob pretextos fúteis.

Como consumidora deve fazer todas as suas compras nas cooperativas e dar sugestões que lhe pareçam convenientes para o seu progresso.

Como ser social deve dar todo o seu esforço ao movimento cooperativo não só como educadora e estimulante do marido, mas como obreira ativa.

(Extrato da conferência pronunciada na Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal em dezembro de 1960).

Nº 90, março, 1961

ACERCA DO IDEAL COOPERATIVISTA (pp. 3, 6 e 8 – Página das cooperadoras: número trinta e três)

Luísa M. Simões Raposo Ribeiro

O Cooperativismo é um ideal de vida e, como tal, tem de abranger todos os seus multiformes aspetos, criar e desenvolver uma mentalidade que oriente e discipline as atividades de todos que nele queiram participar. Quem diz «cooperação» tem que subentender – atuação conjunta e coordenada para a consecução de um objetivo comum previamente estudado e estabelecido.

Tem como pontos basilares o autodomínio, a atividade, o trabalho produtivo, a solidariedade, o bem comum e a educação social e supõe mútua inteligência, acordo e pactos prévios, ajuda e apoio coletivos para uma obra de todos e para todos.

No cooperativismo a luta e distinção de classes desaparece. A sociedade cooperativista deixa de ter preferências, exclusões ou más vontades premeditadas, passando a haver Igualdade dentro da Comunidade.

Mas tem que se ter sempre presente que Igualdade – base de uma organização social não pode ter o significado de uma identidade aritmética ou algébrica.

Igualdade é proteção igual, idêntica possibilidade de ascensão, compreensão da utilidade e necessidade das diversas cooperações; é a garantia da distinção baseada apenas no Bem-Comum e na Justiça e nunca em suposições infundadas e estabelecidas de antemão.

Assim as bases do próprio Direito são abaladas na conceção moderna e cooperativista. O Direito deixa de ter um carácter puramente repressivo ou estático; pelo contrário tende a ser, cada vez mais, um fator de progresso coletivo.

Os interesses isolados dos indivíduos e de minorias privilegiadas vão-se deslocando ante o imperativo dos sectores majoritários da população e desta maneira se afirma a ideia do interesse social em cuja função se resolvem os grandes problemas contemporâneos.

Não creio que racionalmente possamos decidir que espécie de conduta é certa ou errada, exceto em referência às suas prováveis consequências. Dado um fim a ser alcançado cabe à ciência descobrir o modo de alcançá-lo e todas as regras aceites devem ser examinadas no sentido de se saber se tendem a realizar os fins que desejamos sem continuarmos presos ao que «devíamos desejar» segundo cânones anteriores. O novo Direito não é uma enteléquia, mas um meio para obter o equilíbrio e o bem-estar das sociedades humanas.

A necessidade da prática de normas estabelecidas surge do conflito de desejos, quer de pessoas diferentes quer da mesma pessoa. Mas tanto o método do direito criminal como o método da censura social tradicionais vêm-se mostrando cada vez mais deficientes e imperfeitos pois quase todos são eivados de utilitarismo, superstição ou conceção estacionárias, quase sempre de origem individual e egoísta.

Fazendo parte integrante do grande movimento criador e renovador, o Direito Cooperativo repousa a sua estrutura sobre alicerces novos de profundo conteúdo humano, estabelece as regras indispensáveis para a necessária defesa do bem-comum, prevê a evolução da sociedade e consequente alteração das mesmas regras, dá uma maior liberdade ao indivíduo dentro do que pode ser considerado como norma de conduta individual não afetando portanto os outros indivíduos como agregado social embora podendo chocar ou contundir com qualquer interesse isolado e particular; defende ainda que em vez das sansões habituais – dos castigos – deve o transgressor ser tratado tal como um doente – com o maior cuida do, compreensão e espirito

científico, sendo o remédio mais eficaz uma sólida educação.

Mas não quero alargar-me nos princípios do Direito Cooperativo pois só esses dariam lugar a uma série de palestras; apenas quis fazer ver que quem aceita os princípios cooperativistas tem de defendê-los e mantê-los em todos os sectores do conhecimento e ação. Sendo assim tem que ter por essencial a Educação pois tendo esta uma finalidade dinâmica, concreta e eminentemente política e social – tendo em vista a preparação da sociedade futura, é nela que reside a estrutura de novas mentalidades e diretrizes. A Educação não poderá restringir-se a uma instrução verbalista e teórica e terá que visar e adaptar as condições pessoais do indivíduo às condições sociais do conjunto e da comunidade educativa na sua integridade; terá que adaptar-se às necessidades cambiantes da vida e da evolução social porque educar é cultivar uma personalidade repleta de valores para uma comunidade também plena de valores e é necessário fazerem-se surgir vivências de valor, assim como valências ou qualidades de valor, na personalidade do educando ou na coletividade dos escolares.

O objetivo do ensino é fomentar a capacidade de um desenvolvimento contínuo, de uma racionalização intérmina da experiência, preparando homens para uma vida mais humana, mais progressiva, mais fecunda, dentro de uma forma social mais justa. Uma verdadeira educação não pode nem deve ser exclusivamente individual, nem social, tem que compreender simultaneamente ambos os aspetos. O princípio Cooperativista baseia-se, com efeito, no reconhecimento da personalidade sem menosprezo da coletividade e do valor deste sem desprezar aquela. O educador deve ter sempre em vista que «adaptação» não é «educação» e «educação social» não é «social ligação do homem» no sentido de fazer dele um ser submetido e servidor passivo da sociedade e que, pelo contrário educar é emancipar os indivíduos, é servir o progresso social.

É treinar inteligências a fim de as tornar cada vez mais plásticas, universalistas e libertas de limitações; é familiarizar a juventude com o manejo das realidades, preparando no estudante um produtor moderno, cooperador em planos de ação comum, entendendo-se por isto quer o produtor no domínio económico quer o criador da ciência, na técnica e na arte.

A escola é uma «oficina de homens» e o que deve produzir a todo o momento são «valores educativos» que nascem através da vivência do trabalho, da acertada aplicação das energias vitais à satisfação de necessidades reais e a que obrigam a vivência, experiência e ambiente.

Numa escola organizada cooperativamente a vida da comunidade escolar passa a ser o centro de todas as atenções e de todas as preocupações. A criança vive ali em íntimo contacto com a realidade social mais completa e tem ocasião de ver e compreender que o homem multiplica e aumenta as suas forças de uma maneira prodigiosa pelo efeito de ação coletiva e de interajuda. Organizar em forma cooperativa é criar o meio e instrumento mais eficaz para iniciar os educandos na prática autêntica da vida social.

Concebemos a escola Cooperativa como uma síntese harmónica das tendências reformadoras

mais eficazes de nossos dias: escola vital, de trabalho e de produção, aproveitando todo o bem das experiências e reunindo para estudar, superar e solucionar os seus inconvenientes e desvantagens.

A escola cooperativa não pode admitir precipitações nem radicalismos e tem que ter sempre presente que o trabalho educativo requere 4 condições essenciais: sinceridade, seriedade, compreensão e bondade, disciplinadas e orientadas pelo cultivo da inteligência e espírito científico.

Numa escola cooperativa os mestres não se podem limitar a explicar e inculcar lições de memória e os alunos a aprendê-las e reproduzi-las passivamente, mas sim alunos e mestres «vivem» uma vida integral e, deste modo, não só se orientam e preparam para futuro, mas também se dispõem e adquirem as faculdades necessárias para serem eles próprios os obreiros e forjadores desse futuro.

A escola cooperativa não é escola de uma classe-nobre, rica, burguesa ou proletária – é uma escola de homens que se preparam para ser humanos, livres e iguais. O seu fim é desenvolver inteligências e corações, intelecto e sentimento, para conhecerem, constituírem, praticarem e respeitarem o bem-comum e prepará-los para a responsabilidade, liberdade e vida autónoma.

Todos os ensinamentos devem ser inculcados de maneira viva, sem forçar a memória somente, e sem se basear unicamente nas buscas livrescas, teóricas, laboriosas e fastidiosas, por vezes, em livros e obras de erudição artificial. Devem os alunos executar eles próprios cadernos de rotação de trabalhos e diários em que serão anotadas circunstanciadamente as observações, experiências, críticas, pensamentos, dúvidas, descrições e conclusões sobre o que vão executando e vivendo.

Mas só sabe «praticar» com perfeição quem sabe a teoria do que pratica e o carácter da produção moderna é ser dirigida pelo método científico. É uma função da teoria a de escolher e ordenar da prática passada e da presente, aquilo que por ser geral poderá ser utilizado na prática futura; é a teoria uma intelectualização da prática e sucede que a prática, por isso mesmo se torna todos os dias mais unida à teoria.

A teoria tem de sair da ação, mas volta sempre à ação; deve partir da prática imitativa para chegar à prática científica.

Não há assim razão para separar no ensino um pensamento teórico de um pensamento prático, um pensamento de especulação de um modo de ação.

Se a Educação deve conduzir à Liberdade tem que ser feita pela Liberdade.

A Liberdade no estudo consiste em o professor se limitar tanto quanto possa estimular a curiosidade, deixando ao interesse dos seus alunos o fazerem os estudos o mais possível a seu gosto, com plena iniciativa do seu próprio espírito, e pelo uso constante da investigação experimental.

Assim a ciência não pode continuar a ser ensinada como dogma e os princípios, leis etc. como irrefutáveis e permanentes. Devem os professores iniciar os alunos na História das diversas ciências para que possam ver a sua evolução, avaliar as transformações por que passaram devido à análise objetiva, espírito crítico e criador do homem e verificar a sua mutabilidade e relatividade tomando consciência de que todos os caminhos da investigação e da ciência e técnica continuam abertos. No ensino atual, de uma maneira geral, e em especial na Instrução Primária e Liceu, ao aluno ainda que subconscientemente, é inculcada a ideia de que já nada, ou quase nada há para descobrir pois a ciência é-lhe apresentada sob princípios e leis imutáveis e já conhecidos.

As ciências devem ser simples pretextos ou instrumentos para iniciar os jovens no espírito crítico, no pensar lógico, no juízo objetivo, no experimentalismo, na disciplina interna, na ação organizada cientificamente, em suma: na liberdade do espírito.

O Educador deve ter isto sempre presente e assim pôr como primeiro termo do problema educativo «para que fim queremos educar o homem» e não «como educar».

A escola cooperativa exige – disciplina, autodomínio, método, inteligência e espírito científico e além disso, faz sentir a responsabilidade económica e cívica de cada um dos educandos e exige-lhes uma noção da doutrina cooperativa e das suas práticas que lhes possibilitam o desenvolvimento das capacidades necessárias para os transformarem nos obreiros e dirigentes económico-sociais da sua nação.

Tenho tentado fazer notar que a Educação é o ponto fundamental para a formação de homens que compreendam, defendam e amplifiquem o movimento Cooperativo como vida integral.

Sendo assim a Escola tem que ser a continuação do Lar pois não pode haver em ambos sistemas diferentes de orientação se quisermos que os resultados sejam frutíferos.

(Extrato da conferencia proferida na Coop. dos Trabalhadores de Portugal, em dezembro de I960)

Nº 91, abril, 1961

TÊM A PALAVRA AS COOPERADORAS (pp. 3 e 9 – Página das cooperadoras: número trinta e quatro)
Catarina Dias, da Pragalense, afirma a presença da juventude

Hoje, 19 de março de 1961, é a data do primeiro aniversário da Cooperativa Ermidas-Sado, a princesa das Cooperativas de consumo portuguesas. A Comissão Cultural da Cooperativa União Pragalense, aqui presente, traz consigo a mensagem da sua juventude e a sua boa vontade

de servir o movimento Cooperador do nosso País.

Para vós pois, bravos companheiros vão as nossas mais sinceras saudações e homenagens.

Na Cooperativa Almadense defendemos a ideia da criação de um movimento de juventude no Cooperativismo Português. Na Cooperativa Ermidas-Sado, vamos tentar explicar, embora sintetizando o que pretendemos:

Nota-se de há uns tempos para cá que as Comissões Culturais e Bibliotecárias das nossas cooperativas têm vindo a ser alvo de uma incompreensão por parte de algumas Direções de certas Cooperativas, algumas delas com grandes responsabilidades no movimento cooperativo português; nelas temos visto jovens já iniciados na carreira cooperadora, terem sido afastadas, somente porque às vezes não concordam com diretrizes de certas direções. Outros, não serem aceites as suas iniciativas, por elas partirem de um grupo de jovens.

Muitos deles vêm entravadas as suas iniciativas Culturais, porque às vezes as dirigentes protestam contra as despesas e o não lucro das iniciativas.

Ser jovem, não é a mesma coisa, que ser qualquer coisa como Boneco de Palha ou apenas elemento decorativo, para festas de carácter social: Ser jovem é mais qualquer coisa que isso, é ser homem ou mulher, é ter sangue novo nas veias, é ser impulsivo e vigoroso, para enfrentar o dia de amanhã.

Por isso, eles devem merecer pela parte dos dirigentes do Cooperativismo, o maior respeito pela sua obra, pelo seu esforço em prol de um ideal justo e honesto, como é a nossa causa.

É certo que muitas dessas Comissões têm falhado no seu objetivo, mas também é verídico que tem sido a pouca atenção, o pouco apoio, a total falta de orientadores experimentados «ou melhor dirigentes» que têm originado essas faltas.

Mas deixemos o verme arruinador e cubramo-lo sob manto de seda, até que nova aragem varra o marasmo e passemos ao que mais interessa. Desde a formação do Boletim Cooperativista, há, portanto, mais de 10 anos, que o grande sociólogo e cooperador Prof. António Sérgio vem defendendo a tese da criação de uma grande Guilda Feminina e de uma federação Cultural do Cooperativismo.

Inspirados nisso, como jovens que somos, defendemos a criação de um Movimento de juventude.

Movimento esse que atuaria sob a orientação da Comissão de Propaganda da Unicoope e destinar-se-ia ao recrutamento de jovens para trabalharem junto das suas Cooperativas, em comissões de trabalho e estudo sobre os mais variados problemas cooperativos promovendo debates, estabelecendo intercâmbios. Numa só palavra trabalharem para o engrandecimento da doutrina e do movimento cooperativista. Recrutamentos de militantes dispostos a trabalhar sinceramente nas nossas Cooperativas. Seria sem dúvida a maior e a mais forte pressão junto dos associados das Cooperativas. Criação de cursos Cooperativos, que só por inércia ainda não

os temos entre nós etc, etc...

Em fevereiro de 1958, escreve Ferreira da Costa no Boletim Cooperativista: «E bem precisa o nosso movimento da atuação renovadora dos jovens, capaz de expurgar certos sinais de envelhecimento provocados como é natural por 80 anos de isolamento intercooperativo.

Torna-se necessário renovar métodos utilizados para levar as massas associadas a ter uma maior participação na vida da comunidade cooperativa.

É necessário renovar a atitude daqueles que não estando habituados à prática da democracia mantém atitudes intolerantes, e estimular críticas construtivas em substituição dos velhos vícios partidários e demolidores.

E termina com estas palavras:

Ai… de vos… que colocados diante da porto, nem entrais nem deixais sair os que estão para entrar»…

É conveniente lembrar também, as palavras do grande romancista russo Leon Tolstoi: «Penso que atividade Cooperativista é a melhor das atividades a que se podem consagrar os jovens».

Por isso, mesmo vós dirigentes que nos escutais, lembrai-vos sempre dos jovens das nossas Cooperativas, ajudai-os na sua obra, porque só assim poderemos contribuir para a existência de uma juventude mais dentro dos princípios democráticos, por vezes, tão esquecidos em Portugal.

Só assim lutaremos contra uma juventude viciada pelos campos de futebol e pelos «*teddy-boys*» esse vício Homo-Espécie importado com marca *Made in USA*.

Com a nossa ajuda, nós os jovens contribuiremos em maior escala nesta obra tão humana e justa como é a nossa. Lembrai- -vos sempre que a juventude deve ser amparada na sua jornada. Hoje mais que nunca.

Atravessamos uma época em que o homem se dispersa e se perde na confusão social dos conflitos mundiais e nas ideologias demagógicas. Ermidenses incitai os vossos filhos a colaborarem mais ativamente nesta obra bem visível.

Dirigentes Ermidenses, não recuseis nunca a colaboração da juventude. É nela que a vossa Cooperativa tem a garantia do dia de amanhã. Criemos, pois, um movimento de juventude no Cooperativismo Português. Porque tomamos a peito esta iniciativa a contribuir para o futuro da nossa causa. Estes são os votos dos companheiros juvenis da Cooperativa União Pragalense, e esta é a sua mensagem.

Parabéns, pois, à Cooperativa Ermidas-Sado, pelo seu 1.º aniversário. A todos o nosso muito Obrigado.

TÊM A PALAVRA AS COOPERADORAS (pp. 3 – Página das cooperadoras: número trinta e quatro)
Maria Manuela Rosinha Ribeiro da Amorense – Apelo para a boa vontade e entusiasmo da Mulher

Meus senhores e minhas senhoras:
Devo dizer-lhes que me sinto um pouco enervada pois que quando nos compete desempenharmos duma missão deste carácter não nos sentimos muito à vontade, mas graças à Comissão Cultural a que tenho o gosto de pertencer noto que todas estas coisas nos dão a nós mulheres uma força, uma energia que nos atrai ao ambiente agradável do Cooperativismo. Hoje que tenho apenas 15 anos sinto-me tão atraída e pronta a desempenhar qualquer missão em prol das Cooperativas, que penso quando amanhã for esposa e mãe ensinarei com todo o fervor da minha alma o caminho que meus filhos devem seguir.

Para mim a minha Cooperativa é minha segunda casa e é justo que vós, minhas senhoras, façais em prol da vossa tudo o que vos seja possível. Não hesitem, honrem-na e engrandeçam-na. Trazemos-lhe aqui neste simples galhardete símbolo do maior entusiasmo e orgulho o desejo sincero de que ele fique a unir para sempre as mulheres de Ermidas às mulheres de Amora numa amizade duradoira sincera e franca própria de verdadeiras cooperadoras.

(Lida na sessão solene do 1.º aniversário de Ermidas Sado em 19-3-61)

Nº 92, maio, 1961

DA NECESSIDADE DE ORGANIZAÇÃO DE COMISSÕES FEMININAS (p. 3 – Página das cooperadoras: número trinta e cinco)
Luísa M. Simões Raposo Ribeiro

Toda a mulher que defende os princípios Cooperativos tem de exercê-los ativamente como educadora, como esposa, como consumidora, e como ser social.

Como educadora deve procurar adquirir as bases necessárias para saber orientar os seus filhos nos princípios que defende, manter-se-lhes ela própria sempre fiel e procurar contribuir para a formação de escolas cooperativas em que os seus filhos possam ser educados.

Como esposa, deve incitar o marido a alargar o âmbito do ideal Cooperativista, a dedicar-lhe todo o tempo que possam, sem nunca os desviarem das suas tarefas nas Cooperativas sob pretextos fúteis.

Como consumidora deve fazer todas as suas compras nas Cooperativas e dar as sugestões que lhe pareçam convenientes para o seu progresso.

Como ser social deve dar todo o seu esforço ao movimento cooperativo não só como

educadora e estimulante do marido, mas como obreira ativa.

Assim todas as mulheres cooperativistas conscientes devem organizar-se em comissões femininas que trabalharão depois ativamente para conseguirem levar a todos os membros das cooperativas uma consciencialização do movimento cooperativo e desenvolvendo a prática de cooperação entre todos.

Devem transformar as suas cooperativas em centros comunitários agradáveis modificando-as em lares comuns; devem promover palestras e cursos para todas as mulheres que queiram adquirir conhecimentos sobre: puericultura, alimentação, doenças sociais, psicologia, economia doméstica, responsabilidade cívica etc. etc. Desenvolver e criar laços de amizade, camaradagem e ajuda mútua entre todas as cooperativas; fomentar o desenvolvimento ou formação de cooperativas de qualquer modalidade; promover a efetivação de comunidades cooperativas formando junto das suas cooperativas: creches, lactários, escolas infantis, técnicas e primárias, cantinas, lavandarias etc.

Contribuir para o estabelecimento de uma estrutura mental de fraternidade não só comunitária como supre-nacional.

Como tentei fazer ver a ação da mulher no Cooperativismo é imensa e imprescindível para que o progresso deste seja rápido e eficiente e as crianças de hoje sejam os seus obreiros de amanhã.

Temos para isso que dar todos o melhor do nosso esforço, conforme as nossas possibilidades e tentarmos através de um auto- -domínio constante adquirir um espírito objetivo e científico que nos permita, aliado ao nosso coração e sentimentos, deixar de procurarmos apoios imaginários e passarmos a contar apenas com os nossos próprios esforços para tornar este mundo um lugar adequado para se viver. Devemos apoiarmo-nos em nossos próprios pés e olharmos o mundo honestamente –vendo o bom e o mau tal como é e em vez de temê-lo – conquistá-lo pelo nosso esforço, perseverança e inteligência.

Necessitamos desenvolver a esperança no futuro e não passar o tempo presos ao passado ou voltados para trás, pois se tivermos confiança o passado será ultrapassado de muito pelo futuro que a nossa inteligência, ideias e esforço pode criar.

Devemo-nos compenetrar de que um mundo melhor pode ser atingido pela nossa vontade e cooperação guiados pelo nosso conhecimento.

TÊM A PALAVRA AS COOPERADORAS: OUVINDO A COMISSÃO CULTURAL DA COOPERATIVA ERMIDAS-SADO (pp. 3 e 8 – Página das cooperadoras: número trinta e cinco)

Carlos Galino

Já que nos tínhamos deslocado a Ermidas-Sado para assistir à sessão solene do primeiro aniversário da Sociedade Cooperativa, não quisemos deixar de ouvir os componentes da

Comissão Cultural desta dinâmica Cooperativa.

No final da sessão, procurámos Mariana Jorge, já nossa conhecida desde a inauguração desta Cooperativa, e que, a nosso pedido, tem dado a sua colaboração ao nosso Boletim para que nos apresentasse aos restantes membros da Comissão Cultural de que ela faz parte.

– Diga-nos, Mariana Jorge, quando foi nomeada a Comissão Cultural?

– Em 7 de Março de 1961.

– Quem são os elementos que a constituem?

– Maria Alice dos Santos, Manuel da Silva Martins, Belarmino Costa e Eduardo Tomé Duarte.

– E desde que foram nomeados, qual tem sido a vossa atividade?

– Temo-nos dedicado, dia e noite, à montagem da Biblioteca, que hoje tivemos o prazer de inaugurar. A nossa Biblioteca tem todos os géneros de literatura. A leitura das obras requisitadas é extensiva ao domicílio dos associados, gratuitamente.

– Diga-nos Mariana Jorge, o que pensa sobre a sua Cooperativa, ao fim do primeiro ano de existência?

– A nossa querida Cooperativa, tem vindo a aumentar, dia para dia em todos os sectores económicos. Começámos somente, com a mercearia, panos e bar. Hoje, já temos as secções de sapataria, padaria, drogaria e grandemente aumentada a secção de fancaria. E, repare-se, os sócios têm-se entusiasmado de tal forma, que pediram à Direção, para que resolvesse de forma a que, no futuro, não tenham de adquirir, qualquer artigo fora da Cooperativa.

O número de sócios tem aumentado, o que demonstra o grande interesse que despertou no povo de Ermidas. Não há dúvida que foi para todos uma sorte termos na nossa terra pessoas que ergueram tão grandiosa obra, que em tão pouco tempo tem dado tantos benefícios económicos a todos, sócios e não sócios. Compreende o que lhe quero dizer, com a expressão — sócios e não sócios. Entretanto se me permite, vou concretizá-la: Beneficiou os sócios, porque os defende economicamente, e os não sócios, porque o

Ficámos entusiasmado ao tomarmos conhecimento, de que esta jovem, numa altura em que o comodismo impera na juventude, não receou dar, desde a primeira hora, a sua colaboração para erguer uma casa é de todos.

– Maria Alice disse-nos que a Cooperativa foi benéfica para Ermidas. Espero que dentro de pouco tempo, todos nós obteremos resultados notáveis, tanto no campo económico, como social, recreativo e assistencial.

E para terminarmos esta rápida entrevista com Mariana Jorge e Maria Alice, perguntámos-lhes se o Boletim poderia contar futuramente com a sua colaboração, dando-nos notícias pormenorizadas da vida da sua Cooperativa.

Foram unânimes em aceder a este nosso pedido, e à medida que forem tendo notícias,

serão enviadas para que todos os Cooperadores de Portugal possam saber que na planície alentejana se está erguendo uma Cooperativa, que irá beneficiar cada vez mais o bom povo de Ermidas-Sado.

O Boletim Cooperativista, deseja a estas dinâmicas cooperadoras um bom êxito na missão a que se devotaram em prol do engrandecimento da sua Cooperativa.

CANÇÃOZINHA DA ESCOLA (pp. 3 – Página das cooperadoras: número trinta e cinco)

Meninas que estais estudando
Numas banquinhas pequenas:
Lá fora o sol vai dourando
Os riscos das vossas penas.

Meninas que estais sorrindo
Numas banquinhas sentadas:
Lá fora flores vão abrindo
Com as vossas gargalhadas.

Meninas que estais sonhando
Numas banquinhas de pinho:
Lá fora canta, chamando,
O canto dum passarinho.

Ó mestra que estás falando
Em cadeirinha tão calma
Lá fora o sol vai dourando
As penas que tens na alma.

Ó mestra que estás sorrindo
Em cadeirinha de braços
Lá fora flores vão abrindo
Para adoçar os teus passos.

Ó mestra que estás sonhando
Em cadeirinha de pinho:

Lá fora canta chamando
O canto dum passarinho.

NASCER

Mãe!
Que verdade linda
O nascer encerra:
Eu nasci de ti
Como a flor da Terra!

Matilde Rosa Araújo
(De «O Livro da Tila»)

Nº 93, junho e julho, 1961

O DEVER DO MOVIMENTO COOPERATIVO PARA COM AS MULHERES – *excerto do artigo Ainda o Congresso de Lausana: algumas resoluções adotadas no último Congresso da Aliança Cooperativa Internacional realizado em Lausana de 10 a 13 de Outubro de 1960* (– pp. 3 e 12)

O 21.º Congresso da Aliança Cooperativa Internacional considera que num mundo em rápida evolução é dever do Movimento Cooperativo trabalhar de maneira cada vez mais eficaz, pelos seus próprios meios, método s e atividade, para a elevação das mulheres de forma a que as atuais e profundas modificações económica s e sociais devam influencia r favoravelmente a sua posição no lar, na família e na sociedade.

Considerando que é reconhecido, de hoje em diante, por um lado, a considerável contribuição que a Cooperação pode ocasionar na educação da mulher como mãe, dona de casa e cidadã, e, por outro lado, a função da mulher para garantir o controle das sociedades cooperativas e, considerando também o desenvolvimento dos laços entre as Cooperativas e os consumidores com vista ao progresso constante do Movimento Cooperativo,

O CONGRESSO:

Acentua que os métodos, pelos quais a cooperação pode intervir a favor da mulher, são muitos, e afetam todos os campos da atividade cooperativa. Os elementos essenciais da política cooperativa, que tem de satisfazer, mais e mais, as exigências atuais da mulher no seu lar, no seu trabalho e na sociedade, são a defesa do orçamento familiar, a educação, a informação e

defesa dos consumidores, serviços sociais para ajudar a dona de casa pela organização moderna da sua vida doméstica, qualificação profissional, e a estabilização do trabalho das mulheres há agricultura bem como em todas as formas de produção artesanal;

Recomenda à s Organizações Nacionais filiadas para colaborarem estreitamente com todas as Organizações Cooperativas Femininas na concretização de tal política e, com esta finalidade, encorajar o treino de militantes e a sua admissão a postos de responsabilidade em todos os níveis da Organização Cooperativa.

É, desta forma, que a Cooperação expressar á a realidade das suas «forças vivas» contribuindo largamente para a criação dum mundo de progresso e justiça social, no qual ninguém jamais falará de países ou regiões subdesenvolvidas.

É desta forma que a Cooperação reagrupar á as suas novas forças para o estabelecimento da Paz, que é uma condição preliminar para o seu desenvolvimento e objetivo final de toda a atividade cooperativa.

VASTO E PROFUNDO TRABALHO DE EDUCAÇÃO COOPERATIVA E DE FORMAÇÃO LEVADO A EFEITO PELAS GUILDAS BELGAS (p. 3 – Página das cooperadoras: número trinta e seis)

Transcrevemos do jornal belga «Le Cooperateur», a propósito da 73ª assembleia geral da União Cooperativa da Bélgica:

«A assembleia ouviu o relatório anual e tradicional da Federação das Guildas. É Palmira Wilmet que apresenta e comenta este relatório das atividades da Federação em 1960.

Verificámos principalmente que sessenta secções locais, realmente ativas, estão repartidas por treze sectores, nove dos quais na região de Liège. Palmira Wilmet comenta os objetivos propostos a estes sectores, assim como os resultados obtidos em 1960. Pode resumir- -se esta atividade como um vasto e profundo trabalho permanente de educação cooperativa e de formação militante.

Percebem-se os resultados iniciais no facto assinalado no relatório federal a propósito da numerosa participação das donas de casa cooperadoras nas assembleias recontes (mais de 300) das cooperativas locais.

Em toda a parte verificou-se uma participação muito elevada de mulheres nestas reuniões.

Palmira Wilmet concluiu, afirmando que chegou a hora das mulheres, das donas de casa, das cooperadoras, de tomarem um grande lugar e sólidas responsabilidades na gestão do movimento cooperativo e na ação deste dentro da economia geral.

O relatório foi unanimemente aplaudido e aprovado. O presidente felicitou calorosamente a cidadã Wilmet e as suas amigas da Federação das Guildas e de todos os sectores cooperativos femininos.»

Nº 94, Agosto, 1961

A VIDA E O SONHO (pp. 3 e 10 – Página das cooperadoras: número trinta e sete)
Conto de Maria Judite Carvalho

Podia ter sido caixeiro-viajante, maquinista de comboios ou marinheiro. Não era, porém, nenhuma dessas coisas porque nós não nos fazemos, somos construídos pelas circunstâncias. O pai, naturalmente à força de muitos pedidos, conseguira que logo aos treze anos o metessem numa casa bancária importante onde lhe tinham dado uma farda cinzenta e um lugar de futuro. «Menino, então esse cheque?», «Menino leve esta letra ao senhor Silva», «Então menino?», «Me-ni-no». Ele afadiga-se, muito zeloso, já sério, ansioso por cumprir, e sem compreender que o seu desembaraço e o seu zelo começavam a enleá-lo todo naquela engrenagem de que nunca mais saberia libertar-se. À noite, em casa, devorava os livros de Emílio Salgari que um colega, mais abonado que ele, lhe ia emprestando. Outra vezes folheava um atlas, ruído e vomitado já por várias guerras, que o pai comprara em tempos num alfarrabista. Mas que podiam significar para Adérito aquelas vastas extensões azuis, aquelas cidades de nomes exóticos que lia (mal) em voz alia para se ouvir, quase com volúpia.

Depois os anos tinham passado quase sem ele dar por que passavam, cheios de dias longos, todos iguais, sem interesse. Começou a atender ao balcão, teve secretária própria com pasta e com esponja (era um lugar de futuro), conheceu mulheres – poucas –, casou. Era agora ele que chamava «Menino, Menino». E sentia ao fazê-lo como que um aperto na garganta, uma espécie de vergonha que ele próprio não saberia explicar e também de culpa para com aqueles rapazinhos sérios, ativos, muito zelosos.

Pensava muito raramente (para que ir até ao fundo das coisas?), mas às vezes achava-se a dizer a si próprio que não tinha nascido para aquilo e que talvez ainda estivesse a tempo de fugir. Mas fugir de quê? Para onde? Gostava do seu trabalho. Gostaria de facto? A verdade é que não sabia fazer outro. Números, números, estava bem de ver, para muitas outras pessoas. Não tinha nascido para aquilo era bem possível. Mas quem é que nasce para o que é? – refletia a querer consolar-se. Era um homem plácido, habituado a suportar as contrariedades da vida. Um homem para quem os prazeres não eram muito fortes nem os desgostos muito intoleráveis. Um homem melódico, com sonhos impossíveis, mas nenhumas ambições.

Vestia todos os domingos o seu melhor fato, o azul, punha a gravata do dia dos anos e saía para o futebol. A mulher também se preparava e ia a casa da mãe. Às vezes saíam juntos só se despediam ao fim da rua, beijavam-se sem dar por isso. Era um costume antigo que tanto um como o outro sempre tinham achado natural aquele de se separarem ao domingo à tarde. Tão natural e imutável como irem ao sábado à noite ao cinema do bairro ver uma fita qualquer, e irem ao domingo à missa das onze a São Domingos.

Às vezes ao jantar a mulher perguntava-lhe:

– Correu mal o jogo?

O Adérito respondia-lhe que assim assim ou então que não tinha prestado. E corava sempre ao de leve porque era um homem a quem toda a mentira desagradava. Se mentia era só por sentir que a mulher compreendia mais facilmente as mentiras que ele lhe dizia do que as verdades que pudesse dizer-lhe. Não conseguia imaginar e muitas vezes tinha pensado nisso – qual seria a reação dela se lhe dissesse onde passava, há quantos anos, as tardes de domingo. Todas. Quer chovesse quer fizesse sol. Não o acreditava talvez, as mulheres têm sempre dificuldades em crer nas coisas simples, transparentes. Sim, ela não acreditaria que ele fosse para o cais ver os barcos que partiam ou então para o aeroporto olhar os aviões que deixavam a ferra. Um dia tinha falado ao Costa, seu colega do Banco, dessa sua predileção e o Costa tinha sorrido com um pequeno ar superior. Se o Costa não podia compreendê-lo, como havia a Mulher, uma pobre rapariga oca... O Costa ainda linha perguntado:

– Mas que interesse é que pode ter para ti essa gente que vai de avião ou de barco? E isso é que era estranho. O Adérito não ia ao aeroporto nem ao cais para ver as pessoas que partiam. Também não ia ver o barco nem o avião. Era bastante mais complexo. Nem ele próprio o sabia – era um homem simples – o que procurava nesses momentos, sem dúvida os mais felizes, os mais cheios, os mais completos da sua existência sem vida. Era tudo e não era nada ao mesmo tempo. 0 cheiro forte levemente impregnado daquela água próxima, escura já misteriosa, o ar salgado a bater na pele, as vozes enervadas, as corridas, os gritos, uma ou outra lágrima, aquelas palavras de aventura calma, organizada, a encherem o todo o campo. Vai partir com destino a Carachi – ou com destino ao Brasil ou para Nova Iorque – Depois, e isso era maior do que tudo, o grande pássaro a rugir, a arrastar-se pelo chão, depois a rasgar o espaço ou então o barco enorme a correr quieto com o tempo sobre as ondas ligeiras do rio quase oceano.

Às vezes deixava-se ficar até o barco desaparecer. Experimentava uma espécie de angústia, qualquer coisa como se alguém muito querido se tivesse ido embora para sempre. Mas não era bem isso. O que ele sentia era uma grande dor por essa pessoa, ele próprio ter ficado.

Punha-se a caminhar ao longo dos cais e havia sempre homens muito sujos ou talvez queimados do sol ele não sabia, que tiravam ou punham fardos em navios de carga que tinham chegado ou iam partir. Homens com caras de aventura. Homens. Às vezes parava a olhar para os outros barcos, pequenos e de ar antigo que a água apodrecera, sempre em movimento e sempre parados, presos com cordas grossas a postes de ferro. Presos para não irem água fora. Presos como ele.

Regressava sempre a casa melancólico. Via a mesa posta para o jantar, o «abat-jour» encarnado, a estatueta do rapaz a comer cerejas (as cerejas balouçavam quando ele entrava) a própria mulher já gorda e amolecida da idade, com outros olhos, os olhos novos de alguém que

regressou de longe e caiu de repente sem preparação na vida quotidiana, na vida antiga, na vida que estava à sua espera, na sua vida, afinal.

A mulher perguntava enquanto servia a sopa:

Correu mal o jogo?

Ele corava.

– Assim assim. E a tua mãe como está? Às vezes, à noite, chovia. Os pingos batiam com força na vidraça, o vento varria a rua toda. Ela deixava cair o trabalho no colo, enrolava-se mais no xaile porque era muito friorenta.

Sabe bem estar em casa, dizia. Sabes onde eu me sentia feliz? na África.

Ele sorria ao de leve ia até à estante, abria o «Robinson Crusoe» ou um livro qualquer de Júlio Verne, tantas vezes lido que já lhe sabia passagens de cor.

Na manhã seguinte voltava ao Banco e somava, multiplicava e dividia. «Menino» «Então Menino?». Mas tinha um ar culpado e os garotos não o respeitavam. Era sempre ele o último a ser servido.

Certo dia um dos diretores chamou-o, fê-lo sentar numa daquelas poltronas de cabedal verde que até então ele só conhecia de vista. Era um homem gordo, muito aromático, sorridente, com brilhantes nos dedos. Olhou para o Adérito com intensidade como se lhe quisesse ler-lhe os pensamentos.

Sabe porque o mandei chamar?

Mas o Adérito não sabia. Também não tinha pensamentos. Estava sentado na borda da poltrona e tinha as mãos sobre os joelhos unidos.

O diretor pôs-se a falar. Que a direção reconhecia o seu valor, a sua dedicação à casa, o seu amor ao trabalho. Como já devia ter ouvido, o Banco ia ter uma sucursal em Lourenço Marques. O caso era que a direção tinha pensado nele, Adérito, para dirigir, enfim, para gerir. Seria claro, aumentado. Atrevia-se mesmo assegurar-lhe que teria um aumento considerável.... Considerável.... Enfim uma situação muitíssimo vantajosa. Sem falar no prestígio. Mas que pensasse, que pensasse, depois lhe diria se aceitava ou não.

O Adérito não pensou, ou melhor, pensou muito pouco, também não falou daquilo à mulher porque ela não saberia compreender a resolução que tinha tomado, ainda o diretor lhe estava a expor o caso. Sempre sonhara ser uma senhora, coitada. Uma senhora como ela era capaz de ambicionar. Com muitos chapéus, muitos vestidos e muitos bolos para oferecer às visitas. Mulher dum gerente numa cidade colonial. Nunca lhe perdoaria a recusa, claro. Faiou ao diretor na saúde da mulher no seu próprio fígado muito sensível. Tudo mentira, naturalmente. Porquê? então porquê? Nem ele próprio sabia. E daí talvez pensando bem. Talvez porque havia pessoas que sonhavam e viviam ao mesmo tempo, os homens negros dos barcos, os atores e as atrizes que ele via ao sábado à noite no cinema do bairro e ele se habituaria a sonhar e a viver. Talvez

fosse por isso. Agora era tarde, demasiado tarde. Já não saberia viver um sonho. Sentia-se velho, horrivelmente velho e cansado, muito, muito, cansado. Muito triste também.

Foi o Costa que um dia partiu num bonito paquete. No cais, o Adérito tinha os olhos bem abertos e sentia uma grande uma enorme angústia. Deixou-se ficar até o barco se diluir todo no nevoeiro espesso que nessa manhã cobria o Tejo. Depois ainda deu um salto ao aeroporto a ver sair os aviões.

(De «Tanta Gente Mariana»)

Nº 96, outubro, 1961

A MINHA FILHA (p. 3– Página das cooperadoras: número trinta e oito) um artigo de Haruko Nagatani transcrito da «Revista da Cooperação Internacional»

NOTA: Haruko Nagatini foi durante vários anos secretária da Guilda Feminina da Sociedade Cooperativa dos Consumidores de NADA, e foi nomeada recentemente presidente da Organização Nacional das Guildas Femininas do Japão.

Kateika, Organização Feminina da Sociedade Cooperativa dos Consumidores de NADA, foi oficialmente felicitada no decurso do último Outono, pela União Cooperativa dos Consumidores do Japão como «pioneira de mérito do Movimento Feminino do Japão».
Foi uma honra bem merecida.

Há trinta anos que a *Kateika* se esforça por tornar as mulheres consumidoras mais conscientes, melhores donas de casa, melhores cooperadores, organizando atividades variadas destinadas a informá-las sobre produtos alimentares, vestuário, trabalhos manuais, arranjo caseiro, produtos e produção.

A zona de influência da *Kateika* estende-se a 30 quilómetros da cidade de Itamí, até ao bairro Takaha da cidade de Kobe; e sob a direção geral do Bureau Central, que se encontra no edifício principal da sociedade, são organizados grupos de estudo, cursos, reuniões de conversação, todos os dias da semana em cada uma das catorze seções da sociedade. Todas as reuniões e todas as atividades têm um objetivo: associar as mulheres cada vez mais estreitamente à s atividades da sua sociedade e mobilizar a sua experiência prática em benefício da gestão da mesma sociedade.

De facto, os laços que ligam entre si a *Kateika* e a sociedade são tão apertados que em cada secção reúne uma vez p o r mês a sua Direção, composta de 10 a 20 donas de casa, par a estudar os assuntos da sociedade. Deste modo oferece-se às mulheres a possibilidade de criticar ou de

aprovar os serviços da sociedade, a qualidade dos produtos ou de sugerir o que seria bem aceite pelas donas de casa.

Este meio permite ainda aos dirigentes informar as mulheres da situação exata da sociedade e conhecer as suas opiniões perante os projetos que lhes são apresentados.

FISCALIZAÇÃO DA QUALIDADE

A fiscalização da qualidade dos produtos é uma das mais importantes atividades da *Kateika*. Uma vez por mês, em cada secção, o Conselho das Compras, que se compõe unicamente de membros femininos, reúne-se para tomar conhecimento dos relatórios acerca dos produtos, submetidos pelo pessoal da sociedade a análises muito severas. Nessa ocasião informam-se as mulheres das boas compras que elas poderão fazer. Mas o Conselho das Compras não é de modo algum um mata-borrão destinado a absorver simplesmente tudo o que dizem os responsáveis da sociedade.

Conhecedor dos factos e dos testemunhos que lhe são fornecidos pelos membros da *Kateika*, o Conselho, todas as vezes que entende necessário, critica severamente as conclusões dos responsáveis. Desta maneira, o Conselho, no decurso dos seus 10 anos de existência, pôde criar nos consumidores uma opinião bem informada acerca dos preços e da qualidade dos artigos que a sociedade vende.

GRUPO DE ESTUDOS

Aos trabalhos do Conselho juntam-se as atividades do Grupo de Estudos de Economia Doméstica. Participam nele 700 donas de casa que possuem a conta exata e regular das suas compra s doméstica s em livros especialmente concebidos par a esse efeito. Além disso, 200 destas mulheres respondem a questionários, quando lho pedem de tempos a tempos. As informações assim obtidas são depois reunidas e analisadas; estas informações revelaram-se extremamente preciosas não só para a Sociedade Cooperativa, como também para a Comissão Mista das Organizações de Consumidores, organismo nacional que reúne as Sociedades Cooperativas de Consumo, os Sindicatos e a Federação das Donas de Casa. Com efeito, não se exagera quando se diz que o Grupo de Estudo de Economia Doméstica da Kateika contribuiu largamente para o êxito da Comissão Mista, à qual se reconhece, agora, ter uma missão protetora dos interesses gerais dos consumidores.

ATIVA COMO UMA COLMEIA

A *Kateika* é tão ativa como uma colmeia, porque, além dos grupos de estudo, dos cursos e das reuniões organizadas diariamente nos salões e nas seções da sociedade, há ainda «reuniões de conversação», menos formais, mas também eficazes e frequentadas. Os membros da *Kateika* trocam nelas, sem dificuldade s e com toda a franqueza, as suas opiniões numa atmosfera amigável. Estas trocas de opiniões são, no entanto, concebidas par a findarem com conclusões positivas. Cada vez em maior número as mulheres vêm tomar parte nestas reuniões, para se

defenderem da influência crescente da publicidade junto dos consumidores.

Uma cooperadora afirma que a Kateika deve ser um a «comprador a habilitada», de modo a não se deixar prender pelas astúcias dos agentes publicitários e adquirir a competência que lhe permita julgar com experiência, conhecimento e treino. As atividades da *Kateika* orientam-se com êxito nesta direção.

Ocupando, presentemente, um edifício completamente novo, de cor creme e sépia, inaugurado em maio último, a *Kateika*, plena de energia, está voltada par a o futuro. Neste novo edifício vai realizar-se o sonho de muitos anos: uma cozinha par a experiências que permitirá verificar a qualidade dos alimentos quotidianos e apontar os corantes e os perfumes nocivos.

Reside nisso um novo progresso no caminho da transformação dos membros da Kateika em «compradoras que sabem bem o que compram».

O que as cooperadoras japonesas da Kateika fizeram e estão fazendo podem-no fazer também as cooperadoras de qualquer país. Dentro da cooperação não há limites para um bom entendimento no sentido de se conseguir aproveitar melhor as economias caseiras para construir um futuro mais feliz.

UMA ADMIRÁVEL OBRA DAS COOPERATIVAS JAPONESAS (p. 3 – Página das cooperadoras: número trinta e oito)
Alsácia Fontes Machado

– No dia dos seus dez anos –
Eras tão pequenina! O teu rostinho
Cabia todo aqui, na minha mão!
Talvez fosse maior meu coração.
Pequeno, embora, para meu carinho.

Mas passaram os anos, de mansinho,
Entre lutas, ruínas de ilusão,
Umas vezes sem lar, outras sem pão,
com medo de perder-te no caminho...

E tens dez anos já! Uma rosinha
Que desabrocha em esperança, devagar.
Primícias de voar duma andorinha...

Guarde-te Deus p'ra bem, onde estiver.
Junto de mim! que eu, Filha, vou esperar
Dez anos mais, para te ver mulher.

O QUE PENSO E VEJO ACERCA DO COOPERATIVISMO (p. 3– Página das cooperadoras: número trinta e oito)
Maria da Conceição Gois Pires, a nossa mais nova colaboradora (12 anos)

O cooperativismo expande-se cada vez mais, tanto em Portugal como no estrangeiro. Há milhões de cooperativistas espalhados por todo o mundo, não só para quererem o seu bem-estar, mas também para quererem o bem-estar da Humanidade, formando as cooperativas. Essas cooperativas servem par a os ensinar cada vez mais sobre todos os aspetos que aparecem na vida de cada ser humano.

Depois, vêm os mais novos, que, com as lições e ensinos dos mais velhos, vão entrando na sua cooperativa e a vão respeitando em todos os sentidos.

Em Portugal o cooperativismo não está muito desenvolvido em relação aos outros países, mas ainda havemos de expandi-lo tanto, como nos outros povos, par a o bem de todos nós.

Nº 97, novembro, 1961

COOPERATIVAS ESCOLARES (p. 3– Página das cooperadoras: número trinta e nove)
Helly Sylvia Rodrigues de Sousa (transcrito da Revista «Sul-Coop» n.° 67)

Não é tarefa pesada aos jovens escolares a fundação, a direção, a movimentação de uma cooperativa. A sua criação é, (notem bem), sugerida pela professora. Antes, porém, explana a mestra ligeiras noções sobre a doutrina cooperativista e após esclarecer as dúvidas, entrega a decisão à vontade de todos os alunos.

Aos que não aceitam de imediato a ideia é dado pleno direito de expor suas razões e, se um dos alunos é irredutível no seu ponto de vista, os que consignaram sua adesão colhem o fruto da oficialização da entidade, que seja a declaração expressa da vontade livre de formar a sociedade requisito indispensável a ser consignado na ata da fundação. Vem em seguida a leitura de artigo por artigo dos estatutos que irão reger a cooperativa, e através deles, vã o as crianças, aos poucos, identificando-se com os termos geralmente usados pelos adultos; surgem explicações para o significado de quota-parte. objetivos, sede, área de ação, voto, eleições, assembleias e um sem-número de lições dali serão obtidas e que, temos certeza, nunca mais ficarão esquecidas....

Continua a assembleia da fundação e eis que chega o momento solene em que cada um dos associados irá votar... Quem será o Presidente? O Secretário? O Conselheiro? Que importância, Santo Deus! Que grande expectativa!... Os votos, os pequeninos pedaços de papel, vã o ser abertos!

Está definitivamente constituída a sociedade, com o seu Presidente, o seu Secretário e todos os demais membros eleitos democraticamente!

Após tanto de inédito, e de factos importantes para os jovenzinhos será encarada, com máxima naturalidade, a «oficialização» da cooperativa escolar. Em companhia da professora que os orienta, (quando na capital dos Estados) vai a Diretoria ao Departamento de Assistência ao Cooperativismo, entregar documentação da Sociedade e, encontrando aquele Departamento, qualquer engano serão os meninos devidamente orientados, esclarecidos. Tudo certinho, é o pedido enviado ao Serviço de Economia Rural, Órgão federal responsável pela concessão de registo e fiscalização de todas as Cooperativas brasileiras e, depois, chega à Cooperativa Escolar o «Certificado de Registo», que irá engalanar a sede da entidade.

Foi assim tão difícil a constituição da cooperativa? Houve demasiada burocracia? Evidentemente não, pois foi a mestra que orientou os preparativos. A assembleia e tudo mais se processou na sala de aula, no ambiente de todos os dias.

As vantagens, o aproveitamento futuro, as lições adquiridas através do cooperativismo escolar, já constituirão outro capítulo e daí, mais uma vez, lembramos aos interessados na fundação de cooperativas escolares, que o Serviço de Economia Rural distribui, gratuitamente, o excelente livro do Dr. Fábio Luz Filho «Cooperativas Escolares (5.ª Edição) que esclarecer á e orientar á magnificamente os mestres e pais no cooperativismo escolar.

EXPOSIÇÃO DAS DONAS DE CASA (p. 3– Página das cooperadoras: número trinta e nove)

Noticiou o «FUNDEXPORT» de 1/10/61:
De 2 a 10 de setembro teve lugar, em Hannover, esta exposição-feira, organizada pela poderosa Federação Alemã das Donas de Casa, que foi visitada por 257 000 pessoas. Pela primeira vez o certame teve carácter internacional com a presença de pavilhões de Portugal, França, Dinamarca, Suécia, Holanda e Marrocos. No stand português, organizado pelo Centro de Informações de Hamburgo, expuseram-se, entre outros produtos, conservas de peixe, de legumes e de frutas, vinhos, mantas regionais, bordados, filigranas e porcelanas. Igualmente se fez propaganda turística do nosso país. Duas firmas alemãs. representando firmas portuguesas exportadoras de filigranas, mantas e bordados, venderam todos os stocks e receberam um elevado número de encomendas. Dois exportadores portugueses, de regresso da Feira de Estocolmo, tiveram

ocasião de se avistar com firmas alemãs, em Hannover, que lhes passaram encomendas de artigos de artesanato. A reação dos comerciantes alemães para com os artigos expostos foi tão francamente interessada que augura a possibilidade da realização de frutuosas transações através da nossa presença no referido certame. Quando se dispõem as cooperadoras portugueses a organizarem-se cooperativamente e a exportar os produtos do seu labor?

Nº 99, janeiro, 1962

AS FILHAS DOS MEMBROS DAS GUILDAS FEMININAS (p. 3– Página das cooperadoras: número quarenta e um)

De 11 a 21 de julho, vinte e oito mulheres de 18 a 25 anos, de famílias cooperativas, participaram num curso no Colégio Cooperativo, Vár Gárd, organizado especialmente para corresponder aos seus desejos e interesses.

Algumas eram casadas e outras frequentavam ainda as suas escolas, mas todas encontraram o mesmo interesse em aprender a alindar melhor o lar, a tratar do vestuário e a cozinhar novos pratos, em ouvir falar dos problemas das relações humanas e de como os seus assuntos podem ser resolvidos pela cooperação.

Para algumas destas mulheres era esta a sua primeira experiência de reuniões, de discussões e de trabalho em equipa; o entusiasmo cresceu entre elas à medida que o curso progrediu.

Este curso constitui uma grande promessa na educação cooperativa das mulheres jovens, sobretudo se outras guildas adotam esta ideia e a aplicam onde quer que seja possível.

Nº 100, fevereiro, 1962

A COOPERATIVA ESCOLAR E A FAMÍLIA (p. 3 – Página das cooperadoras: número quarenta e dois)

Helly Sylvia R. de Sousa, do Serviço de Economia Rural, Ministério da Agricultura – Brasil

Ligam-se, e muito tem em comum, a mãe e a mestra. Cabe à primeira as responsabilidades do lar, a orientação, a educação dos filhos, sua criação e outras inumeráveis atribuições. A mestra aprimora aquele que vem das mãos de outra mulher; recebe a criança e, ao recebê-la, vê transferidas para si algumas daquelas inúmeras responsabilidades maternas.

Ao iniciar o jovenzinho nas lides escolares, a mestra tem predominante influência. Quem não há de se lembrar da primeira professora, daquela a quem nossa mãe nos entregou no primeiro dia de aula, quando se abria, se dilatava, o nosso pequeno mundo infantil?...

Estas considerações preliminares vêm a propósito do entrosamento que deve existir entre a cooperativa escolar e a família. Sendo, primordialmente, «uma sociedade de alunos para alunos», a professora, no entanto, não está dela afastada; ao contrário, sua velada influência é indispensável. Antes que sejam lançadas as raízes de uma cooperativa, as famílias dos alunos serão devidamente esclarecidas pela mestra, pois, se há a questão monetária, existe também o fator ideológico e educativo, que é a base do cooperativismo escolar e cujo esclarecimento prévio se torna indispensável.

Georges Prévot, no seu recente livro «Pédagogie de la coopération Scolaire», relata que, em certas regiões da França, berço do cooperativismo escolar, muitas famílias hostilizaram a simples ideia de se fundarem cooperativas escolares nas escolas locais, por acharem serem as mesmas de origem comunista, pois que, «na U. R. S. S., as crianças eram enviadas às colónias agrícolas para aprenderem a dirigir suas cooperativas»! Ora, se na França, país de origem da cooperativa escolar, existem tais contradições e dificuldades, não será algo de extraordinário que surjam elas também no Brasil, que, para orgulho nosso, lidera com grande superioridade, o movimento cooperativista escolar da América do Sul.

A obra da professora, como já diversas vezes fizemos sentir, é de inestimável valor. Numa reunião do «Círculo de Pais», poder á a mestra planificar pequena palestra sobre o cooperativismo, esclarecer pontos duvidosos, concitar os responsáveis pelos alunos a participarem no fomento da ideia junto às crianças e se necessário, poderá solicitar a presença de um técnico do Serviço de Economia Rural, que melhor, então, prestar a todos os esclarecimentos que forem necessários, não só junto dos pais, como também das próprias crianças.

As mães zelosas poderão assistir à instalação da cooperativa, suas assembleias, suas eleições; poderão, também, participar dos passeios, excursões, ajudar as crianças nos preparativos das festinhas e representações teatrais.

Funcionando desta maneira, com a indispensável acolhida da família, a cooperativa escolar, ao apresentar os primeiros frutos do trabalho em comum, dará aos pais a participação na alegria do filho que foi eleito para ocupar cargo de direção da entidade, entusiasmar-se-ão com os preparativos das assembleias infantis, sentirão dai em diante que a cooperativa escolar é a verdadeira escola de cidadania que a todos, indistintamente, beneficia, e ajuda na formação de uma vida melhor entre a família, a escola e a pátria.

Nº 102, abril, 1962

DOURO-GENTE (pp. 3, 4 e 10 – Página das cooperadoras: número quarenta e quatro)
notícia, antologia e arranjo de Luísa Dacosta

«Admiro as mulheres do povo que trabalham no campo,
trabalham a dias, esfregam casas, tratam dos filhos, cuidam dos homens,
aturam-lhes as bebedeiras, são as últimas a deitar-se,
as primeiras a levantar-se e, às vezes, as únicas a não comer...»
José Gomes Ferreira

NOTÍCIA

No dia 14 de março realizou-se, às 21.30 h, no Clube dos Fenianos do Porto uma conferência, subordinada ao tema Douro-Gente. Foi conferencista a poetisa Maria Cristina de Araújo, que 'tratou o tema duma forma desassombrada e desmistificadora. E sobretudo analisou, através da ronda das estações, a comparticipação da mulher num trabalho inumano, doloroso e mal pago.

A conferência foi acompanhada de projeções, música gravada, leitura de trechos de Alves Redol e João Araújo Correia, dum relatório médico e terminou pela declamação dum poema de Luís Leitão – inspirado numa quadra popular duriense.

Dessa conferência, que foi uma exaltação de heroínas ignoradas – as mulheres trabalhadoras – damos a seguir uma pequena antologia.

ANTOLOGIA

...Estamos no Inverno.

Mulheres de todas as idades acabaram a tarefa da apanha da azeitona, curvadas ou de joelhos para cada bago gelado que cai ao chão, manhãs ou tardes inteiras. Ao fim do dia as mais novas carregam à cabeça os pesados sacos até às azenhas ou lagares onde se armazena o fruto; há nisto uma forma de solidariedade para com os menos fortes, sem recompensa a não ser de consciência. O salário, como nas outras épocas do ano, é magro: 8$00 por manhã ou tarde (entende-se por «manhã» as horas compreendas entre o alvorecer e o meio-dia solar). A «manhã» – mais longa nesta época do ano – dá direito a uma refeição que varia de terra para terra: um caldo ou uma sardinha numa folha de couve...

Quando chove – ou em época de desemprego – o homem não sai para, como se diz, «ganhar o dia»: mas a mulher trabalha: cozinha em casa o que pode – o caldo, como sempre (mais ou menos couve, mais ou menos feijão, mais ou menos azeite, segundo os dias ativos da semana) – e, num intervalo de menos chuva, lá vai ela ao monte buscar um molho de estrume para vender, ou fazer um carreto para o apeadeiro mais próximo – as couves para o Natal de um amigo do senhor da quinta, as primeiras laranjas para o mesmo amigo do mesmo senhor da quinta...

Quilómetros e quilómetros por caminhos velhos! Pedras à vista já não cansam mais os pés calejados que quase não conhecem as estradas feitas para quem tem automóveis e percorre os caminhos mais longos em poucos minutos...

Com a Primavera começa a «febre» dos trabalhos agrícolas...

Nas cavas, as esgotantes cavas, filas de homens – escravos removem a terra duríssima, comandados pelo «rei» de um lado, pela «rainha» do outro, geralmente os dois trabalhadores mais vigorosos, para que o cansaço dos «súbditos» fique emparedado e vigiado. O «rei» dá ordens, dá o «Cristo» no fim dos comeres para o trabalho recomeçar, dá o Cristo no fim do dia, de mando do feitor ou do patrão para o pessoal «despegar». As mulheres lá estão, ao lado dos homens, fazendo as «beiras», serviço menos duro e sem hierarquia de comandos...

Chegando à época do sulfato – dos primeiros calores até ao fim de julho (ontem choveu, hoje está sol!...) – mulheres e crianças começam o fadário do transporte da água para os tambores, dos tambores para as vinhas. Os homens, cangas de pulverizadores à s costas, roupas queimadas que não servem para mais nada. – «a ruína do bragal», como lhe chama Pina de Morais –, chapéus endurecidos de azul-turquesa, distinguindo-se dos verdes luminosos dos rebentos novos a esconderem os cachos prováveis.

A «s mulheres levam água, levam água. – Intermináveis caminhadas como fadário que se tem de cumprir para a conquista de um naco de pão!

Velhas aos trinta anos, sem dentes muito cedo, ranchos de filhos a marcarem-lhes na carne e na alma todo o sofrimento; o carrego, à cabeça, muitas vezes é inclinado para trás, a contrabalançar o peso do ventre enorme. A maternidade para estas mulheres é como uma condenação inevitável, por um lado; por outro, a esperança do sustento da velhice, previdência e seguro social de ordem primária.

Entramos no verão, ainda com o sulfato.

... Mas a mulher cozinha todos os dias nas mesmas condições. E cozinha, enquanto o homem, à noitinha, vai dar «dois dedos de cavaco» na taberna, enquanto os filhos arrastam os corpitos quase nus pelos quelhos ao lado das casas escaldantes, à procura da frescura impossível. Também trabalham todo o dia fora de casa: a lenha que o patrão vai armazenando para a vindima, «já bem sequinha», os grandes tabuleiros de figos apanhados e postos a secar, a reduzirem-se em espaço para a quantidade de açúcar parecer maior...; os serviços das hortas, a apanha das batatas, dobradas sobre a terra que o homem sulcou com a enxada, deixando-as à vista. Ao fim do dia, também são as mulheres que carregam os cestos. – Três arrobas, quatro e até cinco, desde o alto onde se empoleiram as hortas. (Se não é do alto, é de longe–sempre de longe!) É com orgulho que espalham a façanha!... Até os homens quando falam de uma mulher, chamam-lhe «grande» na razão direta do peso que suportam. Têm saudades de uma que morreu tuberculosa e que «podia» com cinco arrobas!...

No verão o salário é o mesmo: 8$00 por manhã ou tarde. O intervalo depois da comida (o «jantar», ao meio-dia solar) é maior. – D á tempo a uma mulher. – enquanto o homem dorme uma sesta merecida à sombra de uma oliveira próxima -– para, numa corrida, ir à aldeia dar de mamar a um filho recém-nascido. Comeu, à pressa o seu caldo, as batatas cozidas, um fi o de azeite em cima. (Azeite que conservou o fumeiro do patrão, um pouco ranços o porque, como dizem eles – os patrões – «gosta m assim, tem mais sabor; e... pouco porque, senão, estávamos perdidos...»).

Chegamos ao Outono e o Douro fica dominado pela emoção da vindima. Para os homens e mulheres da terra é a emoção dos melhores salários e de um trabalho partilhado pela gente das «rogas» – ranchos migratórios que descem de Trás-os-Montes ou das Beiras. Expectativa, propriamente, não há: os trabalhadores das quintas já sabem, há muito, que o senhor fulano vai ter tantas pipas, o senhor beltrano, a querer poupar sulfato, só terá tantas!... Enganam-se – quando se enganam – por pequena diferença.

As mulheres o que as emociona, sobretudo, é o seu conceito de superioridade em relação às mulheres das «rogas»: consideram as outras uma espécie de «cabeças loucas» que abandonaram os lares pelo prazer e liberdade de contactar mais de perto com os homens – os seus e os delas. – Mulheres mais vivas, sempre com cantigas a disfarçar o cansaço. Para as da terra só tem um nome: «cardanheiras» que deriva de «cardanho», a habitação destinada pelo dono da quinta para o alojamento dos ranchos; nome que nunca mais se despegar à delas, mesmo que fiquem na quinta como empregadas, ou na aldeia com algum homem.

Vêm de longe, a pé, fugindo da fome das suas terras de pão, ganhar um dinheirito por junto, cortar e carregar os bagos doirados ou negros, aveludados de pó, que, depois de pisados com os seus pés, é metido em tonéis e engarrafado como um dos melhores vinhos do mundo. – Nem o provam, depois. (É preciso envelhecê-lo no Douro e lotá-lo no império de Gaia, antes de servir para «saúde» e «brindes»!...).

Vêm de longe, a pé, trazendo à cabeça o pouco que têm: uma roupinha da «muda», a grande boroa de milho para ser cortada à navalha, aos bocadinhos, de maneira a chegar para o tempo todo.

Vêm de longe, a pé, servir de espetáculo para as visitas dos donos das grandes quintas que, nesta época, mandaram limpar os casarões, escovar os sofás e vieram. Vieram das cidades para que os amigos vejam aquilo que têm: o seu feudo. O arsenal de criadas enfarpeladas veio nos carros – ou, uns dias antes, de comboio – pôr tudo em ordem para que à «montagem» nada falte: até bebidas caras, das estrangeiras. – Tudo a que as visitas estão habituadas.

E os homens e as mulheres das «rogas» também vieram, mas a pé. Trabalhar e representar, –Representar o «Auto das Vindimas» em grande estilo, às vezes. (Não é verdade que até se convidam jornalistas estrangeiros, reis no exílio?...) Grandes reportagens nos semanários

ilustrados com os «rabelos» carregados de pipas – os nomes das firmas bem em evidência, a festa da entrega do «ramo» ao patrão, tudo serve para a propaganda do vinho do Porto, nada serve ao trabalhador.

– Eles continuam a vir a pé, a comer da mesma maneira o seu pão, a dormir como há duzentos anos nos «cardanhos»: o casal mais velho no meio – a impor «respeito» –, mulheres de um lado, homens do outro. Camas de palha ou fetos secos em terra batida, mantas em farrapos.

Comem da mesma maneira: o caldo a «fugir», o arroz de feijão, o vinho pior que há misturado com outro tanto de água, a aguardente da «forte» para «renderem mais». Quando chove muito e não podem trabalhar, só lhes dão caldo, para que sintam bem que os elementos fizeram pacto com os patrões!...

Todas as mulheres, todos os homens, todas as criança s do Douro trabalham durante a vindima: as mulheres cozinham para dezenas e dezenas de trabalhadores, transportam as comidas, cortam, com a ajuda das crianças, as uvas nas vinhas, Atarefadas com tudo, recados para cima e para baixo: «O feitor queixou-se da comida e de raiva despejou o caldo na vinha», «o patrão quer uns docinhos para ter no armazém, para os empregados dos «ingleses», «acabou-se o carboneto»... Têm que estar a par das mais pequenas diferenças de tratamento: o feitor tem «posta», o «rogador» e o «tocador » «apresigo», as mulheres das «rogas» que carregam cestos a «regalia» de cernida igual á dos homens. (Os cestos altíssimos e pesadíssimos – 4,5 arrobas – são carregados, também, por mulheres. E com esta diferença: os homens seguram-nos às costas com uma «trouxa» – cilindro de palha amarrada –, as mulheres à cabeça, num equilíbrio muito mais difícil porque nem sequer ficam com uma das mãos livres para o bordão. Cada «geio» é ligado a outro por uma escada aberta no muro, escorregadia e geralmente de degraus incertos e com lascas de pedra amontoada durante anos!) Dentro de dias, lá vã o eles; o caminho de regresso é o mesmo de sempre, os escudos metidos nos nós de um lenço, corpos esfrangalhados, as moças mais bonitas fecundadas. Mas, para o ano, lá voltam! O ciclo é o mesmo, as necessidades as mesmas, a FOME – sobretudo a FOME – sempre igual!

Nº 103, maio, 1962

A VER-O-MAR (pp. 10 e 11)

Luísa Dacosta

Ainda as não vi este ano. Na verdade, não as tenta muito esta praia, quase agrícola de pescadores de adubo, mantas de sargaço estendidas ao sol, feijão a secar em cima das velas dos barcos, onde até as galinhas se afoitam e o peixe é escassa faneca ou marachomba miúda. São raras no areal as marcas cuneiformes das suas patitas. Mas, agora que os dias têm estado quentes,

o rapazio anda há tempo a espiá-las e a armar-lhes laços, apesar da finta das gaivotas que têm passado sobre o mar revolto. Hoje, logo pela manhã, passou o grupo do Luís Abraão. E quando desci à praia, lá estavam eles à coca, a apertar o cerco a um bando novo que petiscava na babugem sargacenta. De repente, uma caiu na armadilha. A pobre soltou um gemido que espantou o bando e, desesperada, quis voar com o laço de arame fechado sobre as patas, mas, assim indefesa, as ondas devolveram-na à praia e eles «acaçaram-na» numa grita medonha.

O Abraão passou por mim com ela metida na boina, muito aconchegada ao peito. Não me atrevi a interromper-lhe a marcha triunfal, mas, para minha informação, chamei de parte o Manuel Ministro, que ia na cauda, e perguntei-lhe se a iam meter numa gaiola.

– Isso sim! Vamos mas é comê-la!

Iam comê-la, olarila. Mas como?

– Ora – tornou enfadado da minha ignorância. – De vinha d'alhos. Deixa-se estar dois dias. Depois come-se numa arrozada.

Mais arroz do que gaivota, pensei eu, fazendo contas aos componentes do grupo que se afastava e ao qual o Manuel já ia juntar-se numa carreira quando o travei com mais uma pergunta:

– Já provaste?

Aqui o Manuel estacou ofendido.

– Eu já! Quando o meu irmão acaçou uma no Inverno, comi um cibichinho. – atirou-me à cara todo ancho.

E, sem me dar tempo a novas questões, não fosse perder o direito ao cibichinho que desta vez lhe cabia, tirou as chancas para correr melhor e foi juntar-se aos companheiros.

A minha vizinha mais próxima é uma adolescente, já mulheril nos afazeres e no traje. Chama-se Elisa. Elisa lhe chamava eu e parecia-me um nome vulgar. Só uma noite, quando ouvi a mãe chamá-la, Eli...i-i...sa ! Eli...i-i...isa ! e o som ficou a ecoar pela praia deserta, me dei conta de como aquele nome marítimo e noturno lhe quadrava bem ao rosto calmo e riso contido.

Foi ela que me ensinou a distinguir o sargaço gordo, que serve para estercar as terras, do que se vende para fora, me pôs a par do valor dos colmeiros e do quilo de botelho ou de francelha. E com ela que me tenho instruído, pois a Elisa, quando não anda nos trabalhos do campo ou do sargaço, faz-me companhia. E hoje, enquanto o madraço do Torcato, seu irmão mais novo, andava a botar barcos de latas nas rochas, veio ela trazer-me um petisco para que dele compartilhasse: caranguejos miúdos assados na brasa.

Estávamos ambas a comer e a cuspinhar, quando veio à baila a faina das batatas, onde ela tem andado toda a semana, e lhe perguntei quanto ganhavam as mulheres.

– Dez escudos de sol a sol. – E depois, com receio de que eu não tivesse dado o devido peso às suas palavras, acrescentou:

– Mas são dez escudos com todos os comeres.

Dez escudos e magros comeres, com certeza.

– E as batatas, são boas?

– São boas, são – respondeu ela, que é sempre de parcas e avisadas falas.

Estava a precisar dum saco. Arranjava-se?

Que sim, e continuou a cuspinhar.

– Então hão de ser das tuas!

– Ai, das minhas! – e o riso contido transbordou desta vez. – Que minhas?! Nó s n ã o temos terras. Bom era, mas não. Lá em casa s ó damos a forma, não damos o ser.

«... só damos a forma, não damos o ser.» Por isso ela preferia os trabalhos do mar e antes se queria ver com o ganha-pão do que com a enxada! Ao menos não suava para os outros. Fazia-o por conta própria. Sentia-se livre. E também isso lhe quadrava bem ao rosto loiro e borbulhento de estrela-do-mar, que erguia para mim.

Hora de sesta. Nada bole na praia deserta. Nem grão de areia. Nem cisco de sargaço. Apenas a Conceição e a irmã, de regadores cheios, cirandam entre o rebanho verde-zarcão dos barcos. Vieram refrescar a madeira da *Fliz Ventura*, que não tem ido ao mar, agora que os homens da casa andam lá para a Terra Nova, na pesca do bacalhau. Hoje estava eu em frente dos rochedos, quando vi chegar o Joaquim Serrinha, metido nos seus socos de camponês, todo lampeiro, de cesto no braço.

– Bom dia! Então por aqui?! – estranhei.

– É verdade. V-vim ver s-se armava um gigatinho de lapas, m-mas estou a ver que não arranjo nada. O mar inda está vi-vivalhão das marés – disse-me desconsolado, enquanto se agachava ao meu lado para um cavaco de conversa. Sobre lapas, claro.

– Ai, são uma p-p-petisqueira! Então fritas! E o Serrinha, na sua gaguez tímida e nervosa de homem que nunca soube derriçar, deu-me a receita,

– P-primeiro botam-se as lapas numa g-gamela e por riba água a ferver para as desag-g-garrar. Depois passam-se por muitas águas por mor das areias. – Ajeitou-se melhor enquanto buscava uma sequência lógica e continuou: – Num tacho põe-se a cebola às fatias a est-t-talar, com um cibo de azeite, pingue de re-rejoada ou qualquer gordura que não bula com o corpo... e meixe-se... meixe-se... meixe-se...

O Serrinha deleitava-se naquele lento remexer da cebola, como se o cheiro lhe estivesse a entrar pelas narinas sôfregas, e tinha-se esquecido das lapas. Tive de lhe interromper o êxtase e perguntar-lhe por elas.

– Ai, b-botam-se só depois da cebola estar loira e d-deixam-se cozer – disse-me admirado da minha pressa. – D-digo-lhe que é um p-petisco, mas um petisco de estalo!

Olhava desolado os penedos, onde o mar rebentava com fúria. Adeus lapas! Toda a sua

força de homem magro e escanifrado se lhe concentrava naquele olhar, que de súbito pareceu carregar-se-lhe ainda de razões mais fortes.

– F-foi aqui que se afogou o meu sobrinho, alemb-bra-se?

Já lá iam dois anos, mas Iembrava-me ainda. O mar tinha estado tão calmo naquele dia!

– P-pois estava, lá isso... – consentiu o Serrinha. – Ma s ele, coitado, é que não se ajudava. T-tinha-lhe dado um ar ruim em pequeno, que lhe apanhava o lado direito. Não tinha f-força naquele pé, ate o deitava de lado como um mangualzinho. Inda o deve ter visto p-passar aqui com a muleta, sempre aos alanquinhos...

Entre nós ergueu-se, nítida, embora já sem rosto, a figura do afogado, com o pé flácido e quebrado para o lado, como pau de mangual.

– Sempre foi um d-desgosto! Já tinha feito enxame... E aquilo é qu'era fino! Era um f-fínanceiro! – informou muito contente do termo. – Andei pra'qui três noites, que o corpo não saiu logo. E o mar fazia uma ur-r-rrada!

Na manhã soalheira, o Serrinha imitou, lúgubre e roufenho, o som noturno do mar.

– E como foi?

– Olhe, n-ninguém sabe ò certo. Tinha vindo recolher as linhas das m-marachombas. M-mas eu futuro que ele estaria agachado, quando uma onda o varreu. Aquilo o mar af-focinhou-o logo, que ele mesmo manso não é pra b-brincadeiras – rematou com a sua desconfiança de camponês que nunca se afoitou num barco.

A maré continuava a encher. O corpo do afogado tinha-se sumido nas águas revoltas que cobriam de todo as rochas. O Sol ia já a mais de meio caminho do meio-dia. E o Serrinha ergueu-se. Ainda queria ir ao campo ver o milhão.

Há oito barcos na faina do sargaço. Na praia, envolta pela madrugada falsa do nevoeiro, vai uma azáfama de vessada. Chegou há pouco o *Sagrada Família* e vem outro barco a entrar. As mulheres acorrem com as carreias para a descarga, cruzando outras canseironas e arquejantes, que trazem os filhos atrás no rebusco do sargaço que vai caindo. Pelas lombas escolhem-se e estendem-se os montes castanhos, com a ajuda das gravetas. O areal transforma-se pouco a pouco num vasto campo de leiras de terra escura, como que aradas de fresco. E, como o corpo não tem raízes, há grupos debruçados sobre o alguidar das batatas, ou da panela da sopa de feijão. Noutros a mãe recolhe já as malgas, os garfos, a garrafa, ou embrulha a broa na toalha branca, enquanto os homens, confortados, tiram da boina a carteira dos Definitivos, todos entregues ao ritual da pausa e do cigarro.

Mas há ainda mulheres que esperam, sentadas na areia, com os cestos do almoço intactos, os filhos de roda a brincarem com os instrumentos ociosos. E outras, que não têm mais quem lho ganhe andam na beirada do mar à cata do botelho e da francelha. trazidos no vaivém das ondas. Lá vejo a Rosária, que tem o homem em casa há uma semana sem ganhar e anda na

quarta gravidez. Ainda ontem lhe ouvi as queixas. «Desgrácias! Deu-lhe outra vez a dor. Inda se o operassem, mas diz que não há vaga... Ele prós pobres nunca há vaga...» Não traz os filhos com ela. Deve tê-los deixado na cama, enquanto veio ver se fazia um quilo de francelha para poder pôr a panela ao lume. É muito extremosa com os filhos. Ontem, quando a Deolinda, que estava comigo, a aconselhou a mandá-los pedir, toda se abespinhou. «E se um carro mos apanha! Vós bem dizeis. Mand'os pedir. Quem muito pede muito fede. Eu é que sei...» Lá anda toda dobrada a arranjar o sustento da família, enquanto o homem não pode voltar às traineiras de Matozinhos.

Novo barco demanda a praia. O arrais, de pé, afirma-se à popa.

Do outro lado do abre-mar as vacas pastam pachorrentas e os colmeiros amarelam a manhã nevoenta.

No horizonte há ainda um resto de afogueado quente, que se esbate e acinzenta à medida que o Sol mergulha mais fundo na frieza das águas. A praia está cheia do relinchar dos cavalos das carrocinhas que vêm recolher o sargaço. As mulheres enrolam-no com as gravetas e os homens acamam-no, apressados, nas carreias. Um grupo ensaca o milho que secava em cima duma vela. São as últimas fainas do dia. O Manuel da venda, que tinha trazido a vaca leiteira para lhe endurecer os cascos, já vai de regresso. Dentro em pouco no areal ficarão só duas ou três mantas de sargaço e a imobilidade dos barcos. Entretanto o mar, que é o primeiro a anoitecer, carrega-se duma cor roxo-azulada, gordurosa e espessa, igual à da tinta que há sempre no fundo dos tinteiros de todas as estações dos CTT. Mas o céu é ainda diurno e claro, embora já sem papagaios de papel, agora que recolheram as pombas e o rapazio.

Na estrada, que passa logo acima do abre-mar, aumenta o movimento dos que regressam da Póvoa: bicicletas, carroças, homens e mulheres a pé.

Campos sem vozes.

Fumos de ceia.

Começa a ouvir-se o coaxar das rãs na lagoa...

...Eli... i-i... isa! Eli... i-i... isa! Eli...i-i... isa-a-a...

O som marítimo e noturno perde-se na noite, subitamente bexigosa de estrelas.

Nº 104, junho, 1962

FIGURAS DE MULHERES: ANA DE CASTRO OSÓRIO, 1872-1935: POR IGUAL TRABALHO, PAGA IGUAL (p. 3 – Página das cooperadoras: número quarenta e seis)
Nota e seleção de textos de Luísa Dacosta

NOTA

Foi escritora e pedagogista. Os seus livros escolares foram adotados em Portugal e no Brasil.

Iniciou entre nós a literatura infantil, quer editando, em folhetos, contos recolhidos da tradição popular, quer escrevendo originais ou traduzindo Anderson e Grimm. Como ficcionista a sua obra, quase toda de tese, serviu-lhe para equacionar e reivindicar os direitos da mulher. Profundamente interessada por questões sociais foi diretora do grupo português de estudos feministas, fundadora da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e subinspetora do trabalho. Fez obra de democratização cultural publicando folhetos de distribuição gratuita «A Bem da Pátria» aconselhando a educação da criança pela mulher a amamentação dos filhos pelas mães etc, etc. Contribuiu para o advento da República e colaborou com Afonso Costa na elaboração da Lei do Divórcio, assunto a que dedicou o livro «A Mulher no Casamento e no Divórcio». Foi cooperativista e reclamou aquilo que entre nós não é ainda hoje uma realidade jurídica: A trabalho igual salário igual.

CARESTIA DA VIDA

«É o nosso país aquele em que mais caro se come, se veste, se viaja, e se tem morada; aquele em que menos se ganha, salvo pequenas exceções, que é fácil de apontar... Não há nada, desde o pão até à luz, que se não compre por alto preço; nada que não custe ao pobre incomportáveis amarguras e suores. O primeiro passo a dar, para melhorar esta situação angustiosa, seria: – fazer baratear os géneros alimentícios de primeira necessidade; estabelecer e auxiliar cooperativas; reduzir os impostos de consumo, que incidem principalmente sobre o pobre que compra a retalho, de modo a que todos pudessem comer quanto é necessário para alimentar uma vida saudável. Seria iniciar o sistema de cooperativas edificadoras, tão usado lá fora.»

(A miséria do Povo – Ana de Castro Osório 1905)

POR IGUAL TRABALHO PAGA IGUAL

«A mulher tem direito a viver como o homem, e mais, tem direito a trabalhar, só devendo temer concorrência leal.

Que foros especiais tem o homem português para exigir que a mulher, professora, não concorra às cadeiras primárias de rapazes ou às cadeiras mistas, se ela tem competência para o fazer, quando em tantos outros países são elas que se encarregam de quase toda a educação primária?

Que direito lhe assiste em não consentir que a mulher telegrafista passe aos cargos superiores, se ela – excecionalmente ou não – for uma empregada mais conscienciosa e inteligente do que os seus colegas, e tiver os mesmos anos de serviço?

Que direito tem o homem em manifestar repugnância em ser dirigido por uma mulher se ela tiver mais aptidões do que os dirigidos?

Em ser ensinado por ela se mostrar em suas provas e cursos concursos públicos que podia proficientemente desempenhar-se da sua missão?

É abominável de egoísmo o argumento do homem que diz – nós já somos muitos e se

a mulher entra definitivamente na luta pelo trabalho, mais sofremos nós. Mas então para o homem não sofrer é preciso que a mulher sofra a fome e a nudez?

Quantas vezes não ouvireis dizer: – que tal ou tal ofício não serve para a mulher porque é pesado para a sua força, demasiado violento para a sua fraqueza orgânica?

E, no entanto, percorrendo as províncias do norte ao sul de Portugal, visitando as oficinas e as fábricas, não vemos que a seleção se dê pela força mas sim pelo salário...

Começa a mulher entre nós – o último país da Europa que tal faz! – a ser utilizada no comércio... mas não deve consentir que a utilizem por exploração, para lhe pagarem inferiormente num trabalho igual ao dos homens.

Por igual trabalho, igual paga – tal deve ser o princípio fundamental do labor feminino».

Ana de Castro Osório, 1905

A COOPERATIVA DA AMORA EM FESTA (p. 10)
Agripina Consuelo de Carvalho

Integrada no programa das comemorações do aniversário da fundação da Cooperativa Amorense, levou a sua Comissão Cultural a efeito uma festa no passado dia 12 de abril, que decorreu com elevado brilhantismo. O salão da Sociedade Filarmónica Operária Amorense, gentilmente cedido para este fim, apresentava um aspeto desusado não só pela afluência do público como também pela ornamentação que se verificava no palco, onde o emblema da Cooperativa Amorense se encontrara aliado ao da simpática Sociedade.

A sessão abriu com um documentário bastante interessante, referente às diversas fases da fabricação das lâmpadas, seguindo-se outro desportivo. Terminada a breve projeção tomaram lugar no palco todos os convidados, acompanhados da Comissão Cultural Feminina. Era enfim chegada a altura, de irmos ouvir a anunciada conferência pelo Sr. prof. Dias Agudo.

Foi feita a apresentação do ilustre conferencista, pelo Sr. Desidério Costa, dizendo este, estar certo da autêntica lição de cooperativismo que o Sr. prof. Dias Agudo nos iria proporcionar pois os seus conhecimentos sobre a matéria, e o estudo profundo que ela lhe tem merecido, seriam a maior garantia da sua autenticidade.

O público interessado, pôde então disfrutar de uma verdadeira dissertação acerca do mundo cooperativista.

Falou-nos do desenvolvimento já alcançado em várias cooperativas estrageiras, que poder-se-á dizer terem já atingido a maioridade. Prosseguindo, o orador fez-nos ver as vantagens provenientes de uma maior ligação entre o trabalho e o capital. O cooperativismo, é o instrumento indicado para um mais vasto progresso neste campo. Ser cooperativista não é

somente inscrever-se como sócio de uma cooperativa, e nela adquirir os produtos do que necessita, não, é mais alguma coisa, é como a palavra o diz cooperar, mas de alma e coração, em todas as iniciativas dos dirigentes da organização. Apontou seguidamente o exemplo de várias cooperativas estrangeiras, cujos sócios prescindem no fim do ano, dos seus bónus, tornando mais poderosa a organização e para que a sua caixa de reforma possa estar apta, a enfrentar as dificuldades dos associados. Terminou, dizendo que a Cooperativa de Amora, tem já uma vasta obra realizada, e poderá ainda ser uma grande organização, assim os seus associados o queiram.

Aplausos calorosos, coroaram a bela e proveitosa lição do orador.

Encerrou a sessão a Dr.ª Lúcia Nobre, que depois de algumas palavras de apresentação, pela menina Manuela Rosinha Ribeiro, da Comissão Cultural, proferiu um brilhante improviso em que pôs em evidência a ação das mulheres na vida cooperativista. O homem é o realizador, mas a mulher é a consumidora, aquela que dirige o lar e poderá notar os pontos fracos da sua cooperativa. Necessita de qualquer artigo que na cooperativa não existe. A sua atitude de cooperadora não lhe permitirá comprá-lo no comércio externo, mas sim a de informar os dirigentes da organização, das faltas verificadas.

Mas não só deste modo a cooperativa dela necessita. A sua opinião inteligente, enfim, o seu apoio será sempre acolhido com agrado no meio cooperativista. Estas palavras inteligentes, estamos certos, acharam boa terra germinando nas mulheres da Cooperativa de Amora, e nos aplausos que se seguiram iam todo o seu coração agradecido à Dr.” Lúcia Nobre.

Terminou assim em apoteose a sessão oratória, sendo então oferecido a todos os sócios um espetáculo cinematográfico preenchido com o filme português «Sonhar é Fácil» em que a luta cooperativista ora dramática ora cheia de comicidade era posta em foco.

As instalações da Cooperativa de Amora foram apresentadas aos oradores e restantes convidados que as apreciaram elogiando o desenvolvimento precoce desta organização mercê do trabalho duro de todos os dirigentes que por ela têm passado.

E nós, que até aqui sempre amámos a nossa Cooperativa sentimo-nos cheios de força, de sol vivificador para a luta cooperativista.

Portanto em nome de todos os amorenses cooperativistas nós agradecemos a vossa vinda a Amora.

A festa terminou com um porto de honra, oferecido aos convidados o qual deu pretexto a afirmações de fé, nos destinos da nossa Cooperativa.

Nº 105, julho, 1962

AS COOPERADORAS DAS GUILDAS BELGAS CELEBRAM UMA IMPORTANTE REUNIÃO NO MÊS DE ABRIL (pp. 2 e 9)

Esta primeira reunião de 1692, permitiu a Madeleine Dothée, secretária federal, apresentar o Relatório anual da Federação.

As atividades ampliam-se e são mais diversas agora. Por sua vez as reuniões das cooperadoras decorrem melhor do que nunca.

Um programa muito equilibrado tornou possível apresentar às ouvintes novas actividades, concebidas de modo a prestar o maior número de serviços às donas de casa.

Além disso todos os assuntos discutidos encontraram soluções e conclusões cooperativas, o que justifica o trabalho educativo das Guildas.

Falou-se igualmente da revista «Entre Nous». Esta publicação tem tido um feliz desenvolvimento: 700 exemplares são vendidos todos os meses e a campanha de propaganda, iniciada no princípio de março, conduziu a um aumento mensal de 200 revistas.

As Guildas decidiram que este esforço continue porque se trata de uma revista bem elaborada, de grande alcance, e que. portanto, deve ser mais expandida.

Com efeito, ela não tem nada que invejar às outras revistas belgas femininas. Não somente é abundante em conselhos práticos às donas de casa, mas acima de tudo contém em si o valor, que é a única a ter, de introduzir nos lares o pensamento cooperativo.

Esta reunião permitiu igualmente às cooperadoras das Guildas passar em revista os seus projetos para um futuro imediato.

Maio, é o mês das flores, do sol, da alegria de viver...

É também o mês das Mães. Por isso todas as Secções foram convidadas a celebrar esta bela manifestação de homenagem às mães.

O ano de 1962 é para as Guildas de Charleroi um ano «não como os outros», porque será desta vez coroado de aniversários muito importantes.

A Federação das Guildas faz 15 anos em 1962 e a Liga Nacional festeja nele o -40.º aniversário. O primeiro acontecimento foi celebrado em 5 de julho, por ocasião do Rallye Reginal na Fábrica de Cerveja de Falisolle. O segundo e não menos importante aniversário dará lugar a uma manifestação digna, que marcar á para sempre esta notável etapa do movimento cooperativo feminino.

O mesmo aniversário coincide com o Congresso Nacional das Guildas, que terá lugar em Anvers em 15 e 16 de setembro.

Em iguais ocasiões as cooperadoras das Guildas deram provas da sua dedicação ao movimento. Espera-se que de novo empreguem os seus esforços não somente para o bom êxito

destas duas comemorações, como também para o melhor resultado nas suas atividades futuras.

SERVIR BEM

As Cooperativas dispõem da grande possibilidade de prever e de organizar as modificações estruturais que se impõem para melhor atingir os seus objetivos, nos quais reside a defesa dos consumidores em face da evolução do comércio privado que se está a verificar.

A divisão do movimento cooperativo de consumo em muitas sociedades, cujos recursos e dimensões são muito diferentes uns dos outros, mas geralmente pequenos em face da tendência atual do comércio privado, teve a sua época, a época primária da constituição de associações locais mais ou menos afastadas umas das outras, em todo o caso sem os meios de comunicação rápidos e numerosos de que hoje se pode dispor.

O desenvolvimento dos aglomerados urbanos e dos transportes ocasionou a «aproximação» dessas sociedades entre si, de tal modo que se pode dizer em muitos casos que elas vivem lado a lado, ao mesmo tempo que muito poucas vezes se pode dizer ter uma cooperativa os seus associados concentrados numa área bem definida, acontecendo pelo contrário que ela está obrigada a levar os seus artigos a sócios que residem muito mais próximo de outras sociedades congéneres.

A política da concentração cooperativa, pela fusão das sociedades ou pela sua federação, assenta em primeiro lugar na necessidade de economizar nas compras e nos transportes.

No entanto, é também facto provadíssimo que a concentração cria os meios indispensáveis a um progresso em proporções de maneira a melhorar substancialmente os serviços que as cooperativas prestam aos consumidores.

Se, por um lado, os gastos de distribuição por cada consumidor associado baixam cm conformidade com a grandeza e a qualidade da organização da sociedade cooperativa, também é evidente que a concentração permite a escolha criteriosa, sob o ponto de vista da higiene, dos artigos distribuídos e da sua qualidade, e até mesmo a fabricação de produtos para entrega a preço mais baixo.

O comércio cooperativo, organizado de acordo com as modernas técnicas de distribuição, mostra-se superior a qualquer outra empresa privada de venda a retalho, porque, com ele, não se procura fazer concorrência, para ganhar freguesia.

A cooperação de consumo age apenas para bem servir os consumidores associados.

E por servir bem, entende-se hoje já não bastar apenas entregar os artigos com medida exata e dar retorno ao fim do ano. É preciso ir mais longe: prover estes mesmos artigos de embalagens higiénicas, reduzir o custo da distribuição, poupar o tempo aos consumidores quando se abastecem, garantir-lhes o fornecimento de artigos que não sejam nocivos à saúde , em cujo processo de fabricação – por exemplo – não sejam utilizados produtos tóxicos, proporcionar-lhes a aquisição de artigos mais baratos, o que é possível em muitos casos, desde que sejam as cooperativas a fabricá-los, reduzir o trabalho penoso das donas de casa, oferecendo-lhes

produtos preparados prontos a cozinhar.

Tudo isto consegue-o a concentração cooperativa. De tudo isto se afasta a passos largos da ideia tradicional, muito caquética, de manter heroicamente as pequenas sociedades independentes, a lutar sozinhas com um comércio privado em vias de se concentrar cada vez mais.

PÁGINA DE POESIA, SELECÇÃO DE LUÍSA DACOSTA (p. 3 – Página das cooperadoras: número quarenta e sete)

CASEBRE, de Jorge Barbosa (Cadernos de um ilheu)
ROMANCE DO TERCEIRO OFICIAL DE FINANÇAS, de Manuel de Fonseca (Planície)
NÃO POSSO ADIAR, de António Ramos Rosa, (In Cadernos de Poesia n.º 9)
À CAMARADA DE SEMPRE, de Luís Veiga Leitão (Noite de Pedra)

Nº 106, agosto, 1962

CLAMOR (p. 3 – Página das cooperadoras: número quarenta e oito)
Alsácia Fontes Machado

Ao Sr. David de Carvalho

Não! Não desanimes, Amigo,
Levanta a tua fronte
A gotejar, suada!
Além, no horizonte,
Já se vislumbra
Um clarão de alvorada.
Confia!
Vem para ti a fulva claridade
De Outro Dia.
Desperta!
Abre os olhos cansados,
Fita-os com força
Nessa
Promessa
De luz.

Ergue os punhos ligados,
Saúda, confiante,
O Sol que te seduz!

Não ouves?
Os passarinhos cantam
Hinos de Esperança para a Vida!
Depressa, ó madrugada
Desponta, resplandece,
Que a nossa geração martirizada.
Algemada de dor,
Cansada de lutar,
Que se te oferece
Numa agonia lenta,
Sem temor,
Torturada de esperar,
Persiste e desfalece!
Depressa, vem beijar-lhe
A carne flagelada,
Acalentar o Pensamento puro
Destes heróis ocultos sob o Nada,
Que com seu sangue te anunciaram
E argamassaram
Os caboucos do Futuro!

Depressa!
Para antes de partirem te saúdem
E oscule-os a Promessa!

Nº 107, setembro, 1962

RIBEIRA VELHA (p. 3 – Página das cooperadoras: número quarenta e nove)
Luísa Dacosta

– À beira do rio nascem violetas ao comprido.. .
Mas não aqui. Aqui nascem detritos e a miséria cobre os homens duma lepra espessa que os

deforma. Enxames de criançada procuram horizontes e aventuras no rio podre, estagnado ao sol, como um bicho morto. Barcaças negras, dum negro mineral de carvão, menos negro que a faina dos carrejões, suados, arquejantes sob os sacos, oscilam molemente ao rit o preguiçoso das águas. Nas escadas, mulheres lavam, e há estendais de trapos e roupas pobres nas amarras. De costas para a margem, viradas para o amálgama do casario – telhados tortos cheios de musgo e líquen, fachadas ocres, avinhadas, dum brilho embaciado de azulejos antigos, que o granito dos cunhais suja e envelhece ainda – erguem-se as barracas do mercado. Ouvem-se as vendedeiras a tentar a freguesia:

– Boa laranja! Boa laranja! |

– Chicharro vivinho!.

– Maremotinha, maremotinha fresca!

E as vozes misturam-se com o buzinar, o rodado gigante das caminhetas, e dos guindastes, que no cais da Estiva carregam o Secil Grande, com o barulho das ruas, os pregões dos vendedores ambulantes, um ou outro grito: Ó Chica! Ó Laurinda!, saídos do Botequim da Ribeira, que serve canecas de café matinal , ou da Porta Larga – vinhos e petiscos – onde se mata o bicho.

Dos armazéns, ladeados de gordos barris acogulados de azeitona, vem o cheiro fétido do bacalhau demolhado. Junto do muro há fezes, moscaria e os cacos de um garrafão partido brilham ao sol. Perto, dois trapeiros catam um monte de lixo. A mulher agar a ciosamente uma velha carteira de couro encardido, que talvez possa ainda vender a uma adela, e com o cabo ferrugento duma antiga concha de sopa vai separando frasco, ferro ou trapo. Um grupo de canalha miúda, na mira de algum tesouro desperdiçado, revolve também o monturo. Canalha dum! – grita-lhes o homem impaciente. Eles, que têm o hábito daquela linguagem, não se amedrontam, um pouco mais longe continuam na busca, a esgravatar, à procura do sonho entre o lixo da realidade.

E no entanto, talvez do mercado, farto de peixe, de fruta, do vidrado rústico da loiça, do garrido das roupas feitas, talvez do bulício, ou da luz dourada, uma secreta beleza, como seiva nutrida de estrume, se revela no colorido da manhã. Há o gato que além se espreguiça, bêbado de modorra. Há as gaivotas, que chegam até aqui em perseguição de batelões e caíques. Há o verde gratuito das árvores da outra margem, um céu alto e claro que não oprime, e sobretudo, há aquela vela negra, não como de agoiro, mas de ave enlutada, que sobe lenta e vagarosa o rio, deixando para trás, muito para trás, a Barra, a Afurada, o Cais das Pedras, Miragaia, e agora, o arco de sombra, que o rio, reflete. É uma beleza real. Tamanha, que faz esquecer o presépio íngreme e doloroso das ruas, pejadas de cascas, tripas e guelras de peixe miúdo, que o sol não desinfeta e o rio não lava. Calvários de homens e de Cristos lívidos de roxos saiais, crucificados em nichos fúnebres, Vielas do Anjo ou do Buraco, são estreitas, esquinadas; e longas, como braços magros e aleijados. Sucedem-se sombras, viscosas, sempre molhadas da

água que escorre das celhas, onde as mulheres lavam. Entre as lojas das adelas, as tabernas, as oficinas, as barbearias de opereta trágica, forradas a papel de seda, há hortos de prostituição. Mas também aqui não se desiste do sonho. Nenhum perfume de manjerico abafa a poeira picante da sacaria dos armazéns ou o cheiro a mijo de cães vadios, todavia nas janelas florescem vasos e gaiolas. Ouve-se a música trabalhadeira duma máquina de costura. Uma porta aberta escancarada revela um interior, tapetado de jornais à falta de passadeira, e suspenso da parede esboroada, o monograma do clube de futebol, em barro colorido.

À luz soalhenta desaparece a tragédia, fica só o cotidiano daquela mãe que cata o filho, à soleira. A cabeça impacienta-se, mas ela mantém-na, firme, no regaço. As mãos movem-se-lhe, ágeis, através da massa castanha dos caracóis, detendo-se apenas no esmagar dum bicho, ou no puxar vagaroso duma lêndea. Na sacada dum primeiro andar, uma galinha debica a couve troncha que a dona lhe deixou presa ao ferro do varandim. Dois meninos brincam na valeta. Outros rodeiam o carrinho do funileiro, que deita um fundo novo num tacho. No chão, ao lado da campânula de grafonola, por onde ele agranda e avoluma a voz fraca e envelhecida, está o bacio de esmalte, que já levou dois pingos. Duas à c'roa, duas à c'roa – a sardinheira passa. E a sua voz fresca, é como um grito de liberdade, na manhã emparedada.

(De Bandarra - n.º 2)

Nº 108, outubro, 1962

UM EXEMPLO DE COMO SE PODE FAZER SURGIR UMA COOPERATIVA ARTESANAL (pp. 3 e 10– Página das cooperadoras: número cinquenta)
Transcrito da revista A Cooperação Internacional – maio 1962

A história começou em janeiro de 1960, quando McBean, diretor da Escola Superior de Niau, voltou à Nova Zelândia para passar um mês de férias. Levou com ele numerosos presentes que havia recebido de famílias generosas de Niau – cestos e outros objetos de fibra vegetal, tecidos de várias maneiras – embora os insulares fossem muito pobres. Não se tinham ainda refeito das destruições causadas por uma tempestade um ano antes, a qual arruinara a economia da ilha no momento em que grandes quantidades de copra e de bananas estavam prontas para embarcar.

Na Nova Zelândia McBean organizou uma exposição com aqueles presentes, na esperança de obter algumas encomendas que, segundo ele, levassem um luar de esperança a algumas famílias.

Na altura da exposição soube-se que uma segunda tempestade se desencadeava sobre a Ilha de Niau e que a indústria caseira das cesteiras era agora a única fonte de ganho para os seus

habitantes. Esta indústria, porém, que for a próspera, estava em declínio, sobretudo desde 1958. Felizmente, durante a Exposição, receberam-se muitas encomendas, o que constituiu o princípio da Associação das Cesteiras de Niau.

Em seguida as cesteiras foram aconselhadas a começar a preparar as fibras; houve uma primeira reunião e, no fim de uma semana, ficou formada uma Comissão de mulheres com representação de todas as aldeias da Ilha, menos uma.

Nos primeiros meses as dificuldades foram muitas. McBean, o fundador da associação, queria que esta fosse dirigida pelas próprias mulheres. No entanto, como «agente de ligação» entre elas e as casas comerciais da Nova Zelândia, tinha de indicar as formas e as qualidades. Dantes, as cesteiras tinham-se limitado a produzir alguns modelos e a vender aos grandes armazéns a um preço muito baixo, com um lucro relativamente pequeno. Por isso as expedições eram feitas pelo correio, com embalagem mínima.

A nova associação adotou uma política completamente diferente. As mulheres foram encorajadas a fazer uso do seu espírito artístico e criador e, portanto, a fabricar modelos diversos. Eram pagas proporcionalmente à sua habilidade e ao seu trabalho e as mercadorias passaram a ser cuidadosamente embaladas em caixas.

A primeira expedição foi efetuada justamente três semanas depois da Associação ter sido formada. Ela não era muito grande em virtude da falta de plantas causada pela tempestade. Mas estas renasceram e as mulheres que há meses e mesmo anos não teciam cestos voltaram ao trabalho.

A associação essencialmente feminina possuía vontade e habilidade, mas não dispunha de nenhum capital e, por isso, os dois primeiros meses foram cheios de dificuldades. A primeira expedição não pôde chegar ao seu destino senão muito tempo depois da segunda ter sido embarcada. Por outro lado, as mulheres quiseram tentar viver só com os seus próprios recursos e recusaram ofertas de capital. Por fim, foi necessário aceitar empréstimos, sem juros, de amigos da Europa e de Niau, para manter a Associação.

Muito tempo depois, quando tudo parecia perdido, o valor da primeira expedição foi recebido, acompanhado de uma encomenda mais importante do que a primeira. Como a mercadoria se vendia rapidamente, as outras casas de comércio interessaram-se também pela sua compra. Um ano depois da primeira expedição por mar já a Associação abastecia as lojas de todas as cidades da Nova Zelândia, bem como da Austrália, de Havai e Rorotonga. A venda no ultramar atingiu 4010 libras e na própria ilha 115 libras. Assim, as operárias receberam 3572 libras e depois de todas as despesas saldadas, guardaram ainda 324 libras para o fundo de reserva e para o fundo de produção.

As mulheres de Niau mostraram grande perspicácia e vontade. De tudo se encarregaram, exceto das embalagens, a cargo de um especialista, e das cartas comerciais e da publicidade de

que se ocupou McBean como seu conselheiro honorário. Estão dispostos a tornar a sua tentativa num êxito permanente, e agora trabalham em bases cooperativas.

McBean defendeu junto das cesteiras a organização cooperativa. Em dada altura ele afirmou: «Se a Associação decide transformar a sua organização não-oficial e, por assim dizer, de acaso, em qualquer cousa de mais sólido, Niau assistirá à formação da sua primeira cooperativa devidamente registada; e o gesto de uma loja de comércio (aquela onde se fez a primeira exposição), correspondendo a um apelo de um professor em férias, terá levado a via económica de Niau a um progresso significativo e durável. Quanto à indústria de cesteiro, desde que se mantenham as aptidões existentes, virá a constituir um capital permanente para a Ilha!

Recentemente a Associação passou a funcionar inteiramente como uma cooperativa e pediu o seu registo oficial de acordo com o Regimento das Cooperativas do Arquipélago de Cook. McBean admite que possam surgir dificuldades se mudam o gosto e a moda na Nova Zelândia. No entanto, a Cooperativa das Cesteiras, como membro de um movimento cuja influência e utilidade passam as fronteiras locais e nacionais, pode ver um dia as suas exportações integrarem-se no comércio cooperativo.

Eis um exemplo de como um homem pôde fazer nascer uma cooperativa artesanal. A sua amizade pelas cesteiras e o seu espírito de iniciativa foram os motores de uma obra que ficará na história do movimento cooperativo e na da própria Ilha de Nassau. As mulheres e os homens portugueses que em indústrias caseiras pobres, procuram ganhar o pão de cada dia, bem merecem encontrar também amigos que os ensinem a enveredar pela organização cooperativa.

Nº 110, dezembro, 1962

10) A MULHER NATIVA – excerto do artigo ***O desenvolvimento rural dos indígenas e o movimento Cooperativo***, **trabalho apresentado ao I Congresso Agrário de Moçambique em 1962**
Homero Ferrinho – Engenheiro Agrónomo (p. 11)

A ação do centro social sobre a mulher nativa reveste-se de particular importância e, por isso, deve merecer-nos especial atenção.

A mulher é o centro da vida rural e a evolução da comunidade depende dela em grande parte. Robert Delavignette, reconhecendo esta verdade elementar afirma «ser preciso que as mulheres façam a Nova África pois sem elas a Nova África não surgirá». Esta a razão por que a mulher nativa não pode continuar a «ser a grande ignorada que, por isso mesmo, agarrada às conceções tradicionais, longe da intervenção direta nas experiências novas a que o contacto de

culturas obriga os homens, representa uma força de reação ou de resistência passiva ao processo de aculturação», como escreveu o Prof. Adriano Moreira.»

Nesta ordem de ideias, ajudar a mulher irai a fazer face aos problemas domésticos, tanto de ordem prática como social ou moral, que surgem no dia a dia, prepará-las para compreender os novos problemas que mais tarde ou mais cedo surgirão pela ação de desenvolvimento, prepará-la no que se refere à educação dos filhos e higiene do lar, ensinar-lhe como repartir o tempo entre as suas obrigações domésticas e as da exploração rural, ajudá-la na organização da casa, da cozinha, etc., deve constituir preocupação fundamental na ação do centro social.

A preparação da mulher deve basear- -se tanto quanto possível em demonstrações práticas em que ela tome parte ativa e que devem ser realizadas no centro e na sua própria casa.

Nº 112, fevereiro, 1963

PORTA ESTREITA (pp. 3 e 10 – Página das Cooperadoras)

Alice Gomes, da Associação Portuguesa para a Educação pela Arte

H á alguns anos, propus a um jovem diretor de um jovem jornal a criação de uma página de pedagogia, semanal ou quinzenal. Contava reunir colaboração dos nossos pedagogos e pedagogistas, traduzir coisas estrangeiras e levar ao grande público conhecimentos de que ele precisa, esclarecimentos que solicita.

N ã o concordou o jovem diretor, alegando que a família portuguesa, apenas no mês de julho, se interessa por questões de ensino. Era a pedagogia de julho, no dizer de um ilustre professor.

Na verdade, é nesse mês que se discutem, a toda a hora, em toda a parte, os programas de ensino, a competência dos professores e a preguiça dos estudantes. É nesse mês que os pais se preocupam, e projetam, mais ou menos irritadamente, escrever protestos, pedir providências – porque é esse o mês dos resultados finais, os exames.

Mas ilude-se quem não vive o drama verdadeiramente porque a angústia, em que a família do aluno vive, é de todos os meses. Chegando, porém, ao terceiro período escolar, as visitas aos professores tornam-se mais assíduas, as informações tornam-se mais prementes, as velhas ameaças soltam-se, mesmo sem querer: «Olha que assim não podes ir a exame! Olha que assim vais ficar reprovado!».

Esta linguagem aplica-se a todas as idades estudantis. Tudo é mais agudo, porém, nos exames de admissão ao ensino secundário. Tudo é mais agudo neste exame, não só pela pouca idade dos escolares, não só pelo desacerto de uma prova que é um traumatismo (a criança está em plena crise de crescimento) mas também porque em toda a carreira de estudante, é este o exame que se realiza em piores condições: não tem, como outros, o recurso da segunda época

em outubro; não tem, como outros, dispensa de provas orais, e é sempre realizado for a do ambiente em que a criança trabalhou. Os alunos das Faculdades não saem das suas Faculdades; os alunos dos liceus são examinados nos liceus, até aos colégios se vai, hoje em dia, examinar os adolescentes no seu «Habitat». As crianças, essas, são levadas para longe, para o desconhecido, ao desamparo. De olhos brilhantes, de garganta seca, dão os últimos beijos aos pais, ouvem (ou não ouvem) ainda, uma derradeira recomendação da professora ansiosa. E lá vão – pequenos duvides a lutar com os gigantes.

É por causa desta desigualdade, desta gravidade de situações, que a angústia já começou. Os armários j á se encheram de «pontos modelos», do modelo do ano passado. Contanto que os deste ano não surjam de outra feição; contanto que não se tenham esmerado em os tornar mais rebuscados, mais complicados. Contanto que não tenha havido, este ano, «ordem para tornar os exames mais difíceis!».

O pânico gera fantasmas...

Nove anos, dez ou onze. Secaram os risos das crianças. Os seus jogos são olhados de revés. Não há tempo, é preciso aproveitar o tempo, era preciso muito mais tempo, já não há tempo para nada!

Em quase todas as escolas, o programa já foi «dado». Mas é preciso repetir, insistir, perguntar mil vezes a mesma coisa, fazer milhares de problemas, decorar centenas de nomes, copiar inúmeras vezes a mesma bilha fatal. Que exagero! – estou a ouvir comentar.

Peço, porém, a esses otimistas que se deem ao incómodo de contar o rol de serras e de rios, de estações de caminho de ferro, de povoações, de batalhas, de tratados e de heróis, – de toda a nomenclatura mais ou menos acessível, mais ou menos rebarbativa, que as crianças de dez anos têm de decorar, e ter na ponta da língua, pronta à primeira pergunta.

Os números! Toda a insensatez da nossa didática vem dos números e não dos programas, como toda a gente julga e diz – mesmo sem saber ao certo de que constam tais programas.

Os programas de ensino primário ou elementar são idênticos em todos os países, e correspondem a interesses e necessidades da criança, na idade em que estudam: o conhecimento da sua linguagem, da sua pessoa, dos seres que a rodeiam, do seu país e da história do seu país; e da leitura, escrita e cálculo, como meios de alargar esse conhecimento, comunicar os seus pensamentos, realizar os pequenos problemas que a vida lhe irá pondo na frente.

É apenas isto e não seria de forma alguma incompatível com a mentalidade da criança, se a quantidade não sobrelevasse a qualidade. Não haveria drama, se o exame feito à criança para avaliar da sua capacidade intelectual, não fosse de uma exigência revoltante para o professor que desejou um a obra de formação e tem de preparar máquinas de respostas prontas.

A hastezinha ia crescendo, flexível mas ambiciosa, desenvolvendo-se sem brusquidão. De repente, é preciso precipitar tudo, fazer as malas, bem cheias, bem atafulhadas, e preparar-se para a inspeção aduaneira.

Uma mala atafulhada – é como a cabecinha da menina ou menino se apresenta, no fim de quatro anos de ensino, na escola primária portuguesa.

Ah! o primeiro ano é um alívio – dizia-me a mãe de uma criança que muito tinha penado, com a minha cumplicidade, no ano anterior.

Pois é, tão aliviado, tão tranquilo o primeiro ano dos liceus, ou do ciclo preparatório das escolas técnicas, que o menino ou a menina se sente como em recreio. Olha para trás, admiradamente, para que o teriam obrigado a decorar tantas coisas, tantas de que já nem se lembra? Tem de repetir tudo agora, devagar, durante anos, com pena, talvez, de já pouco encontrar de novo e de ter perdido aquela curiosidade impulsionadora dos anos da sua infância.

Porque a criança – sabiam? – gosta imenso de aprender, de aprender, de saber; a idade dos «porquês» não é tão transitória como se julga. A vozinha que interrogou em vão é que se cala, por fim, quando não recebe resposta à sua curiosidade. Quando escuto um professor, de ensino secundário, quase sempre, queixar-se da falta de interesse dos seus alunos, ponho-me a calcular quantas vezes aquela criança aquele púbere ou adolescente foi mandado calar numa aula.

Sim, a criança quer saber, mas se atentarmos bem nas suas perguntas, veremos o desencontro do que ela quer saber e daquilo que lhe servimos. Claro que ela deseja falar bem, escrever bem, exprimir o que sente. Mas nós servimos-lhe a gramática. Ainda se fosse a gramática como apoio da linguagem, a frase que se modela, a construção que se vai polindo... Mas nos exames, bem sabem como é: o professor é quem fala tudo, deixando uma frinchazinha à criança, para ela meter uma palavra, a medo; a medo porque, quase sempre, não era quela que o examinador queria ouvir. E a gramática fica reduzida a séries de classificações, qual mais difícil e abstrusa, para uma criança de dez anos.

E como os critérios variam de examinador par a examinador, quem apresenta alunos ao exame de admissão ao liceu, não raro se vê desesperado – embora todos os anos vá tomando notas do que perguntam e da maneira como perguntam.

O conhecimento da sua terra e da história da sua terra são matérias queridas da criança. Durante a 3.ª classe do ensino primário em que não há obrigações, nem de sabença decorada nem de ordem cronológica, o aluno vai indo maravilhado de descoberta em descoberta nos mapas, nos livros, nas gravuras, (que ele próprio busca) quando não na paisagem e no céu. Os casos da história do seu país, os casos heroicos, claro está, que criança não gostar á de ler, de contar, de comentar! Mas par a que essa criança possa estar apta a responder a tudo quanto lhe exigem no exame em questão, é preciso um esforço tão grande que a capacidade de amar fica embotada para muito tempo.

Amor pelos livros é uma expressão muito antiga, e a leitura é uma atividade que a criança adora exercer. «Deixe-me ler, deixe-me ler» tem ouvido muito professor nas suas aulas, decerto. Elas gostam de ler, mas o que lhes damos nós como alimento para essa fome que participa do

interesse glóssico e do horror pela passividade a que o nosso regime escolar obriga? Textos truncados, de um gosto bem discutível e sobre os quais nos debruçamos, depois, para os analisar, esmiuçar, mastigar de tal forma, que a criança, no fim, perdeu todo o interesse e já nem sabe o que leu nem par a que leu. Há ainda o caso grave das leituras livres e, essa, é de bradar aos céus. Fazemos esforços inauditos para ensinar as crianças a ler, para lhes despertar o gostar de ler, para lhes criar a necessidade de ler. Pois, senhores, no ano do exame, os pais chegam a fechar-lhes a querida bibliotecazinha para que as crianças não percam tempo a ... ler.

Posto isto, ninguém se indignar á que eu afirme do alto da minha experiência de trinta anos de magistério, anos, não de rotina, mas de luta e de procura, que o grande mal do nosso ensino, e, até da nossa cultura, vem desta verdade paradoxal: a escola portuguesa não ensina a falar, não ensina a escrever, e mata o gosto por ler.

E a causa fundamental, a causa profunda deste absurdo reside nos processos pelos quais é feito o exame aos estudos do pequeno português – porta a transpor para os domínios da cultura, porta estreita como estreito foi o critério que a impôs.

Podem as reformas suceder-se, os colóquios multiplicar-se, os estudos pedagógicos intensificar-se, nada valerá a pena enquanto esta porta não se alargar – o que não é difícil.

(do Boletim do Sindicato Nacional dos Professores) vol. III-3/4

Nº 113, março, 1963

O FUTURO ESTÁ NAS NOSSAS MÃOS (p. 3 – Página das Cooperadoras)
Gabriela da Conceição Mateus (da C. F. da Coop. Do Beato e Poço do Bispo)

Sucedem-se os anos e as Direções, embora estas quase sempre compostas pelos mesmos elementos. As boas diretrizes, porém, pelo que nos tem sido dado observar, não têm sofrido modificação.

Assim, em passos lentos, mas seguros, se tem vindo a cimentar o nosso indesmentível progresso.

Mas por que razão, ou razões, não tem sido esse progresso mais rápido, como é pretensão de todos?

Os motivos são diversos. E um deles, quiçá o maior, é a falta de colaboração da massa associativa. É evidente que, se existisse o auxílio de todos, a evolução que ora se tem vindo a processar lentamente, em breve se tornaria numa rápida ascensão, com os consequentes benefícios para todos.

Mas a estreita colaboração que deve existir entre a massa associativa e a Direção dizem respeito tanto ao homem como à mulher.

E é para ela que agora passamos a dirigir as nossas palavras. Convém lembrá-la que, nos

países onde o Cooperativismo se encontra mais desenvolvido, e até mesmo nalguns onde esse desenvolvimento ainda não atingiu grande bitola, – tal é o caso de Portugal, onde j á temos Senhoras nas Direções de algumas Cooperativas – grande parte das tarefas está-lhe confiada.

Como exemplo para todas as Senhoras, é nosso devei', porque não ficávamos de bem com a nossa consciência se o não fizéssemos, citar o nome da Sr.ª Dr.ª Lúcia Nobre, que pela evolução do Cooperativismo Português tanto tem lutado. Onde houver uma reunião de Cooperadores, onde se debaterem problemas sobre o Cooperativismo, é certa a sua presença, dando a sua abalizada opinião.

Podemos e devemos, pois, imputar-lhe a responsabilidade por quase tudo o que de bom se tem verificado no sector Feminino do Movimento Cooperativista Português.

Para ela vão, pois, os nossos mais calorosos aplausos em prol desta Causa, já que não necessita de incitamentos para a tarefa a que meteu ombros.

Por que razão não havemos todas nós de, o melhor que pudermos e soubermos, seguir-lhe o exemplo. Se cada Senhora for um membro da Comissão Feminina, algo de importante se poderá fazer.

Sim, porque não basta alistar-se numa Comissão Feminina. A sua missão é bem mais ampla.

– O seu esposo é um bom Cooperativista?

– Interessa-se ele pelos problemas desta sua segunda casa?

Se a resposta for negativa, está nas suas mãos parte da solução para o problema, fazendo-lhe sentir a obrigação de zelar pelo que é seu. Acaso o bom comerciante não está à testa do seu estabelecimento? É evidente que sim.

Mas a sua missão não findou aqui. Além do exemplo que em seguida vamos pôr, tantos outros existem.

– Quer tornar esta Instituição cada vez mais forte, fazer com que ela tenha os alicerces cada vez mais fundos?

Faça ver às suas amigas, que por desconhecimento ainda não se alistaram, as vantagens que o Cooperativismo oferece, e traga-as para o nosso seio, onde estaremos de braços abertos para as receber.

Não olvidemos que, se cada sócio trouxer um novo sócio – e isso é tão fácil, tão grandes são as vantagens oferecidas – em breve seremos o dobro.

Permitem-nos uma sugestão?

Vamos iniciar hoje mesmo a campanha dos 500 sócios. Para isso, contamos com o vosso incondicional apoio. Lembremo-nos que, só com muitos sócios e grande movimento, a par de uma cuidada administração, poderemos vir a usufruir as vantagens de que usufruem os sócios de tantas outras congéneres.

UM PASSO EM FRENTE (pp. 3, 9 e 10 – Página das Cooperadoras)
Maria Luísa de Jesus Inácio (da C. F. da Coop. Piedense)

Coube-me a mim, a missão de representar nesta sessão o sector feminino da minha Cooperativa. Espero cumprir bem a tarefa que me foi confiada.

A minha juventude, certamente, fará com que vos diga algumas coisas pouco agradáveis, para vós mulheres aqui, presentes. Mas nós, os jovens, por vezes não podemos perdoar, e com a crítica surge quase sempre o choque de duas gerações.

Se me debruçar sobre o triste panorama da presença da mulher nas tarefas de liderança da minha cooperativa, noto, e é bem triste dizê-lo aqui, que somente duas ou três moças estão militando na Comissão Cultural, como representantes do sector feminino.

A mulher tem, quanto a mim, papel primordial a cumprir nas Cooperativas. Não basta abastecerem-se nelas. É necessário algo mais, é preciso cooperar com o homem no engrandecimento deste grande baluarte do cooperativismo. E existem inúmeras tarefas que poderemos iniciar.

Assim, vejamos alguns exemplos que nos dão as cooperadoras de várias partes do mundo.

Na Suíça, grupos de mulheres cooperadoras dedicam-se à educação da mulher e à entreajuda. Promovem encontros e cursos sobre variadíssimos assuntos.

Porque sou cooperadora? –O que é a Cooperação? – Como organizar o meu orçamento?

A cooperadora e o voto das mulheres. Os perigos e as vantagens das compras a crédito. A alimentação racional. Cursos de arranjo do Lar e o que deve saber a futura mãe sobre os cuidados que se deve ter com um bebé.

Noutros casos praticam a entreajuda, participando financeiramente no apadrinhamento cooperativo, ou ajudando as aldeias de crianças.

As cooperadoras preparam pacotes de Natal, para as famílias pobres, e organizam festas infantis, excursões com fins educativos, visitas a exposições, fábricas, escolas, etc.

Parece-me que de tudo isto, o que convém fixar, é: que quando se tem fé no ideal cooperativo, tudo se torna mais fácil.

«Porque além de Mãe e Esposa, a mulher tem de se compenetrar de que tem personalidade e função individual também, deve ser elemento ativo e útil na sociedade em que vive e, como tal, dentro que dar o melhor do seu esforço e a melhor contribuição». ([1])

No Japão tem sido admirável a obra das cooperadoras. Unidas através da «Kateika» (Organização Feminina da Cooperativa Nada). A «Kateika» tem a sua direção confiada a 10 ou 20 donas de casa, que se reúnem semanalmente para apreciar os assuntos da Cooperativa. Deste modo oferecem às mulheres a possibilidade de criticar ou de aprovar os serviços da coletividade, a qualidade dos produtos, ou de sugerir o que seja bem aceite, pelas donas de casa. (...)

Desta maneira no decurso de alguns anos, esta organização feminina pôde criar nos consumidores uma opinião bem informada dos preços, e da qualidade dos artigos que a sua cooperativa distribui.

Eis um exemplo vivo e dinâmico do que as nossas cooperadoras podem fazer, ou melhor devem fazer.

Porque, articulando o trabalho doméstico do lar – célula económico-social – onde o trabalho é obra de alta expressão o movimento cooperativista está empenhado numa grande obra de benefício social.

A nós mulheres compete tomar a iniciativa, para nos impormos no lugar que merecemos dentro de cada cooperativa.

E com a nossa ajuda, estamos certas que contribuímos para um maior desenvolvimento do cooperativismo, esse grande baluarte ao serviço do povo português!

([1]) Dr. a Maria Luisa Simões Raposo in Boletim Cooperativista.
(na sessão solene do 70.º aniversário da Cooperativa Piedense)

Nº 114, abril, 1963

HISTÓRIA ABREVIADA DUM POETA E DA SUA MUSA, A SENHORA PRIMAVERA (p. 3 – Página das Cooperadoras)

Luísa Dacosta

Encontrei-te hoje, nos jardins, nos mercados, por toda a parte. E, no entanto, ele já não poderá saudar-te, a ti, que foste a sua única musa, senhora Primavera!

Lembras-te ainda? Dos seus olhos inquietos, agrandados pelas sobrancelhas eriçadas, como penas de pássaro morto? Do seu rosto que o nariz aguçava? Um rosto de ave. Narceja, sem dúvida. O nome? Que importa o nome?! Apenas um funcionário mal pago, duma repartição de província. Um desconhecido. Ninguém se lembra já. Depois de se terem movido empenhos para ver quem lhe iria ocupar o lugar na repartição, todos o esqueceram. No jornal, logo um prosador à procura de espaço, invejoso da poesia que todos os anos te dedicava, se apresentou para o substituir. Pobre dele!

Era tuberculoso. Que outra coisa podia ser, comendo, vestindo-se, pagando a renda da casa, a farmácia e a educação dos filhos, com aquele escasso conto e duzentos por mês? Tu eras tudo que ele tinha, à parte a repartição e a tosse. Mal o ar se rarefazia, como a querer dilatar-se por um vago calor, ainda impercetível, ele punha-se a espreitar-te. Sabia que tu estavas para chegar. Como uma seiva oculta, a inspiração começava a inquietá-lo, punha-se a referver-lhe no peito,

num desejo de irromper e brotar. Por fim, já liberto, começava a escrever. Compunha. Corrigia. E depois do soneto passado, num a letra que nem precisava de ser dactilografada, de tal maneira o amor a aperfeiçoava e tornava clara, ia entregá-lo ao jornal, que o inseria, quando tu aparecias no calendário. Assim foi sempre, desde que te tinha descoberto com a exaltação dos vinte anos. Assim, até que deixou de tossir.

Morreu o teu poeta. E tu (ingrata!) deixas-te cantar por outros! Talvez farta dos «regatos sussurrantes» e das «boninas floridas». Talvez na mira duma imortalidade, a que ele, desconhecido de literatos e compêndios, te não levaria. Tola! E se eu te disser, que estes poetas (conheço-os, sento-me com eles no banco do elétrico ou na mesa do café) mesmo quando dizem «primavera» não pensam em ti? Se eu te disser que um dá apenas forma ao seu desejo enrolado à volta dum corpo? Se eu te disser que alguns te cantam com o mesmo desespero com que os velhos tomam revitalizadores de sexo, para provarem a si mesmos que são jovens, que podem ainda sentir-te? Se eu te disser que outro te não canta a ti, mas à outra, à sonhada primavera, que há de um dia explodir no coração dos homens?

E tu, a sentires-te renovada! Esquecida de que eles (pobres poetas duma só primavera!) não precisam repetir-se. Esquecida de que ele, por teu amor, mesmo envelhecido e a cuspir sangue, continuava a forjar primaveras, e receando falsear-te, te coroava sempre com as «boninas» do primeiro encontro. Que mais podia dar-te um poeta criado no funcionalismo público, senão fidelidade?

Mas talvez te esqueças de lhe florir a campa anónima, de terra rasa. Ingrata! Pérfida, primavera!

Nº 116 e 117, junho e julho, 1963

A MULHER E O COOPERATIVISMO (p. 3 – Página das Cooperadoras)
Guerreiro Júnior, do Boletim da C.E.O. – maio 1963

Tem o cooperativismo especial interesse em se mostrar sensível às elevadas virtudes da mulher, atraindo-a irresistivelmente, para o que deverá pôr em evidência os largos recursos de que dispõe para esse fim.

A fina e subtil sensibilidade feminina, a sua humaníssima formação afetiva, a espontaneidade das suas constantes reações face às cruezas e injustiças da vida, e, particularmente ainda, a situação destacada que ocupa na orientação da economia do lar, obriga-nos a ver na mulher o complemento harmonioso e indispensável dum verdadeiro cooperativismo seja no aspeto económico, seja no moral ou espiritual.

Sugeriu-me este tema, um triste facto há dias verificado na nossa Sede quando duma

assembleia convocada pela «Unicoope», com a representação de diversas cooperativas.

Antes do início dos trabalhos e enquanto esperávamos os colegas mais atrasados, trocaram-se diversas impressões, quase todas girando, claro, à volt a do movimento cooperativo.

O nosso presidente da assembleia geral, deu algumas explicações sobre o embelezamento das nossas salas, pondo em destaque também novos aspetos observados na nossa massa associativa, particularmente na parte referente à participação do elemento feminino nas assembleias gerais.

E concretizando um pouco mais esta parte, acrescentou que a participação das nossas associadas é já ativa, pois se não limitava a assistir comodamente, mas sim votando as determinações ali tratadas.

De todos os lados, naturalmente, ouviram-se palavras de apreço e simpatia, como é óbvio, e assim ficaríamos se alguém, entre os presentes, com a voz mais natural deste mundo, não tivesse afirmado que na sua cooperativa a mulher não tem direito a voto.

Houve um movimento de geral admiração e dúvida; e o autor destas linhas, pensando ter ouvido mal, interpelou diretamente aquele colega, que de novo fez a mesma e infeliz afirmação.

Não havia dúvidas. De entre as cooperativas ali representadas, uma delas negava o direito de voto à mulher, sua associada.

Observei, vivamente, que tal atitude, violando abusivamente a ética cooperativista naquilo que ela tem de mais nobre e elevado, nos deixava a todos consternados.

Como é possível dirigir uma cooperativa, trabalhar afincadamente para ela, sacrificando para tanto muita s e preciosas horas da nossa vida, estruturá-la de alto a baixo em secções esplendidamente montadas, dar-lhe vida ativa e contínua num crescendo de benefícios para os seus associados, fazê-la prosperar, enfim, como no caso presente, e constatar-se paralelamente a existência de tais anormalidades.

Tanto amor e dedicação requerem não só trabalho árduo e elevado espírito de sacrifício da parte de muitos, como também perfeita consciência cooperativista, sem a qual o ânimo amolece e a ação dispersa-se pouco a pouco.

Observando melhor estes fenómenos, bem tristes, não podemos deixar de reconhecer que a verdadeira causa deverá residir na falta de uma consciente e apta Comissão Cultural dentro destas coletividades.

De entre as muitas e importantes atribuições duma Comissão Cultural, uma há que sobreleva todas as outras: a de velar ciosamente pela realização integral do ideal cooperativista dentro da sua instituição, levando par a isso o esclarecimento a todos os seus associados e batendo-se sem desfalecimentos contra a existência desta e outras enfermidades que tantos males nos causam.

Se ali houvesse uma Comissão Cultural verdadeiramente responsável e esclarecida há muito teria sido estripado o mal apontado, não tenhamos dúvidas.

Não podem prevalecer argumentos mesmo por mais habilidosos, que justifiquem a existência,

dentro do nosso Grande Movimento, de práticas de h á muito unanimemente condenadas pela consciência dos povos mais civilizados da terra.

Feliz me consideraria se de qualquer modo estas singelas observações contribuíssem, decisivamente, para o esboroamento total dessa vergonhosa prescrição, que a ninguém honra e a todos, sem exceção, vexa.

MESTRE AQUILINO RIBEIRO ENTRE OS TRABALHADORES DA EFACEC (pp. 4, 5 e 24)

Luísa Dacosta

Também o Porto, graças a Óscar Lopes, principal agenciador da vinda de Aquilino Ribeiro, se associou às homenagens prestadas ao escritor, no cinquentenário da sua vida literária. No programa, que se foi enchendo e extravasando, e acabou por não contentar todos os admiradores do denodado «cavador» das letras, que ficam a aguardar nova vinda de Aquilino, contaram-se dois colóquios. Contrariamente ao convencionado Óscar Lopes dispensou-se de fazer as apresentações do escritor «o que seria pecado», mas num jantar de homenagem ao mestre não se furtou a fazer-lhe uma análise da obra. Essa análise que conservou toda a frescura do estilo aquiliano, sem nada perder do verrumar analítico, foi considerada «espectral» pelo próprio Aquilino Ribeiro. E como obra-prima, que não sofre misturas, a publicaremos à parte.

1 – O primeiro colóquio realizou-se no dia 10 de Maio, às seis horas da tarde, nas instalações fabris da E. P.A.C.E.C.E foi devido ao dinamismo da Comissão Cultural da Associação Desportiva (que aí tem levado escritores, e levou o T.E.P.), anuncia a Orquestra Sinfónica do Porto e o mais que ainda veremos. A Comissão Cultural imprimiu programas, expôs a quase totalidade das obras de Aquilino Ribeiro, sugeriu a todos os associados a leitura do autor para que todos pudessem «tomar parte ativa no colóquio», tratou das surpresas duma lápida, etc. Felizmente todos viram os seus esforços compensados. Duma assentada, tiveram mestre Aquilino, Óscar Lopes e o inesperado de duas presenças também, gratamente, ovacionadas: a do poeta José Régio e do cineasta Manuel de Oliveira!

A sala da cantina, largamente envidraçada, estava tão cheia que parecia mais pequena, apertada pela massa humana dos que tinham sido obrigados a ficar de pé! Foi o engenheiro Luís Paulino quem deu as boas-vindas a Aquilino e nos elucidou sobre aquele público que ali viera para conversar com ele... «Somos um sector em formação, novo ainda... Poucos deste nosso sector serão por certo aqueles cujos avós já nasceram com as mãos na ferrugem...»

Não poderia suceder-nos, portanto, o que sucede a Charlot operário naquele mundo industrial dos «Tempos Modernos», quando procura tirar leite pelo rabo duma vaca. Nós sabemos ainda bem o que é uma vaca... Somos em grande parte gente de transição, pés nos

lameiros e mãos nos tornos, semicamponeses, os tais emigrantes interiores, cujas narinas se dilatam ainda ao cheiro da terra molhada pelas primeiras chuvas do final de Verão...» Portanto um público pronto a aderir aos heróis de Aquilino que ainda mourejam «de sol a sol... sem máquinas nem horários de trabalho, de enxada nas unhas a terem de comer o pão que o Diabo amassou». Apesar disso, pediu a indulgência do escritor para o diálogo que ia seguir-se sobre a sua obra, até, porque cada um dos livros de Aquilino Ribeiro, como os de qualquer escritor que valha a pena ler, custava «à volta de um dia de salário de um têxtil, dois dias, de um rural, mais de meio-dia do salário médio operário daquela fábrica». Havia, pois, que desculpar «as falhas culturais» daquele público «que, no futuro» havia de «vir engrossar largamente os seus leitores». Óscar Lopes fez um breve apontamento sobre a necessidade dos contactos entre o escritor e público, uma vez que o escritor precisa que o público lhe assegure a independência. E Aquilino Ribeiro confessor nunca ter estado diante de «uma tal massa-operária» e pôs-se à disposição dos seus interrogadores.

Pouco durou o silêncio daquele mar, onde havia nódoas de ganga e se viam também mulheres. As perguntas começaram a chover, feitas, quer por engenheiros quer por operários. Por que escrevia mais sobre o campo? Dado o atraso do nosso camponês, como entendia dever ser feita a sua recuperação cultural e qual o tempo que previa para essa recuperação e quais os meios de fixar o camponês à terra? «Cinco Reis de Gente» era uma autobiografia? Gostava mais de escrever ficção ou sobre factos concretos?

Qual era de todas os seus livros aquele de que mais gostava? Qual o seu horário de trabalho? Afoitaram-se mesmo a fazer-lhe reparos sobre a legitimidade da linguagem por ele usada em «A Retirada dos 10 000»... Já ali havia pano para mangas duma discussão.

Sim, senhor, gente «guicha» aquela! Pensava, queria trocar opiniões, procurava atualizar-se! Pois, tinha muito gosto em responder.

Era uma verdade que escrevia mais sobre o campo, mas também era verdade que conhecia os camponeses desde o berço e que mesmo em Lisboa, sentado à sua banca, os via a «tocar os bois» ou a fervilhar lá na Beira. Todos somos prisioneiros da terra onde nascemos e ele era-o da sua Beira até na linguagem e quem o entendia, entendia, quem o não entendia «ficava a pitar»... Mas quando escrevia sobre os serranos pretendia, apenas, equacionar a primitividade do povo, não se arvorava em Pedro Eremita social... Depois evocou e trouxe ali, àquele convívio, os seus campónios da Beira, que vêm ao Mundo par a penar e morrer, escravos dum trabalho aturado, sem lazeres e que só se interessam pelo jornal para «embrulhar o salpicão». Bem precisavam de cinquenta anos de cultura intensiva (e não lhes parecesse aquilo exagero) para se desencardirem daqueles «séculos de trevas» em que têm estado mergulhados, pois saber ler não é «só cortar letra redonda»... Como se faria aquela recuperação cultural? Afigurava-se-lhe que partindo da cidade para o campo e que seriam eles «os senhores do mundo moderno», a massa que tinha diante

dos olhos, os primeiros colaboradores para o resgate do homem e da Humanidade. Claro que ninguém depois de esclarecido quer ser «burro das panelas» e os seus camponeses também não haviam de querer. Por isso para os fixar à terra era preciso tornar-lhe aprazível, limpa, arejada como aquela cantina, onde certamente se serviam refeições abundantes... A vida não era só feita de pão embora nada «saiba bem sem a barriga cheia», era também alegria, compensação. Havia que levar-lhes tratores, médicos, assistência... olhem, sabem que mais? Se eu fosse governante dizia-lhes... assim... E o mestre meteu a viola no saco e passou a outro assunto. O seu horário de trabalho? Era agora mais reduzido até pela ternura da companheira, que quando o vi a trabalhar à noite o chamava a capítulo: «Olha que depois não dormes!...» Mas há anos atrás ainda ele se amarrava à sua banca 14 horas por dia... Quanto à sua preferência pela ficção ou pelos factos concretos, convinha esclarecer um equívoco. A ficção fazia-se sempre a partir de factos concretos, embora depois se lhes misturasse «uma tramoia daquelas que não aparecem nem no Século nem no Primeiro de Janeiro». E era por isso que sendo «Cinco Reis de Gente» de certa maneira uma autobiografia também havia lá «muitos palões», pelo meio. Agora, ali estava impossibilitado de lhes dizer qual dos seus livros preferia, porque a todos tinha escrito «com a mesma aplicação, o mesmo amor, a mesma probidade» e não fizera melhor porque não tinha sabido. Estimava-os como filhos, embora admitisse que, como criaturas humanas, uns tivessem nascido escorreitos e outros de nariz torto. Mas queria de algum modo satisfazer os curiosos e assim podia informá-los quais os que tinham obtido maior favor do público e os mais deserdados e incompreendidos. Pertenciam os primeiros «O Malhadinhas», «O Romance da Raposa» e aos segundos «Lápides Partidas» e «S. Banaboião, Anacoreta e Mártir».

Sobre as restrições que lhe faziam quanto à linguagem por ele usada na tradução de «A Retirada dos 10 000» soubessem que não eram os primeiros a virem a terreiro. Muitos se tinham chocado com a «soltura de linguagem» por ele posta na boca dos soldados. Aquela frase por eles dirigida a uma viúva – «Oh! que grande lasca!» parecer a sacrilégio. Mas não a retirava. Interessava-lhe não apenas o pitoresco da paisagem, mas o da linguagem, de que não abdicava mesmo numa tradução. Não se sujeitava, de resto, aos preconceitos do público. Ficassem a saber que quando escrevia atendi a apenas ao que lhe pedia «a caneta e o instinto literário...»

As horas passaram par a todos, «enquanto o diabo esfregou um olho. E tudo: calor humano da assistência, pertinácia das perguntas, a oferta da reprodução duma lápida, que ali ficou a atestar a presença do «homem de letras» e do «homem do povo» e que desvanecido mostrou a José Régio, cativou Aquilino. Até a singeleza de o terem comparado à urgeira que «tem raízes tão penetrantes que é preciso enxadão para as arrancar»... No livro de honra daquela empresa deixou ele ficar a sua gratidão e a sua promessa: «E voltarei!». Aí havia de voltar e nessa altura visitaria a fábrica em laboração. Quem sabe se não aproveitaria ainda essa experiência para um futuro livro?

Nº 119, setembro, 1963

COOPERATIVAS DE MULHERES ACONSELHAM AS DONAS DE CASA (p. 3 – Página das Cooperadoras)

Nos países industrializados, como é o caso da República Federal alemã, perante o consumidor apresenta-se um inúmero, desconcertante e em constante aumento tipos diferentes de artigos e está cada vez a ser maior a dificuldade em escolher a qualidade apropriada, relacionada com um preço razoável. Revistas que têm a missão de dar a conhecer os exames de carácter científico a que são sujeitos os diferentes artigos, tanto na Grã-Bretanha como na República Federal alemã e noutros países aumentam constantemente as suas tiragens e até mesmo o governo britânico toma presentemente em consideração a possibilidade da criação de uma «Carta para a dona de casa» e de um conselho de consumidores. As cooperativas alemãs de consumo consideram como seu dever o facto de chamarem a atenção dos seus membros para a urgente necessidade da criação de medidas de proteção ao consumidor, e dentro deste âmbito, as chamadas «Cooperações de mulheres» têm uma missão muito importante e especial. Na realidade é geralmente a dona de casa a pessoa que mais frequentemente se ocupa com estes problemas, pois que é ela que realiza senão todas pelo menos quase todas as compras de que a família tem necessidade. As cooperativas alemãs de consumo, que contam hoje com mais de dois milhões e meio de famílias como seus associados, são uma arma potencial de grande valor na luta pelos interesses do consumidor. Como mais de metade destes membros inscritos são do sexo feminino, a criação de uma cooperativa especial para as mulheres, representa um significativo desenvolvimento da influência das mulheres e a possibilidade de uma instrução sobre o consumo de bases cada vez maiores. Em quase todas as grandes cooperativas de consumo locais formaram-se grupos de mulheres, as quais, por outro lado, se reunirão em cooperativas regionais, tendo a sua organização principal na «Cooperativa de mulheres da associação central da cooperativa alemã de consumo».

No ano de 1961 houve nada menos do que 2260 reuniões destas cooperativas de mulheres. Os temas destas reuniões, cursos e grupos de discussão, os quais também estão abertos às pessoas que não são membros das cooperativas, tratam de assuntos que vão desde a economia política, economia caseira, tecnologia industrial, problemas do consumidor, até à instrução sobre as leis a que estão sujeitos os artigos de consumo e o comércio, assim como também sobre a posição da mulher perante o direito.

Como reuniões complementares das cooperativas realizam-se lições sobre cozinha e sobre os cosméticos, assim como também exposições de modas e passagens de modelos, exercendo-se também sobre estes capítulos uma atividade sempre crescente.

Estas cooperativas mantêm relações muito importantes com grupos de mulheres reunidas

também em cooperativas de consumo nos outros países de língua alemã, assim como também na Holanda e na Escandinávia.

Com o fim de se realizar a troca de experiências e de informações úteis, realizam-se frequentemente encontros entre os diferentes grupos dos vários países.

Uma reivindicação acerca de uma posição particular e separada sobre as determinações do trabalho para as donas de casa não é desejada pelas cooperativas de mulheres.

Pelo contrário, procura-se a criação de um trabalho ativo e de conjunto com as outras organizações femininas existentes na República Federal, assim como com as organizações oficiais do «controle» de artigos de consumo e de assistência às mulheres.

A central das cooperativas de mulheres é membro do «Círculo ativo das associações femininas e dos vários grupos associados de mulheres», no qual essencialmente se reuniram todas as associações femininas da Alemanha Federal; além disso, estes organismos pertencem também à «Comunidade das associações alemãs de consumidores», a qual regularmente organiza cursos para a formação de membros dirigentes e ativos nos trabalhos de direção dos consumidores. Também a união sindical alemã concedeu às cooperativas de mulheres o direito de participar ativamente; ela colocou um membro conselheiro na direção da secção principal das mulheres dentro da União dos Sindicatos Alemães.

A utilidade e atividade das cooperativas de mulheres também foi reconhecida pelo governo federal, assim como por muitos outros organismos oficiais. O ministério federal para a alimentação, agricultura e florestas, assim como também o ministério federal de economia, criaram «juntas de consumidores» nas quais ao lado de deputadas femininas se encontra também uma representante das cooperativas de mulheres.

Nesta junta, por exemplo, serão tratados e discutidos os efeitos práticos das leis que regulam os géneros alimentícios certas leis referentes aos géneros alimentícios, assim como os respetivos preços.

Através de uma cooperação de uma atividade não só nos organismos oficiais e privados que se ocupam com os interesses dos consumidores, as cooperativas de mulheres dão uma contribuição importante no desenvolvimento e na criação das resoluções de política económica, resoluções essas que interessam em primeiro lugar à família em geral e ao trabalho caseiro em particular.

Só há pouco tempo é que a ministra federal de saúde, a senhora Dr.ª Schwarhaupt, recorreu às propostas das cooperativas femininas para uma extensão das medidas no fomento de saúde, usando a mão-de-obra feminina e das donas de casa na resolução de novos decretos sobre este assunto.

«Tribuna». 30-1-1963 (Transcrito de COOP
– divulgação Cooperativista – Lourenço Marques n.» 11)

Nº 120, outubro, 1963

A IMPORTÂNCIA DA MULHER NO MOVIMENTO COOPERATIVO (p. 3 – Página das Cooperadoras)
R. Honora Enfield

Mulher consumidora: o Movimento Cooperativo de Consumo é uma grande democracia na qual os consumidores são, ao mesmo tempo, seus próprios fornecedores. Resulta essa simultaneidade em benefício do indivíduo e, no geral, em proveito e bom serviço para a coletividade.

Confundem-se compradores, vendedores e consumidores no cooperativismo; procuram, naturalmente, abastecer com muito zelo e cuidado suas lojas e armazéns, ao passo que controlam a marcha das operações, mesmo quando se trata de Bancos Cooperativos, etc., em suma, de tudo quanto se relacionar com o Movimento e dele depender.

Esclarecemos então: Quem são esses consumidores? Na realidade todos – homens, mulheres e crianças; todos os que necessitam e consomem alimentos, vestuários, calçados, etc. São consumidores todos aqueles que consomem as diversas espécies de mercadorias distribuídas pela cooperativa e na qual o cooperador se sente como em seu próprio lar.

Entretanto, não é, realmente, o homem, embora chefe de família, o consumidor típico, isto é, o comprador, pois, em regra, quem faz as compras é a mulher, a dona de casa, a mãe. É a ela que compete, em todas as partes, manejar o orçamento familiar, adquirindo os géneros e as demais utilidades nas mercearias, mercados, lojas ou onde melhor lhe aprouver. Às cooperadoras lhes parece mais sensato e económico o proverem-se em sua cooperativa.

Não é esse o panorama de um país apenas: é o mesmo em todas as partes, quer se trate das grandes e prósperas cidades da América, Inglaterra, Alemanha, ou de qualquer outro lugar do mundo, mesmo em países isolados como a Rússia, Hungria ou Polónia, como em quaisquer outros centros civilizados. Onde quer que se organize e estabeleça uma cooperativa, a presença da mulher se fará pelo menos nas compras.

Sem a compreensão e o devotamento da mulher, o Movimento Cooperativo deixaria de existir; seria nula a ação dos homens ao fundarem suas sociedades.

Dia após dia, semana após semana, milhões de mulheres afluem aos balcões das cooperativas e, devido a essa fidelidade, uma pequenina e humilde cooperativa de um obscuro povoado da Inglaterra pôde transformar-se neste portentoso Movimento Cooperativo que, hoje, abastece de quase tudo de que necessitam mais de trezentos milhões de cooperadores.

E, desta forma, detêm mãos femininas a sorte das Cooperativas. É o poder da cesta de compras. Porque nessa cesta, onde guardam as donas de casa os géneros e artigos necessários ao consumo dos seus lares, está o poder que se reservam; é esse seu poder que pode transformar toda a empresa cooperativa. Temos, assim, que observá-lo e atendê-lo como a esses importantes avisos que, em placas inscritas, colocadas à margem das estradas de ferro ou das rodovias, nos

previnem contra possíveis perigos, e aos quais devemos respeitar para a nossa própria segurança e a de nossos semelhantes.

Dizemos comumente que os ricos o são pelo trabalho dos operários, mas nos esquecemos de que a prosperidade poderá ser alcançada e aumentada também pela economia nas compras a que somos forçados a fazer todos os dias, e que esse dinheiro aflui, sempre e sempre, das bolsas dos compradores para as caixas dos comerciantes capitalistas.

(De Arco-íris – maio-junho 1963)

Nº 121, novembro, 1963

COOPERATIVAS DE CONSUMO DA REPÚBLICA FEDERAL ALEMÃ (p. 3 – Página das Cooperadoras)
Helly Sylvia R. de Souza, do Serviço de Economia Rural – Rio de Janeiro

As cooperativas de consumo da República Federal Alemã são entidades com personalidade jurídica própria, nas quais os associados se unem, voluntariamente, com o objetivo de fomentar e melhorar a economia doméstica.

As primeiras cooperativas deste género fundaram-se entre 1850 e 1860. De início eram elas pequenos agrupamentos desprovidos de estabelecimentos apropriados, sendo limitadíssimas as áreas de ação. No entretanto, este início modesto constituiu a base da educação cooperativa do povo alemão. No seu primeiro decénio de existência, as cooperativas de consumo não lograram ter uma organização federalizada e autónoma, pois estavam em sua maioria filiadas à Federação Geral de Cooperativas Alemãs de Ajuda Mútua na qual as cooperativas de crédito e artesanato tinham a maioria. Apesar de grandes esforços, as entidades progrediam com enorme lentidão. O motivo principal desta dificuldade de progresso foi devido à lei relativa às cooperativas, promulgada em 1867 pela Prússia e, muitos anos depois, adotada pelo Reich. Esta lei determinava a todas as entidades a forma jurídica de responsabilidade ilimitada. Nestas condições, torna-se facilmente compreensível que populações economicamente fracas temessem o risco daquela modalidade.

A emenda votada em 1889, reconhecendo a legalidade das cooperativas de responsabilidade limitada, eliminou os obstáculos que entravavam o desenvolvimento do cooperativismo alemão.

PERCALÇOS

O período de 1931 a 1945 foi o mais sombrio das cooperativas de consumo na Alemanha. A crise económica que atingiu as camadas populares afetou as reservas daquelas sociedades. Muito embora elas tivessem logrado fraca sobrevivência, Hitler deu-lhes o golpe final, limitando-as de maneira rigorosíssima e terminando por proibidas, em 1941, quando seus capitais e instalações foram transferidos para a Empresa Comunal da Frente de Trabalho Soc. de Resp. Ld.ª.

Após a guerra, os problemas económicos se agravaram; a Alemanha foi dividida; as cooperativas entre as diversas zonas estavam, praticamente, proibidas. Somente em 1948, voltou a Alemanha (República Federal Alemã) a organizar com pujança o seu movimento cooperativista que, embora limitado pelas separações, conseguiu rapidamente alcançar muito maior coordenação e progresso do que no passado. Nesta ocasião, reconstituiu-se a «Federação Central das Cooperativas Alemãs» e reabriu-se o Centro de Formação de Cooperativas. A estrutura das cooperativas de consumo foi renovada, alcançando agora expressivo progresso.

ORGANIZAÇÃO

Como mostrámos em artigo anterior, as cooperativas alemãs obedecem a três escalas, mas as de tipo «consumo» se distinguem das demais por sua organização uniforme, sistemática e disciplinada. Na primeira escala, encontram-se as primárias, com área de ação restrita a pequenas comunidades, seguindo-se as federações regionais e, no plano superior, a Federação Central e sociedade de grandes compras com 35 indústrias próprias.

ESTATUTOS

No Estatuto padrão das cooperativas de consumo alemãs podemos tomar conhecimento da sua estrutura jurídica. São admitidas pessoas físicas e jurídicas. A forma da sociedade é de responsabilidade limitada. É mencionada a neutralidade religiosa, política e racial, além dos objetivos da entidade.

A responsabilidade de associado é limitada à sua parte no capital social, órgãos de administração: Assembleia Geral dos Associados, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. As pessoas jurídicas associadas têm direito a um só voto. As assembleias, para funcionarem validamente, obedecem a «quórum» estabelecido no Estatuto, de acordo com o assunto par a o qual forem convocadas.

O Conselho Fiscal, composto no mínimo de três membros e no máximo de seis, com mandatos por três anos, podendo ser reeleitos. No fim de cada um ano uma terça parte dos conselheiros é retirada de suas funções.

O Conselho de Administração é composto no mínimo de dois associados, eleitos pela assembleia geral, sob indicação do Conselho Fiscal, carecendo tal proposta da validez de uma declaração do Controle Cooperativista, no sentido de que fique comprovada a capacidade pessoal e profissional dos indicados. Os membros deste Conselho podem ser remunerados, caso em que são eleitos por tempo indeterminado, com direito a rescisão mediante aviso prévio de ambas as partes. A duração do mandato dos conselheiros não remunerados é de três anos. Um a terça parte do Conselho de Administração não remunerada, retira-se anualmente da cooperativa, podendo ser novamente eleita pela Assembleia Geral.

O estatuto-padrão das entidades de consumo alemãs menciona, ainda, entre outras coisas, o retorno, a contabilidade, os fundos, as filiações, as publicações e a dissolução da cooperativa.

NO 5ª ANIVERSÁRIO DA COOPERATIVA BANHEIRENSE (p. 3 – Página das Cooperadoras)
Maria Zilda Gomes Galo, da secção feminina da Comissão Cultural da Cooperativa Pragalense

Nossos prezados amigos: Em aditamento à mensagem que a nossa Direção transmitiu à vossa, temos igualmente a grande satisfação de, em representação da nossa SECÇÃO CULTURAL nos associarmos ao grande momento que a BANHEIRENSE atravessa. Ao progresso evidenciado pelas Cooperativas ou Coletividades semelhantes, não é estranha a colaboração prestada pelas Comissões auxiliares dos Corpos Gerentes. Estes, sobrecarregados com problemas que dia a dia surgem com maior ou menor frequência, não lhes permitem uma gerência completa e, por esse motivo, idealizaram-se as Comissões representativas das diversas Secções.

Neste aspeto, sobressai normalmente a Secção Cultural que ocupa lugar de 1.º fila nas Coletividades onde exista. Isto, quer pela ação desenvolvida, e hoje indispensável, especialmente, à s novas gerações, que já não dispensam uns momentos da sua leitura preferida, além de que, uma Secção Cultural, pelo clima especial que possui, prende por mais tempo os associados à sua Coletividade, e alicia-os a um maior interesse pela Casa que lhe faculta o ótimo alimento para o espírito, que é a leitura.

Por isso, é com imenso prazer que felicitamos a BANHEIRENSE, por não ter descurado este grande problema de vital importância, tanto para a própria Coletividade como para os seus Associados.

A nossa presença significa amizade e um especial apreço pelo que já conseguiram e endereçamos-lhes as saudações da Comissão Cultural da Pragalense. Da parte que nos respeita, fazemos os votos sinceros para que nesta Coletividade nunca faltem elementos promotores para as aludidas Comissões a fim de contribuir em para o progresso do Cooperativismo e da Cultura.

Nº 122, dezembro, 1963

COOPERATIVAS FEMININAS NA ALEMANHA (p. 3 – Página das Cooperadoras)

Por diversas vezes temos assinalado a necessidade de as nossas cooperativas agrícolas se interessarem pelos problemas das mulheres rurais e dos jovens, fazendo-os participarem (assembleias gerais, conselhos de administração) da vida das cooperativas clássicas, com relação às suas atividades – cooperativas de leite, de abastecimento, de carne, de aves... – criando secções ou pequenas cooperativas a prestar serviços particulares: lavandarias, círculo de estudos, conselhos para orientação de jovens, venda ou aluguel de máquinas de uso doméstico modernização da casa de habitação, cuidados médicos, acomodações para repouso semanal, guarda para crianças, hotel-clube para adolescentes e solteiros, organização de colónias de férias,

oficina de gravação e autoclave para conservas, sala para secagem de frutas, fabrico familiar de sumos de frutas, caixas frigoríficas à baixa temperatura, aluguel de reboques ambulantes para o transporte de máquinas para trabalhos de madeira e de ferro, planos de instalações e esquemas de construção (com fornecimento possível de materiais e empréstimos de ferramentas...)

Mme. A. Chaussonière, após um a visita à Alemanha, deu suas impressões ao nosso confrade «A Agricultura Prática». Extraímos os informes seguintes depois de uma visita feita a uma cooperativa feminina em Westefália, região na qual há 86 lavandarias cooperativas rurais.

Esta cooperativa é uma das primeiras que têm funcionado na Westefália, tendo por princípio amenizar o trabalho da mulher rural, ajudando-a nas tarefas mais penosas.

A princípio o trabalho era feito manualmente. Agora, mediante uma participação inicial de 240 francos, cada ruralista pode vir lavar sua roupa nas máquinas que suportam o peso máximo de 8 a 20 quilos.

Na Cooperativa que visitámos, é permanente a lavagem de roupa. A fazendeira traz seus artigos de limpeza e paga 0,60 francos por quilo de roupa (o que é impossível nas máquinas individuais mais modernas, custando o dobro nas lavandarias automáticas). Nessas Cooperativas a fazendeira lava sua roupa e paga menos. Uma possante máquina, de passar é alugada a 0,16 f. por minuto, permitindo, em alguns instantes, passar sua roupa íntima, mas principalmente a de casa, e as cortinas. Duzentas e dezasseis ruralistas estão inscritas nesta Cooperativa.

Na sala contígua à lavandaria, uma secção de refrigeração – 18.º para refrigeradores individuais, cada qual munido de chave diferente, com a capacidade para 210 litros, permite às mulheres de pequenos agricultores ou trabalhadores agrícolas, que não se podem permitir uma grande renda, conservar os produtos do abate familiar e hortícolas, durante todo o ano. O abastecimento torna-se, assim, possível, até mesmo no verão.

A quota-parte é de 360 F. e a locação mensal é de 7,20 F.

O diretor nos explicou, que no início, as fazendeiras detestavam estas instalações, cuja utilidade não compreendiam. Esta que vimos, duplicou o número de seus refrigeradores, e há, atualmente, 650 cooperativas rurais de refrigeração na Westfália, o que prova seu interesse para a dona-de-casa.

Uma leitaria onde se pode fazer a manteiga e o queijo, também se vê onde está a sala de refrigeração.

Enfim, uma sala de secagem de frutas permite, pela módica soma de 0.12 F. o quilo, secar ameixas, peras, maçãs, etc. Estas são particularmente apreciadas nos anos de colheita abundante, pois este secador permite fazer reservas para os anos menos propícios e tem evitado a deterioração de frutas.

Assinalamos que um terço das despesas de instalação é subvencionada pelo Estado, um terço pelas cooperativas leiteiras ou outras, e o restante somente pelos usuários.

Provavelmente, algumas cooperativas agrícolas francesas já tentaram realizações semelhantes. As colunas de «Coopération Agricole» estão à disposição de todos os leitores para lhes permitir fazer conhecer tudo aquilo que existe ou o que poderia ser feito.

Nº 123, janeiro, 1964

FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA (pp. 3 e 9 – Página das Cooperadoras)
Prof.ª Maria Irene Faria do Vale

Geralmente é por volta dos três anos – embora haja crianças mais precoces do que outras, – que principia a manifestar-se, de maneira mais intensa, a tendência natural para a formação da personalidade e espírito de independência. É mais ou menos nesta altura que os pequeninos principiam a ter um certo conhecimento de si próprios, a reconhecer que já sabem alguma coisa da vida e que não dependem absolutamente dos outros, visto já poderem obter algo do que desejam por sua iniciativa pessoal.

Este despertar para uma nova fase de sensações excita-os e impele-os a recusas quase sistemáticas, levando-os a fazer tudo ao contrário do que os outros lhes ordenam, para ver se conseguem afirmar a sua personalidade nascente, tanto perante si próprios, como perante as pessoas que os rodeiam.

Os adultos não compreendem, muitas vezes, este despertar natural para a emancipação, para o desprender de uma vida parasitária para outra mais pessoal, onde já começam a surgir tendências de independência e liberdade. Por este motivo consideram erradamente os atos dos pequeninos e alcunham-nos de teimosos, desobedientes e maus. Estas incompreensões podem trazer consequências graves, principalmente quando são acompanhadas de opressão e castigos violentos.

Sem uma suficiente dose de amor, compreensão e ternura, que precisamos dar à criança para que se sinta amada e protegida, não podemos obter dela o que desejamos. Sem isso, dificilmente poderá adquirir sentimentos de bondade e desenvolver-se normalmente no sector físico, mental e social.

Se formos injustos para com ela, vingar-se-á da nossa atitude por uma revolta natural, que se manifestará, de princípio, contra os pais e educadores e, mais tarde, contra as outras pessoas e até contra as próprias instituições e direitos da sociedade. «Être compris c'est être aimé» – dizem os franceses.

E a criança só poderá sentir-se amada quando verdadeiramente compreendida. O seu raciocínio não está apto – assim como o de muitos adultos –, para compreender e desculpar as faltas do semelhante.

O CIÚME NA ALMA DA CRIANÇA

O ciúme na criança é um dos piores males para o equilíbrio do seu delicadíssimo sistema nervoso. A primeira afeição da criança é totalmente dirigida para a mãe, como já foi dito. A mãe é todo o seu mundo amoroso, toda a sua atração, toda a sua fonte de vida. É ela que lhe satisfaz todos os prazeres e necessidades vitais, pelo leite que lhe chupa do seio, pelo calor e aconchego do regaço, pelo sorriso e ternura do olhar, pela proteção e cuidados que lhe dispensa.

A criança considera a mãe como propriedade sua, assim, como os alimentos e brinquedos. Tudo isto lhe pertence exclusivamente, e não tolera partilhas, nem mesmo nos carinhos e cuidados.

As suas tendências são todas de natureza egoísta e possessiva. As inclinações altruístas e oblativas desenvolvem-se com a idade e a educação.

O apego da criança para a mãe, portanto, um sentimento primitivo, intimamente ligado ao ciúme. Há uma fase na evolução infantil em que a criança passa a hostilizar o pai por reconhecer que a mãe também a este pertence e compartilha do seu afeto. Os psicólogos chamam a este conflito emocional «Complexo de Édipo», baseando, com certeza, esta expressão, na lenda mitológica de Édipo, rei de Tebas, que numa contenda matou o pai e desposou a Mãe, por não saber que tinham sido estes os autores dos seus dias.

Esta fase é, no entanto, passageira. A verdadeira reação ciumenta surge no momento em que nasce um irmãozinho, quando a mãe não sabe agir convenientemente, nem predispor a criança para esse acontecimento.

Para que o ciúme não venha torturar a alma dos pequeninos, produzindo-lhes perturbações emocionais originárias de graves doenças da alma e do corpo, é necessário que os pais e educadores procurem evitar qualquer atitude que possa fazer germinar na mente da criança a ideia de que é preterida por outra.

Quando se aproxima a ocasião de nascer mais um filho, a mãe deve principiar a predispor os outros para este acontecimento. A forma de agir depende, da idade de cada um.

A uma criança de três anos, por exemplo, a mãe já lhe pode dizer que está para nascer um seu irmão muito pequenino. Se lhe perguntar donde ele vem, deve dizer-lhe, muito naturalmente, que vem de dentro de si, exatamente como um fruto vem de dentro de uma flor, ou como uma planta brota da terra. É natural que sendo mais crescida lhe peça mais explicações, por vezes um pouco embaraçosas, mas para a mãe inteligente e sensata haverá sempre uma forma velada e pura de dizer a verdade, sem entrar em detalhes inconvenientes.

É preferível falar desta maneira a dizer-lhe que os meninos vêm no bico da cegonha, de avião, etc.

As crianças, ao reconhecerem que foram enganadas – tanto nestes casos como noutros –, perdem a confiança nos pais, o que é um grande mal. Além disso, uma curiosidade mórbida,

excitada pelo mistério em que são envolvidos estes factos naturais, pode levá-las a interessar-se de uma maneira precoce e secreta, por assuntos de natureza sexual, o que muito as pode prejudicar.

Esta explicação simples e verdadeira, tem ainda a vantagem de incutir na alma da criança um certo apego e ternura por esse ser pequenino que vem do mesmo local donde ela veio, de dentro da mãe que é todo o seu mundo de amor e carinho.

Postas as coisas desta maneira a criança não considerará o recém-chegado como um hóspede ou um intruso que lhe vem roubar uma grande parte dos carinhos maternos. Ele sentirá que o bebé faz parte integrante da família e que, pertencendo à mãe, também lhe pertence a si. A mãe não deve, pelo facto do recém-nascido lhe absorver muito tempo, deixar de acarinhar os outros. É preciso que eles sintam que não foram afastados do seu afeto, para evitar que surjam rivalidades. Também não é aconselhável apresentar uma criança como exemplo às outras, salientando as suas qualidades a fim de serem imitadas. Esta maneira de proceder pode despertar a inveja. As crianças são aquilo que podem ser. Dentro da sua alma existe a noção de um ideal perfeito, e se não conseguem ser melhores é porque não podem. É aos pais e educadores que compete ajudar a formação desse ideal, entusiasmando-as na ascensão e facultando-lhes todos os meios de a poder fazer, sem contrariar, demasiadamente, as tendências primitivas. Estas ir-se-ão atenuando lentamente, à medida que se incorporem as de sociabilidade. A criança atacada de ciúme pode expressar esse sentimento de diversas formas. Umas vezes revolta-se contra o rival, por meio de contendas e agressões. Outras vezes descarrega sobre a mãe essa revolta, passando a fazer tudo que a possa contrariar. Desobedece-lhe, deixa de comer, molha o leito, pede-lhe colo quando não tem idade para isso, etc. Outras vezes ainda, procura dentro de si uma compensação para esse mau estar, e passa a chupar no dedo, a roer as unhas ou a tocar as partes genitais. A criança que possui estes defeitos é porque é infeliz. Ou tem a alma torturada por sentimentos de ciúme, de culpabilidade, de cólera ou de abandono, ou se aborrece por não saber em que se ocupar. Neste caso deve-se procurar ajudá-la a encontrar algum jogo ou ocupação em que se distraia verdadeiramente.

(De «Como Educar e Adaptar à vida os pequeninos»
– págs. 30-35 ed. da Liga Portuguesa de Profilaxia Social)

O CONGRESSO DA A. C. I. REUNIU PELA 22.ª VEZ (p. 7)

O 22. ° Congresso da Aliança Cooperativa Internacional – o Congresso do ano de 1963 – reuniu-se em Bournemonth, Inglaterra. Há 29 anos que a A.C.I. não celebrava o seu congresso

neste país, berço da cooperação moderna.

As delegadas da Guilda Internacional das Cooperadoras assinalaram-se notavelmente, intervindo de uma maneira fortemente inovadora e mostrando a sua decisão de integrarem a sua atividade na A.C.I. e de participarem na sua direção. Assim o novo Diretor da Aliança, Alexander, terá a seu lado uma secretária especialmente dedicada aos problemas da participação da mulher na Cooperação.

Alexander deixou aos congressistas a confortável impressão de que será um digno continuador dos grandes cooperativistas Watkins et Miss Polley que deixaram agora os seus cargos de Diretor e Secretária-Geral da A. C. I.

O Congresso foi, sobretudo, dominado pela preocupação da ajuda aos países em vias de desenvolvimento, cujos delegados marcaram a sua presença por meio de intervenções, algumas das quais com carácter verdadeiramente construtivo.

Como não podia deixar de ser, o Congresso incidiu também as suas discussões sobre a necessidade de profundas modificações no comportamento das sociedades cooperativas atendendo à evolução económica e social. Estas modificações podem atingir. inclusivamente, os princípios tradicionais estabelecidos em Rochdale há 120 anos. O Congresso encarregou o comité central de estudar este problema, sendo, no entanto, certo que permanecerão intangíveis os princípios da adesão voluntária e da gestão democrática, princípios que foram uma verdadeira seiva no fortalecimento da Cooperação Mundial.

Ainda não recebemos as resoluções do Congresso, motivo por que não podemos por ora dar-lhes publicidade e comentá-las.

Esperamos fazê-lo num dos próximos números.

Nº 125, março, 1964

UM TEATRO COOPERATIVO (p. 3)

Helly Sylvia R. de Sousa, do Serviço de Economia Rural – Rio de Janeiro

Revista semanal e diversos artigos em jornais do Rio, nos dão conta da atividade das horas vagas de Donatello Grieco, diplomata brasileiro que em Lisboa faz reviver o teatro de marionetes, género um tanto esquecido aqui em nossa terra. Naquelas entrevistas relata Donatello a história do teatrinho. Nasceu do fascínio que, em sua meninice, os espetáculos de bonecos do Jardim do Meier e de outros bairros cariocas exerceram no seu mundo de criança. E, daí para adiante, vem a obra de cooperação e da amizade que um «hobby» transformou em esplêndida realidade.

A inteligência e a sensibilidade do nosso diplomata, transportam para as peças do reportório, pedaços do Brasil, pedaços dos tipos cariocas, dos moleques vendedores do amendoim torradinho, da

mariola, dos pipoqueiros, dos sorveteiros que faziam do nosso Rio aquela cidade tão boa de se viver!

O propósito deste artigo não é só falar da arte e de tudo mais que se esconde naqueles cordéis que as mãos do Grieco e de seus amigos trazem para nós, mas, da obra de cooperação que o mesmo encerra. Conheço-a de perto; Donatello e família são nossos vizinhos, há mais de uma dezena de anos, aqui na Tijuca.

Todos colaboram no «Michuruca» este é o seu nome. Quem é habilidosa de tesoura e de agulha, costura os trajes dos generais russos, dos piratas, da prima-dona, dos moleques e de todos aqueles pedacinhos de pano e plástico que constituem o elenco... As cabeleiras demandam a destreza de mãos que criam belos penteados ou fartos bigodes lusitanos... O mobiliário, que vai dos caixotes aproveitados até às caixinhas de fósforo incluem, também, brinquedos dos tempos em que os rapazes de Donatello eram, ainda, garotinhos.... Há os cenários que exigem dos amigos a arte de tirar das tintas e dos pincéis, céus de nuvens rosadas, o Pão de Açúcar, a baía da Guanabara, as tamareiras dos oásis, os salões de embaixadas... As gravações das «falas», em fita, cabem ao Mário, filho de Donatello que, numa versatilidade fabulosa, ao som do seu violão, sapeca um bom samba ao puro estilo de mangueira, um twist no melhor sotaque nova-iorquino, faz serenata no sabor de autêntico mexicano e, ainda, grita e vocifera como o general russo...

Diva, esposa de Grieco, vai da Cleópatra mumificada, até a volumosa soprano italiana que se embaraça, dramaticamente na cauda de tule do vestido de gala, na receção de embaixada... É tão contagiante a cooperação do teatrinho que, mesmo quem aqui escreve já gravou a «fala» de uma certa embaixatriz, Madame Ragôot, de acentuado sotaque francês...

A espontânea colaboração dos amigos que rodeiam os Grieco vem até da criançada de nossa rua. A elas competia, quando dos espetáculos no quintal da Tijuca, o arranjo dos bancos, das cadeiras e mesmo a própria claque...

Lá fora, nas terras distantes de Portugal, Donatello e família arregimentam os hospitaleiros lisboetas na sua obra de divulgação das coisas do Brasil, através da colaboração dos próprios portugueses. Certamente, o trabalho de conseguir transformar a «fala» de um autêntico lusitano naquele sotaque maroto do moleque carioca, deve ser bem maior do que aquela afrancesada pronúncia de Madame Ragôot... Nesse «hobby» que atravessou o atlântico, dignificam-se, com calor humano e amizade, as ideias cooperativistas. Com experiência, e conhecimento próprio, podemos afirmar que aquele teatrinho, batizado de Michuruca, é um autêntico teatro cooperativo...

DOMINGO, 16 DE FEVER. (ÀS 15 HORAS): FESTA DO ASSOCIADO E DA COOPERADORA – excerto do artigo "No 53.º aniversário Da Cooperativa Operária De Consumo 31 De Janeiro De 1911 – Seixal" (p. 11)

Dará a sua colaboração a Ex.ma Sr.ª Dr.ª Lúcia Nobre, que proferirá uma palestra denominada «*A Cooperativa precisa da Mulher*». Também haverá um ato de palhaços e distribuição de guloseimas pelos filhos dos associados.

Nº 128, junho, 1964

A MULHER E O COOPERATIVISMO (p. 3 – Página das Cooperadoras)
Liberta Dinorá Pinto da Costa (da Cooperativa dos Maquinistas e Fogueiros dos Caminhos de Ferro de Minho e Douro)

É evidente que a mulher desempenha um papel primordial na economia e na vida do lar em geral. Muito se tem já falado e escrito a este respeito e não é, portanto, esse assunto que me leva a rabiscar estas linhas. Não, o meu objetivo é outro, ainda que estreitamente relacionado com aquele.

Creio que, não obstante muito se ter falado e escrito, muito pouco se tem dito sobre «A Mulher e o Cooperativismo» e é exatamente sobre este ponto que me proponho dizer algo, embora a minha enorme inexperiência me não ofereça possibilidades para grandes voos.

De qualquer modo, é pois a vós, Senhoras Cooperativistas, a quem em especial me dirijo.

Será desnecessário referir-me aqui às vantagens do Cooperativismo. Todas nós as conhecemos bem e delas fazemos alarde; todas nós as experimentamos já e sobejamente. Mas, por vezes, constato com tristeza que nós, as mulheres, esquecemos os belos ideais cooperativistas e deixamo-nos arrastar por materialismos exagerados e incompreensíveis. Não vemos na nossa cooperativa um prolongamento da nossa casa, na medida em que nos pertence também, em que lá nos reunimos com os nossos amigos – a grande família cooperativista –, em que a vida da nossa cooperativa nos preocupa e preenche um pedacinho da nossa própria vida. E esquecemos isto, e trocamo-la, e preferimos beneficiar estranhos, por que este ou aquele artigo custam lá $20 mais barato!

É isto que fazemos algumas vezes, não é verdade?

Trocamos aquilo que é nosso por $20! Uma traiçãozinha.... Pensando bem é.

Traiçãozinha à cooperativa e a nós próprias, porque, afinal, querendo economizar, prejudicamo-nos.

Os tais «estranhos» que beneficiamos, não nos fazem favor; os tais «estranhos» estão ricos, já repararam?

Sejamos, pois, objetivas e mentalizemo-nos ao ponto de compreendermos que a Cooperativa se fundou e existe para nos auxiliar, para nos facilitar a vida.

A cooperativa é nossa, Amigas. Não desprezemos nunca aquilo que é nosso. É um erro que nos cumpre não cometer. Vamos meditar nisto um bocadinho? Depois, creio que concordarão comigo.

Já pensaram alguma vez que nos cabe, em parte, a responsabilidade de que o movimento cooperativo em Portugal esteja muito aquém do que se verifica no estrangeiro?

É que lá fora as nossas correligionárias não trocam as suas cooperativas por $20!!!

E como já me alonguei um pouquinho, fico-me por aqui. Faço-o com o desejo de que as minhas despretensiosas palavras possam ter qualquer significado e despertem algo que em vós está adormecido: – a verdadeira consciência de cooperativistas válidas.

(Transcrito da circular interna – n.º 1 – maio 1964)

Nº 129, julho, 1964

NO 46.° ANIVERSÁRIO DA PRAGALENSE (pp. 3 e 8)
tem a palavra Maria Zilda Galo

É com grande satisfação que neste momento tenho a honra de representar a secção Cultural e Recreativa da nossa Cooperativa. Ao fazê-lo, saúdo com o elevado respeito V. Ex.as e testemunho em nome da referida secção a nossa gratidão por estarem presentes nesta sessão que assinada um momento feliz da nossa Sociedade: Comemora-se a passagem do 46. ° aniversário e esse facto alegra-nos particularmente por vermos que a nossa Casa vem marcando alguma posição no campo cooperativista.

Nesta sociedade em que todos têm um lugar para trabalhar, no caso de quererem, existe uma comissão bibliotecária à qual me orgulho de pertencer, e é nos aposentos que lhe estão reservados que se reúne quase todos os dias a mocidade desta terra. Aqui se discutem problemas ligados aos interesses da Coletividade, problemas de leitura e muitos outros que, regra geral, figuram na primeira linha dos interesses que se prendem à causa da comissão. É o único ponto de reunião onde normalmente contactamos e é daqui que se formam, na maioria dos casos, elementos capazes de num futuro serem úteis à Cooperativa. Estas comissões são indispensáveis à Cooperativa, porque de uma maneira geral as Direções vêem-se assoberbados com inúmeros assuntos da Sociedade e ser-lhes-ia impossível prestar a devida assistência às secções de caracter recreativo e Posto Clínico. Por isso, mantém-se de há muito nesta Cooperativa este sistema de autêntica cooperação e daqui chamo a atenção de toda a família cooperativista e neste

caso particular, os da minha geração, para nos mantermos fiéis a estes sagrados princípios, ao mesmo tempo que devemos apontar este exemplo aos vindouros, de forma a dignificar as nobres tradições desta Casa, mantendo íntegro o carácter associativo que aqui sempre tem predominado. A nossa Cooperativa é indiscutivelmente o nosso orgulho e tudo faremos para continuar a prestigiá-la mesmo que para isso tenhamos de empregar sacrifícios. Estas afirmações dizem efetivamente as intenções de todos os que aqui trabalham.

SESSÃO SOLENE

No dia 24 de maio teve lugar no Pragal, uma das terras mais esquecidas do concelho de Almada, a sessão solene comemorativa do 46. ° aniversário da Sociedade Cooperativa União Pragalense, uma das mais progressivas coletividades, da outra banda. Presidiu ao ato o sr. António Martins Fernandes, vice-presidente da Câmara Municipal de Almada, secretariado pelos delegados da Cooperativa Piedense e União Cooperativa Abastecedora – Unicoope.

Presentes muitos delegados das Cooperativas, nomeadamente da Piedense, Almadense, Progresso União Amorense, Sacavenense, Fé na Amizade, Esperança no Futuro, Seixalense, entre outras.

Na tribuna de honra, estavam ainda presentes os Srs.: José Braz, dos Bombeiros Voluntários de Almada, e Santana de Araújo.

Antes de iniciar a sessão o sr. Delfim Damas, Presidente da Assembleia Geral da Cooperativa em festa, dissertou sobre a vida da União Pragalense.

Na sessão tomaram a palavra vários oradores, que enalteceram a atividade e progresso da Cooperativa, e elogiaram a sua ação económica em prol da população.

UM POUCO DE HISTÓRIA

No ano de 1918, uma comissão formada por umas escassas dezenas de operários, verificando que também no Pragal se poderia organizar uma Cooperativa, como já havia em Almada e Cova da Piedade, a fim de assim melhor poderem defender a sua economia, iniciaram as necessárias diligências nesse sentido e em 22 de Maio do mesmo ano fundavam a sua Cooperativa numa casa de habitação, concretizando assim a primeira fase duma obra que mais tarde havia de atingir um plano deveras honroso para esta terra pragalense.

Irmanados sempre no mesmo ideal cooperativista, trabalhando todos desinteressadamente para o fim em vista, não se poupando a sacrifícios, visto o que estava em causa era tornar a sua Cooperativa sempre maior, as direções foram observando que os seus esforços eram coroados de êxito e à medida que o tempo passava viam a sua Cooperativa progredir e fortalecer- -se e as dependências onde se encontrava serem já insuficientes não só para a continuação do progresso verificado como também para o número de associados que normalmente fora aumentando.

Em 1934 efetuou-se a compra do terreno e casa de habitação onde foi montada a Padaria. Idealizando sempre a construção de uma sede própria, em 1935 adquiriu o terreno onde se

encontra e ergueu-se a sede. Havia nessa altura aproximadamente uns 80 sócios. Como não existiam fundos suficientes para a realização de tal empreendimento, foi feito um empréstimo intersócios que se foi amortizando dentro das condições inicialmente previstas e em 1938, vencidos todos os obstáculos, foi inaugurada a sua sede própria, com a justificada alegria de todos, concretizando assim a primeira fase dos seus objetivos.

De 1941 em diante, em virtude da Cooperativa começar a abrir de dia, começaram a afluir mais sócios. Até aí, a massa associativa limitava-se à população do Pragal; Depois vieram sócios da Charneca, Monte de Caparica, Vale de Figueira e até da Costa da Caparica. As Direções que se seguiram, sempre fiéis ao mesmo espírito, apesar de nessa data se atravessar um período difícil na aquisição de géneros de 1.ª necessidade dada a conflagração mundial, conseguiram em 1945 completar a liquidação da dívida contraída. Devemos acrescentar que estes empreendimentos contaram sempre com a colaboração de comissões que elaboravam e orientavam os trabalhos embora, como é de compreender, em estreita colaboração com as Direções.

Continuando no trilho dos seus antecessores, as Direções seguintes, em 1951, contraíram novo empréstimo para a segunda fase da sua obra.

E assim, em 1954, foi inaugurada uma nova Padaria visto que a anterior já não atendia as necessidades da população. Uma sala de sessões, transformação das secções que igualmente se tornavam exíguas para o elevado número de sócios então já existentes. Nesses empreendimentos, foram gastos cerca de 500 contos, mas em 1960, a dívida estava liquidada.

Na medida em que se via crescer a Cooperativa no seu aspeto comercial e económico e dado o seu elevado número de sócios, estes justificavam algumas regalias e seguindo o caminho já trilhado noutras cooperativas instalou-se na Pragalense um Posto Clínico com serviço médico e enfermaria, vindo mais tarde a possuir serviço de médica.

Este serviço funcionou a título provisória num gabinete onde hoje se realizam as reuniões diretivas. Mas o aumento sempre crescente de associados e suas famílias que o utilizavam, tornou-o em pouco tempo insuficiente para as necessidades, o que deu origem à construção de um anexo apropriado, onde atualmente se encontram os serviços clínicos, que contam com enfermeira diária, médico, médica e outros tratamentos. A citada obra foi inaugurada em 1962 e presentemente beneficia cerca de 1500 pessoas (sócios e suas famílias).

Mas as naturais exigências que o movimento desta Casa vem motivando, obriga as Direções a multiplicarem-se em esforços e para acompanhar devidamente o progresso, a Direção do ano de 1963, correspondendo aos desejos já anteriormente manifestados pela maioria dos sócios, empreendeu mais um notável melhoramento que foi a instalação do Autosserviço.

Apraz-nos informar que nesta casa se mantém sempre, como já tivemos ocasião de dizer, comissões auxiliares das Direções que em muito as auxiliam. Presentemente, e no efetivo, contam-se as comissões do Posto Clínico e Biblioteca, esta ligada à exploração do Bar e sala

de jogos. Mas existem outras de carácter eventual, que normalmente organizam excursões e os lucros obtidos transitam sempre para as secções recreativa ou de assistência.

Estes pequenos apontamentos tiveram apenas como fim historiar um pouco o que tem sido a vida desta Cooperativa e a forma como tem sido dirigida. Pelo que se afirma não tem sido sem esforço que se conseguiu o que hoje está feito em várias e sucessivas gerações. Ainda restam alguns dos seus sócios fundadores; outros infelizmente, já não fazem parte do número dos vivos. Mas embora tenham passado por aqui muitas Direções, não podemos esquecer que aos fundadores se deve o verdadeiro impulso para que esta obra tivesse do seu início.

Nº 130 e 131, agosto e setembro, 1964

POEMA (p. 3 – Página das Cooperadoras)

A minha vida é o mar o abril a rua
O meu interior é uma atenção voltada para fora
O meu viver escuta
A frase que de coisa em coisa silabada
Grava no espaço e no tempo a sua escrita

Não trago Deus em mim mas no mundo o procuro
Sabendo que o real o mostrará

Não tenho explicações
Olho e confronto
E por método despi o pensamento
O quadrado da janela
O brilho verde de Vesper
O arco de oiro de agosto
O arco da ceifeira sobre o campo
A trémula mão do pedinte
São minha biografia e são meu rosto
Por isso não me peçam cartão de identidade
Pois nenhum outro senão o mundo tenho
Não me peçam opiniões nem entrevistas
Não me perguntem datas nem morada
De tudo quanto vejo me acrescento

E a hora da minha morte aflora lentamente
Cada dia cada dia preparada

Sophia De Mello Breyner Andersen (De «O Tempo e o Modo», n.° 12)

Nº 132, outubro, 1964

A MULHER E A COOPERAÇÃO (p. 3 – Página das Cooperadoras)
Roger Dechamp

O movimento cooperativo é um movimento popular e como tal, sua vitalidade e seu dinamismo dependem muito da fidelidade de seus associados e da dedicação aos princípios que os animam. Por trás das empresas há uma multidão de homens e de mulheres, cuja associação livre e voluntária visa não somente a satisfazer necessidades económicas comuns, como também, e sobretudo, a modelar um outro mundo, um mundo justo e fraternal. É por esta razão que os cooperadores não são somente forças de compra; são essencialmente forças vivas de uma sociedade em plena evolução.

No seio da grande família cooperativa, a mulher, em sua tríplice qualidade de dona de casa, de mãe e de cidadã, já representa e representará mais ainda no futuro, um papel considerável, um papel à altura mesmo da tarefa imensa que a cooperação tem empreendido para que as nações e os povos vivam em boa vizinhança.

A imagem da mulher com um cesto, por antiquada que possa parecer aos olhos dos outros, permanece, entretanto, como o símbolo mesmo da participação feminina na luta incessante que a cooperação mantém para transformar radicalmente os fundamentos económicos e sociais do mundo capitalista.

A mulher do cesto não é apenas a dona de casa consciente das possibilidades que lhe oferece a cooperação de valorizar ao máximo o poder de compra do salário de seu marido; é também a cooperadora pacificamente, mas resolutamente empenhada na maior revolução económica e social que há. E quando esta cooperadora transplanta para o seio mesmo do seu lar, os princípios aos quais aderiu como consumidora, ela presta aos seus em primeiro lugar, e em seguida à causa cooperativa o maior dos serviços.

A colocação de novas estruturas pode engendrar uma sociedade nova; esta sociedade corre forte risco, no entanto, de não ser senão um corpo sem alma se ela não engendra homens novos que devam assegurar o seu funcionamento. Como grande e fecunda pode ser, a este respeito, a missão da mãe preparando, com conhecimento de causa, seus filhos para a vida cooperativa no sentido mais amplo.

É por isso, que, na véspera do 23.º Congresso da Liga Nacional das Cooperadoras, de que se

fala, agrada-nos render homenagem ao trabalho insano das nossas guildenses que, desde tantos anos, contribuem para a propagação dos ideais cooperativos nos meios femininos.

Seu trabalho completa magnificamente a obra dos cooperadores. Cada um dos seus sucessos é um marco a mais na estrada árdua, mas exaltante, que conduz ao desabrochamento final da cooperação. Que nos seja então permitido felicitá-las por tudo que elas têm realizado até aqui, e encorajá-las para perseverar, pois que é desta união de todas as mulheres e de todos os homens de boa vontade, que são as cooperadoras e os cooperadores, que dependem, em última análise, o bem-estar e a paz em um mundo melhor e mais justo.

(De Coop – Sesi – dez. 1963)

A IMPORTÂNCIA DO MULHER NO MOVIMENTO COOPERATIVO (p. 4)

R. Honora Enfield

Mulher consumidora: o Movimento Cooperativo de Consumo é uma grande democracia na qual os consumidores são, ao mesmo tempo, seus próprios fornecedores. Resulta essa simultaneidade em benefício do indivíduo e, no geral, em proveito e bom serviço para a coletividade.

Confundem-se compradores, vendedores e consumidores no cooperativismo; procuram, naturalmente, abastecer com muito zelo e cuidado suas lojas e armazéns, ao passo que controlam a marcha das operações, mesmo quando se trata de Bancos Cooperativos etc., em suma de tudo quanto se relacionar com o movimento e dele depender.

Esclarecemos então: Quem são esses consumidores? Na realidade todos – homens, mulheres e crianças; todos os que necessitam e consomem alimentos, vestuários, calçados, etc. São consumidores todos aqueles que consomem das diversas espécies de mercadorias distribuídas pela cooperativa e na qual o cooperador se sente como em seu próprio lar.

Entretanto não é, realmente, o homem, embora chefe de família, o consumidor típico, isto é, o comprador, pois em regra, quem faz as compras é a mulher, a dona de casa, a mãe. É a ela que compete em todas as partes, manejar o orçamento familiar, adquirindo os géneros e as demais utilidades nas mercearias, mercados, lojas ou onde melhor lhe aprouver. Às cooperadoras lhes parece mais sensato e económico o proverem-se em sua cooperativa.

Não é esse o panorama de um país apenas: é o mesmo em todas as partes, quer se trate das grandes e prósperas cidades da América, Inglaterra, Alemanha ou de qualquer outro lugar do mundo, mesmo em países isolados como a Rússia, Hungria ou Polónia, como em quaisquer outros centros civilizados. Onde quer que se organize e estabeleça uma cooperativa, a presença da mulher se fará sentir pelo menos nas compras.

Sem a compreensão e o devotamente de mulher o Movimento Cooperativo deixaria de existir; seria nula a ação dos homens ao fundarem suas sociedades.

Dia após dia, semana após semana, milhões de mulheres afluem aos balcões das cooperativas e, devido a essa fidelidade um obscuro povoado da Inglaterra pôde transformar-se neste portentoso Movimento Cooperativo que hoje abastece de quase tudo de que necessitam mais de trezentos milhões de cooperadores.

E, desta forma, detêm mãos femininas a sorte das cooperativas. É o poder da cesta das compras. Porque nessa cesta, onde guardam as donas de casa os géneros e artigos necessários ao consumo dos seus lares, está o poder que se reservam; é esse seu poder que pode transformar toda a empresa cooperativa. Temos assim, que observá-lo e atendê-lo como a esses importantes avisos que, em placas inscritas, colocadas à margem das estradas de ferro ou das rodovias, nos previnem contra possíveis perigos, e aos quais devemos respeitar para a nossa própria segurança e a de nossos semelhantes.

(De COOP – SESI – fev. 1964)

Nº 138, abril, 1965

É IMPERATIVA A ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO COOPERATIVISTA BRASILEIRA (pp. 2 e 10)
Helly Sylvia E. de Souza (Secretária da Divisão de Cooperativismo e Organização Rural do Ministério da Agricultura do Brasil)

A atual legislação cooperativista brasileira, embora fiel seguidora dos princípios básicos do sistema rochedeliano, data de 19 de dezembro de 1932 (Decreto-lei n.º 22.239), tendo sido em alguns dos seus dispositivos alterada pelo Decreto n.º 581, de 1938.

Quando do «Encontro Técnico de Cooperativismo», promovido pelo extinto Serviço de Economia Rural, realizado em dezembro de 1962, no Rio de Janeiro, participámos do «Comité Técnico e de Legislação», ocasião em que apresentámos quatro teses visando à reformulação de certos pontos passíveis de atualização e de melhor sentido prático. Da vivência quotidiana com assuntos relacionados ao cooperativismo, chegámos à conclusão de que há, realmente, imperiosa necessidade de atualizar-se, não só a legislação, mas também conceder maior amplitude de ação e maior para melhor produtividade ao órgão federal (Divisão de Cooperativismo e Organização Rural), responsável pela orientação, difusão e fiscalização do sistema em nosso País.

Voltando a analisar aqueles decretos fundamentais, fixaremos, a seguir, não somente os pontos sobre os quais basearam-se nossos trabalhos no já mencionado «Encontro» promovido pelo antigo SER, como outros de considerável importância.

Logo no artigo 1. °, verificamos que, para o contrato da Sociedade Cooperativa bastam «sete ou mais pessoas naturais», reafirmando tal número o artigo 2. ° letra «b» – «não limitação do número de associados, sendo entretanto, este número no mínimo de sete». Esta determinação mínima de associados é, sem dúvida, uma das maiores incoerências da lei. Se, para o Conselho de Administração três elementos são necessários (artigo H. ° dos decretos 22.239 e 581) e determinando, também, aqueles dispositivos legais a composição do Conselho Fiscal de três elementos associados e igual número de suplentes (artigo 15, Decreto 22.239), como o «sete mínimo» aqui mencionado?

No caso do artigo em questão, conveniente seria fixar-se o número simbólico de 28, número que homenagearia os vinte e oito pioneiros de Rochdale e atenderia as possibilidades mínimas para a cooperativa iniciar suas atividades.

Outro ponto passível de atualização é o valor máximo de «cem mil réis» para a quota-parte, estipulado no artigo 6.", parágrafo 4. ° do Decreto-lei 22.239, e a joia de admissão, também no valor de «cem mil réis» (artigo 6.°, parágrafo 3.° do mesmo Decreto-lei) que a espiral inflacionária ridicularizou. Num país como o nosso, de condições económicas sempre imprevisíveis, o senão ora apontado deveria constituir objeto de planejamento perfeito e de estudos conscienciosos.

A admissão de pessoa Jurídica nas cooperativas tem dado motivo a vários decretos especiais, pois a legislação cooperativista limitou o ingresso das mesmas a entidades do tipo agrícola, pecuário e de seguros (artigo 7.", parágrafo 2. °, Decreto-lei n.º 22.239 e artigo 26.°, parágrafo 4.", Decreto-lei n.º 581). Daria, o ponto agora em relevo, possibilidades para reunir um grupo de trabalho de conscienciosos elementos, profundos conhecedores do sistema cooperativo e do direito em geral que, após estudarem o assunto, trariam para a futura legislação os seus preciosos pareceres e conceitos.

Para que a sociedade cooperativa adquira personalidade jurídica, determina o artigo 13.° do Decreto-lei 22.239, que arquivem nos cartórios de pessoas Jurídicas nos Estados e, nas respetivas capitais, nas Juntas Comerciais, os documentos da sua constituição (ata da assembleia de constituição, estatuto e lista nominativa dos associados fundadores). Acontece, não raro, quando assim procedem as entidades, apresentar aquela documentação frontal desobediência ao exigido em lei. Seriam, pois, válidas as certidões fornecidas naquela ocasião? Logicamente, exigiria a Divisão de Cooperativismo e Organização Rural do M A a correção daqueles documentos e, somente, concederia o indispensável registo após novo arquivamento, no mesmo cartório ou na mesma Junta Comercial, de todas as peças devidamente corrigidas através de reforma estatutária procedida pela cooperativa. Não simplificaria sobremodo que, posteriormente à concessão do referido registro, então obtivessem as entidades a sua indispensável personalidade Jurídica?

Ocorre, também, nesta questão outra incoerência, não de culpa da legislação mas, da falta de organização com que foi tratada a transferência da nossa Capital. Até hoje as cooperativas sediadas no Guanabara arquivam seus documentos de constituição no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, e, em Brasília, nos cartórios de pessoas jurídicas. O Decreto 581, artigo 26.°, parágrafos 3.° e 4.°, determina: – «nas capitais dos Estados onde houver Junta Comercial, nesta se fará o arquivamento e, no Distrito Federal, no Departamento Nacional de Indústria e Comércio». Aqui não cabe culpa à lei.

* * *

As críticas e sugestões ora apresentadas constituirão pequena e despretensiosa colaboração ao II Congresso Nacional de Cooperativismo, que brevemente, – assim esperamos – realizar-se-á na capital do Estado de Pernambuco.

Nota da Redação – Ao publicar o artigo acima temos o prazer de comunicar que a nossa distinta colaboradora Sr. a D. Helly Sylvia Rodrigues de Sousa foi recentemente nomeada Secretária da Divisão de Cooperativismo e Organização Rural do Ministério da Agricultura do Brasil, motivo porque lhe endereçamos as nossas felicitações, agradecendo ao mesmo tempo a sua sempre bem-vinda colaboração.

Nº 145, novembro, 1965

AS COOPERADORAS PORTUGUESAS CONHECEM BEM AS SUAS COOPERATIVAS (p. 4)

Um inquérito às cooperadoras portuguesas feito pela equipa da K. F.

A equipa sueca quis ter um conhecimento direto das opiniões das cooperadoras portuguesas. Para tal organizou um conjunto de perguntas e, acompanhada pelo Director do Departamento de Formação Técnica e Cooperativa, Faustino Cordeiro, esteve na Almadense (filial) e no autosserviço da sede da Piedense a interrogar diversas senhoras. As perguntas feitas foram as seguintes:

1. ª – *Está satisfeita com a sua cooperativa?*
2. ª – *Que críticas tem a fazer ao seu funcionamento?*
3. ª – *Acha que o sistema de autosserviço é o melhor?*
4. ª – *Tem razão de queixa do pessoal?*
5. ª – *Consegue abastecer-se de todos os artigos ou faltam alguns?*
6. ª – *Que sugestões tem a fazer sobre a melhoria dos serviços?*

As respostas foram de tal forma sensatas e as críticas tão equilibradas, que, depois de ouvir os seus colegas, o sr. J. W. Ames declarou o seguinte:

«Ficámos magnificamente impressionados. As cooperadoras portuguesas conhecem bem as suas cooperativas. Aconselhamos os dirigentes das cooperativas a consultarem-nas mais vezes quando quiserem melhorar os seus processos.»

Nº 147 e 148, janeiro e fevereiro, 1966

PUBLICIDADE COOPERATIVA (pp. 15, 19 e 20)

Leonor Stettner

DIZ-SE frequentemente que a publicidade Cooperativa tem de fazer face a um dilema fundamental pelo facto das Cooperativas serem ao mesmo tempo organizações que protegem o consumidor e comerceiam com os seus membros. Esta dualidade implica um conflito interno entre a necessidade de vender e a de servir os interesses dos consumidores associados nas Cooperativas.

Vamos procurar esclarecer este dilema examinando sucessivamente os diferentes aspetos do problema.

OS COOPERADORES DEVEM FAZER PUBLICIDADE

Os cooperadores não negam que a publicidade é necessária. É verdade que os cooperadores que cuidam seriamente de dar satisfação aos consumidores tendem a denunciar os abusos da publicidade e os seus efeitos quando ela engana o consumidor e o faz gastar em demasia. Mas as cooperativas são também comerciantes e, como os seus concorrentes, precisam de vender. Para servir os consumidores têm de ser eficazes e, que no mundo moderno, significa ser necessário dar a maior importância ao volume e à racionalização.

O total dos fornecimentos deve atingir um nível tal que permita ter custos tão baixos quanto possível. Não se pode contar com a lealdade dos associados para atingir este fim porque, por um lado, ela não é infalível e, por outro, não há nunca quantidade suficiente de associados.

Os cooperadores dirigentes têm portanto de procurar o consumidor e persuadi-lo das vantagens dos produtos cooperativos, das lojas cooperativas e da ideia cooperativa. Numa palavra, os cooperadores devem fazer publicidade.

A PUBLICIDADE COOPERATIVA DEVE SER DIFERENTE

Alguns cooperadores temem que qualquer desvio das práticas comerciais privadas tenha o efeito de reduzir as transações. É esta uma atitude estranha, principalmente no que respeita à publicidade. A lógica indica que o contrário é completamente verdadeiro. Para quem faz publicidade não há base melhor que a novidade; é a aspiração de todos os especialistas publicitários imaginarem qualquer cousa de «diferente».

As Cooperativas de Consumo são muito diferentes de quase todas as outras formas de distribuição e esta diferença baseia-se no facto de elas serem *orientadas para servir o consumidor*

de um modo inaceitável para qualquer empresa privada. São organizações sem fim lucrativo que os consumidores possuem e arranjam para seu próprio serviço, para serem eles a tomar as decisões relativas ao género de produtos e de serviços que desejam adquirir e para obterem o máximo com o seu dinheiro, guardavam para si o que, de outro modo, contribuía o lucro do comércio privado.

As Cooperativas, em comparação com as empresas privadas, apresentam a vantagem, quanto ao preço, de que todo o excedente sobre o custo é devolvido aos consumidores (sob a forma de retorno ou de baixa de preços); nada do que é distribuído aos associados representa um lucro qualquer que seja. Além disso, as possibilidades de reduzir o custo graças à racionalização e às operações de grande envergadura, são, por motivo da amplitude das operações efetuadas em conjunto, iguais ou maiores que as dos concorrentes. Nenhuma organização privada tem o mesmo encorajamento nem a mesma responsabilidade nem recursos comparáveis aos que incitam a qualidade por meio da análise aos produtos que elas próprias fornecem. Elas obrigam-se a cumprir o mandato de fornecer todos os géneros de Serviços e de facilidades exigidas pelos consumidores, serviços e facilidades que na maior parte não são oferecidos pelos comerciantes privados. Estes serviços incluem não só o crédito, a entrega e as reclamações formuladas pelos consumidores, mas também a simpatia, a consideração pessoal e as diferentes formas de informação ao consumidor – por meio da imprensa cooperativa, de exposições, de demonstração, da etiquetagem, de cursos e de conferências especiais e de serviços de compra especiais.

Não há nada mais insensato do que procurar esconder estas diferenças ou de as pôr de parte com o pretexto de que elas não estão conformes com os métodos usuais, nas empresas privadas. Mas é precisamente porque existem diferenças, e porque elas existem para bem dos consumidores, que se deve fazer a sua publicidade. Tal como fazem os comerciantes, os cooperadores devem pôr em evidência especialmente as suas vantagens particulares e utilizarem a persuasão e a repetição. Estas diferenças que existem entre as cooperativas e o comércio privado oferecem aqueles motivos de interesse publicitário que os seus concorrentes não possuem – se elas os utilizassem!

A PUBLICIDADE COOPERATIVA DEVE PÔR EM RELEVO A IMAGEM COOPERATIVA

Para explorar a fundo as vantagens que acabámos de citar, a publicidade cooperativa deve concentrar-se sobre o que distingue as lojas cooperativas das lojas privadas. Isto pode conseguir-se com uma forma de publicidade «ideológica» ou, como dizem os suecos, «institucional» procurando erguer a «imagem» cooperativa.

No sentido mais lato, a publicidade feita pelas cooperativas é em grande parte uma publicidade que cria uma imagem – Encontramo-la em toda a imprensa cooperativa, nas exposições cooperativas, nos «films», nas conferências, nos programas de rádio e televisão

e mesmo nos cursos de educação cooperativa. No sentido estrito da publicidade prova, um exemplo interessante é a campanha intensiva levada a efeito em todo o país pelo movimento cooperativo alemão com o fim de fazer do Konsum uma instituição. Esta campanha foi realizada ao nível nacional, fazendo-se nela uso de elementos publicitários empregados correntemente, tais como um «slogan» cooperativo («Klug e Kunden Kanfe n Konsum» o que quere dizer: «Os consumidores conscientes compram nas cooperativas»), quatro figuras encantadoras, desenhadas humoristicamente, fáceis de identificar, representando clientes de cooperativas e uma disposição tipográfica, normal para o texto publicitário. Um outro exemplo interessante é a campanha Cowe Cooperative Shopping (comprem na Cooperativa) da C. W. S. britânica.

Mesmo quando a publicidade se aplica a produtos individuais ou a lojas particulares, pode-se adaptá-la à imagem cooperativa; por exemplo, na publicidade da Zdk (União Central das Cooperativas de Consumo alemãs) pelo menos o «slogan» K K K K («Kluge Kunden Kauffen Konsum») e a disposição tipográfica são componentes constantes da publicidade mais específica dos produtos cooperativos. Também as sociedades locais podem publicar brochuras publicitárias preparadas pela organização nacional, às quais podem ser adicionadas algumas páginas de publicidade local.

Na prática, a publicidade que ergue uma imagem da cooperação é geralmente feita pela união cooperativa, enquanto que as sociedades grossistas e as de retalho têm a responsabilidade de financiar e administrar a publicidade dos produtos particulares.

A PUBLICIDADE COOPERATIVA DEVE SER INFORMATIVA

No próprio seio do movimento Cooperativo há quem não acredite que a publicidade informativa possa ser eficaz. Por um lado julga-se que uma publicidade positiva e leal tem de ser necessariamente muito pouco atraente – esquece-se que é precisamente a informação específica que mais interessa ao consumidor. Não há realmente nenhuma razão para que os factos reais não possam ser apresentados tão artisticamente e de uma forma tão viva como as meias-verdades e as alusões. Por outro a cooperativa pode oferecer, quanto a serviços, a vantagens de preços e as garantias de qualidade – sem esquecer o atrativo ideológico – fornece à publicidade mantém mais sedutora e convincente que toda a forma atrativa baseada na imaginação.

Aos que pretendem ser um erro considerar um consumidor como um ser consequente, pode responder-se que o Movimento tem fé no bom senso dos seus membros e que um dos seus principais objetivos é atuar de maneira que os consumidores, graças à etiquetagem informativa, à publicidade, bem como à educação e à informação que lhes são proporcionadas, possam fazer uma escolha racional.

A PUBLICIDADE COOPERATIVA SER HONESTA E MORAL

É evidente que a publicidade cooperativa deve respeitar as normas mais elevadas da moral e da integridade. O bem-estar do consumidor é a razão de ser das cooperativas de consumo; daqui deriva

a obrigação que elas têm de servir bem os seus membros tal como os serviços públicos devem servir o interesse público: Se as cooperativas faltam aos seus deveres, a sua existência não se justifica.

Por consequência a publicidade cooperativa deve ser pelo menos clara e corretamente redigida; deve abster-se de todas as pretensões exageradas e enganadoras; deve evitar os efeitos nocivos sobre o físico, o moral e os sentimentos na medida em que eles podem ser pressentidos; não deve ser ofensiva e deve apoiar-se na aceitação de ser plenamente responsável das pretensões e das descrições relativas à qualidade e à garantia das mercadorias e de satisfazer todas as reclamações justificadas.

Esta obrigação é uma tese universalmente aceite em todo o Movimento. Seria inconcebível que os cooperadores tivessem alguma cousa a contestar sobre o que acima se diz – pois que constitui uma declaração de boa-fé.

No entanto, sugere-se algumas vezes que esta obrigação devia ser codificada, isto é, que devia dar-se-lhe uma forma convencional encerrando-a num código moral para a publicidade cooperativa, quer assentando-a numa base voluntária quer forçando-a. Surge geralmente um certo número de objeções específicas a este respeito. Várias razões, que não são todas compatíveis, são apresentadas para explicar que não seria possível aos cooperadores formular um código publicitário e proclamar a sua adesão a este código:

a) Algumas pessoas sustentam que tal medida não é necessária em virtude dos cooperadores servem quase por definição perfeitamente conscientes das suas obrigações para com os seus coassociados. A este respeito farei dois comentários: primeiro, se normas tão elevadas são universais no seio de todo o Movimento Cooperativo, não há nenhum risco e há tudo a ganhar em as proclamar ao mundo por uma publicidade largamente divulgada segundo um código moral, ao qual se submeteriam de bom grado os encarregados da publicidade cooperativa ; depois, parece ser todavia justo perguntar se é prudente confiar a reputação do Movimento a todos os responsáveis pela publicidade cooperativa, a pretexto de que se tem confiança implícita no seu nível de moralidade. É possível que as organizações cooperativas se vejam na necessidade de aplicar sanções contra a minoria que recusa conformar-se com os princípios morais atrás citados.
b) Uma outra objeção em desfavor de um código publicitário formal reside em que ele poderia expor os cooperadores ao perigo de serem acusados de «hipocrisia». Dir-se-á com razão que é muito importante para os cooperadores que ponham em prática o que preconizam; e por consequência não pregarem o que não realizam. Visto que a publicidade deve refletir os usos comerciais dos propagandistas, pretende-se que os encarregados da publicidade cooperativa evitam serrem ligados a um código moral que pode prometer mais do que eles podem dar. Ainda desta vez tem-se o direito de perguntar o que se esconde atrás disso. Na verdade não é utópico nem impraticável

sugerir que os usos comerciais cooperativos devam seguir um código de moralidade e de integridade como aquele que foi proposto atrás para a publicidade cooperativa. Qualquer opinião em contrário poria de novo em dúvida a própria justificação do modo como as cooperativas tratam o problema da comercialização.

c) «Sim, mas...», eis a objeção costumada, «o fim de uma cooperativa é o de vender e, se o propagandista cooperativo se submete a normas mais estreitas que as dos seus concorrentes, verá diminuir o volume de transações em proveito deles».
À primeira vista este argumento parece pragmático, ponderado e convincente, mas pergunta-se: é um argumento sólido? Porque é que normas moralmente elevadas devem provocar uma diminuição no movimento de transações? O fim de uma cooperativa é de servir os seus membros e ela só pode fazê-lo se lhe fornecer assiduamente mercadorias e lhe prestar serviços que satisfaçam as suas necessidades. É indubitável que nenhum comerciante é capaz de tirar vantagens durante muito tempo de pretensões enganadoras. Nenhuma empresa, seja ela cooperativa ou privada, poderia conservar a sua clientela usando uma publicidade desonesta ou inexata.
Clientes desiludidos são clientes perdidos; a honestidade não é somente moral – ela dá também a possibilidade de fazer bons negócios.

d) Certos observadores, que estão plenamente de acordo em que a publicidade cooperativa deve ser honesta, moral e de bom gosto e deve evitar de provocar de uma maneira equívoca emoções e motivações irracionais, fazem notar que estas qualidades não podem, pela sua natureza, ser enquadradas num código publicitário ; outros sugerem que a publicidade é obrigada a refletir normas pública s de moralidade, de gosto e de racionalidade correntes e que está for a da competência dos propagandistas experimentavam melhorar estas normas.
Estes dois comentários são válidos mas somente até um certo ponto. Por mais difícil que seja definir e codificar normas para a publicidade; é preciso experimentar fazê-lo sabendo que o simples facto de definir objetivos gerais contribuirá, numa certa medida, para desencorajar os comerciantes sem escrúpulo s e ao mesmo tempo para sublinhar o ideal cooperativo. Além disso, quando em certos casos não é possível incluir definições precisas no código, o mesmo fim pode ser mais ou menos atingido constituindo uma comissão representativa, no seio do Movimento, que defenda a conceção média da moral e do bom gosto que é preciso melhorar por todos os meios; é claro que os cooperadores devem apoiar tais esforços com todo o seu peso.
Relativamente a isto, as cooperativas deviam naturalmente contribuir para a legislação e para fazer vigorar normas publicitárias. A este respeito, vale a pena notar que o apoio que as Cooperativas darão a uma tal legislação a tornar á mais convincente e

lhe dará, por consequência, força, se os movimentos fizerem sentir que eles próprios se submetem a códigos publicitários eficientes.

e) A objeção final liga-se com a dificuldade de fazer respeitar os códigos publicitários. É evidente que este problema é mais agudo nos movimentos cooperativos em que, como o britânico, as sociedades locais exercem uma fiscalização considerável na política publicitária; por outro lado, onde h á uma grande fiscalização centralizada da política publicitária, como é o caso da Zdk (Alemanha), K F (Suécia) e K K (Finlândia) a conformidade do texto publicitário com as normas mínimas verifica-se quase automaticamente.

Mas mesmo quando a política publicitária não está centralizada, a importância que se dá ao problema da submissão aos códigos pode ser exagerada. Devia ser menos difícil, e nunca difícil, para os movimentos cooperativos constituir uma emissão de vigilância eficaz. Não é este o caso das firmas privadas que têm experimentado repetidamente vários países, fazer vigorar códigos publicitários a título voluntário no decurso dos últimos anos.

A PUBLICIDADE COOPERATIVA DEVE SER COORDENADA

Depois do que se disse, compreende-se que uma publicidade cooperativa eficiente exige ser coordenadora. Para projetar com êxito uma imagem convincente do conceito cooperativo tal como ela se reflete nas diferentes atividades do Movimento, a publicidade deve ser concebida e numa certa medida dirigida a partir de um centro.

E porquê?

Para se estar seguro de que a publicidade, mesmo ao nível local e para os produtos individuais, se baseia em elementos normalizados que têm os seus elos no Movimento cooperativo geral; para criar um certo grau de uniformidade na política dos preços entre as sociedades locais de maneira que a publicidade possa focar a vantagem dos preços; para encorajar o desenvolvimento de uma ou mais marcas cooperativas, a etiquetagem qualitativa e a aplicação uniforme de processos de análise para servir de base à publicidade que põe em evidência a qualidade, o serviço e a informação facilita igualmente o financiamento da publicidade à escala nacional.

É encorajante notar-se que os Movimentos nacionais parecem dirigir-se, de uma maneira definida e cada vez mais, para a centralização e a coordenação eficaz da publicidade cooperativa.

CONCLUSÃO

Parece que o dilema em que se encontram os responsáveis da publicidade cooperativa, por motivo da dupla missão que as Cooperativas de Consumo têm de cumprir, se baseia numa conceção económica. O erro está em julgar-se que há um conflito fundamental entre a necessidade de vender e a necessidade de servir os consumidores. Os interesses dos consumidores serão na realidade melhor servidos elevando ao máximo as transações, isto é, distribuindo o máximo de mercadorias com a mínima despesa, o que ter á por consequência aumentar os retornos

ou baixar os preços de venda. Para chegar a tanto é indispensável que uma publicidade eficaz ponha em evidência como as cooperativas se distinguem das empresas privadas.

Para ser eficaz, a publicidade cooperativa deve projetar a imagem cooperativa, conformar-se com as normas de elevadas moral e integridade; teve ser informativa e coordenada mais ou menos a partir de um centro.

Traduzido da «Revista da Cooperação Internacional» – nov. de 1965

Nº 149, março, 1966

O QUE FAZEM AS MULHERES COOPERADORAS NO JAPÃO (p. 12)

As japonesas colaboram com as suas cooperativas de consumo principalmente através das chamadas Associações familiares. A União Cooperativa de Consumo do Japão é constituída por cerca de 1000 sociedades, duzentas das quais são Associações Familiares.

Estas associações empregam um sistema por meio do qual estão aptas a tratar com o governo sobre os preços dos géneros, quinhentas mulheres, espalhadas por todo o país, foram selecionadas de entre as famílias cujo rendimento se situa à volta de 30 000 a 40 000 yens. Estas mulheres compram, uma vez por mês as provisões alimentares necessárias a uma refeição familiar determinada. Os géneros e as quantidades que a compõem são sempre os mesmos.

A União Cooperativa de Consumo recebe de cada uma daquelas mulheres uma informação mensal sobre os preços por que compraram os géneros destinados à tal refeição. Deste modo a União sabe regularmente os preços que se praticam em todo o país e considera aquela informação muito útil para a sua ação junto do governo.

Em cada sucursal da União há uma comissão, consultiva formada por uma maioria de delegadas da Associação Familiar de Consumo, que examina todos os problemas que preocupam a União.

Em 1957 formou-se a Guilda Nacional das Mulheres onde estão filiadas aproximadamente 120 000 mulheres. Uma das suas atividades é a análise dos géneros que executam geralmente respondendo a um questionário. As respostas vindas das várias Guildas são concentradas no Armazém Cooperativo para o orientar nas suas compras.

Outra atividade das Guildas é a de verificar os preços. Em cada região foram escolhidas duas mulheres que se encarregam de verificar os preços que nela se praticam. A 15 de cada mês informam destes preços a Comissão Nacional das Mulheres.

(Condensado do Artigo «O Papel das Mulheres no Movimento Cooperativo japonês – Revista da Cooperação Internacional n.º 6 – nov. 1965)

N.º 152, de junho de 1966 (surge a Página da Dona de Casa)

APRESENTAÇÃO (p. 5 – Página da Dona de Casa)

Devido ao êxito obtido pelo Autosserviço, não só junto dos gerentes mas também dos consumidores e em especial das donas de casa, resolveu o Departamento de Formação Técnica e Cooperativa incluir uma página especialmente dedicada às consumidoras.

ALGUMAS PERGUNTAS... COM RESPOSTA! (p. 5 – Página da Dona de Casa)

1.ª – devem comprar-se os cereais ao litro ou ao quilograma?
R. – ao quilograma. É mais fácil ser enganado ao receber um litro de cereal do que ao receber um quilo do mesmo artigo. Algumas consumidoras julgam ser enganadas quando pagam mais caro por um quilo de feijão. Atenção! Um litro desse cereal pesa entre 700 a 730 gramas. Assim, se um quilo de feijão custar 9$20, um litro pode custar entre 6$50 a 6$70, e vice-versa.
2.ª a – uma embalagem contendo sabão e na qual foi marcado um certo peso pode apresentar uma quebra?
R. – sim, o sabão é um dos produtos que mais quebra sofre, pois perde humidade rapidamente. Nas vendas avulso o retalhista perde dinheiro infalivelmente, pois as margens de comercialização são muito baixas.
3.ª – há muitas marcas de detergentes, quais são os melhores?
R. – lamentamos desiludi-la, minha senhora, mas os detergentes têm composição idêntica, salvo os falsificados (cuidado com os detergentes avulso!). A cor diferente, que apresentam uns dos outros, nada representa, pois o detergente é basicamente branco. A variedade de marcas também é uma ilusão. Por exemplo: **omo**, **sunil** e **extra** são fabricadas pela mesma firma, um dos maiores «trusts» mundiais de produtos de higiene, a **unilever**, e equivalem-se perfeitamente.

CONSELHO DO MÊS – como cozer o arroz (p. 5 – Página da Dona de Casa)
Há dois métodos para cozer o arroz e evitar que os bagos se colem:

1.º _ «À Crioula»

Cozer o arroz a descoberto, durante 10 minutos, em muita água fervente, e esgotar logo que esteja cozido. |

2.º – «À Oriental»

Adicionar ao arroz um pouco de gordura e depois mergulhá-lo num volume de água fervente igual a uma vez e meia o volume do arroz. Depois cobrir e cozer a fogo lento. Quando o líquido estiver absorvido, está cozido. (15 minutos de cozedura aproximadamente).

O ANANÁS (p. 6)

O ananás era antigamente um fruto tão precioso e raro que servia somente para guarnecer as mesas dos reis. Hoje encontra-se por toda a parte, em conserva ou fresco, e realça sempre uma mesa de festa. Revelado à Europa por Portugueses e Espanhóis – o nome em inglês e francês é o mesmo que em português – durante séculos foi impossível transportar os frutos maduros para a Europa. Chegaram a cultivar-se ananases nas encostas mais quentes das serras de França e Inglaterra, mas em 1892 um americano teve a ideia de montar uma fábrica de conserva de ananás próxima dos campos de recolha das ilhas Hawai e, desde então, a produção e o consumo não pararam de aumentar.

Como conhecer um bom ananás?

- Um bom ananás deve ser perfumado e de um castanho-alaranjado;
- Os mais pesados são os melhores;
- Os olhos devem ser planos ou ligeiramente côncavos;
- Frutos descoloridos e placas moles devem evitar-se;
- Se o sol queimou um lado do fruto, é muito possível que este tenha uma carne esponjosa, coriácea e sem sumo.

O ANANÁS EM CONSERVA

É vendido em rodelas ou em pedaços. As rodelas são mais apresentáveis, mas são também as mais caras. As latas de 3/4, normalmente de 8 a 10 rodelas. Nas de 4/4 há em geral 10 a 12 rodelas. A indicação das rodelas deveria figurar no rótulo, o que infelizmente não sucede entre nós.

(Adaptado de «Presentations-Coop»)

Nº 154 e 155, agosto e setembro, 1966

O QUE OS NÚMEROS DISSERAM... 3. AUSÊNCIA DE MULHERES NOS QUADROS DIRIGENTES (pp. 4 e 9)

F. C.

Um aspeto dos mais confrangedores do nosso Movimento é a falta do interesse feminino pela atividade cooperativa. Bem se sabe que tal facto é uma consequência de circunstâncias não só internas mas principalmente externas: a condição da mulher portuguesa devido a hábito e tradições centenárias, continua sendo a de um ser inferior cujos direitos dificilmente são aceites. Certas normas legislativas, que diferenciam a mulher do homem e que, infelizmente, ainda não

foi possível remover totalmente consubstanciam assim um facto da sociedade portuguesa: a inferioridade social da mulher.

Deste modo, o que se passa no Movimento Cooperativo português não foge à regra geral. Mas o que tem de lamentável no nosso caso é que o Cooperativismo é um movimento de promoção social e as ações dos cooperadores têm de ser exemplares. E o que acontece? À parte as sessões solenes, ou espetáculos organizados na Cooperativa, o associado ou o dirigente não procura interessar os elementos femininos do seu lar. Exige à esposa que vá aos estabelecimentos da cooperação, mas nada faz para a interessar pela sua atividade.

Há uma reunião da Assembleia Geral da Cooperativa? «Aquilo é só para homens!» -e mesmo que a esposa ou filha mostre algum interesse pelo assunto o cooperador (?) não está para fazer tal convite: «parece mal!»

E afinal o contraditório de questão é que em certos aspetos a mais interessada na atividade da cooperativa, é a mulher. É ela a quem está entregue na esmagadora maioria dos casos o equilíbrio financeiro do lar; é ela que adquire todos os artigos alimentares, uma grande parte dos artigos correntes do vestuário, etc. A expressão portuguesa «dona de casa» exprime um facto evidente: a mulher tem um papel primordial na gestão financeira da empresa familiar – perdoem-nos esta liberdade de terminologia – e é estranho que um movimento como o nosso, só marginalmente interesse a mulher.

Que é possível fazer?

Para já, o exemplo tem de partir de cima: os dirigentes não podem deixar de mostrar que são esclarecidos: sempre que seja possível, os elementos femininos da sua família devem estar presentes.

Mas, mais: há que fazer interessar imediatamente na vida da cooperativa a dona de casa que entra no estabelecimento cooperativo através de inquéritos escritos ou orais muito simples mas que dão indicações preciosas. Para isso o pessoal deve se instruído no sentido de colaborar nesses inquéritos esclarecendo dúvidas e auxiliando as senhoras a compreender o interesse que têm as suas respostas para os dirigentes.

É também necessário constituir com as poucas senhoras que estiverem dispostas a tal – e de início é sempre difícil – uma pequena comissão consultiva exclusivamente dedicada a ser ouvida acerca da qualidade, das faltas, da higiene do estabelecimento, etc.

A criação de comissões culturais é também um primeiro passo. Há que procurar jovens dos dois sexos e dar-lhe possibilidade de tomarem algumas iniciativas: exposições fotográficas, bibliográficas, concursos literários, colóquios sobre problemas seus, etc. Não se diga que é impossível sem tentar.

A afirmação da impossibilidade disfarça, quase sempre, o espírito imobilista de muitos dirigentes, e até a incompreensão pela juventude, que eles não querem tomar a sério. Vamos

a ter a coragem de reconhecer isto: Não há massas associativas indiferentes, difíceis, que não colaboram; não há jovens «que só pensam em bola e twist», há é sim muito imobilismo, muito derrotismo, muito saudosismo decadente, entre os nossos dirigentes.

Porque será que algumas cooperativas têm uma comissão cultural e outras não têm? A resposta é simples: no primeiro caso, um ou dois elementos verificaram o facto de não existir nenhuma atividade cultural, lamentaram-no e imediatamente se atiraram de frente ao problema: procurar elementos e realizar qualquer coisa que chame a atenção de outros elementos interessados (que sempre os há!); no segundo caso os elementos que verificaram o facto, lamentaram-no e… continuam a lamentá-lo, de vez em quando, mas não «mexeram uma palha» para alterarem tal estado de coisas. Se são dirigentes, muitas vezes, a primeira coisa que fazem é desanimar os jovens contando-lhe as dificuldades, os falhanços, enfim!... o «muro de lamentações», habitual; se são associados, estar de fora, criticar o trabalho alheio, é mais fácil...

Pois bem, há que mudar tal estado de coisas! Vamos a isso senhores dirigentes e cooperadores que por acaso leram este comentário e estão de acordo connosco. Cooperação é obra de todos: homens e mulheres. E à mulher, elemento fundamental da família, cabe um papel tão importante como o do homem no Movimento Cooperativo: temos de fazer tudo para a interessar, temos de vencer, principalmente, os nossos próprios preconceitos e concorrer para mudar uma situação social francamente injusta.

AS VENDAS COM BRINDES: UMA HABILIDADE PREJUDICIAL AO CONSUMIDOR!

(p. 8 – Página da Dona de Casa)

Todos os dias, pela televisão, pela rádio e pela imprensa, as donas de casa são atraídas por uma chuva de brindes «grátis», por «metade do preço», a acompanhar a venda dos artigos mais diversos.

A primeira pergunta que se pode fazer é esta: «qual o verdadeiro preço dos artigos?». Sendo de tão «boa qualidade» e por tão «baixo preço», quando são apregoados, como podem as empresas fazer ainda uma «oferta especial»?

A resposta é bem simples e envolve duas hipóteses:

1. ° – O brinde é grátis

O preço do brinde está englobado no preço que paga ao vendedor. A oferta do brinde priva o comprador de ir adquirir um artigo de categoria semelhante ou até melhor por um preço mais baixo.

2. ° – O brinde é pago

Nesta hipótese há situações verdadeiramente ridículas: a firma vendedora vende um artigo,

vende o brinde e... ganha nos dois. E quantas vezes a dona de casa descobre que o mesmo objeto-brinde que comprou em conjunto era afinal mais barato num estabelecimento especializado.
Em qualquer das hipóteses a dona de casa, quando se deixa levar pelas tentações das «vendas com brindes», corre o risco de:

1. Comprar artigos mais caros;
2. Adquirir artigos de que não tinha absoluta necessidade;
3. Esquecer a qualidade dos artigos.

ATENÇÃO, POIS, LEITORAS:
Não vos deixeis iludir pelas «ofertas especiais». As empresas vendedoras não são filantropas, são comerciantes que visam um fim principal: o lucro! E tantas vezes exploram a vossa ingenuidade, minhas senhoras!...

Correspondência das leitoras – Responderemos com prazer às perguntas que nos quiserem fazer sobre os problemas tratados neste suplemento. (p. 8 – Página da Dona de Casa)

CONSELHO DO MÊS: COMO CONSERVAR SUMO E POLPA DE TOMATE CONGELADO
(p. 8 – Página da Dona de Casa)

1. Escolha a quantidade que deseja conservar de tomates bem maduros, corte-os em bocados e esmague-os muito bem.
2. Meta toda a polpa num tacho ao lume brando, de modo a torná-la mais espessa.
3. Lance a polpa em cuvetes habitualmente usadas nos frigoríficos e introduza-as no congelador.
4. Quando estiver solidificada a polpa, separe os pequenos cubos como habitualmente faz para o gelo e divida-os por pequenos saquinhos de plástico que guardará durante o tempo que desejar no congelador.

Madame COOP

Nº 159, janeiro, 1967

COMO COMPOR UMA EMENTA DIÁRIA? **(p. 8 – Página da Dona de Casa)**

Este problema preocupou com certeza muitas vezes a dona de casa. É por isso que nos propomos hoje ajudar-vos a fazê-lo depressa e bem, isto é, equilibrando a vossa alimentação. Assim, tomai

nota que certos alimentos têm um valor alimentar muito próximo e é por isso que podemos agrupá-los em seis grupos principais:

GRUPO 1: carnes, peixes, aves e ovos –100 a 150g por dia, de quatro a seis vezes por semana. Legumes secos: uma ou duas vezes por semana.

GRUPO 2: Leite –1 litro por dia. Queijos: uma ou duas fatias por dia.

GRUPO 3: Gorduras – em quantidade razoável. Infelizmente, está a exagerar-se um pouco no seu consumo.

GRUPO 4: Pão, massas e cerais – em função da atividade física.

GRUPO 5: Frutas e legumes crus: uma vez por dia, uns e outros.

GRUPO 6: Legumes e frutas cozidos – uma vez por dia

Agora escolhei destes alimentos os que haveis de comer às refeições do dia, de modo a obter o equilíbrio que se recomendou. E... BOM APETITE!

(Adaptado de «Préséntations Coop»)

Nº 160, fevereiro, 1967

COMO ARRUMAR OS ALIMENTOS NO FRIGORIFICO? (p. 8 – Página da Dona de Casa)

É o congelador ou câmara (nalguns aparelhos aparecendo com o nome inglês «freezer») que produz frio; evidentemente que não cria uma temperatura uniforme em todos os pontos do frigorífico. E no interior da câmara o frio é mais intenso (10° a 20° C negativos) na zona abaixo ou ao lado da câmara, a temperatura já é sensivelmente mais baixa: entre 0 a 2°; na zona central entre 2 a 6º; 4 a 7º na zona inferior e 7 a 8º na parte interior da porta. É necessário, portanto ter na devida conta estas diferenças de temperaturas e aproveitar as zonas mais frias para aí colocar os alimentos mais sensíveis.

CADA ARTIGO NO SEU LUGAR

1. Carnes, aves e peixes

São alimentos alteráveis que é preciso guardar na parte mais fria do refrigerador.

a) *Crus*
   Na própria câmara ou na gaveta abaixo.

b) *Cozidos*
   Sobre a prateleira superior, na zona próxima do congelador.

Atenção!

- É preciso ter um cuidado especial na embalagem do peixe a fim de que ele não

espalhe um odor desagradável no vosso aparelho (papel estampado, sacos plásticos ou caixas herméticas).

- A carne picada, ou partida em pedaços pequenos é facilmente alterável. Deve conservar-se o menos tempo possível.
- Os produtos de charcutaria, normalmente mais gordurosos, são um pouco menos sensíveis. Poderão ser colocados à falta de lugar melhor na parte central.

2. Leite e produtos afins

Também estes se conservam na zona fria. Leite, manteiga, creme, queijos frescos deverão colocar-se na zona próxima do congelador.

Não é aconselhável meter queijos no frigorífico, a não ser os que estão já «feitos» e dos quais se quer parar a cura. Metem-se então na zona central.

3. Legumes e frutos secos

Depois de cuidadosamente descascados, lavados e metidos em sacos plásticos ou caixas, o seu lugar será naturalmente nas zona central e baixa do vosso frigorífico.

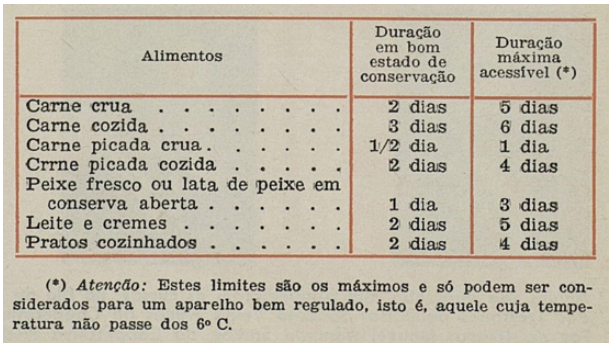
4. Diversos
   a) Restos – devem ser guardados na prateleira superior junto à câmara.
   b) Massas para pastelaria – preparados antecipadamente podem ser arrumados na parte central. -5º
   c) Ovos e bebidas – No interior da porta.
   d) Cremes gelados – No próprio congelador.

NÃO DEVEM METER-SE NO FRIGORÍFICO

- As bananas, pois escurecem.
- Os ananases, os limões, as laranjas, as toranjas, os melões, as maçãs; unicamente se podem meter lá, durante meia hora, para refrescar.
- As batatas, as cebolas e os nabos: conservam-se perfeitamente, sem problemas, no exterior
- O vinho tinto; só no verão para refrescar.

QUAL É A DURAÇÃO DOS ALIMENTOS CONSERVADOS NO FRIGORÍFICO?

Varia evidentemente com a qualidade e a frescura dos artigos no momento em que os coloqueis no frigorífico; também depende de uma boa regulação daquele. Eis, como orientação, um pequeno quadro da duração em bom estado num refrigerador a funcionar perfeitamente:



Alimentos	Duração em bom estado de conservação	Duração máxima acessível (*)
Carne crua	2 dias	5 dias
Carne cozida	3 dias	6 dias
Carne picada crua	1/2 dia	1 dia
Crrne picada cozida	2 dias	4 dias
Peixe fresco ou lata de peixe em conserva aberta	1 dia	3 dias
Leite e cremes	2 dias	5 dias
Pratos cozinhados	2 dias	4 dias

(*) *Atenção:* Estes limites são os máximos e só podem ser considerados para um aparelho bem regulado, isto é, aquele cuja temperatura não passe dos 6º C.

(Adaptado de «Coopérateur de France»)

No Nº 162, abril, 1967 (surge a página das cooperadoras)

COMO ARRUMAR OS BRINQUEDOS (p. 7 – Página das cooperadoras)

Brinquedos! A alegria das crianças e até mesmo dos adultos. No entanto, para a mãe tantas vezes constituem um problema. Os pequenos, às vezes, deixam-nos em qualquer sítio desarrumando a casa que ela cuidadosamente quer ter sempre arranjada. É preciso haver sítio para os arrumar e ensinar as crianças a fazê-lo. É para isso que aqui vamos dar algumas sugestões fora do exemplo clássico do «caixote de brinquedos» que, muito utilizado embora, dá uma falsa ideia de arrumação aos nossos filhos.

Eis, pois as sugestões:

1. Painéis nas paredes

   Em cortiça ou «platex» perfurado. Um traço de giz marcará o lugar de cada brinquedo e a criança encontra facilmente o local onde deve arrumá-lo. Simples camarões ou pregos pequenos no caso da cortiça bastarão para os segurar. Pode também fazer um painel sobre o qual estenderá rede vulgar. Pinte-o com uma cor viva e proceda do modo indicado atrás.

   Nunca suspenda os painéis de brinquedos por cima dos leitos; mesmo um urso em peluche pode ferir a criança se cair durante a noite.

2. Prateleiras em coluna vertical

   Para coleções de pequenos automóveis ou outros brinquedos-miniaturas a melhorar solução são pequenas prateleiras idênticas à gravura: as dimensões de 12 cm por 7 cm. Disponha-as em coluna ao alto das paredes; intercale algumas prateleiras mais compridas. O efeito decorativo é muito feliz e cheio de colorido.

3. Prateleiras em ziguezague
   Para automóveis e outras viaturas sem beleza especial, mas dos quais as crianças são muito ociosas, arrume-os também sobre prateleiras. O sistema de as colocar em ziguezague, conforme a gravura, permite ganhar espaço, pois é fácil colocar as pequenas viaturas nos espaços mais estreitos. As prateleiras inclinadas têm travessas que impedem os brinquedos de deslizar.
4. Caixas para empilhar
   Pintadas em cores diferentes, podem arrumar-se em caixas preparadas como a gravura indica, os brinquedos segundo as suas categorias: o vermelho para os jogos, o verde para as bolas, etc. Convém escolher caixas pouco profundas.

Temos aqui, portanto, quatro ideias que talvez interessem às nossas leitoras. Vamos experimenta qualquer delas?

Adaptado de suplemento feminino de «Le Coopérateur de France»

PEQUENA CONVERSA COM AS COOPERADORAS: A CRIANÇA E A HEREDITARIEDADE (p. 8)
Sílvia Alba

O estudo psicológico da criança, até há bem pouco tempo tão descurado, recebeu um progresso notável nos últimos 50 anos, caminhando-se agora para uma individualização da criança do ponto de vista científico.

O intuito deste artigo e dos que se lhe seguirão resume-se em tentar mostrar aos educadores uma perspetiva geral dos vários estádios da infância no aspeto psicológico.

Muitos pais educam os filhos em moldes antiquados, bastante anteriores às investigações científicas, e não tendo em geral uma ideia global da evolução dos filhos nem da significação de determinadas atitudes durante o seu desenvolvimento. Viver *ao lado deles*, mas não *com eles* e por isso não compreendem certos aspetos do seu comportamento.

Pretendemos, portanto, dar uma ideia geral do desenvolvimento psicológico da criança desde o seu nascimento até à adolescência e começaremos por falar da hereditariedade.

Perante um recém-nascido observam-se duas tendências nos observadores enternecidos. Uns procuram encontrar nele os traços fisionómicos dos pais (ou de parentes mais afastados) e outros pretendem descobrir algo de novo, de original. Estas reflexões parecem por vezes ingénuas e até pretensiosas, mas não deixam de encerrar algo de verdadeiro, pois que a criança possui certos caracteres que a assemelham aos antepassados e também algo de próprio, de individual, que a tornará diferente na sociedade e igual a si mesma.

Conhecem-se as leis da hereditariedade no que diz respeito aos caracteres físicos, estudados por Gregor Mendel, por exemplo, à cor dos olhos, dos cabelos, da pele, ao daltonismo (dificuldade de distinguir certos tons de vermelho e verde) à hemofilia (demasiada lentidão na coagulação do sangue, etc.), leis que foram estabelecidas pela observação das características recessivas ou dominantes dos cromossomas (partículas microscópicas portadoras dos genes da hereditariedade). No entanto, no que diz respeito à transmissão dos traços psicológicos, pouco ou nada sabemos. Não se herdam a inteligência, a preguiça, a facilidade de concentração, mas transmitem-se certas aptidões ou tendências intelectuais, certas predisposições e sensibilidades, que são depois moldadas e desenvolvidas pelo próprio indivíduo (que lhes dá um aspeto próprio) e sobretudo pelo ambiente (que é ou não propício a uma evolução ou estagnação dos dotes da criança). Um exemplo bem conhecido e explorado é o da família Bach com os seus 15 talentosos músicos, repartidos por 5 gerações, que permite admitir uma hereditariedade de aptidão musical, mas sem dúvida estimulada pelo ambiente na iniciação dos estudos musicais.

A noção fatalista da hereditariedade tem sido bastante utilizada através de expressões muito correntes – saiu ao pai ou é tal qual a mãe – concentrando-se aí todo o conceito respeitante a uma criança e significando que nada mais se pode fazer por ela senão aguardar os acontecimentos. Esta crença na imutabilidade do comportamento (ligada à ideia da hereditariedade), está bem ensaiada e é positivamente um pretexto para pôr de parte qualquer esforço educativo.

Se é verdade que não se pode negar as influências hereditárias no campo mental, o grau exato da sua importância não está ainda determinado e também é verdade que o ambiente desempenha um papel muito importante e essencial na formação do indivíduo. É graças a ele que algumas propensões serão favorecidas e realizadas ou serão subjugadas e, portanto, não se desenvolverão.

N.º 163 e 164, maio e junho, 1967

PEQUENA CONVERSA COM AS COOPERADORAS – 2. A CRIANÇA E O AMBIENTE (pp. 7 e 8 – Página das cooperadoras)

Silvia Alba

Como dissemos o ambiente tem grande influência na formação da criança, desenvolvendo ou retardando as propensões hereditárias. Esta influência começa, ao contrário do que vulgarmente se julga, a exercer-se nos 1.ºs meses de vida e traduz-se por ações estimulantes. Como exemplo apresenta-se a linguagem que esta provado não evoluir passado os 6 anos de idade, se antes faltou o exercício necessário à aprendizagem. Crianças selvagens ou abandonadas (como o caso das crianças-lobos) que foram recolhidas antes dessa idade, puderam aprender a falar, ao

passo que outras de maior idade não atingiram senão uma linguagem extremamente rudimentar apesar dos esforços dos educadores.

Por outro lado, Thompson, comparando a mímica de crianças invisuais com a de videntes, entre as 7 semanas e os 13 anos de idade, provou que ambos os grupos emitiam mímicas idênticas até aos dois anos, mas a partir desta idade, em que começa a sentir-se a influência de fatores externos ligados ao ambiente, a mímica das crianças invisuais está em franca regressão.

Não é talvez inútil lembrar dois exemplos tão conhecidos como contribuintes para a compreensão da importância dos fatores, **meio** e **educação**, ao lado da influência hereditária. Um foi relatado em 1940 por Davis, referindo-se a uma menina vivendo num celeiro, completamente isolada da sociedade. Filha ilegítima os avós recusaram-se a recebê-la e a mãe mantinha-a escondida daquele modo. Era-lhe fornecido leite 2 vezes por dia apenas. Os seus 1.ºs seis meses de vida tinham decorrido numa creche, onde a menina aparentou um desenvolvimento normal. Quando a descobriram, aos 6 anos, tinha um nível mental equivalente a uma criança de pouco mais de um ano e não falava. Adotada por uma família, frequentou uma escola para retardados onde fez alguns progressos, mas aos 8 anos continuava sem articular uma palavra, embora mostrasse compreender quando lhe falavam. A sua personalidade nunca chegou a formar-se em virtude de lhe terem faltado os estímulos afetivos e sociais.

O outro exemplo é citado por Pieron. É a história de uma menina da tribo Guaiaqui, que é uma das mais primitivas da América do Sul. Os Guaiaquis vivem no mato sem construírem aldeias nem habitações e alimentando-se de mel. A sua linguagem é extremamente pobre e rudimentar. Um etnógrafo europeu, em missão no Peru, recolheu essa menina que aparentava cerca de seis anos de idade e que a sua tribo havia abandonado quando os brancos se aproximaram. Foi educada à europeia e aos 22 anos falava 3 línguas e terminava os estudos universitários.

Este caso, muito diferente do anterior, mostra que uma criança, afastada do meio rudimentar em que vive, bastante cedo, e colocada, no seio duma sociedade evoluída, pode receber em poucos anos um desenvolvimento correspondente a muitos séculos.

Tem-se indagado muitas vezes o que resultaria se uma criança fosse totalmente afastada da sociedade e o caso citado por Davis dá absoluto ideia disso. No entanto o afastamento do meio humano pode ser ainda mais radical e a criança apresentar aspetos que a põem consideravelmente à margem dos seus semelhantes. É particularmente conhecido e curioso o caso das crianças-lobos. Sabe-se que na Índia, por motivos religiosos, os lobos não são caçados e «roubam», todos os anos, algumas crianças. Estas não são devoradas e até são alimentadas pelas lobas como se fossem os seus filhotes, desenvolvendo-se assim em meio animal.

O reverendo Singh, de Midnajore, é o autor de uma das experiências mais extraordinárias que permitiu verificar o que seria possível obter-se com a educação duma criança-lobo. Singh

capturou duas dessas crianças e tentou depois educar uma delas, Kamala, num orfanato por ele dirigido. Essa criança era rigorosamente quadrúpede, tendo por isso algumas deformações físicas, apesar da sua rapidez, de locomoção; ignorava a linguagem humana imitindo apenas uivos; alimentava-se como os animais e não utilizava os membros superiores senão como «patas»; fugia da luz do dia e procurava a companhia dos animais.

Os progressos de Kamala foram bastante lentos. Ela havia já atingido na altura da capturação cerca de 7 anos. Não suportou o regime humano e morreu interrompendo-se assim essa extraordinária experiência. Apenas conseguiu pronunciar umas escassas 40 palavras.

Tinha atingido com muita dificuldade a posição vertical e a marcha bípede, mas continuava a recorrer à marcha quadrúpede quando queria deslocar-se rapidamente.

Adquirira a muito custo o domínio e limpeza dos esfíncteres e foram precisos muitos anos para a desabituar de comer carne crua. Muitos anos depois da sua captura tinha apenas atingido o nível de uma criança normal de 4 a 5 anos de idade! Isto prova que Kamala não era uma atrasada mental, porque neste caso nunca se teria adaptado a viver como os animais e conseguido depois recuperar algo de humano.

Além do domínio sensorial e motor, o nível socioeconómico em correlação com a inteligência da criança é francamente importante, visto que quanto mais rico é o meio mais os estímulos intelectuais são despertados e desenvolvidos. A importância da qualidade do meio educativo e dos estímulos é bem evidenciada pela experiência que Keels realizou com dois grupos de crianças, provenientes de meios miseráveis e intelectualmente medíocres, internadas com a idade de 19 meses: o primeiro grupo foi constituído com crianças de nível muito inferior colocadas num orfanato-modelo; o 2.” grupo com crianças de nível ligeiramente superior, mas internados num asilo de fraco meio educativo.

Ao fim de dois anos desse regime verificou-se que o primeiro grupo, o mais fraco, fizera grandes progressos do ponto de vista mental muito superior ao do segundo grupo. Assim provou-se que crianças adotadas em meios favoráveis desenvolvem-se intelectualmente de modo superior em relação a jovens colocados em meios desfavoráveis.

O mesmo sucede, no caso da personalidade e do carácter, surgindo determinadas características, umas que foram encorajadas e outras provenientes de constante inibição. E nessa psicopedagogia observam-se algumas experiências muito correntes quando alguns pais levam ao psicólogo os seus filhos adolescentes queixando-se de falta de energia, de iniciativa e de vontade. Mas, durante o exame verifica-se que esses educadores exerceram nos filhos, enquanto crianças, uma atitude de domínio absoluto, não lhes permitindo uma decisão pessoal.

Esta atitude pode também ter consequências diferentes, conforme o temperamento do indivíduo, levando a uma atitude de revolta, de dissimulação ou a um abandono muito grande.

A este respeito muitos mais exemplos se poderiam dar. Concluindo, seja qual for a importância do fator hereditário que pese num indivíduo, este não depende unicamente dele mas sobretudo da influência do ambiente em que o seu desenvolvimento se desenrola.

COMO PROTEGER AS MÃOS NA COZINHA (p. 7 – Página das cooperadoras)

A dona de casa que deseja manter uma boa aparência, não pode descuidar as suas mãos, principalmente aquelas que gostam (e as que não gostam, mas têm de o fazer!) de executar os trabalhos caseiros.

Assim toda a vez que necessitar fazer uso de produtos que possam manchar ou estragar as mãos, coloque nas mãos luvas de borracha que já hoje se encontram relativamente baratas no mercado.

Além disso siga, na cozinha, estas regras muito simples:

1. Ao pegar nas panelas ou tampas quentes use uma pega.
2. Ao descascar certos legumes que escureçam as mãos procure descascá-los debaixo de água corrente.
3. Quando quiser mexer a comida numa panela que está ao lume forte, use uma colher de pau com cabo longo.
4. Para descascar batatas, cereais, ou frutas, sem cortar as mãos, evite utilizar a faca na sua direção. Nunca corte ou pique sem auxílio de uma tábua.

N.º 168, outubro, 1967

OS TRUQUES DO TRICÔ (p. 5 – Página das cooperadoras)

Para fazer uma algibeira, uma reparação, para encurtar uma peça de tricô, é possível cortar o sítio desejado sem ter de desmanchar toda a obra. Para isso é preciso marcar bem o local com dois alfinetes, um no princípio e outro no fim da secção onde se quer fazer a abertura. Depois é conveniente passar um fio a marcar a linha de malhas que se vai cortar a fim de não correr o risco de cortar a lã em sítio errado. (l. s gravura).

Para fazer uma abertura limitada deve corta-se em cada extremidade uma malha da mesma linha. Ao puxar numa ponta, as malhas apertam-se, e o tricô enruga um pouco mas ao puxar mais, as malhas libertam-se. Veja-se a 2. 3 gravura que mostra a abertura totalmente feita. No avesso com um pouco de lã consolidam-se as duas extremidades da abertura para que esta não se alargue.

Com duas agulhas levantam-se depois as malhas que ladeiam a abertura. Estas malhas podem ser fechadas do mesmo modo que se termina um tricô «matando» uma malha sobre a outra. Deverão ser tricotadas se se trata de acrescentar uma algibeira que começa nas malhas inferiores. As restantes gravuras mostram de uma maneira clara, mais clara que as próprias palavras estas operações, provavelmente muito familiares às nossas leitoras.

Madame COOP

EQUILÍBRIO ALIMENTAR (pp. 5 e 8 – Página das cooperadoras)
Agatha Salina (perita em educação doméstica da UNESCO)

EQUILIBRIO ALIMENTAR

Eis um exemplo de uma expressão tantas vezes maltratada. E é pena, pois trata-se de uma noção relativa à conservação da saúde. Fala-se deste assunto e torna-se a falar. Mas é nisso que se pensa exatamente? Vejamos: primeiramente, o equilíbrio quando referido à questão alimentar não é mais do que uma imagem. Procuremos, pois, o objeto que inspira esta imagem. Cada um de nós viu já uma balança de farmacêutico um braço sustentando dois pratos idênticos, apoiado ao meio numa base pontiaguda. Quando o braço da balança está horizontal, encontra-se em equilíbrio.

Agora, coloquemos em imaginação, as nossas necessidades fisiológicas sobre um dos pratos. Ei-lo que pende, provocando assim o desequilíbrio do braço da balança. Que seria preciso para restabelecer o equilíbrio: colocar sobre o outro prato tudo o necessário para satisfazer as exigências do nosso organismo.

Mas quais são essas exigências? Manifestam-se em três aspetos:

1. O CRESCIMENTO

Este fenómeno que decorre desde a conceção até à idade adulta requere enorme quantidade de materiais dos mais variados. Se a sabedoria popular afirma que não se pode viver do ar, pode dizer-se outro tanto do crescimento do organismo, comparável mais ou menos à construção de um edifício. Na idade adulta o corpo reclama ainda os materiais destinados a manter-se em bom estado.

2. A PROTECÇÃO

Cada um de nós sabe hoje que as infeções se desenvolvem quando a resistência física diminui. Ora está provado que a resistência às doenças depende em grande parte da alimentação.

3. A ENERGIA FÍSICA

Sem esta, não haveria nem vida, nem movimento, nem trabalho. Mesmo durante o sono, o coração, os pulmões e as glândulas funcionam. Além disso, todo o movimento voluntário exige

um fornecimento de energia relativamente muito maior. Quanto mais o trabalho muscular é intenso, mais o gasto de energia é importante. Uma parte desta energia transforma-se em calor na medida do necessário para manter a nossa temperatura corporal. Eis, portanto, de um modo simplificado e resumido, o que faz pender o primeiro prato. Que iremos nós colocar sobre o outro? Logicamente tudo o que for preciso para cobrir os três aspetos considerados. ALGUNS EXEMPLOS DE SUBSTÂNCIAS INDISPENSÁVEIS

- Prótidos (carnes de todos os animais, leite, queijos, iogurtes, ovos, leguminosas, cereais, oleaginosas) e minerais que assegurem o crescimento ou a conservação do organismo
- Vitaminas e minerais (conjunto de alimentos frescos ou em bruto) que, aumentando a resistência física, asseguram a proteção da saúde
- Glúcidos, ou sejam os açúcares e os amidos (frutos doces, mel, batatas, cereais, leguminosas, oleaginosas, raízes tuberculosas) e os lípidos ou gorduras que, queimando-se no nosso organismo, libertam quantidades maiores ou menores de energia física.

O equilíbrio alimentar será, pois, assegurado se todas as substâncias necessárias se encontram suficientemente nas refeições de cada dia para cobrir as necessidades citadas atrás. Trata-se de um grande quebra-cabeças? Felizmente, não! É suficiente ura pouco de bom senso para nos convencermos que quanto mais a alimentação é variada e fresca e menos é refinada, maiores serão as ocasiões de obter o equilíbrio procurado.

N.º 169, novembro e dezembro, 1967

O EQUILÍBRIO ALIMENTAR (p. 5 – Página das cooperadoras)
Agatha Salina («Expert» da UNESCO de ensino doméstico)

No nosso artigo anterior analisámos a questão do equilíbrio alimentar de um modo geral, vamos agora observar alguns aspetos particulares.

PARA CADA UM SEU CASO

Evidentemente que a alimentação dos organismos em crescimento (bebés, rapazes e raparigas, adolescentes, mães na época de aleitamento) se apresenta diferente. Todos estes casos supõem necessidades particularmente importantes a satisfazer. Num caso semelhante estão os operados, as vítimas de acidente e os convalescentes.

Também os trabalhadores em cujo trabalho domina a força, devem encontrar na sua alimentação algo que possa produzir grandes quantidades de energia muscular.

Por sua vez as condições climáticas desempenham um papel importante na variação das exigências fisiológicas.

ALIMENTAÇÃO DO TEMPO QUENTE E DO TEMPO FRIO

Na época estival é evidente que a alimentação tem de ser alterada. Assim predominam na alimentação os legumes frescos, os frutos e os sumos, pois que não somente eles renovam as substâncias que se perdem, mas porque a maior parte dos alimentos vegetais possui propriedades diuréticas, regulando as funções suscetíveis de serem perturbadas pelos grandes calores. É esta a época de substituir, com frequência, a carne e os ovos por produtos derivados do leite que criam no organismo um meio alcalino. Há mesmo quem, fugindo à tradição alimentar, tome, ao meio-dia uma refeição fria rica em alimentos crus, e reserve o jantar para as comidas «quentes». Pode dizer-se que seria um bom hábito alimentar a adquirir pelo menos no tempo quente.

Entretanto nas épocas frias é preciso regressar aos alimentos de um teor energético maior (carnes, ovos, manteiga, frutos secos, pão torrado, açúcar, etc.) pois o organismo necessita deles para equilibrar os desgastes provocados pelo ambiente.

GUERRA AOS FANATISMOS ALIMENTARES

Escuta-se, às vezes com espanto, muita gente que convictamente, até com entusiasmo, descreve os regimes draconianos a que obedece. «Não se come isto ou aquilo, porque se descobriu a verdade que o resto do mundo ignora ainda!» Circula aliás por toda a parte uma literatura que se pretende científica e que encaminha neste sentido.

Para tentar dissuadir as pessoas suscetíveis de aderir a estas renúncias inúteis, às vezes perigosas, é preciso evocar-lhes uma imagem do desequilíbrio alimentar: uma cadeia com todos os elos sólidos menos um que é feito de arame. Toda a gente sabe que a resistência de uma cadeia é igual à do elo mais fraco. Imagine-se que esse elo representa uma substância indispensável à nossa saúde (prótidos animais, vegetais, ferro, cálcio, potássio, iodo, toda a gama de vitaminas, etc.); se nos abstemos, por exemplo, de todo o alimento que provenha do reino animal, a insuficiência de prótidos nobres, representados na imagem pelo débil elo de arame, produzirá, a longo prazo, uma diminuição da resistência da pessoa que se «maltrata».

Evitaremos talvez estes exageros dando a conhecer a existência de um pequeno povo, os Hounzas, que vive próximo do Himalaia, não longe da Cachemira? A doença é desconhecida, as pessoas morrem de velhice. O seu humor alegre e pacífico é bem conhecido dos viajantes que os visitaram durante este século. Ora, os Hounzas, vivendo em economia fechada, só consomem o que produzem, portanto alimentos frescos para a maior parte do ano. A sua principal técnica de conservação alimentar é a secagem. A época de «ligação» (entre o esgotamento das reservas e a primeira recolha) dura cerca de três semanas durante as quais os Hounzas jejuam parcialmente. Eis o que não sabemos ou não podemos fazer jamais.

Para terminar, lembremos que somente o médico está bem situado para nos ordenar os regimes alimentares, quaisquer que eles sejam, e para controlar os seus efeitos.

Nº 170, janeiro, 1968

EDUCAÇÃO MISTA (pp. 9 e 12 – Página das Cooperadoras)

Rui Canário

Se quisermos analisar as estruturas do ensino podemos abordá-las de vários aspetos.

Podemos por exemplo constatar que nem toda a gente acede ao ensino da mesma forma. Assim se atualmente a grande maioria das crianças frequenta a escola primária, o número dos que acedem ao ensino secundário é muito menor, e menor ainda o grupo daqueles que chega à Universidade.

Outro especto que também podia atrair a nossa atenção, seria a distribuição geográfica das escolas. Veríamos que nalgumas regiões mais desenvolvidas existem dezenas de escolas técnicas e liceus enquanto noutras até as escolas primárias escasseiam.

Desta observação sumária o que ressalta imediatamente, é que podemos distinguir, em relação ao acesso ao ensino, duas categorias de pessoas, as que têm recursos que lhes permitem atingir um nível de ensino superior, e outras de disponibilidades mais modestas que se mantém a um nível mais baixo.

Não é, porém, sob este prisma que queremos falar do ensino, mas através de outro aspeto que tem com este, bastantes semelhanças.

Assim se as pessoas estão limitadas no acesso ao ensino pelos recursos económicos de que dispõem, são também igualmente condicionadas por um outro fator quase tão importante como o monetário – o sexo.

De facto, facilmente podemos verificar que os rapazes e as raparigas têm possibilidades diferentes de acesso ao ensino – o número de rapazes a estudar é muito superior.

Lembremo-nos por exemplo, de que uma família pobre com um filho e uma filha de idades aproximadas e graus de inteligência semelhantes, os pais, não tendo possibilidades de mandar estudar os dois, farão sacrifícios para que o filho tire um curso enquanto a filha irá aprender de costura.

Acresce ainda que aos rapazes se ministram ensino diferente daquele que é ministrado às raparigas.

E isto porquê? Porque está enraizada nas pessoas o preconceito de que aos rapazes e às raparigas estão reservadas na vida adulta tarefas diferentes que estariam relacionadas com as características «naturais» de cada sexo.

Com base nesta ideia é lógico que uns e outros deveriam ser educados de maneiras diferentes.

Quer dizer, segundo este preconceito a mulher é «naturalmente», terna, sentimental, sonhadora, com vontade pouco firme e pouca capacidade de ação; enquanto o homem é «naturalmente» duro, objetivo, com vontade firme e poder de decisão.

Portanto o ensino deveria desenvolver em cada um dos dois sexos as qualidades «naturais» de maneira a orientá-los para profissões que lhes correspondam.

É por isso que profissões como, enfermeira, assistente social, médica de crianças, professora, educadora infantil, são consideradas como profissões femininas.

Quando por outro lado profissões como: advogado, mecânico, diretor de empresa, caixeiro-viajante, são consideradas como profissões masculinas.

Podemos também constatar que dentro de cada ramo de atividade, a mulher ocupa quase sempre posições subalternas, posições em que é dirigida por homens cabendo a estes tomar as decisões de responsabilidade.

Assim temos por exemplo, a enfermeira e o médico, a secretária e o diretor de empresa, o técnico de contabilidade e a dactilógrafa, etc.

Este preconceito de que as mulheres e os homens teriam funções diversas a cumprir na sociedade, cabendo ao homem tomar a direção, explica-se perfeitamente através de condições sociais que colocaram a mulher numa posição de inferioridade. Durante muitos anos a mulher viveu exclusivamente para cuidar dos filhos e do marido, ocupava-se dos trabalhos domésticos e, portanto, não ganhava dinheiro, esta função pertencia ao marido a quem competia sustentar a família. Daí que só aos homens fossem reconhecidos certos direitos como por exemplo votar.

A mulher era um ser dependente, cuja vida era orientada desde pequenina para essa dependência.

É por isto mesmo que para a mulher seria muito mais importante casar-se que para o homem, visto que uma mulher, independente teria muita dificuldade em manter-se.

Porém a partir mais ou menos da 2.ª Guerra Mundial, a necessidade fez com que muitas mulheres saíssem de suas casas e fossem empregar-se. Esta mudança de situação fez imediatamente com que se formasse uma opinião pública cada vez mais forte no sentido de conferir à mulher os mesmos direitos e as mesmas possibilidades que o homem usufrui.

Porém esta evolução é lenta, e não poderíamos esperar que trinta anos fossem suficientes para modificar preconceitos tão profundamente enraizados. É por isso que apesar de a sua situação ter melhorado a mulher continua numa posição inferior.

Mas agora poder á perguntar o leitor: que tem tudo isto a ver com educação mista.

A resposta é fácil. A educação é um dos sectores básicos para o progresso. É através dela que se formam as mentalidades das gerações jovens, e são essas gerações jovens que vão construir o futuro.

Ora bem, nas nossas escolas a tendência que hoje se observa ao contrário do que seria natural é que os rapazes e as raparigas sejam educados separadamente. Existem escolas femininas e escolas masculinas, ou então na mesma escola, turmas femininas e turmas masculinas com pátios separados para os dois sexos. Em suma tomam-se todos os cuidados para evitar que os rapazes e as raparigas contactem livremente nas escolas.

Quais as razões desta intenção?

Precisamente a ideia de que uns e outros devem ter educações diferentes e, portanto, não podem ser educados em conjunto.

Quais as consequências?

Numa altura em que o contributo da mulher para o progresso social é cada vez mais necessário, ela continua a ser educada como se o seu destino fosse inevitavelmente ser mãe de família. Criam-se à rapariga inibições e atrofiam-se as qualidades de facto naturais que desenvolvidas poderiam torná-la útil à sociedade. No futuro ela será má profissional e má esposa.

Por outro lado, no rapaz continuam a cultivar-se as antigas ideias de superioridade ao mesmo tempo que nele se formarão, Imagens deturpadas do que é a mulher, visto que o conhecimento que tem dela não provém de um contacto efetivo e natural.

Deste modo se vão transmitindo preconceitos como por exemplo: a mulher é um «ser fraco», o homem o seu «protetor».

Tudo isto se irá refletir duramente na futura vida de casal. O homem desempenhará um papel paternal e simultaneamente autoritário, enquanto que a mulher tenderá a acomodar-se a uma situação de protegida, em que a sua personalidade se não desenvolverá completamente e portanto permanecer á em certa medida infantil.

Enfim só uma educação mista poderá evitar nas gerações futuras o desenvolvimento das de formações de que falámos.

Educados em conjunto os homens e as mulheres serão no futuro verdadeiros companheiros, mantendo entre si relações de igualdade. E a igualdade entre os seres humanos é a condição básica para um desenvolvimento social fraterno e livre.

Nº 171, fevereiro, 1968

TEMAS DA EDUCAÇÃO (p. 7)

Sílvia Alba

Este é o primeiro período da vida do Homem, aquele em que a criança adquire as características próprias dos seres humanos, cuja ausência, na altura do nascimento, faz do bebé um ser inacabado e imperfeito, não tendo sequer ainda a capacidade de se mover e de se alimentar como muitos dos animais recém-nascidos. É este período que inicia a posição vertical, adquire a marcha bípede e surgem a compreensão e os rudimentos da linguagem e da inteligência.

Deve ter-se, no entanto, presente que a vida não começa com o nascimento, mas cerca de 270 a 284 dias antes. Verifica-se nesta fase pré-natal um desenvolvimento extraordinariamente

rápido, pois está provado que nela se operam 90 % da formação total do ser humano, enquanto que os restantes 10 % se concluem desde o nascimento até à idade adulta. Após o nascimento a evolução é, todavia, ainda rápida até aos 5 anos, passa a ser lenta entre os 5 e os 10 anos e torna-se mais igualmente que no feto se possam operar modificações químicas relacionadas com o estado psíquico da mãe. Mas não está provado que os sentimentos da mãe tenham influência no filho. O que se sabe seguramente é que, durante a gravidez, as emoções sofridas pela mãe podem influenciar esta profundamente e levá-la a tomar, em relação à criança, depois desta nascer, atitudes que condicionam o seu comportamento para com o filho.

Para o bebé, após o nascimento, não existem objetos nem pessoas. Apenas diferencia sensações visuais, auditivas ou tácteis, mas não tem emoções.

Nos primeiros tempos de vida o bebé mantém-se numa posição idêntica à que tinha durante a gestação e dorme a maior parte do tempo: cerca de 21 horas por dia. As suas impressões são ainda vagas e difusas, mas tornam-se conscientes e diferenciam-se à medida que a mãe o sujeita a um horário bem determinado para a «toilette» e para a alimentação. Assim, devido a este horário, quando o movimento de um objeto dentro do campo visual. Então o bebé pega mais com os olhos do que com as mãos.

Contra o que se pensava ainda há pouco tempo, o bebé não deve ser mantido na obscuridade porque a luz ajuda a desenvolver as suas sensações visuais.

A NATUREZA DA MULHER (p. 9 – Página das Cooperadoras)
Maria Lamas (Enxertos do livro «As mulheres no Mundo»)

O que pretendemos analisar não é, propriamente, a desigualdade entre a natureza dos dois sexos. Parece-nos mais importante verificar até que ponto o carácter da mulher tem sido deformado pelas condições da sua existência e pela educação; quais as influências que a têm valorizado ou desvalorizado, criando nela, de certo modo, uma segunda natureza (...)

Se a mulher ficou entorpecida, não avançando tão rapidamente como o homem, devemos lembrar-nos de que o seu afastamento da vida pública, das assembleias dos guerreiros, e, mais tarde, das dos cidadãos; a limitação das suas atribuições aos problemas caseiros e aos cuidados com a infância; a sua dependência absoluta – criaram e desenvolveram nela uma, incapacidade que a levou à inferioridade geral.

Repetimos, porém: não temos em vista provar a superioridade ou inferioridade natural da mulher. Noutra altura verificaremos como ela deu sempre provas de uma resistência física quase sobre-humana, apesar de o seu esqueleto ter, geralmente, proporções mais reduzidas que o do homem; como o seu trabalho foi sempre o esteio das famílias pobres; como ela

soube ser colaboradora competente e dedicada quando a chamaram a desempenhar as mais pesadas, decisivas e perigosas tarefas, até então só confiadas ao homem; como ela se distinguiu nas atividades intelectuais, científicas e artísticas, logo que lhe proporcionaram meios de se desenvolver e realizar nesses campos; como foi heroína e mártir, na defesa das suas convicções ou na luta pelos mais nobres ideais.

O que interessa fundamentalmente não é estabelecer a diferença entre a natureza de cada sexo, mas sim a diferença entre os meios de que o homem e a mulher dispuseram para desenvolverem normalmente a sua natureza.

Um erro corrente partir do princípio de superioridade ou de inferioridade, quando se pretende classificar os sexos. Perante a questão postas nestes termos, surge imediatamente uma série de interrogações: De que superioridade se trata? Daquela que se baseia na robustez física? Nesse caso, reconhecem-se ao mais forte direitos espaciais, apoiados exclusivamente na sua própria força muscular? Considera-se uma inferioridade ter mais pesado quinhão de dor e maior capacidade de sofrimento? E essa razão justifica que se acumulem deliberadamente sobre o ser mais fraco todas as amarguras e desumanidades?

As respostas a estas preguntas levam-nos ainda a esclarecer o seguinte ponto: o facto de o predomínio do homem sobre a mulher se fundar na forca não significa que se trate de Unia lei natural; pelo contrário, corresponde a uma atitude primária, uma das mais antigas, senão a mais antiga violência imposta pelo homem, da qua! derivam as mais graves e nefastas injustiças. Reconhecer que, primitivamente, a sujeição da mulher ao homem não obedece a uma lei moral, mas sim ao direito bárbaro do mais forte, não significa que continuemos a aceitar essa razão, quando estudamos a evolução das sociedades (...)

Ainda hoje é quase geral a noção de que, sendo fisicamente mais fraca do que o homem, a mulher lhe está naturalmente subordinada. Desta confusão resulta colocar-se a força acima dos direitos humanos.

Há, também, a teoria de que a própria natureza dos sexos leva o homem a dominar e a mulher a obedecer. A verdade é que o facto de ser assim não tem o significado que se lhe atribui, porque não é a verdadeira natureza dos sexos que se revela, quando o homem se impõe e a mulher se lhe submete deformada por costumes muitas vezes milenários, de acordo com as relações convencionais estabelecidas entre os dois.

TEMA EM DEBATE: A EDUCAÇÃO MISTA (p. 9 – Página das Cooperadoras)

Depõe: Esperança Marreiros, 20 anos – doméstica
Homens e mulheres de hoje são diferentes dos de ontem e muito mais dos de amanhã.

A educação duma criança deve evoluir, acompanhando as descobertas mais recentes, não só no plano da técnica, mas também no da psicologia que concorrem para o desenvolvimento dos conceitos de vida, morais etc. – isto é, para a evolução do homem.

A educação mista, já verificada em quase todos os países da Europa, é um meio que contribui para uma melhor compreensão e realização das relações humanas:

- O desaparecimento de vários mitos, como por exemplo a superioridade do sexo masculino que repousa desde séculos em certas conceções religiosas;
- Um melhor conhecimento de ambos os sexos, levando-os a resolverem num plano de igualdade e companheirismo, problemas prementes;
- O conhecimento da psicologia e fisiologia masculina e feminina, tornará mais fáceis e felizes as relações entre marido e mulher.

Cá em Portugal são frequentes graves dissidências conjugais e alienações juvenis devido à falta de educação mista e sexual nas escolas.

O TRABALHO DA MULHER É VALIOSO: OPINIÃO DE UM BANCO CANADIANO (p. 9 – Página das Cooperadoras)

A secção de investigação económica de um banco principal do Canadá revelou num cálculo feito em dólares, (suscetível de entusiasmar as mulheres, mas capazes também de colocar os maridos em má situação) que a «dona de casa» vale bem por ano um salário de 8285 dólares por ano à taxa atual dos trabalhos que realiza dentro de casa. Vejamos em pormenor:

Tratar das crianças, 55,63 dólares por semana; escolher os menus, 3 dól.; fazer compras, 4,95 dól.; preparar as refeições, 32,75 dól.; lavar a loiça, 9,30 dól.; arrumar a casa, 26,25 dól.; lavar a roupa, 11,21 dól.; arrumar a casa, 26,25 dól.; lavar a roupa, 11,21 dól.; servir de enfermeira prática, 1,20 dól.; vigiar a casa, 3,83 dól.; cuidar do jardim, 3,57 dól.; servir de motorista, 4,40 dól.; e outros serviços 3,83 dól. ou seja um total de 159,34 dólares por semana.

Nº 172, março, 1968

A MULHER E O DESPORTO (p. 8 – Página das Cooperadoras)

Branca Matos Silva

Costuma dizer-se, citando os antigos: «Um espírito são num corpo são»; isto é: reconhece-se que o desporto faz falta às pessoas, que ele deve fazer parte da educação das crianças e adolescentes, e que deve constituir uma atividade constante de cada homem e mulher.

Isto porque: em primeiro lugar o desporto tem um valor profilático incalculável (imuniza, de certo modo, contra muitas doenças, aumentando o grau de resistência física); em segundo lugar, o desporto compensa a falta de atividades físicas a que o ritmo progressivamente mais intenso da vida nos conduz.

Realmente, a vida rotineira, a proliferação de ocupações, empregos, etc. em que só é exigida uma atividade mental., exige uma compensação física; e é assim que o desporto nos surge como uma ocupação que, a par de benéfica ação corporal, relaxa a tensão nervosa, reanima do entorpecimento mental.

É corrente, aliás, esta noção. Muitos desportistas têm já dito que o desporto não é apenas necessário ao físico, mas também ao espírito. Quer dizer: o desporto tem fortes incidências no plano psicológico.

Quanto ao desporto como parte indispensável de uma educação mais atenta às necessidades da criança e do adolescente, passa-se o mesmo: além de ser essencial ao desenvolvimento harmónico do corpo, o desporto desenvolve e cria o espírito de equipa, de cooperação e de colaboração.

Como em idades adultas esse espírito deve já estar formado, as vantagens da prática desportiva são mais, para os adultos, de ordem física:

A falta de desporto traz muitas vezes, a um homem como a uma mulher, a sensação de um envelhecimento prematuro, a sensação de se estar «inutilizado». Com a mulher ê aliás frequente acontecer isto mais cedo do que com o homem.

A medida que se vai avançando na idade, o corpo vai-se deformando, vai emperrando», é sabido. O desporto, na medida em que é profilático e que aumenta a resistência física, na medida em que é portador de saúde, retarda a chegada desse tempo.

A força, a vitalidade de um corpo bem ginasticado, a sensação de que o corpo nos obedece, de que o «domesticámos», são elementos positivos para a existência quotidiana que o desporto nos oferece a todos.

Chegámos, parece-nos, a um ponto em que podemos dizer: o desporto é útil, é necessário. E a possibilidade, dada a todos, de o praticarem, é urgente.

Será essa possibilidade dada a todos, no nosso país, nestes nossos dias?

Vejamos:

Ao pretendermos saber se algo que desejamos (ou que achamos desejável para todos) tem possibilidades de se concretizar, devemos procurar saber se existem ou não condições que permitam essa concretização. E há, sempre, dois tipos de condições necessárias:

As condições objetivas (a situação concreta, prática) e as condições subjetivas (a atitude das pessoas perante isso que se quer realizar).

No caso particular da prática de desporto por mulheres, essas condições são as seguintes:

CONDIÇÕES OBJECTIVAS

1. O tempo que as mulheres têm disponível, (que é escasso quer para a mulher empregada quer para muitas donas de casa).
2. As disponibilidades materiais quer dizer: o dinheiro que é necessário gastar para se praticar desporto. (Atualmente, no nosso país, só uma minoria de mulheres podem, com facilidade, suportar os custos que a prática de desportos implica).
3. O facto de haver poucas organizações desportivas, dos horários das suas aulas não estarem., muitas vezes, adaptados aos tempos livres das mulheres.
   (Só nas principais cidades do País existem organizações desportivas. Fora dos principais centros urbanos, nada, praticamente, existe, nem. mesmo funcionando anexas às escolas oficiais).

CONDIÇÕES SUBJECTIVAS

1. O facto de se pensar que o desporto só é útil às crianças e adolescentes, ou, pelo menos, que o desporto é para os adultos algo de supérfluo, o que está errado.
2. O preconceito generalizado de que a vida de uma mulher se deve resumir às funções de dona-de-casa, de esposa e de mãe, o que, como o Boletim Cooperativista já tem tentado mostrar, também não está certo.

(O facto de uma mulher se decidir a praticar desporto por sua livre iniciativa, que ainda é relativamente raro em. Portugal, mostra que ela compreendeu que pode e deve ter uma vida mais sua, emancipando-se de hábitos estupidificantes e preconceitos seculares hoje injustificáveis).

Esta são, segundo creio, as principais situações que se torna urgente modificar, para que a mulher posso começar a praticar desporto;

As condições subjetivas, aquelas que derivam da atitude fias mulheres face. ao problema, podem por elas ser facilmente removidas ou ultrapassadas.

As condições objetivas, impostas por todo um conjunto de circunstâncias à mulher são mais difíceis de modificar. No que diz respeito ao tempo disponível da mulher doméstica, talvez com uma certa boa vontade e, sobretudo, com uma vontade forte de praticar desporto seja possível uma alteração do panorama atual.

No caso da absoluta incompatibilidade de horários, ou das dificuldades económicas, não terão as direções das nossas cooperativas uma palavra oportuna a dizer?

Nº 173, abril, 1968

A MULHER E O TRABALHO (p. 8 – Página das Cooperadoras)
depoimento de Madeleine Colin

Se compararmos as condições de trabalho e a situação da trabalhadora do L96S aos da operária que o capitalismo nascente chamava em massa para o trabalho nas fábricas, no princípio do século XIX, notamos, certamente, sensíveis progressos: as grandes etapas de progresso da democracia de 1936 a 1945 e as conquistas sociais e femininas que lhe estão ligadas, a luta permanente das trabalhadoras para que sejam respeitados os direitos que adquiriram e pela conquista de novos direitos, estão, certamente, na origem desses progressos.

Para prosseguir uma luta coerente é necessário ter uma, ideia clara daquilo que implica uma verdadeira igualdade. Para nós, ela não se pode conceber, (para não se cair numa conceção formal, estreita e feminista de igualdade) sem ter em conta o duplo papel iminentemente social que as mulheres ocupam na sociedade:
TRABALHADORAS elas participam, assim como o conjunto dos trabalhadores manuais e intelectuais, na criação das riquezas nacionais.

Como MÃES, elas dão à luz, criam e educam aqueles e aquelas que serão os homens e as mulheres, os produtores do futuro.

Esta função, que assegura os fundamentos e sobrevivência da sociedade, devia também assegurar direitos às mulheres.

Mas, na nossa sociedade, se a mulher-mãe encontra o respeito e a simpatia; se facilmente se presta homenagem à sua tarefa ingrata e sagrada, ela não lhe dá autoridade nem direitos e a ajuda que recebe das instituições públicas é irrisória.

As mães de família que trabalham só podem cumprir de maneira responsável as suas obrigações no trabalho e em casa acumulando uma fadiga física e nervosa excessiva.

As «Jornadas Nacionais da Medicina do Trabalho» que se realizaram recentemente em Lille concluíram que é à soma considerável de trabalho que constitui para as mulheres a sua dupla tarefa de trabalhadora e de mãe, que se deve atribuir a deterioração da sua saúde e o abuso de excitantes de tranquilizantes que elas tomaram para «aguentar».

Inquéritos sociólogos, cujas conclusões começam a ser conhecidas pelo grande público, indicam que as trabalhadoras efetuam assim 80 a 100 horas de trabalho por semana.

Como se podo ler num livro publicado recentemente: «Qual o trabalhador que resistiria a tal ritmo?»

Longe de mim a ideia de minimizar o papel dos maridos e dos pais e a parte que tomam (sobretudo nas gerações jovens) no trabalho familiar e doméstico. Contudo os encargos da maternidade, que deveriam incumbir ã sociedade, são inteiramente suportados pela família e,

essencialmente, pela. mãe; a maternidade não é, como deveria ser, uma responsabilidade social, mas sim uma responsabilidade privada que constitui para f\g mãe trabalhadora um encargo considerável.

Contudo, não elevemos perder de vista, como indiquei no princípio da minha intervenção que o problema feminino não pode ser visto «em si», que ele é somente um aspeto do problema social e que a melhoria sensível e durável da condição feminina está profundamente ligada ao futuro democrático do nosso país.

PROFISSÕES DE MULHER (p. 8 – Página das Cooperadoras)

– Por que escolheu esta profissão? – Várias circunstâncias podem contribuir para que uma pessoa escolha uma profissão. Algumas destas circunstâncias são imperativas pelo carácter de necessidade económica, outras são imperativas pela vocação, outras ainda por exigência dos pais. Mas, em geral, escolhe-se uma certa profissão porque as circunstâncias do tempo e lugar o exigem, por necessidade de prover às necessidades básicas da vida. As mais das vezes, é o acaso que nos leva a desempenhar qualquer profissão, sem que para ela tenhamos vocação, mas nem por isso a deixamos de desempenhar mais ou menos bem.

Por mim, escolhi-a por necessidade de ajudar o orçamento caseiro, e por ser a profissão que melhor se conjugava com a situação de mãe e de esposa.

– A maior parte dos professores primários é constituída por mulheres. A que razões atribui este facto?

– As razões são do conhecimento de todos: sobretudo o pequeno vencimento que para um chefe de família é demasiado exíguo nos tempos atuais; para um jovem também o é, pela impossibilidade de, com esse ordenado constituir família.

Não é que a profissão não tenha os seus atrativos (temos, e muitos), mas os jovens preferem uma carreira donde aufiram o suficiente para constituírem uma família que não lute com dificuldades económicas.

– Parece-lhe que, no seu caso, a escolha da sua profissão foi influenciada pelo facto de ser mulher?

– O facto de ser mulher não influenciou na escolha da minha profissão. Tanto podia ter escolhido a de professora, como outro, qualquer que satisfizesse o meu desejo de contribuir em partes iguais no orçamento familiar.

– Acha que a mulher tem mais capacidade e inclinação do que o homem para exercer esta profissão?

– Numa certa medida podemos dizer que a mulher pode mais cabalmente desempenhar-se do

cargo de educar crianças, principalmente nas primeiras classes, dom que lhe vem do seu instinto maternal. Mais capacidade não tem. As capacidades e probabilidades de bons resultados, são idênticos no homem e na mulher.

– Parece-lhe que existem profissões especificamente femininas e masculinas?

– Não. Esses preconceitos na orgânica social provêm do ambiente familiar em que a criança se desenvolve. O adulto diz à criança: as bonecas são para as meninas, os automóveis para os meninos; e assim se vai criando no espírito da criança a diferenciação de profissões que afinal não existe.

conversando com Maria da Conceição Monteiro Rodrigues (professora primária)

A MULHER E OS DIREITOS POLÍTICOS EM ITÁLIA (p. 8 – Página das Cooperadoras)

NAÇÕES UNIDAS – A Itália concordou formalmente, a noite passada, com a convenção sobre os direitas políticos femininos, que prevê que as mulheres tenham o direito de votar, de ocupar cargos públicos e de exercer funções públicas em condições iguais às dos homens.

A Itália foi o 57.º país a subscrever a convenção desde que foi aprovada cm Dezembro de 1952 pela Assembleia Geral da O.N.U

Nº 174, maio, 1968

VARREDORA MUNICIPAL: PROFISSÃO RECENTEMENTE ABERTA À MÃO-DE-OBRA FEMININA
(p. 3 – Página das Cooperadoras)
Branca Matos Silva

O Boletim Cooperativista tem vindo a insistir, nos últimos números, sobre vários aspetos da integração da mulher nas atividades de produção, nomeadamente no tocante aos motivos que a levam a procurar emprego, a abandonar a sua antiga situação de doméstica. Como se sabe, é, as mais das vezes, movida apenas pela necessidade de melhorar o nível económico do agregado familiar, que a mulher se emprega, embora ao facto devesse corresponder, também, uma vontade por ela manifestada de trabalhar fora do lar: uma escolha livre. A maioria das varredoras municipais, por exemplo, são antigas operárias, mulheres-a-dias, etc., que não escolheram esta profissão: elas procuram neste trabalho, uma remuneração certa, um horário fixo e" maior estabilidade (têm assistência dadas pelas «Caixas» e reforma), quer dizer: condições que as suas antigas ocupações lhes não ofereciam. Quisemos saber o que pensam elas do seu novo emprego e fomos procurá-las à rua, onde trabalham. Falámos com 3. Eis os seus depoimentos:

MARIA JOSÉ DE MATOS TAVARES, 32 anos. Dantes, acarretava peixe na beira-rio.
Ganhava mais, no meu antigo trabalho, mas o serviço era demasiado violento. Este é mais calmo, mais certo. Ganhamos 36$00 por dia, mais 9$00 de subsídio. 45$00, portanto. E descontamos 75$00 ao fim do mês. Dá-nos, limpos. 1112$00 mensais. Não nos pagam os domingos, recebemos 20 dias por mês. Os homens ganham mais (54$00 diários), mas também fazem serviços mais pesados, portanto é justo que assim seja. Simplesmente, o que não está certo é que eles ganhem, agora, o mesmo que ganhavam dantes, quando faziam o trabalho que nós agora fazemos. E também não está certo que, só por sermos mulheres, ganhemos menos 9$00 do que eles ganham! Eu, cá por mim, acho que para trabalho igual, salário igual, seja ele feito por homens ou por mulheres.

LUISA GONÇALVES AZINHAGA, 27 anos. Dantes, limpava alumínios numa fábrica.

«Gosto mais deste trabalho do que daquele que tinha anteriormente. Ganho mais, e é menos cansativo para quem, como eu, é casada e tem filhos. Quando «despego» às 5 da tarde tenho o trabalho doméstico todo à minha espera... Só tem um contra: são as férias. Os homens têm seis dias (é pouquíssimo) de licença. Nós, mulheres, por enquanto ainda não temos férias nenhumas! Já, ouvi dizer que só daqui a 5 anos é que temos direito a elas... Para quem pega às 8 e larga às 17, tendo uma hora (do meio-dia à uma da tarde) para almoçar, já vê que não é justo...»

E falamos ainda, e finalmente, com outra Varredora que nos pediu a não divulgação do seu nome. Tem 29 anos, é viúva e tem dois filhos.

«Vim para esta profissão porque não encontrei melhor... Dantes, era mulher-a-dias. Ganhava mais, às vezes, mas agora, ao menos, o pouco que ganho recebo-o de certeza... É mais seguro, embora Insuficiente; trabalho, depois das 5, até às 22 e 30, «a dias», para poder dar conta das despesas com a casa e os filhos... O que me custa mais, é só ver os meus pequenos uma ou duas horas por dia, mas que se há de fazer? Nunca tenho tempos livres, nunca tenho um minuto para mim, porque além de tudo isto ainda tenho a lida doméstica. O trabalho seria facilitado se o público, sobretudo os homens, não nos tivessem recebido, como receberam com graçolas, metendo-se connosco durante todo o dia e não respeitando o trabalho de cada um.

Conclusão: Além de insuficientes (é opinião geral) os salários não estão justamente distribuídos; a mulher substituiu o homem no tocante ao varrer das ruas, ganhando menos 9$00 diários do que ele... porquê? Entretanto, e de um modo geral, as mulheres estão satisfeitas com a nova profissão, porque ela oferece-lhes, apesar de tudo, mais garantias do que as suas antigas colocações, incertas e exaustivas em muitos casos, como constatámos. As declarações dos nossos entrevistados deste mês são bem a prova de que a mulher (e muitos homens também, felizmente, também o pensam já) pode perfeitamente substituir o trabalho masculino em perfeita igualdade de circunstâncias...

A MULHER TAMBÉM É UMA PESSOA (p. 3 – Página das Cooperadoras)
Emmanuel Mounier

A deformação política que lavra na nossa época não tem apenas desvalorizado os problemas da vida privada; falseou também toda a sua perspetiva. A opinião parece formular somente problemas de homens, em que só os homens têm a palavra.

Um proletariado espiritual cem vezes mais numeroso, o da mulher, continua, sem que Isso causa admiração, fora da história.

Esta impossibilidade para a pessoa de nascer para uma vida própria, que segundo nós define o proletariado mais essencialmente ainda do que à miséria material, é o quinhão de quase, todas as mulheres, ricas e pobres, burguesas, operárias, camponesas.

Os homens, esses sabem o que se lhes vai pedir na vida: que sejam bons técnicos de qualquer coisa, e bons cidadãos. Os que não pensam ou não podem pensar na sua pessoa, pelo menos têm desde a adolescência, algumas noções seguras sobre as grandes formas do seu futuro. Séculos de experiência e de endurecimento nos postos de comando, fixaram o tipo viril

Quem fala de mistério masculino? Elas são errantes. Erram em si mesmas, em busca não sabem de que natureza. Que necessitam elas, pois, para se tornarem pessoas? O quererem e receberem um estatuto de vida que lhes permita serem-no.

A mulher então não somente conquistará um lugar na vida pública; desinfetará também a sua vida privada, educará milhões de seres desorientados, elevando-os a dignidade de pessoas e talvez assegure a rendição do homem alquebrado, reencontrando em si os valores fundamentais de um humanismo integral.

Nº 175 e 176, junho e julho, 1968

PORQUÊ UMA PÁGINA DAS COOPERADORAS? (p. 3 – Página das Cooperadoras)
Rui Canário

Desde há muito tempo, existe no Boletim Cooperativista uma página dedicada à mulher. Precisamente a partir do princípio deste ano, essa página apareceu em moldes diferentes dos habituais. Seis números após esta mudança de orientação, parece-nos oportuno, fazer um balanço do que se fez e porque se fez, mais ainda programar o futuro.

A MÃO QUE EMBALA O BERÇO GOVERNA O MUNDO!?
Alguém disse, que o grau de emancipação de uma dada sociedade, podia avaliar-se pelo grau de emancipação da mulher nessa sociedade.

Isso significa, antes de mais, que as condições de vida da mulher, a sua situação social, não derivam de quaisquer princípios absolutos de ordem moral, ou de características de ordem fisiológica, antes estão profundamente ligadas às estruturas sociais e económicas das sociedades em que vive.

Não existe portanto uma «natureza feminina» imutável e intemporal.

O que caracteriza quase todas as sociedades até aos nossos dias, no que respeita às relações homem-mulher, é a incontestável posição de superioridade masculina. Relegada, sempre, para posições secundárias, a mulher vê, contudo, formarem-se a partir da sua condição de inferioridade, verdadeiros mitos e preconceitos, cuja finalidade é apenas mascarar e «dourar» uma situação degradante.

Um exemplo: «A mão que embala o berço governa o Mundo».

É sabido que a «política» é tradicionalmente um domínio masculino. A participação da mulher na vida cívica é diminuta, ou revela-se unicamente em níveis secundaríssimos. A maioria das mulheres alheia-se e demite-se voluntariamente desse tipo de problemas. Será por mero acaso?

Não, o que acontece é que existem estruturas sociais, que neste como noutros campos ... educação, valorização profissional, desporto, etc.... a colocam em inferioridade. Em constituições políticas de muitos países, o direito de voto, não é concedido em pé de igualdade aos dois sexos. Em todos os aspetos da vida social, a mulher tem perante si obstáculos que não se deparam ao homem.

Para suprir e mascarar, esta deficiente participação da mulher na vida social, para a iludir e convencer de que tem de facto uma influência importante, mitificam-se as únicas funções a que está reduzida, as funções de esposa é mãe. Pretende-se fazer crer, que a sua influência, embora indireta, através dos esposos e dos filhos, é de facto decisiva.

Porém basta olhar em volta: no nosso país, como em muitos outros, quem são os ministros, os deputados, os diretores das grandes empresas, as autoridades administrativas? – São homens!

Estas sociedades são dirigidas quase exclusivamente por homens, e contudo, frequentemente, mais de metade da população é constituída por mulheres.

Podemos então perguntar: A mão que embala o berço governa o Mundo?

UMA SITUAÇÃO QUE SE TRANSFORMA RÁPIDAMENTE

Assistimos atualmente a um movimento social irreversível, no sentido da emancipação feminina. A todos os níveis da sociedade, a mulher rompe os círculos tradicionais em que estava encerrada, e faz ruir muitos preconceitos fortemente enraizados.

Isto acontece, porque as condições económicas e sociais, estão a sofrer em todo o mundo, rápida mutação, logo muda necessariamente o estatuto social da mulher.

Esta evolução rápida, torna mais aguda uma contradição fundamental que é a seguinte: *Os direitos sociais conferidos à mulher, não correspondem à sua comparticipação cada vez mais intensa nas atividades de produção.*

Porém se como dissemos este movimento é irreversível, isto não significa que se processará de uma forma mecânica, automática. Este processo será dinamizado ou travado, consoante a nossa posição for ativa ou passiva.

Quer dizer, é necessário que tanto homens, como mulheres, tomem consciência deste problema, tenham dele uma visão correta, e atuem positivamente para a sua resolução.

Cremos que neste campo muito há a fazer dentro do Movimento Cooperativo, ó fácil para os nossos leitores verificar como é fraco o grau de participação feminina na gestão das cooperativas.

É nesta linha de ação, que se insere a atual «Página das Cooperadoras», por isso é fácil perceber porque foram abordados lemas como: «Educação Mista» «A mulher e o Desporto», «A mulher e o Trabalho».

MAS A IMPRENSA NÃO BASTA!

Seria possível, reformar mentalidades, destruir preconceitos, modificar radicalmente a situação da mulher, unicamente através de artigos sucessivos sobre estes problemas?

Evidentemente que não, por isso temos perfeita consciência das nossas limitações, e sabemos qual o papel que podemos desempenhar. Qual é esse papel? Em primeiro lugar. levantar o problema, despertar as pessoas para ele; em segundo lugar, mostrar às pessoas que a suai resolução depende delas; em terceiro lugar, indicar como pode e deve ser resolvido.

Pura já o que nos parece fundamental, é a formação de núcleos femininos ou mistos, que dentro das cooperativas trabalhem ativamente neste campo ... «emancipação da mulher»

Para estes grupos poderíamos constituir um elo, de ligação e coordenação, e simultaneamente um ponto de referência.

Dizer que a Imprensa não basta, não é reduzir a sua importância, mas sim confiná-la aos limites da sua eficácia.

HEI DE LÁ CHEGAR (pp. 3 e 6 – Página das Cooperadoras)
Maria Lamas (Extraído do livro «As mulheres do meu País», págs. 143-145)

Corta madrugada do inverno, nevoenta e frigidíssima, numa estação do caminho de ferro, lá nos confins de Trás-os-Montes, uma mulher jovem, com uma criança de poucos meses ao colo, procurava orientar-se para seguir viagem até ao Baixo-Alentejo, onde o marido trabalhava.

Na penumbra que um pequeno candeeiro de petróleo, de chaminé suja, não conseguia clarear com a sua frouxa claridade, o rosto da mulher mal se distinguia. Adivinhava-se, apesar disso, a sua grande ansiedade. Junto da bilheteira, ela repetia as vagas instruções que recebera do marido, sem que o empregado chegasse a qualquer conclusão. Por fim deu-lhe um bilhete. Para o pagar, a mulher desapertou a blusa e tirou do seio um pequeno rolo de notas de cem e

cinquenta escudos. Mas o filhito, adormecido, tolhia-lhe os movimentos e os outros passageiros observavam-na indiscretamente, o que aumentava a sua confusão.

Alguém que esperava também a sua vez de ser atendida, ofereceu-se-lhe para pegar na criança. Assim foi.

Depois, em fraternal convívio, conversaram, enquanto o comboio não chegava. E a jovem camponesa contou: nunca saíra da sua aldeia, para os lados de Duas Igrejas. O marido abalara, que a vida, ali, era difícil de amanhar e nunca lhes permitiria levantar cabeça. Era decidido e amigo de trabalhar, o seu homem. Por isso ela o preferira a todos. E lá abalara, à procura de melhor sorte. Ela estava no «fim do tempo», não tivera remédio senão ficar... Mas nunca mais tivera sossego nem alegria. E o seu homem também não – diziam as cartas que ele lhe mandava.

O menino nasceu, o pai não sabia a hora, nem quando o havia de conhecer. Aquilo não ora vida! Lá nas terras onde ele se contratava tudo era diferente, nem a comida lhe fazia proveito. Os ganhos eram melhores que na sua terra, mas de que valia se não tinha quem lhe pusesse um remendo nas calças?! Tudo eram saudades... Ele de lá, ela de cá, só sabiam lamentar-se. Ela, então, resolveu ir ter com ele. Toda a gente a censurava: ir para o cabo do mundo; sozinha com o menino, mais de um dia e uma noite no comboio, com gente que ela nunca tinha visto! Até lhe podia suceder algum mal.

Dissessem o quo quisessem! O seu homem era da sua opinião, isso bastava. As economias que juntara ainda não chegavam para as despesas da viagem. Foi preciso esperar mais uns meses e roubar à boca o sustento, para encurtar a ausência. Finalmente, lá ia, mais o menino. Ainda lhe parecia um sonho.

Olhava em roda, como se quisesse convencer-se da realidade. Agora, mais próximo do candeeiro, viam-se-lhe os olhos negros brilhantes, no rosto moço e harmonioso, apesar de fatigado. O comboio chegou. Era a grande aventura que principiava.

Aconchegando mais a si o filho, parecia desafiar todas as tormentas aquela mulher muito nova, resoluta e amorosa que fazia o que pouquíssimas eram capazes do fazer.

Às recomendações da companheira de minutos relativas à viagem, ela respondia com ar acanhado, mas senhora de si:

– Hei de lá chegar!

Colhido, embora, em Trás-os-Montes, este apontamento podia ser de qualquer outra região portuguesa. O que interessa aqui não é o esboço de um episódio romântico, é a importância das decisões, conscientes e firmes. A reação desta mulher contra a passividade a que a condenavam os costumes e critérios do seu meio, abriu-lhe novo caminho e fez-lhe descobrir a sua própria força. Ela mostrou-se, verdadeiramente, a companheira do seu homem.

Isto faz pensar no potencial de energia que existe, desaproveitado em milhares e milhares de mulheres, com grave prejuízo da sua felicidade e do bem comum.

Nº 177 e 178, agosto e setembro, 1968

A MULHER E O TRABALHO DIÁLOGO COM O PÚBLICO NA «CAPITAL» (p. 5 – Página das Cooperadoras)

Perguntámos:
– Admite que a mulher poderá exercer todas as profissões?
Responderam:

António Carlos Gomes, decorador:
– De certa maneira ela está apta a acompanhar o homem em todos os lados, só que há certas profissões, as que exigem grande esforço físico, que não são adaptáveis às senhoras. Quanto ao trabalho mental em nada se inferiorizam em relação ao homem.

Vivaldo Floriano Peças, empregado no comércio:
– Há trabalhos em que a mulher dá mais rendimento que o homem, como sejam os serviços de escritório, em certas fábricas e mesmo um grande número de trabalho intelectual. Vejam-se médicas e doutoras em leis mais «concentradas» que certos homens. Temos que concordar, contudo, que em resistência física são inferiores.

Maria Prazeres Duarte, doméstica:
– A mulher tem tanto valor como o homem, em quase todos os trabalhos. Se dizem que é o «sexo fraco», isso está errado, porque só num ou dois serviços ela pode ser inferior na capacidade física. De resto trabalha lado a lado com o homem com o mesmo valor intelectual e a mesma responsabilidade, ou até com mais do que ele.

Alexandrina Araújo, professora primária:
– É bom que se acabe desde já com o «inferior» ou «superior». A mulher está pronta a trabalhar e a responder ao progresso tanto ou mais do que o homem. Mais, porque é ela quem após o trabalho em casa, tem uma profissão a exercer – que deve mesmo exercer! – sem deixar qualquer serviço de maior responsabilidade para o homem.

O CLUBE DAS DONAS DE CASAS DE BARCELONA DENUNCIAM UM «CRIME SOCIAL» (p. 5 – Página das Cooperadoras)

O «Clube das donas de casa» as Barcelona – cuja finalidade é não deixar elevar os preços dos

géneros alimentícios – acusou hoje as peixarias locais de atirarem ao mar grandes quantidades de peixe, para aumentarem o nível dos preços, atualmente já elevados. As donas de casa classificaram o acontecimento de «crime social contra a economia das famílias e a estabilidade económica do país» e afirmaram-se dispostas a denunciarem as atividades fraudulentas do mercado do peixe.

Nº 180, novembro, 1968

DIGNIFICAR O PAPEL DE MÃE! - 1. A ASSISTÊNCIA MÉDICA NO PARTO (p. 8 – Página das Cooperadoras)

Fernando Gomes

Para muitos dos que olham com desconfiança e até hostilidade o atual movimento social que se verifica em todo o mundo, no sentido de conferir iguais direitos ao homem e à mulher, emancipação feminina significa «masculinização». A emancipação da mulher significa para eles o abandono de determinadas funções a que deveria estar exclusivamente votada. Para eles, a participação da mulher em pé de igualdade com o homem, na vida pública, no acesso à cultura, e em todos os outros domínios da vida social é incompatível com o bom cumprimento dessas funções. Entre elas destacam os tradicionalistas, a função de mãe. Porém o elogio que em palavras fazem dessa faceta feminina é puramente hipócrita na medida que na prática não são criadas as condições sociais necessárias que protejam e dignifiquem a nobre função da maternidade.

É isto que pretenderemos mostrar numa série de artigos dedicados aos diversos aspetos sociais que a maternidade envolve.

Para os nazis, a mulher considerada como ser inferior, deveria estar circunscrita «à igreja, às fraldas e à cozinha», o seu papel era essencialmente biológico: *Reproduzir, dar à luz eis a sua única função!*

Embora só os nazis tivessem exposto com esta crueza e tão objetivamente o que pensavam acerca do papel da mulher, no fundo é esta mesma conceção que de uma maneira mais subtil nos é constantemente apresentada por aqueles que pretendem manter a mulher em situação de inferioridade.

Reparem! Segundo a maneira de ver tradicionalista, a mulher é um ser cuja vocação irresistível é a maternidade. É através da maternidade que ela pode aspirar a realizar-se.

Daí que muitas mulheres estéreis, porque não podem ter filhos, sintam um grave sentimento de frustração e mesmo de culpa, julgando-se inúteis e sem préstimo.

Porém se repararmos que, ao mesmo tempo que o papel de mãe é constantemente evocado

e idealizado, na prática não existem o mínimo de condições sociais exigíveis, que protejam a mulher na maternidade, verificámos que existe uma contradição entre o que se diz e o que se faz. E se não vejamos!

Se houvesse alguma intenção de auxiliar a mulher na maternidade não se pensaria também e imediatamente em dar-lhe assistência médica no parto?

Parece-nos evidente que sim! E, no entanto, a realidade é infelizmente bem diferente: a assistência médica no parto para a maioria das mulheres portuguesas está muito longe de ser o que seria legítimo esperar.

Como nascem os Portugueses

Na metrópole, em cada 100 parturientes 45 não são assistidas por ninguém habilitado, quer médico quer parteira ou enfermeira. Esta é a média geral e existem, claro, diferenças entre as diversas regiões. Assim se por exemplo nas cidades, como Lisboa, a percentagem de mulheres assistidas no parto é maior, noutras regiões a situação é confrangedoramente pior. Assim por exemplo no distrito de Vila Real, em Trás-os-Montes 83 % dos partos não têm qualquer assistência médica, ou seja, um total de 8918 partos apenas 1554 foram assistidos.

Por outro lado, em cada 100 partos apenas 26 se realizam em hospitais, portanto em condições propícias a prevenir qualquer eventualidade

Se tivermos em conta os perigos para a saúde e vida tanto das mães como das crianças, que advém desta situação geral de deficiente assistência médica no parto, poderemos fazer uma ideia clara da maneira como vêm ao mundo uma larga percentagem de portugueses. Estará também explicada em grande parte a alta taxa de mortalidade infantil em muitas regiões do país.

A assistência médica no parto é apenas um aspeto entre outros que proximamente analisaremos através dos quais é possível mostrar como apesar de tão enaltecido o seu papel de mãe a maioria das mulheres não encontra os auxílios socais que necessita para poder cumprir tão nobre tarefa.

NÚMERO DE PARTOS EM 1965 (METRÓPOLE)

Em casa:		
com assistência médica	12.038	5,6%
com parteira ou enfermeira	52.406	24 %
Em Hospitais	56.107	26 %
Sem qualquer assistência	93.378	44,41%

DISTRITO EM QUE O NÚMERO DE PARTOS
SEM QUALQUER ASSISTÊNCIA FOI SUPERIOR A METADE

Beja	54 % de partos sem qualquer assistência
Braga	66 % de partos sem qualquer assistência
Bragança	72 % de partos sem qualquer assistência
Guarda	70 % de partos sem qualquer assistência
Viana do Castelo	71 % de partos sem qualquer assistência
Vila Real	83 % de partos sem qualquer assistência
Viseu	74 % de partos sem qualquer assistência
Horta	61 % de partos sem qualquer assistência

AS ENGENHEIRAS NO MUNDO (p. 8 – Página das Cooperadoras)

O segundo congresso internacional das cientistas e engenheiras, que recentemente se realizou em Cambridge, na Grã-Bretanha, pôs em evidência – como de resto já se podia prever – que a U. R. S. S. conta a percentagem mais elevada de mulheres desempenhando funções de engenheiro: três engenheiros para cada engenheira; em França a relação é de cinquenta, nos E. U. A. de cento e trinta e na Grã-Bretanha de trezentos.

Nas Filipinas, a proporção é notavelmente elevada: quarenta homens para uma mulher, ao passo que na índia a relação é de quinhentos, como no Canadá. Entre os países estudados, o que conta mais fraca percentagem é a Africa do Sul: aí a relação é de quatro mil.

Nº 181, dezembro, 1968

DIGNIFICAR O PAPEL DE MÃE! - 2. A MÃE SOLTEIRA (p. 6 – Página das Cooperadoras)
Antónia de Sousa (Do «Diário de Lisboa»)

Há vários anos, algures em determinada terra da província, uma mulher em trabalho de parto não conseguia entrada nos serviços de assistência locais, aliás dirigidos por piedosas senhoras, devido à sua qualidade de meretriz «oficial da vila» e situação de mãe solteira.

O caso foi então falado e censurado por desumano. Lembramo-lo agora para ilustrar as extremas consequências a que os preconceitos morais, sociais e religiosos podem levar, confirmando a irradiação a que está sujeita a mulher que transgrediu as normas da conduta comumente aceites como boas.

MAE SOLTEIRA – PORQUÊ?

Só raras mulheres celibatárias escolhem livremente a maternidade e a assumem com orgulho, a despeito da incompreensão social. A maior parte, porém, enfrenta-a como um acidente desagradável, que é preciso anular ou esconder e lhes acarreta toda a série de dissabores, desde a cólera paterna a um lugar à margem da sociedade, que aparentemente a aceita e só a suporta.

A mãe solteira, abandonada pelo homem que a seduziu, vexada e castigada pelos pais que algumas vezes a expulsam de casa, torna-se vítima fácil da prostituição, que não precisa de diploma legal para subsistir e nenhum decreto por si só suprime.

O novo Código Civil pretende proteger a criança com a investigação de paternidade oficiosa, mas não obsta ao drama, da mãe durante a gravidez, diminuída fisicamente, quase sempre sem qualificação profissional sem emprego e sem proventos. Nem aliás, depois da criança nascer. E, quando tem ocupação, fica na iminência de a perder, sujeita à incompreensão de certos empregados não abrangidos pela lei.

CLASSES MENOS FAVORECIDAS

É nas classes menos favorecidas que se regista maior número de maternidades entre raparigas solteiras. Maternidades que chegam ao termo, convenhamos, porque se houvesse estatísticas, verificar-se-ia não ser o número menor noutras classes sociais que beneficiadas pelo desafogo económico, recorrem ao aborto ou ao casamento, a tempo, de forma, a não enfrentarem a censura social.

A maternidade responsável numa mulher solteira não é vergonhosa nem censurável. Por certo a criança precisa dum lar para se desenvolver harmonicamente, mas se a mulher, em face das circunstâncias, se julga capaz de, sozinha, assumir o cargo da educação e subsistência duma criança, merece mais do que reprovação, respeito. E nós sabemos que, no momento da conceção a mulher ama um homem que diz porventura amá-la e projeta a sua presença e ternura no futuro. A mulher abandonada que, sem premeditações nem cálculos, resolve arcar com a responsabilidade do um filho merece, repetimos, o respeito e consideração da comunidade, que deve considerar o seu caso especial e ampará-la.

A mulher, mais infeliz, que não pode economicamente nem tem força moral para assumir a dignidade do filho que tem no ventre constitui um grave problema social. Vítima do amor ou do sexo, para não alindarmos nada, vai ser vítima de uma sociedade de usos e costumes pautados pela mais retrógrada mentalidade organizada em função dos preconceitos de homens menos evoluídos, com leis feitas por homens prudentes, conservadores que, apesar da boa vontade, não podem, pela sua natureza, prever o complexo da situação feminina.

Nº 183 e 184, fevereiro e março, 1969

AS MULHERES TAMBÉM VOTAM? (p. 6 – Página das Cooperadoras)

Fernando Gomes

Com a reforma da legislação em vigor, sobre o direito de voto, para que um cidadão português possa votar, apenas se exige que saiba ler e escrever. Não importa, portanto, que seja do sexo masculino ou feminino. Na prática é como se tivesse sido concedido às mulheres portuguesas o direito de votar, já que apenas uma escassa minoria de mulheres preenchia os requisitos exigidos pela anterior legislação.

Ora se nesta página nos ocupamos dos problemas da mulher, como ser social ainda mantido em situação de inferioridade face ao homem, se nos batemos pela emancipação das mulheres e pela plena igualdade dos dois sexos em todos os aspetos da vida social, não podíamos manter-nos indiferentes a esta medida, em princípio, progressiva.

Mas a nossa intenção não é fazer um longo artigo, com a análise exaustiva do que esta medida significa ou pode significar, nem emitir opiniões pessoais ou valorativas sobre a mesma. Apenas pretendemos duas coisas: 1. ° chamar a atenção para o problema e levar as pessoas a pronunciarem-se acerca dele; 2. ° levantar um certo número de questões, que ficarão em aberto, e que possam constituir pontos de partida para a compreensão do que pode significar o alargamento do direito de voto a uma tão larga parcela da população portuguesa.

1. Nem sempre o facto de ser reconhecido em teoria a uma pessoa ou a um grupo de pessoas um determinado direito quer dizer que esse grupo de pessoas o possa exercer efetivamente. Exemplos: todos os jovens portugueses têm o direito de frequentar a Universidade. Não há nenhuma disposição legal que diga o contrário. Mas de facto só uma minoria tem posses para o fazer, e, portanto, de exercer de facto esse direito.

Na constituição de muitos países (tal como em Portugal) está inscrito o «Direito ao Trabalho». Tal não impede que muitos milhares de trabalhadores não sofram de desemprego crónico ou periódico. Os exemplos poderiam multiplicar-se.

2. No que respeita mais especificamente à mulher como eleitora: todos os estudos sociológicos e estatísticos levados a cabo tanto na Europa como na América, demonstram que as mulheres constituem a parte mais reacionária e conservadora do eleitorado. E isto porquê? Porque de facto a mulher não se emancipou ainda socialmente e, portanto, está mais sujeita à influência de preconceitos, tradições, etc. É hostil às inovações e modificações sociais, não porque faça uma opção consciente, mas devido às suas próprias limitações.

3. Em princípio o direito de votar e eleger, parece implicar, que o governo de um país bem como a orientação da vida pública desse país dependem da vontade da maioria dos cidadãos.

Na prática, sabemos que há determinados meios, como a Imprensa, a rádio, a televisão, o

cinema, etc., capazes de «modelarem» a opinião pública e conduzi-la a determinadas opções que veem falsear o direito «abstrato» de eleger um regime e um programa. Veja-se como exemplo as eleições americanas – o «maior espetáculo do mundo» – em que as possibilidades de vencer de um candidato aumentam proporcionalmente à sua fortuna pessoal, e consequentes possibilidades de influenciar a opinião pública, e à sua fotogenia.

O direito de voto foi alargado à grande parte das mulheres portuguesas. Propositadamente não emitimos opiniões sobre este facto. Procurámos abrir vias para a sua discussão. E em vez do otimismo fácil ou da recusa cética, o mais importante é compreender.

Agora apenas nos resta pôr estas colunas à disposição dos leitores que se queiram pronunciar. Colabore connosco dando-nos a sua opinião!

O VOTO ÀS MULHERES PARA QUÊ? COMO? (pp. 6 e 8 – Página das Cooperadoras)
Dr.ª Elina Guimarães

Atualmente são eleitoras todas as mulheres não analfabetas maiores ou emancipadas – quer dizer, declaradas maiores por quem de direito antes dos 21 anos. Para ser eleitora é preciso, além da nacionalidade portuguesa, ter mais de 21 anos ou estar emancipada ou casada antes dessa idade e saber ler e escrever português. Quem é eleitora pode ser em regra, eleita.

Estas eleições destinam-se a escolher os membros da Assembleia Nacional, a qual tem a missão de eleger, com outras entidades, o Chefe de Estado e de redigir – com a assistência da Câmara Corporativa – as leis que obrigam todos os portugueses. Assim, quem elege, isto é, quem escolhe as pessoas que vão ter o difícil cargo de legislar, está colaborando, ativa e diretamente, na direção do País. E, diga-se de passagem, nada obsta a que essas pessoas sejam mulheres.

Vou dar um exemplo inteiramente imaginário, aliás, e mesmo inverosímil: Maria e Marieta, eleitoras, são esposas e mães, e ambas empregadas, com todos os problemas que isto implica.

Surgem dois candidatos, ou duas listas diferentes: A – Deseja que a mulher regresse ao lar e para isso promete fazer subir o vencimento do marido quando haja salário único e aumentar o abono de família. B–Prefere aumentar o número de creches, cantinas e escolas infantis, para facilitar o trabalho feminino.

Marieta, que pensa como A, votará nele. Maria, que preconiza a solução B, dará a este o seu voto.

Supondo que só um dos candidatos vai à eleição, aquela que concorda vota nele. A outra, se não tiver outra alternativa, risca o nome da sua lista. Não votar, equivale a desinteressar-se da questão. Aquele que for eleito fará o possível para cumprir suas promessas, pois de outra forma perderá a confiança pública e não será reeleito.

O direito de voto ou sufrágio é tão importante que a sua privação é uma pena infligida como castigo de certos crimes.

A forma de exercer este direito é simples e largamente explicada em editais e jornais no momento oportuno. Tem duas fases: o recenseamento e o voto propriamente dito.

A candidata a eleitora fará um requerimento à comissão do seu bairro ou concelho, fazendo prova de saber ler e escrever por apresentação da carta de exame ou curso, reconhecimento da letra por notário ou escrevendo-o perante a comissão. As funcionárias públicas são oficiosamente inscritas pela sua repartição, mas convém verificar.

Isto passa-se em janeiro. No mês de maio, em regra, o recenseamento está feito, competindo à eleitora ir verificar se está inscrita, reclamando se tal não suceder. A inscrição não carece ser renovada.

Quando haja eleições, o que sucede de I4 em 4 anos, a eleitora recebe ou pede a – ou as – listas onde vem o nome dos candidatos do seu círculo. Escolhe a que prefere e no dia da eleição aguarda no local designado a chamada por ordem alfabética – do seu nome. Então entrega a lista dobrada – o voto é secreto – ao funcionário que está junto da urna que a introduz nela sem abrir, dizendo «votou», enquanto outro risca o nome para evitar repetições. É só isto! E tudo isto... É fazer parte -da vida.

Permitam-me que neste momento eu dê um voto de homenagem a todas aquelas que têm lutado por este direito: as sufragistas.

E que conteste o uso desta palavra como sinónimo de estafermo no físico e de megera na moral, como vi usada nesse sentido ainda há poucos dias, num artigo escrito por uma mulher... que talvez não tivesse tanta facilidade em achar caminho se outras o não houvessem aberto com sacrifício da tranquilidade, da saúde e até da vida.

Pela minha parte sou uma sufragista. E com muita honra.

Nº 185, abril, 1969

FALEMOS DA... UNIÃO DAS MULHERES FRANCESAS (p. 3 – Página das Cooperadoras)

Na luta desenvolvida com vista ao reconhecimento e desenvolvimento dos direitos políticos, jurídicos e profissionais das mulheres, os movimentos femininos desempenharam sem dúvida um papel importante.

A sua razão de ser justifica-se sobretudo pelo atraso manifestado pela população feminina no plano da cultura política, e pela sua dificuldade em assumir postos de responsabilidade nas associações mistas. De facto, os homens não estão ainda convencidos da necessidade da presença feminina em lugares de direção nos movimentos familiares, sociais, políticos.

COMO NASCEU E PORQUÊ?

A União das Mulheres Francesas nasceu na clandestinidade. Criada em 1943-1944 (em pleno período de ocupação nazi), agrupou mulheres de diversas camadas sociais – esposas de prisioneiros, de deportados, militantes da Resistência «que compreendiam que a escassez do pão, a solidão, a ameaça diária da morte, eram consequências diretas de acontecimentos como o desmembramento da Frente Popular e a divisão entre os trabalhadores, a não-intervenção em Espanha, o Tratado de Munique, acontecimentos que tornaram possível a guerra e a traição dos governantes.»

Nesta época as mulheres francesas organizaram-se em comités femininos que preparavam e dirigiam os protestos contra o racionamento, contra a deportação dos trabalhadores para a Alemanha, etc.

Segundo os responsáveis, a União das Mulheres Francesas, que conta atualmente mais de cem mil membros é uma organização democrática feminina, é também uma organização política. De facto, ela é por um lado uma organização de unidade, aberta a mulheres de opiniões diversas, de meios sociais diferentes; é também uma organização política, porque todos os problemas sociais têm uma dimensão e uma repercussão política. A mulher deve desempenhar um tríplice papel, como mãe de família, como trabalhadora, como cidadã.

O SEU PROGRAMA!

Após a libertação, o programa da União, comporta quatro temas principais: 1 – A luta pela paz; 2 – A luta pelo melhoramento das condições de vida social; 3 – A luta pelo melhoramento da condição da mulher; 4 – A luta pela difusão da cultura e dos tempos livres.

Nas suas diversas reivindicações a União, apresenta-se como um movimento de caráter social e político cuja ação se desenvolve a nível nacional. A organização que assenta em bases democráticas, apresenta-se fortemente descentralizada na base, através de secções locais, de bairro, de oficina, etc.

A União possui ainda um jornal semanal, que tem como principal objetivo manter o contacto permanente com todas as aderentes, e informá-las acerca dos grandes problemas nacionais e internacionais. A União das Mulheres Francesas, põe também ao dispor das mulheres uma série de serviços tais como: consultas jurídicas e sociais; empréstimo de máquinas de lavar e de tricotar, creches, etc. Por outro lado, multiplica as suas atividades culturais – sessões de cinema, teatro, bibliotecas, exposições, conferências, etc. – em suma visa desenvolver ao máximo a educação popular.

CONCLUSÃO

As associações femininas, como esta União das Mulheres Francesas, definem-se não tanto pelo seu carácter feminista, mas sim pelo seu objetivo de consciencializar as mulheres acerca dos problemas políticos, económicos e sociais que interessam ao conjunto dos cidadãos.

Elas já não visam, como no século XII ou XIX lutar unicamente pela obtenção de determinados direitos para as mulheres, mas sim permitir-lhes participar ativamente na vida

pública, para que esta não seja gerida e animada só por homens, mas antes pelo conjunto dos cidadãos, sem distinção de sexos.

(Traduzido e adaptado do livro «La Participation des Femmes à la Vie Civique», de Maríe-Thérèse Renard

PERIGO PARA AS DONAS DE CASA (p. 3 – Página das Cooperadoras)

Olhem para uma dona de casa enquanto trabalha, por exemplo enquanto lava a loiça, trata dos legumes, etc., e verificarão que ela não está na melhor posição. Na verdade, dir-se-ia que está indecisa, sem saber se deve apoiar o corpo sobre a perna esquerda ou sobre a perna direita. De vez em quando interrompe o que está a fazer e endireita-se para descansar.

Uma observação do género foi feita em Inglaterra por uma equipa de estudiosos da Universidade de Loughborough. Esta equipa dedicou-se às investigações ergonómicas sobre a dona de casa. O que significa a palavra ergonómico? Significa investigações que dizem respeito ao estudo das relações entre o homem e o seu ambiente de trabalho. Vejamos, pois, o problema das donas de casa. A altura dos lavabos em Inglaterra foi estabelecida em 91 centímetros. Esta altura foi, no entanto, considerada má para a maioria das donas de casa inglesas. Um grupo de mulheres foi observada enquanto trabalhava. Destas, as que tinham 1,75 metros trabalhavam com pouca fadiga e na melhor posição quando o nível tinha pelo menos 1 metro, enquanto que as que mediam 1,50 metros só estavam à-vontade trabalhando a um nível de não mais de 83 centímetros.

O problema não é simplesmente de comodidade. Não. É que os estudiosos ingleses verificaram que a maioria das doenças de coluna crónicas, e das hérnias discais de que sofrem as donas de casa, é devida à posição errada em que trabalham.

O VALOR COMERCIAL DA MULHER (p. 8 – Telex Consumo)

É evidente que o amor de uma mãe e a diligência de uma dona de casa não têm preço. No entanto, não é impossível de determinar as economias que a mulher consegue em casa. Um juiz de Kiel fixou o valor económico de uma esposa e mãe de duas crianças em 800 marcos por mês. Este cálculo fundamenta-se sobre os níveis de salários convencionados aplicáveis às ajudantes, mulheres-a-dias, cozinheiras e governantas.

(«Verbraucher Zeitung», 27 Novembro 1968)

Nº 186, maio, 1969

A MULHER NUM MUNDO EM EVOLUÇÃO (p. 3 – Página das Cooperadoras)

Madalena Neves

O progresso das técnicas de produção movimenta a economia e através dela todas as condições da vida humana, do homem contemporâneo.

Todos os aspetos da atividade, da sensibilidade e do conhecimento humano são afetados por esse progresso.

Precisamente devido a ele tornou-se possível, à mulher o acesso a novas profissões e consequentemente a sua ascensão a um plano social que lhe tinha sido sistematicamente negado até então.

Ao analisarmos este problema convém que não esqueçamos que nunca houve uma situação única, mas antes várias situações, consoante a classe social e consequentemente, também não houve uma evolução uniforme.

SITUAÇÃO TRADICIONAL

Na sociedade do séc. XIX e mesmo ainda no séc. XX a jovem dependia inteiramente do pai enquanto esperava vir a depender do marido. Até há bem pouco tempo toda a rapariga era preparada exclusivamente para num futuro mais ou menos breve saber tratar duma casa ou decorá-la como qualquer outro objeito decorativo.

A mulher existia apenas para satisfazer o homem; dependia totalmente da sua proteção num mundo em cuja criação não tomara parte: o mundo do homem.

Ainda que «amada» era esquecido frequentemente que tinha uma personalidade própria, sendo considerada, pelo homem como um objeto, propriedade sua, e nunca como uma pessoa.

A sexualidade constituía por exemplo um dos tabos, sobre o qual a mulher virtuosa, não se devia pronunciar.

A FAMÍLIA TRADICIONAL

A família antiga caracterizava-se pela estabilidade. O casamento era praticamente indissolúvel, recorrendo-se ao divórcio muito raramente.

O homem era o chefe da família. Era ele que sustentava o lar, que representava a família no exterior.

À mulher era assegurada a casa, em sua casa ela é «dona». Fora de casa, a mulher não tem, na prática qualquer papel. Apenas as mulheres, pertencentes às classes mais baixas eram obrigadas, por motivos económicos, a sair de suas casas para trabalhar, nas casas mais abastadas, como serviçais, nas fábricas como operárias, nos campos e nas minas, ao lado dos homens.

O trabalho da mulher no interior da casa era muito mais penoso e diversificado do que hoje. Além de cuidar da habitação competia-lhe a educação dos filhos.

Dum modo geral o número de filhos era elevado, sendo vulgar encontrarem- -se 10 a 12 filhos por família, sobretudo nos meios rurais.

O ensino estava reservado aos rapazes, reduzindo-se a educação das jovens aos trabalhos de costura e à aprendizagem da arte da conversação e boas maneiras, por vezes, piano e francês, quando pertencentes à burguesia endinheirada. A educação da rapariga era encarada praticamente como a valorização de uma mercadoria.

SITUAÇÃO PRESENTE

Atualmente e apesar das discriminações ainda existentes, a mulher tem uma educação um pouco diferente, o que lhe abre novos horizontes. E ainda que, devido a eternas razões económicas seja minoritário, o grupo que beneficia da possibilidade de cultivar as suas aptidões naturais é já evidente que, no dia em que se dê o alargamento desse grupo e os talentos inexplorados forem postos ao serviço de todos, a sociedade será enriquecida.

Presentemente verifica-se já em muitas sociedades, o acesso da mulher a profissões e modos de vida, até hoje considerados masculinos (escriturárias, médias, políticas, etc.) numa recusa permanente a confinar-se à s tarefas domésticas tradicionais que considera uma subestimação do seu valor.

O exercício destas novas atividades, além de permitir à mulher a realização dum trabalho comparável ao do homem permite-lhe também a obtenção duma independência económica. Esta independência económica vai precisamente libertar a mulher da proteção masculina.

A EVOLUÇÃO DA FAMÍLIA

A família apresenta-se agora em moldes assaz diversos. De facto, esta evolução tornou possível, em caso da não existência entre os cônjuges da complementaridade necessária, uma mais fácil dissolução do casamento. Hoje é frequente recorrer-se ao divórcio.

Também o número de filhos por lar hoje em dia pode ser controlado, uma vez que a ciência possibilita a regulamentação dos nascimentos.

No entanto como continua a ser mãe a que pertence o encargo de cuidar da educação dos filhos, hoje mais do que nunca, faz-se sentir a necessidade da existência de organismos de assistência, que a ajudem na sua tarefa educacional. E além disso lhe permitam dispor de momentos de ócio, dedicados ao descanso e à cultura no sentido duma valorização pessoal.

CONCLUSÃO

As prodigiosas consequências da ciência moderna e a consequente revolução social e política modificaram radicalmente o contexto da nossa vida. A evolução dos tempos, sobretudo nos últimos anos determinou largas modificações na situação da mulher, desde o plano individual (o próprio conceito dê beleza) ao familiar, cultural, fisiológico e profissional. Em resumo, a história é mudança; a situação está em mudança e é absolutamente necessário que a mulher tome consciência de que é um ser autónomo e independente em relação ao homem. O homem e

a mulher constituem uma unidade, e as diferenças existentes não implicam de modo algum uma superioridade ou inferioridade, mas antes complementaridade.

Nº 187, junho, 1969
PRIMEIRA CONFERÊNCIA MUNDIAL DE MULHERES JORNALISTAS (p. 1)

Realizou-se na cidade do México, de 11 a 18 de maio a primeira conferência mundial de mulheres jornalistas. Nela participaram cerca de duas centenas de mulheres provenientes de todos os cantos do globo.

Durante as sessões diárias de trabalho, as delegadas discutiram tópicos, que incluem a posição que as mulheres jornalistas ocupam na sua profissão, e a revolução de revistas femininas. A presidente da comissão organizadora da conferência, referindo-se aos objetivos da mesma, afirmou:

«Pretendemos inteirar-nos dos problemas umas das outras e da forma como são solucionados em cada país. Queremos também avistarmo-nos umas com as outras e trocar ideias. Desejamos principalmente averiguar como poderemos melhorar a nossa posição dentro da profissão.»

A MULHER E O TRABALHO (p. 17 – Página das Cooperadoras)
Madalena Neves

«Para edificar uma grande sociedade é da máxima importância dar às mulheres a possibilidade de participarem na vida produtiva».

Para a felicidade das coletividades é indispensável a observância da diferença de aptidões existentes no homem e na mulher e a sua complementaridade. É precisamente da utilização conjunta das qualidades masculinas e femininas que é possível edificar uma sociedade em toda a sua plenitude.

Frequentemente ouvimos dizer que data de há pouco a entrada da mulher no mundo do trabalho, o que evidentemente é um erro. A ilusão de que há mais mulheres a trabalhar atualmente provém da transformação que se operou nas classes sociais.

Antigamente só trabalhavam as raparigas de condição modesta, as que viviam sós e as que casavam com operários muito pobres, ou com camponeses.

Nos nossos dias, mulheres e raparigas da burguesia, até dos meios mais favorecidos pela fortuna procuram uma ocupação. Este facto só por si provocou uma verdadeira revolução nos costumes, constituindo sem dúvida a via mais generalizada para a mulher atingir uma total independência.

Está já fora de discussão a superioridade ou inferioridade de qualquer dos sexos: o cérebro da mulher é tão potente como o do homem. Respondendo a este facto podemos afirmar que houve uma maior abertura das várias atividades à mulher. Todavia, se em muitas sociedades ela já triunfou e alcançou o seu lugar no trabalho como o homem, não alcançou porém um lugar «igual».

Aqui, há a considerar vários aspetos: para um trabalho igual o salário não é igual, e além disso, para lá das suas ocupações ela mantém-se «dona de casa» responsável pelo lar.

SOBREPOSIÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO E DO TRABALHO PROFISSIONAL

A maior parte das donas de casa têm ocupações fora do lar e não podem beneficiar de nenhuma ajuda. Com um duplo trabalho, profissional e doméstico, a maior parte das mulheres ocupa diariamente 14 a 16 horas em condições completamente extenuantes. Em tais circunstâncias o trabalho feminino resulta com frequência bastante mais instável e consequentemente muito menos rentável que o masculino. Isto conduz à exploração da «mão-de-obra» feminina e ao envio das mulheres para trabalhos subalternos, monótonos, mal retribuídos e fatigantes. Esses lugares monótonos e fastidiosos são também os piores remunerados e muitas vezes não oferecem qualquer hipótese de promoção.

Nestas condições, por que trabalham, então?

Certamente que não é por gosto que se entregam a tais tarefas, quantas vezes escassamente recompensadas.

Há uma certa percentagem que o faz para se libertar do tédio, dos longos dias, passados em casa; para poder «viver» e evoluir, mas essa não é a razão primordial.

A maioria das mulheres trabalha fora de casa e diversas vezes em circunstâncias francamente más, por necessidades económicas: desejo de melhorar o orçamento familiar; desejo de dar aos filhos uma situação mais favorável; desejo bem compreensível de satisfazer um capricho sem que daí advenham problemas para a família.

Porém, se os problemas pessoais ou monetários que motivaram esse trabalho duplo são resolvidos, outros não menos graves surgem, sobre os quais devemos deter a nossa atenção.

INCONVENIENTES DUM «TRABALHO DUPLO»

Primeiro, a mulher trabalhando um número excessivo de horas, no emprego, e em casa, ressente-se quer física quer psiquicamente. É frequente encontrarmos, mulheres ainda novas, mas que trabalham dentro e fora do lar, com doenças cardíacas, anemias, depressões nervosas, etc.

Porém o problema mais grave é o dos filhos. Desde pequeninos, privados dos cuidados da mãe, é em casa dos vizinhos, ou mesmo na rua, dada a ausência quase total de creches e outros organismos de assistência infantil, que a esperam.

Em tais circunstâncias como poderá a mulher contribuir para a economia familiar, sem que a sua saúde se ressinta e sem que o futuro dos seus filhos seja posto em jogo?

Qualquer que seja a solução apresentada há medidas que se impõem: a redução do número de horas de trabalho e a criação de organismos de proteção à infância.

A solução verdadeira porém, consiste sem dúvida numa revalorização feminina e numa melhor conceção do papel da mulher.

Daí a necessidade de rever todas as condições materiais e morais da mulher, tanto a que trabalha no lar como a que exerce uma profissão fora dele, com serenidade e sem preconceitos, à luz dos factos económicos e técnicos da época que atravessamos e também de todos os conhecimentos que nos trouxeram a Biologia, Fisiologia, Sociologia, em resumo todas as ciências humanas.

Nº 188 e 189, julho e agosto, 1969

A PROPÓSITO DO 25.º CONGRESSO DO MOVIMENTO COOPERATIVO FEMININO (p. 1 – Página das Cooperadoras)

O Movimento Cooperativo Feminino Belga, que conta 45 anos de existência, foi criado com o fim de tornar mais eficaz a ação das Cooperativas de consumo. Como é a mulher que mais utiliza a Cooperativa de Consumo, esta encontra naquele movimento um apoio e o impulso para se atualizar.

O Movimento, a princípio, limitava-se apenas à propaganda cooperativista, mas hoje, entendeu desenvolver uma ação educativa e consequentemente emancipadora.

Assim, as cooperadoras lutam, de colaboração com várias organizações, para que as mulheres possuam direitos económicos, políticos e sociais de nível idêntico. São hoje 130 000 e as suas atividades crescem continuamente. No congresso, iniciado em Charleroi a 7 de junho, pretendeu-se, entre outros fins desenvolver uma ação de adaptação aos problemas atuais.

Os trabalhos iniciaram-se com a presença de 250 delegadas de cooperativas estrangeiras e de responsáveis pelo Movimento Cooperativo.

A secretária nacional, Maria-Luísa Seminck, evidenciou no seu comunicado o carácter dinâmico e a vastidão das ações empreendidas: mais de 1200 assembleias anuais reuniram 80 a 90 000 pessoas.

O momento mais importante do Congresso foi dado por Madeleine Dothee (vice-presidente nacional) ao apresentar a «Carta das Cooperadoras», documento que afirma a vontade do Movimento de modificar a sua orientação de modo a ir ao encontro das necessidades femininas.

Eis os dois principais problemas focados na «Carta»:

– a democratização da economia;
– a defesa dos consumidores.

As cooperadoras concluíram que é preciso consciencializar o Homem, que deve participar na política de consumo e ao mesmo tempo ser protegido contra os riscos que ameaçam a sua saúde física e moral.

Numa Sociedade em que mais de 80 % das compras são executadas pelas mulheres, com lucidez e realismo, as cooperadoras preocupam-se com o desenvolvimento do poder de compra e com a sua aplicação. Esta não pode ser condicionada de modo que a mulher a transforme numa máquina que consome não importa o quê.

O ato de consumir não implica só produzir, mas, acima de tudo, põe em jogo o nível de vida familiar, a saúde e o ritmo de vida.

As mulheres cooperadoras belgas, querem, portanto, auxiliar os consumidores na conquista de uma maior felicidade e facilidade de viver. Viver não é consumir MAIS, mas consumir MELHOR.

Além da «Carta das Cooperadoras», o M. C. F. apresentou ainda as seguintes questões:

a) Quais os objetivos que foram definidos? Quais dentre eles se devem desenvolver e quais os que devem ser introduzidos nos programas de ação?
b) Qual é a prioridade a estabelecer entre os diversos objetivos?
c) Quais são os meios a utilizar para atingir resultados positivos?

Há cerca de 50 anos, algumas mulheres conseguiram lançar as bases de um movimento de educação cooperativa, tarefa tanto mais árdua se considerarmos as difíceis condições de emancipará da mulher dessa época. Durante os últimos 50 anos estas pioneiras têm trabalhado intensamente para esse fim com os meios mais modestos que conseguem obter.

Entretanto, as atuais cooperadoras, atentas à rápida evolução em todos os domínios, compreenderam este espírito, estão conscientes do papel que podem desempenhar no desenvolvimento da economia do país. Foi em consequência desta evolução que decidiram estabelecer a sua «Carta».

Como consumidoras associadas, estas cooperadoras reforçaram o seu trabalho a fim de darem à mulher os meios mais eficazes que defendam os seus interesses, tanto no campo da saúde como no do poder de compra.

Multiplicar-se-ão conferências sobre estes problemas, organizar-se-ão reuniões de informação sobre locais de venda e serão criados «clubes» de consumidores.

Paralelamente o M. C. F. lutará para obter dos Poderes Públicos uma série de medidas visando a conservação dos direitos dos consumidores: direito à informação, à proteção, à manutenção do poder de compra e de participar nas decisões relativas aos interesses comuns dos consumidores.

Finalmente o que o M. C. F. reclama é um controlo mais eficaz do progresso a fim de que a «Sociedade de Consumo» forneça a todos uma abundância de condições de vida mais humanas, justamente repartida.

O segundo grande objetivo desta Jornada Cooperativa dirige-se para a criação, na Bélgica, de um Ministério de Consumo, como condição indispensável para permitir ao consumidor ocupar um lugar mais atuante na economia do país.

O Congresso terminou com a afirmação dos propósitos do Movimento de lutar pela defesa do conjunto dos consumidores. Este Congresso foi mais do que um exemplo de força e de coragem; foi acima de tudo, um testemunho da ardente vontade feminina de colaborar, cooperando, na edificação de um mundo melhor

Nº 190, setembro, 1969

EMANCIPAÇÃO DA MULHER: SERÁ TRABALHAR A DOBRAR? (pp. 6 e 14)

Madalena Neves

Em virtude da falta de inquéritos sobre as condições de trabalho da mulher, interrogámos algumas de diferentes níveis sociais, cujas respostas nos permitem avaliar a situação tantas vezes confrangedora em que muitas se encontram.

Começámos por interrogar uma empregada de balcão, 22 anos, que a tudo nos respondeu significativamente com um sorriso.

«Não tenho nenhum gosto especial por estar atrás dum balcão. Acontece que só com a 3.ª classe não posso aspirar a muito melhor.

Tentei há tempos fazer o exame da 4.ª mas como quando saio daqui ainda tenho de ajudar em casa, não tenho tempo para pensar em livros».

NEM UMA REFERÊNCIA AMÁVEL AO MARIDO

Abordámos depois 2 empregadas de escritório.

Uma delas 1.ª escriturária, casada há 9 anos e com 3 filhos, disse-nos:

«Embora não tenha grandes necessidades económicas, receio que de um momento para o outro o meu marido não possa trabalhar, e então quem é que nos sustentaria e continuaria a educar os nossos filhos?»

Falámos em seguida com uma mulher ainda nova mas de aspeto cansado, que saía do mercado.

Foi bastante delicada mas mostrava-se receosa:

«Não sei se o meu marido gostará».

«Ora bem, creio ser já tempo de todas as mulheres se consciencializarem de que não são parte integrante dos maridos. Casar não significa abdicar duma personalidade, dum querer, duma forma muito particular de sentir. Para que exista um casamento válido devem existir 2 pessoas que continuem a ser 2 pessoas depois de se casarem».

Esta mulher casada há 7 anos, vai desde então, diariamente, trabalhar para casa da ex-patroa, das 9 às 19 h, que «por especial favor» lhe permite levar o filho. Em casa faz tudo. Não tem ajudas de ninguém, e o marido também nunca foi capaz de a auxiliar no serviço doméstico.

«Levanto-me às 7 h. da manhã e só pelas 23 h. deixo de trabalhar, mas pelo meu filho ainda era capaz de fazer mais».

Pelo meu filho – em toda a conversa não houve uma única referência amável ao marido e no entanto, apenas há 7 anos faziam juras de amor.

Porque não ajudar a mulher em casa? Não deixa ela tudo para ajudar o marido?

Acidentalmente encontramos uma enfermeira que ao nosso pedido de colaboração, imediatamente se prontificou a responder. Tem 26 anos e está casada há 4.

«Talvez escusasse de trabalhar, mas não quero estar dependente do meu marido. Além disso, embora cansativo e por vezes ingrato, o meu trabalho apaixona-me»

14 HORAS DE TRABALHO

Falámos depois com uma professora primária, de 32 anos, mãe de 4 filhos, que há 2 anos reiniciou os seus estudos de Filologia Românica.

«Sempre desejei estar presente em todos os momentos que os meus filhos tivessem necessidade de mim, todavia à medida que foram nascendo e crescendo, aumentaram também as despesas. Muito cedo verifiquei que tinha de exercer a minha profissão e se há 2 anos, recomecei a estudar numa superação de mim própria, foi porque sei que muito em breve a minha ajuda atual não será nada».

Conversámos ainda com uma empregada dos correios, que nos disse:

«Os meus dias são totalmente preenchidos com trabalho. Dizem que me estou a tornar «azeda», o que acontece é que ando esgotada, trabalho uma média de 14 horas.»

O PAPEL DA MULHER NA EDUCAÇÃO DOS FILHOS

Ê um facto comprovado que a mulher hoje em dia, se não quiser resignar-se a uma existência medíocre, tem de sair de casa e de trabalhar. Não é, porém, menos certo de que para isso é indispensável que os outros (patrões, maridos, colegas, etc.) lhe façam justiça.

É impossível a alguém trabalhar 16 h. diárias.

De tal horário, só virá o cansaço, a velhice prematura, o afastamento dos cônjuges, quando não real pelo menos espiritual, uma enorme solidão moral.

A usura de um dia a dia enfadonho, sem perspetivas que não sejam o trabalho, a educação dos filhos e a reforma ou o «pé-de-meia» para quando se envelhecer só poderá contribuir para um casamento falhado.

Também os filhos, se é que beneficiam economicamente do excessivo trabalho da mãe, se ressentem do modo com o foram criados: hoje em casa duma avó, amanhã duma vizinha, ou mesmo sozinhos.

Não quero com isto dizer que o papel duma mulher se deva confinar ao lar; nem tão-pouco que se aliene essa enorme responsabilidade que os filhos constituem. Todos sabemos que há, para além das necessidades materiais, uma necessidade de realização pessoal que não deve ser descurada. Simplesmente não é humano em qualquer tempo ou lugar trabalhar uma média de 100 h. por semana, e não pode ser bom para criança alguma ser criada em tais circunstâncias.

Portanto, já que a mulher tem absoluta necessidade de sair de casa, impõe-se a criação de horários compatíveis com a sua condição de ser humano e ainda a criação e o alargamento de organismos de assistência à criança.

Uma criança só não será amanhã um ser recalcado ou frustrado se durante a infância fruir duma certa estabilidade.

A certos casais é impossível, dadas as condições económicas precárias, oferecer essa estabilidade aos filhos.

Logo, como a nenhuma sociedade interessa possuir no seu seio recalcados ou frustrados, deve ela própria obstar à formação de tais indivíduos.

Nº 191, outubro, 1969

O QUE UMA DONA DE CASA DESEJA ENCONTRAR NUMA COOPERATIVA (p. 4)

ACOLHIMENTO AFÁVEL E ÚTIL – A dona de casa é algumas vezes recebida friamente ou mesmo com certa brusquidão nos estabelecimentos do Comércio privado. Mas quase geralmente ela é acolhida nestes estabelecimentos com uma afabilidade que a cativa, embora nela haja muita ou total insinceridade. Por isso, ela deseja encontrar na cooperativa um acolhimento amável, mas sincero.

O empregado de uma Cooperativa é também cooperador e nessa medida deve colaborar o mais possível com a cooperadora, quer auxiliando-a na escolha dos produtos relativamente à qualidade e utilidade dos mesmos, quer atendendo-a afável e prontamente. O empregado será, portanto, mais um anfitrião que se prepara para o bom acolhimento do que um «empregado de comércio» muitas vezes com algumas deselegâncias conhecidas.

Seria também interessante, dentro deste aspeto, reservar um pequeno compartimento onde cada mãe-cooperadora deixará os seus filhos brincando, enquanto executa as suas compras livremente. Observamos que as crianças prejudicam o serviço quer pela sua travessura como pela sua curiosidade próprias da idade.

HIGIENE – É um problema que produz efeitos opostos nas donas de casa, isto é, uma parte das cooperadoras preocupa-se muito com a higiene dos produtos e do serviço enquanto que a outra parte não tem grandes ou nenhuns escrúpulos. Por isso mesmo, a higiene dentro da cooperativa

deve ser rigorosa para contentar o primeiro tipo de cooperadoras e para educar o segundo tipo, pois que uma das funções da cooperativa, como sabemos, é a formação dos seus associados. Por «exemplo, existem cooperativas em que se deixa o pão destapado, sujeito a poeiras e a sujidades de todos os tipos; acontece que as cooperadoras ainda não conseguem comprar o mesmo produto sem o apalpar e reapalpar com as mãos sujas de dinheiro, de fruta, de outros produtos e até de animais. Por isso, cremos ser da máxima conveniência o empacotamento com pesagem prévia de todos os produtos de uma cooperativa.

Quanto ao empregado, ele deve vestir uma bata, sempre limpa, se possível branca, e deve ser preparado de modo que aprenda a manter todo o estabelecimento limpo e bem arrumado. Não deve utilizar sempre a mesma faca, quer para queijo, quer para carnes frias, não deve limpar as mãos ao fato ou a um trapo sujo, não deve mexer na cabeça e a seguir pegar em fiambre, como infelizmente já vimos.

Sabemos que consumidores já abandonaram cooperativas em virtude de lhes desagradar a desarrumação e a falta de higiene. Sabemos, perfeitamente, que o empregado de uma cooperativa rural encara o problema com perspetivas opostas às de um empregado de cooperativa urbana, mas, por isso mesmo, defendemos que ele deve frequentar pequenos, mas indispensáveis, cursos de formação, nos quais lhe seriam ministrados conselhos e regras a que devia aderir.

Seria também muito útil que, num determinado número de vezes por ano, as cooperativas fossem visitadas por técnicos que pudessem dar conselhos válidos sobre arrumação e higiene.

EXPOSIÇÃO CONVENIENTE DOS PRODUTOS – O produto deve, em primeiro lugar, ser colocado em posição que desperte a atenção da associada. Cada cooperativa devia colocar à entrada do estabelecimento uma espécie de mapa, muito esquemático, que indicasse a situação dos produtos, não dizemos de toda a gama de produtos que existem, mas dos tipos gerais de produtos, como, por exemplo: especiarias, conservas, cafés, etc., porque se perde um tempo, por vezes precioso, percorrendo todo o salão à procura de um pequeno e escondido produto. Este processo, não só teria esse fim como poderia recordar à cooperadora determinado produto esquecido.

CONSELHOS ÚTEIS DOS EMPREGADOS – O empregado deve ser orientado de modo a ter interesse permanente em relação aos produtos que continuamente são lançados no mercado. Deve conhecer as suas qualidades, as vantagens e processos de utilização das mercadorias para poder orientar a cooperadora sempre que esta necessite do seu auxílio. O conhecimento que o empregado possa adquirir sobre determinados produtos poderá ser ainda enriquecido pela sua própria experiência, o que lhe permitirá aconselhar com muito mais segurança.

RAPIDEZ DE SERVIÇO – Quanto a este fator devemos encarar não só o especto da eficiência do serviço como o método utilizado em cada cooperativa. Defendemos a pesagem e o empacotamento do maior número de produtos para cada. dia de consumo, pois é da máxima utilidade tê-los no

sítio próprio e evitar as faltas que é necessário cobrir levando meia hora a ir ao armazém buscar mais. Há também que utilizar plástico resistente no empacotamento, pois tem-nos acontecido pegar em pacotes esburacados e de plástico tão fraco que os nossos próprios dedos o rebentam.

Há por tudo isto que existir uma boa capacidade de organização dos serviços, que se não for inata será adquirida através da formação.

Uma Cooperadora

Nº 192, novembro, 1969

CARTA ABERTA DE UMA MULHER AO DIRETOR DE UMA COOPERATIVA DE CONSUMO (pp. 6 e 7)

Meu amigo:

Quando lhe pedi certa vez para me dizer quais eram as vantagens que eu, como dona de casa responsável pelo seu governo, encontrava na cooperativa e não encontrava no comércio do meu bairro, disse-me aquilo que já é por demais conhecido.

– Que na cooperativa eu era abastecida sempre com a medida e o peso certos e com artigos de boa qualidade. Que, portanto, eu defendia nela melhor o meu orçamento caseiro e defendia igualmente melhor a saúde das pessoas que tenho a meu cargo alimentar.

– Que na cooperativa se arrecada aquilo que constitui o lucro do merceeiro, porque ela compra diretamente aos armazenistas. Que desse lucro me cabia a mim e aos outros associados uma parte na forma de retorno em proporção ao que se consumia. Tudo isto, no meu ver de dona de casa, com a responsabilidade de fazer chegar o dinheiro para tudo o que é preciso e com o pouco tempo que tenho para fazer o que me obriga o arranjo da casa, só é verdade em parte.

Ora veja:

O peso certo e a medida certa encontramos nós agora quase por toda a parte, pois os artigos são fornecidos previamente embalados. Nisto não há diferença, que eu saiba, entre a cooperativa e o supermercado ali adiante.

Quanto à qualidade dos artigos, salvo alguns em que a cooperativa ainda pode fazer escolha do melhor, todos os outros se encontram iguaizinhos nas lojas ou na cooperativa. Que diferença faz a margarina «Planta» ou a «Serrana», o «Omo» ou o «Sunil», o «Tofa» ou o «Nescafé», o caldo «Knorr» e tantos outros artigos, que a cooperativa tem, dos mesmos que se encontram no supermercado?

E pode a cooperativa garantir-me a boa qualidade destes produtos? É evidente que a cooperativa não pode interferir na qualidade deles e que todos nós, os consumidores, somos obrigados a comprá-los sem sabermos como são fabricados, o que é que os fabricantes põem

neles, até que ponto a nossa saúde periga quando os usamos. O que é verdade é que cada vez mais a cooperativa não se pode gabar de escolher o melhor porque não sabe o que escolhe e resume-se a abastecer-se daquilo que os associados lhe pedem. E estes escolhem «levados» por uma publicidade ruidosa que faz verdadeiras «lavagens de cérebro».

O meu amigo lembrar-me-á o retorno. Que esse não me dá a loja do Sr. Pereira nem o supermercado da «Spar». E que afinal eu estou a mostrar pouco espírito cooperativista.

É verdade, o retorno é pequenino, mas agrada recebê-lo. Todavia, pensando bem, não é assim tão interessante como isso. Tenho de andar quase dois quilómetros para me abastecer na cooperativa, um para ir outro para voltar, enquanto que o Sr. Pereira, o da loja, quase defronte de mim, está mortinho por me ter como freguesa, até me dá crédito e me oferece alguns artigos um poucochinho mais baratos. E o supermercado fica a metade do caminho e também tem artigos com preços um nada mais baixos, o que atrai sempre a dona de casa de recursos limitados.

Afinal, se continuo a ir à cooperativa é porque não me falta de todo o espírito cooperativista. Não esqueça o tempo que perco e o dinheiro que gasto em transportes ou em calçado.

Não meu amigo, o que a nós, donas de casa, interessa ter na cooperativa não é tanto o retorno mas os preços mais baixos. Não é ter um grande auto-serviço a dois quilómetros de distância mas um local de abastecimento, isto é, uma filial da cooperativa no nosso bairro.

Quando lhe falei a si da conveniência da cooperativa abrir uma loja aqui no meu bairro, onde há talvez duas dezenas de sócios e muitas famílias que poderiam tornar-se sócias, o meu amigo riu-se primeiro, acusando-me de pouco realista e mostrou-se muito medroso depois. No entanto, não sabia que já outras cooperativas o têm feito com sucesso.

Não, meu amigo, o que a nós, donas de casa mais interessa encontrar na cooperativa, além de um bom preço, é um bom serviço.

Um serviço que nos poupe tempo, um serviço que nos assegure que a margarina tal é a melhor, que aquele azeite é o que devemos escolher, que estoutro produto da fábrica X não é tão bom, etc. Já pensou que a nossa cooperativa devia unir-se às outras para ter um laboratório para analisar os comestíveis. Aí está um serviço que seria muito útil aos consumidores. Pode dizer-me porque é que os empregados da nossa cooperativa procuram empurrar-nos para o «Omo», o «Det», etc., quando o detergente «Coop» é da mesma qualidade e mais barato.

Meu amigo. Não me acuse de não ser cooperativista. Pense antes que você é que não é tão bom cooperativista como julga porque, com as suas ideias rotineiras, está a deixar que os colossos dos supermercados conquistem os consumidores, porque você é contra a ideia da cooperativa abrir filiais, porque acha que a união das cooperativas não é precisa, como não são precisos laboratórios, nem pensar em ter fabrico próprio. Não se esqueça do que me disse, quando eu lhe falei em a cooperativa, só ou junta com outras, ter um aviário. Não se esqueça

também, que, num ano, a cooperativa perdeu 30 sócios consumidores.

Espero que não fique zangado comigo e venha a concordar que deixar correr o marfim, nos tempos de agora, é contribuir para acabar com a nossa cooperativa. É o que deseja esta sua Consócia.

A AÇÃO DAS MULHERES DOS PESCADORES JAPONESES (p. 7)

No Japão, desde 1951, muitos grupos femininos se formaram no seio do movimento cooperativo das aldeias. Aqueles são constituídos por mulheres de pescadores ligados todos a uma cooperativa e têm por objetivo estimular a economia e melhorar o nível de vida nas aldeias e vilas. Estes grupos não mais cessaram de aumentar. Em 1952 já existiam 66 grupos num total de 10 810 membros. Em 1967 o seu número aumentou para 1276, reunindo 208 052 membros. Durante o mesmo período a economia passou de 10 milhões de yen para 5860 milhões de yen. Ao nível das prefeituras marítimas existem 34 federações de grupos femininos, mais conhecidos pelo nome de Federações de Crédito das Cooperativas de Pescadores.

Em 1958, foi criada uma organização nacional, formada por grupos femininos. A sua direção encontra-se junto da Federação Nacional das Cooperativas de Pescadores de Tóquio. Esta convoca três vezes por ano as representantes dos grupos femininos. As reuniões têm por fim estimular os interesses dos associados, encorajá-los no prosseguimento dos esforços já empregados em matéria de educação e de formação e a aperfeiçoarem a sua própria estrutura cooperativa.

É altura de dizer que um elevado número de mulheres pratica também a pescaria.

As federações desempenham um papel importante no auxílio às famílias, estabelecendo um orçamento, criando infantários e creches. Além disso, a Federação Nacional das Cooperativas de Pescadores publicou um pequeno livro de contabilidade que corresponde às necessidades particulares dos pescadores.

Nº 193, dezembro, 1969

A MULHER NA VIDA POLÍTICA (pp. 11 e 14)

Dra. Palma Carlos

E da constatação empírica o pouco relevo da participação feminina na vida política, pelo menos do mundo ocidental. A que se deverá este fenómeno de menor participação da mulher na vida política?

Creio que as razões a aduzir estão intimamente relacionadas com as limitações, que se deparam à mulher na sua atividade profissional.

Assim, as dificuldades de tempo, derivadas da acumulação dos trabalhos profissional e doméstico, levantam graves obstáculos à ação política até das mulheres mais interessadas por essa ordem de problemas, por outro lado, originando uma menor disponibilidade de espírito, e uma limitação do convívio e do contacto com os outros, indispensável à integração na vida política, social por excelência, têm ainda como consequência o desinteresse pelos problemas fundamentais da vida nacional.

Poderá igualmente apontar-se o facto de às mulheres ser vedado o acesso a profissões cujo exercício as habilitaria de forma especial ao desempenho de certos cargos públicos. Refiro-me nomeadamente a Portugal, onde estão impedidas de seguir a magistratura e a carreira diplomática. Não deverá, porém, atribuir-se demasiado relevo a tal discriminação, que, todavia, importa combater, visto que o fenómeno da apolitização das mulheres se verifica também em países onde não vigoram limitações análogas.

Depara-se-nos, porém, outra condicionante, de importância primordial, esta de natureza psicológica: Toda uma atitude de conformismo e alheamento originada pela educação num mundo dirigido por homens e estimulada por preconceitos correntes, tão bem expressos na imprensa feminina, que, como questões de interesse mundial, se limita a focar os amores e escândalos ocorridos na alta sociedade.

De salientar que, no entanto, em períodos de crise, durante os quais os assuntos públicos calam mais fundo nas massas, estes condicionalismos se esbatem, verificando-se uma participação consideravelmente mais ativa das mulheres na vida política. Um exemplo só, entre os muitos que se poderiam apontar – a resistência francesa.

Isso parece demonstrar que, com maior consciencialização – e, evidentemente, com menores dificuldades de tempo – o panorama atual se modificará.

Relativamente à participação feminina na vida política, surge ainda outra questão a que interessa fazer referência aceitação das ideologias tradicionais, o desejo de estabilidade derivado da introversão para a vida doméstica, o peso da percentagem dos votos de viúvas idosas, por sua posição – a do caráter mais conservador das mulheres, que, na generalidade, votam com extrema prudência e sobretudo nos partidos centristas.

Para a explicação de tal facto, poderá apontar-se a maior social de tendência conservadora, etc. Creio, no entanto, que o fator fundamental e que engloba muitos dos outros, será o maior desconhecimento dos problemas políticos, que origina a incompreensão e o receio de modificações estruturais.

Em conclusão, creio que a participação cada vez mais ativa das mulheres na vida social, através da atividade profissional, e a difusão da instrução necessariamente irão alterando a

situação descrita, levando a um alargamento de horizontes, um desenvolvimento de capacidades, enfim, uma modificação substancial da sua posição no mundo.

Nunca se poderá considerar os problemas dos homens cabalmente solucionados senão quando os das mulheres o estiverem também, até porque eles só se poderão realizar plenamente no contacto com o sexo feminino de igual modo plenamente realizado.

É, assim, tão errado pensar que as mulheres devem travar, isoladas, a luta pela sua emancipação, como para elas solicitar a ajuda condescendente dos homens.

(Extrato do livro «A Mulher na Sociedade Contemporânea?)

A ELOQUÊNCIA DOS NÚMEROS

Percentagem de mulheres na população activa de alguns distritos de Portugal

Viana do Castelo	23,9
Faro	14,8
Viseu	14,8
Beja	14,0
Vila Real	13,9
Portalegre	13,2
Évora	13,1
Leiria	11,7
Bragança	10,0
Ilhas	9,7

Percentagem de população activa feminina sem frequentar ou possuir um grau de ensino

Ilhas	59,0
Leiria	61,0
Évora	63,3
Bragança	65,3
Portalegre	66,1
Faro	67,4
Beja	67,9
Vila Real	70,8
Viseu	72,6
Viana do Castelo	81,4

(Números citados por Sérgio Ribeiro em «A Mulher na Sociedade Contemporânea»)

OS ANOS 70

Embora o foco permaneça no empoderamento feminino dentro e fora do lar, na década de 70 começa a destacar-se mais a ideia da mulher como pilar familiar, alinhando-a com os valores cooperativos, especialmente nas seções que enfatizam a harmonia doméstica e a educação de filhos como base para uma sociedade cooperativa equilibrada.

Observa-se uma continuidade na promoção do papel das mulheres no cooperativismo, na educação, e no progresso social, com uma possível ampliação das responsabilidades atribuídas às mulheres dentro das estruturas cooperativas e sociais.

Os artigos publicados neste período colocam maior ênfase na participação ativa da mulher, que continua a ser vista como uma peça-chave no movimento cooperativo, especialmente no fortalecimento da democracia nas cooperativas e no seu envolvimento em comissões diretivas e culturais. São frequentes os discursos que mencionam a importância de integrar mulheres em decisões de nível estratégico e administrativo.

A educação cooperativa é enfatizada como ferramenta para capacitar mulheres a liderarem transformações nas cooperativas e na sociedade. Há referências a atividades que promovem o envolvimento das mulheres em programas de formação que vão além das tarefas domésticas, como economia e organização comunitária.

Também se mantêm as menções a exemplos de mulheres em cooperativas de outros países que ocupam papéis de liderança e promovem mudanças sociais significativas, sugerindo que o movimento português procura alinhar-se a esses modelos progressistas.

Nº 194 e 195, janeiro e fevereiro, 1970

MULHERES NAS COOPERATIVAS... MAS COMO? (pp. 11 e 14)

Fernando Gomes

Quem lê com atenção o Boletim Cooperativista, já reparou com certeza que frequentemente são publicados os nomes dos corpos gerentes das diversas cooperativas. E possivelmente reparou também, como nós, que nessas listas diretivas nunca (ou quase nunca) figura o nome de uma mulher.

Quererá isto dizer que os cooperadores entendem que os lugares de direção devem estar reservados aos homens? Não, não é isto o que os cooperadores pensam, ou pelo menos não nos lembramos que alguém o tivesse afirmado, mas na prática é isto que acontece.

Na prática, há dois tipos de cooperadores – os que vão às assembleias gerais, podem eleger e ser eleitos para os corpos gerentes (os Homens) e os que vão ao auto-serviço (as mulheres).

Mas para esta situação há uma justificação, é a seguinte: Só podem ser eleitos ou eleger, usar, portanto, do direito de voto, numa cooperativa, os sócios dessa cooperativa os indivíduos que subscreveram uma ação de um determinado montante. Ora o que acontece é que na quase totalidade dos casos quem se faz sócio é o «chefe de família» – o homem, portanto – e isso é suficiente para que toda a unidade familiar beneficie das vantagens económicas da cooperação.

Ora como a grande maioria das famílias cooperadoras têm um baixo nível de vida, evidentemente que não vão subscrever duas ações em vez de uma só para que a mulher também goze de plenos direitos na cooperativa. Por outro lado, nem a mulher passa pela cabeça reclamar e exigir uma solução que lhe permita gozar dos mesmos direitos do marido.

Porém, paralelamente, muitos dirigentes cooperativos, sem se aperceberem deste problema em toda a sua profundidade, falam constantemente de participação das mulheres na vida das cooperativas. Mas de que género de participação, falam eles?

Quando pensam na mulher é sempre na qualidade de dona de casa – pensam então em formar um conselho de mulheres que se pronuncie sobre aspetos comerciais ligados ao auto-serviço (são «elas» é que lá vão!). Ou então quando a cooperativa organiza uma festa, a direção escolhe o programa, a data, fez os convites, etc. – as mulheres arranjam os cortinados, dispõem as mesas, preparam os bolos e as sanduíches. Quer dizer que dentro do próprio movimento cooperativo, se refletem as condições sociais gerais, que conferem à mulher um papel de inferioridade, um papel subalterno face ao homem. Será isto democracia? Claro que não, se analisarmos o problema de uma maneira não formal. E democracias formais não queremos nós, mas sim reais, efetivas.

Como resolver o problema? Não possuímos nenhuma varinha mágica, nem estamos de posse da solução. A solução terá de ser encontrada coletivamente. Para isso esperamos para já que os dirigentes e os juristas se pronunciem.

Entretanto avancemos já uma hipótese cuja viabilidade pode ser discutida, por vós:

Imaginem que para ser sócio da cooperativa X é necessário subscrever uma ação mínima de 500$00. Pois bem poderia estabelecer-se o seguinte: sempre que um casal quisesse entrar para a cooperativa cada um dos cônjuges teria apenas de realizar uma ação de 250$00, seriam, portanto, os dois, sócios com plenos direitos. Qualquer pessoa que entrasse individualmente realizaria uma ação de 500$00.

Esta solução é viável? é aproveitável? ótimo. Não presta? é inviável? é absurda? ótimo – proponham outra.

Nº 196, março, 1970

RETRATO DUMA MENTALIDADE ATUAL (p. 11)

Fala-se muito de «emancipação de mulher» e tomam-se como fatores dessa emancipação um certo tipo de liberdades superficiais que nada resolvem quanto à situação de fundo.

As mulheres dos nossos dias vestem calças ou mini-saia, vão sozinhas ao cinema ou à praia, estão menos limitadas pela família nas suas relações amorosas. Porém, paralelamente, no mercado de trabalho, o trabalho feminino vale menos que o masculino. Em matéria de educação mantém-se a segregação entre os dois sexos. A mulher continua a ser olhada como ser inferior pelo «macho». Continua a ser utilizada como um objeto, como mera fonte de prazer para o Homem. É por isso que o texto que apresentamos de Eça de Queiroz, escrito há cerca de um século, se mantém profundamente atual na análise de um tipo de mentalidade que é preciso eliminar.

– E é o que eu admiro, Conselheiro, – observou Julião – é que tendo uma casa tão confortável, não se tenha casado, não se tenha dado ao conchego duma senhora...

Todos apoiaram. Era verdade! O Conselheiro devia-se ter casado.

– São graves, perante Deus e perante a sociedade, as responsabilidades de um chefe de família – considerou ele.

Mas enfim – disseram – é o estado mais natural. E depois, que diabo, às vezes havia de se sentir só! E numa doença! Sem contar a alegria que dão os filhos!...

O Conselheiro objetou: «Os anos, as neves da fronte...».

Também ninguém lhe dizia que fosse casar com uma rapariga de quinze anos! Não, era arriscado. Mas com uma pessoa de certa idade que tivesse atrativos, cuidados de interior.... Era mesmo moral.

– Porque enfim, Conselheiro, a natureza é a natureza... – disse Julião com malícia.

– Há muito, meu amigo, que se apagou dentro em mim o fogo das paixões.

Ora qual! era um fogo que nunca se extinguia! Que diabo! Era impossível que o Conselheiro,

apesar dos seus cinquenta e cinco fosse indiferente a uns belos olhos pretos, a umas formazinhas redondas!...

O conselheiro corava. E o Savedra declarou, com um circunlóquio púdico – que nenhuma idade se eximia à influência de Vénus. Toda a questão é nos gostos – disse: – Aos quinze anos gosta-se duma matrona cheia, aos cinquenta de um frutozinho tenro.... Pois não é verdade amigo Alves?

O Alves arregalou os olhos concupiscentes, e fez estalar a língua.

E o Savedra continuou:

– Eu, a minha primeira paixão foi uma vizinha, mulher de um capitão de navios, mãe de seis filhos, e que não cabia por aquela porta. Pois, senhores, fiz-lhe versos, e a excelente criatura ensinou-me um par de coisas agradáveis.... Deve-se começar cedo, não é verdade? – E voltou-se para Sebastião. Quiseram então saber as opiniões de Sebastião – que se fez escarlate. Por fim, muito solicitado, disse com timidez: – Eu acho que se deve casar com uma rapariga de bem, e estimá-la toda a vida...

Aquelas palavras simples produziram um curto silêncio. Mas o Savedra, reclinando-se, classificou uma tal opinião de «burguesa»; o casamento era um fardo; não havia nada como a variedade...

E Julião expôs dogmaticamente:

– O casamento é uma fórmula administrativa, que há de um dia acabar... – De resto, segundo ele, a fêmea era um ente subalterno; o homem deveria aproximar-se dela, em certas épocas do ano (como fazem os animais, que compreenderam estas coisas melhor que nós), fecundá-la e afastar-se com tédio.

Aquela opinião escandalizou a todos, sobretudo o Conselheiro, que a achou «dum materialismo repugnante».

– Essas fêmeas para quem é tão severo, Sr. Zuzarte, – exclamava ele – essas fêmeas são nossas mães, nossas carinhosas irmãs, a esposa do Chefe do Estado, as damas ilustres da nobreza...

– São o melhor bocadinho deste vale de lágrimas – interrompeu com fatuidade o Savedra, dando palmadinhas sobre o estômago.

Extrato de «O Primo Basílio» de Eça de Queiroz

Nº 197, abril, 1970

2. ° – «A POSIÇÃO DA MULHER NO MUNDO DE HOJE» – ponto da secção de "Piedense – Série de colóquios comemorativos do 77.° aniversário" (p. 2 – De Norte a Sul)

2. ° – «A posição da Mulher no Mundo de Hoje» – Tema do colóquio presidido por Maria

Lamas. Começando por delinear, numa breve introdução histórica, a posição da mulher na Sociedade, a conferencista deteve-se em seguida na análise das situações atualmente existentes. Do colóquio, da autora registamos as frases significativas: «Uma sociedade é tanto mais evoluída quanto maior for a igualdade do homem em relação à mulher e às crianças».

«A mulher, a operária, que trabalha não tem garantia nenhuma para os filhos. A mulher que vai para o trabalho precisaria de saber que as crianças se estão a desenvolver normalmente. Solucionar estes problemas é uma das primeiras campanhas.»

«Não devemos avaliar o progresso do mundo pelo progresso técnico, mas também pelo nível de vida e pelas realizações morais.»

«A esmola e a caridade nada resolvem – apenas conduzem a nova esmola e a nova caridade

MULHERES NAS COOPERATIVAS? SIM! COMO? MUITO FACILMENTE (p. 3)
M. Roque Laia, Consultor Jurídico da Unicoope

Tão facilmente, como fácil foi sair-se dos hábitos machistas do passado, em que só o homem – o senhor – ia às sessões solenes, aos atos inaugurais, e semelhantes.

A mulher – a escrava do himeneu – ficava em casa, despojada da sua situação de «cidadã». E isto mesmo, sucedia em muitos lares dos que, nas assembleias das suas associações, dos seus sindicatos, se proclamavam e se diziam, partidários das doutrinas de liberdade e de igualdade social.

Porém, consequência de vários fatores – (entre os quais avultam as duas últimas grandes conflagrações mundiais, em que o homem foi obrigado a ceder lugar à mulher em muitos postos e serviços que para si reservava) –, a mulher entrou, decidida e francamente, no caminho da sua libertação política, económica e social.

E digo «entrou» e falo em «libertação» porque ela já não «espera», nem se contenta, – felizmente – que o homem lha «dê».

Tendo tomado consciência dos seus direitos, ela realiza a forma sadia do exercício dos mesmos, pois, os direitos não se pedem, nem se solicitam: tomam-se, conquistam-se.

Surge agora – e ainda bem – quem note algumas das maiores lacunas do nosso movimento cooperativista, uma das quais por mim já apontada há anos: a ausência da mulher nas equipes de gerência; a não usufruição individual, por parte da mulher casada, da filha solteira, dos benefícios de «sócia da cooperativa».

E; o problema posto aborda um aspeto pertinente da questão: terá a mulher casada, a filha solteira, de se «inscrever como sócia», individualmente, para, individualmente, os usufruir?

Se assim for, então duplicam-se as despesas de quotas, compra de ações, de estatutos, etc., etc.

A solução parece-me estar naquela por mim já preconizada há tempos, no modelo de estatutos uniformizados que fiz: a criação dum tipo novo de sócio cooperativista, ou, melhor, na criação dum novo tipo de sócio coletivo: o agregado familiar.

O sócio será o próprio «agregado familiar», entidade coletiva, e não só o «chefe da casa».

Os direitos, derivados duma única compra de ações, duma única inscrição, duma única quotização, serão usufruídos, individualmente, pelas pessoas que constituíssem esse agregado.

Se os Estatutos estabelecerem – na forma devida– os direitos do sócio familiar e como os usufruirão os componentes dele, possível é resolver o problema posto e duma forma legal.

E, mais: nada impedirá que a mulher, componente do agregado, desempenhe funções de gerência.

Porque... (concluo como comecei) uma das muitas lacunas do nosso Movimento Cooperativista é a não presença da mulher nas equipes de gerência.

É convicção minha que essa presença ajudará a resolver muitos dos pontos maus de algumas gerências, evitará muitos outros, e abrirá ao Movimento o caminho e as perspetivas para as quais ele ainda olha com timidez e hesitação.

Nº 199 e 200, junho e julho, 1970

O NOVO ADÃO E A NOVA EVA (pp. 12 e 13)

José António Saraiva, de «O Comércio do Funchal»

Antigamente eram os namoros de janela, a menina fechada no invólucro misterioso da sua delicadeza, era Romeu e Julieta. Antigamente eram os amores de perdição, Tristão e Isolda, as cantigas de amigo. A vida – eram só flores atiradas das janelas.

As noites escuras dos reis, as orgias dos senhores, eram lendas que corriam escondidas por debaixo das sete saias das cortesãs, batiam nas paredes dos castelos; caladas por trovadores, perdiam-se na serena pacatez das noites quentes.

O dia trazia à luz as declarações de grande amor – com a noite, caíam os panos grossos do silêncio sobre as alcovas.

Neste tempo, a mulher não faz parte das coisas da Terra; afastada dos grandes negócios do mundo, à sombra dos ombros largos do seu senhor ou dos muros dos palácios, ora ganha o tamanho das coisas inacessíveis, a dimensão do mito, como desce ao préstimo das coisas menores, esgoto simples das necessidades biológicas ou dos prazeres viciosos do macho. Estamos no tempo da força – um tempo que se prolonga mais longe pelas planícies do Oeste americano, pelas fitas de cinema, por Tom Mix, William Hart, Gary Cooper...

Um modelo feminino que se mantém muito tempo, que vem até hoje pelos baixos da

Europa, por Portugal, pelo sul da Itália, pela Grécia...–um modelo feminino que estoirava noutros lugares, quando o mundo capitalista fazia o arranque para aquilo a que se chamou o capitalismo novo ou o neocapitalismo: a Era do Consumo.

A mulher sai para a rua, vai fazer parte da vida – descobrindo a ausência de significado de uma existência, rompe as cadeias que a tornavam propriedade do homem. A relação homem/mulher sofre uma mudança fundamental: ela não é mais a caixa de cigarros que se compra, que ele usa e deita fora. Passa de objeto a sujeito – a ter o seu jogo, a ter cartas e a saber usá-las. O jogo é outro. A isto, chamou-se a «emancipação» da mulher».

Mas as máquinas de produção e os circuitos de distribuição não dormiam à sombra das suas árvores de patacas; depressa descobriram as vantagens imensas que poderiam retirar do novo jogo.

Aproveitando aquele que continua a ser o meio mais eficaz, apoiada na nova técnica e nos grandes cérebros que se colocam docilmente ao seu serviço à sombra do seu benfeitor paternalismo, a publicidade vai jogar as suas cartas – à procura da dominação dos homens através do sexo. A cor – as cores excitantes –, a luz, a música, a grafia e a fotografia, a imagem parada e em movimento: as notas de uma sinfonia erótica, as barreiras que se levantam entre o homem e a mulher.

Interessada num processo de procura de verdade nas relações dos sexos, a mulher vai ser engrenada – e por ela engrenar o homem – no jogo mais perigoso: aquele em que deixam de entender as regras.

Do homem e da mulher, para ele e para ela, vão-se fabricar modelos novos. A máquina de sugestão inventa e impõe o novo Adónis, a nova Afrodite – entre os sexos, voltam a levantar-se as barreiras maiores: as barreiras do mito.

Cobertos com a capa das coisas deste mundo, tornados aparentemente acessíveis – «você pode ser ele» –os novos modelos atingem-se através dum meio: o consumo.

O modelo masculino tradicional é rapidamente pulverizado – o dom Juan e o Marialva aparecem subitamente deslocados, profundamente ridículos. O homem transforma-se naquilo que durante muito tempo lhe dava sentido: a austeridade, a sobriedade, a severidade, a gravidade do macho. Os medalhões, as flores, as cores vivas, sobretudo a moda ondulante, flutuante, livre, são os sinais do novo tempo, a embalagem e os acessórios do novo homem – o novo Adónis.

As ondas masculinas podem agora – elas também – suceder-se em ritmo alucinante.

Atraindo-se e repelindo-se, mutuamente desconfiados neste jogo que os opõe, homem e mulher têm um aliado comum: as máquinas de venda. Peões dum jogo macabro, num processo de consumo desenfreado perseguem as imagens do mito – as imagens que a máquina mantém implacavelmente na frente deles, como os seus reflexos num espelho.

Normalmente nunca as encontrarão – como ele não encontrará a sua Afrodite, em ela o seu Adónis.

Enganados e desiludidos, cansados deste jogo de cabra-cega, de encontros e desencontros, os sexos acabarão por se juntar – tristemente, desoladamente, desconsoladamente. Ou por apodrecer, fumando A-Xis num qualquer *pub* duma qualquer cidade. Ou por se deitarem fogo, com um petróleo do qual talvez já nem sequer saibam a marca.

Podres na valeta ou feitos carvão na rua – aí têm o novo Adão e a nova Eva.

Nº 202, setembro, 1970

O TRABALHO FEMININO (p. 12)

É pelo trabalho produtivo direto e por uma larga participação nos principais sectores da economia nacional que a mulher se situa na sociedade.

No entanto, a participação das mulheres na atividade económica varia consideravelmente de região para região. Assim, se a proporção das mulheres na população ativa ultrapassa os 40% nas Europas Ocidental e Oriental, na América latina nem a 15% chega. Na América do Norte 1/3 da população ativa é composta por mulheres.

Temos, pois, que, graças ao desenvolvimento económico e ao número sempre crescente de mulheres que recebem uma formação que as torna capaz do exercício duma profissão, o número destas que trabalham aumenta constantemente.

E onde as mutações gerais das estruturas tiveram como consequência uma maior democratização do ensino e uma planificação do mercado de trabalho; onde as medidas sociais necessárias foram tomadas (creches, jardins-escolas, proteção geral à maternidade) – as mulheres podem efetivamente exercer uma profissão ao mesmo nível que o homem.

Pelo contrário, onde nenhuma medida foi pensada ou aplicada, o trabalho feminino é um problema grave e como tal reflete o desequilíbrio existente entre os progressos das ciências e técnicas e as necessidades económicas e o conservantismo geral dos espíritos e estruturas.

Mas ainda que o direito da mulher ao livre exercício duma profissão esteja proclamado em muitas constituições, a discriminação subsiste na prática e nos locais de trabalho. Por um lado, as desigualdades e dificuldades que a mulher encontra no seguimento dos seus estudos e que a impede tantas vezes do exercício duma profissão. Por outro lado, as responsabilidades familiares retêm-na fora do mundo profissional e forçam-nas também a interromper o trabalho que exerciam antes do casamento.

E perante a realidade do abandono dos estudos e das atividades profissionais põe-se o problema da rentabilidade ou do supérfluo que é uma educação ou formação profissional não exercida.

Juntemos a tudo isto os obstáculos com que o trabalho feminino choca em diversos países: desigualdade de salários (desvantajosa para ela); dificuldade de promoção social; atitude dos patrões que, apesar do salário mais baixo, exigem muitas vezes da mulher mais diplomas e qualificações do que ao homem para o mesmo posto – e reservando-lhe, apesar disto, postos secundários e ingratos.

Não se devem também esquecer as mulheres que não possuem um trabalho remunerado, mas que prestam os seus serviços e trabalhando nas lides caseiras, nas explorações agrícolas, artesanais ou comerciais do marido. Não dispomos de dados concretos sobre este tipo de trabalho mas a sua importância económica e social é evidente.

Pôr entraves ao trabalho feminino é recusar o imenso capital humano que elas representam e tanto maior quanto elas têm demonstrado, que são capazes de gerir os mais diversos assuntos e, assim, participar no progresso técnico e científico.

É o caso, por exemplo, da Rússia onde 49,3% da população ativa, 30% dos engenheiros e mais de 70% dos médicos são mulheres. Assim as novas estruturas económicas, sociais e culturais, os investimentos importantes, as medidas tomadas para melhorar a condição da mulher e a aplicação duma política de igualdade homem-mulher têm tido como consequência uma larga participação da mulher na vida económica e social.

UNESCO

Nº 204, novembro, 1970

COLABORAÇÃO DOS LEITORES – AS MULHERES NO MOVIMENTO COOPERATIVO (p. 2)

Em certas nações as mulheres têm lugar cimeiro no movimento cooperativo. Pena é que por cá não vejamos esse entusiasmo. Por exemplo, no Japão desde 1953, se têm formado grupos femininos no seio do movimento cooperativo nas pequenas aldeias e vilas. São constituídos por mulheres dos pescadores, formando todas cooperativas para melhorar o nível de vida.

Também em 1958, foi criada uma organização por grupos femininos e a sua Direção está junto da Federação Nacional das Cooperativas de Pescadores de Tóquio.

As representantes dos grupos femininos, são convocadas 3 vezes por ano.

Segundo novas estatísticas esses grupos aumentam.

Essas federações desempenham um papel importantíssimo no auxílio às famílias, criando infantários e creches.

Assim, com a união de muitos sócios numa cooperativa, esta consegue beneficiar os seus associados. Costuma-se dizer que a união faz a força...

Nº 207 e 208, fevereiro e março, 1971

UM «CRIME NEFANDO» (p. 16)

Rui Canário

Pouco antes do Natal, os jornais noticiaram mais um caso, semelhante a tantos outros, em que uma jovem «serviçal», solteira, e abandonada pelo namorado, estrangula o próprio filho, procurando assim escapar às responsabilidades e dificuldades que a condição de mãe solteira acarreta. Casos como este ou semelhantes (abandono de recém-nascidos) não são raros, sucedem-se até com relativa regularidade. Os jornais encarregam-se de os noticiar com grande soma de pormenores, horrorizando decerto as consciências dos leitores que, no entanto, os consomem morbidamente.

Porém, se os jornais, na generalidade, pressurosamente aproveitam e exploram comercialmente o sensacionalismo destas notícias, uma coisa é constante: ocultar cuidadosamente o porquê de tal procedimento. O leitor incauto, e que nunca tenha refletido sobre este problema, apenas poderá concluir da «malvadez», da «perfídia», da «crueldade» da criminosa mãe. Será esta a explicação?

A verdade, é que só uma ínfima percentagem de mulheres solteiras é capaz de assumir livremente a maternidade, e enfrentar a censura social, e as dificuldades de toda a ordem (obtenção de empregos, por exemplo) a que a mãe solteira está sujeita.

Acresce que, como afirmava num artigo sobre o assunto a jornalista Antónia de Sousa «é nas classes menos favorecidas que se regista maior número de maternidades entre raparigas solteiras. Maternidades que chegam ao termo, convenhamos, porque se houvesse estatísticas, verificar-se-ia não ser o número menor noutras classes sociais que, beneficiadas pelo desafogo económico recorrem ao aborto ou ao casamento a tempo, de forma a não enfrentarem a censura social».

A mãe solteira é, aos olhos da sociedade um ser marginal, e é precisamente para escapar a essa marginalidade, e às dificuldades sociais, económicas e morais que essa marginalidade implica, que jovens mães são impelidas para atos como estes, que mais não são que atos de desespero, provocados afinal pelos preconceitos sociais coletivos, que veem no casamento a única possibilidade de realização sexual da mulher.

O problema de mãe solteira, é, afinal, uma faceta da situação de inferioridade social da mulher, que se manifesta particularmente na repressão sexual de que esta é vítima.

Essa situação de inferioridade e discriminação (que assume aspetos análogos aos do racismo) tem origens sociais e históricas que é possível analisar e detetar com bastante precisão. Mais ainda só uma análise precisa dessas origens sociais e históricas nos permitirão vislumbrar com clareza as vias para ultrapassar esta situação de flagrante injustiça. Se assim não procedermos, os «preconceitos» não serão para nós inteligíveis e não poderemos, portanto, eliminá-los Esses

preconceitos têm uma base económica e social que os sustenta e que eles próprios tendem a perpetuar, é essa a sua função social. Por isso, eles só desaparecerão quando a própria realidade social que lhes serve de base, ela própria se modificar (ou seja quando nós a modificarmos).

Contribuir para a compreensão clara deste problema, etapa prévia indispensável, para uma ação esclarecida com vista à sua resolução, será o objeto de um próximo artigo do Boletim Cooperativista.

Nº 210, maio, 1971

PORQUÊ A INFERIORIDADE SOCIAL DA MULHER? (1) (p. 5)

Rui Canário

Fala-se muito (e dando diversos sentidos à palavra, por vezes mesmo, contraditórias) de emancipação da mulher. Para defender esta ideia com coerência é necessário responder de uma forma clara à pergunta: que emancipação defendemos, e emancipação em relação a quê? É isso que tentaremos fazer.

E o caminho mais apropriado para o conseguirmos, parece-nos ser o de investigar quais as razões, quais os motivos que geraram a estrutura social em que vivemos, na qual as mulheres ocupam uma posição de nítida inferioridade e desvantagem.

A inferioridade social da mulher tem sido largamente teorizada e fundamentada: para alguns são motivos biológicos que determinam a superioridade masculina, para outros é o próprio direito natural que justifica esta situação; para estes o homem é superior à mulher, tal como a Terra anda à volta do Sol, ou seja, é inerente à própria natureza das coisas e como tal não pode ser modificada. A necessidade de haver um chefe na família é também um argumento prático muito invocado, mas que como veremos também não tem nenhuma consistência (até porque podia ser a mulher a desempenhar esse papel...).

Contrariando esta argumentação, uma análise objetiva da evolução histórica da humanidade, mostra-nos que não existem princípios morais eternos e imutáveis. Mostra-nos que à medida que as estruturas económicas e sociais se modificam, também os conceitos morais, os tipos de família, os tipos de comportamento dos diversos grupos sociais acompanham essas modificações. Assim, no caso concreto que abordamos, há mil anos a situação da mulher na sociedade era diferente daquela que conhecemos, e há quatro ou cinco mil anos essa diferença era ainda mais acentuada. O que demonstra que a inferioridade social da mulher não é nenhuma fatalidade, mas sim o produto de determinadas condições históricas que lhe deram origem.

As mais antigas sociedades humanas não conheciam desigualdades sociais, nem a divisão em classes.

Nessas sociedades os bens eram comuns, não existia a propriedade privada, não havendo, portanto, diferenciações de riqueza entre os diversos membros do grupo. Os cientistas designam esta primeira fase da história da humanidade por REGIME COMUNITÁRIO PRIMITIVO. Neste período recuado os conhecimentos técnicos dos homens eram muito limitados e, portanto, muito ténue o seu domínio da natureza. Numa primeira fase estas populações viviam exclusivamente da caça e da recolha de frutos ou outros produtos vegetais que a natureza lhes oferecia espontaneamente. Só um pouco mais tarde adquiriram conhecimentos e fabricaram instrumentos que lhes permitiram passar a uma fase mais adiantada em que a agricultura e a criação de gado são a base da sua vida económica e social.

Nesta época a divisão social do trabalho é muito incipiente, cada pessoa é capaz de prover às suas próprias necessidades de habitação, vestuário e alimentação. Por outro lado, como o nível técnico é muito baixo, cada pessoa não é capaz de produzir mais do que aquilo que necessita para sobreviver, por isso é impossível praticamente que haja exploração do trabalho, o que explica a ausência de classes sociais e da propriedade privada.

Desde um período muito recuado que é possível detetar uma certa divisão de trabalho entre homens e mulheres, cabendo aos homens a procura da alimentação e às mulheres as tarefas domésticas. Porém, pelas razões que apontámos, este facto não se traduzia numa desigualdade social entre os dois sexos, visto que estes dois tipos de atividade se equivaliam e eram complementares.

Durante o período do Regime Comunitário Primitivo não só a mulher não estava colocada em situação de inferioridade perante o homem, como até, mercê do tipo de família então vigente ocupava uma posição de relevo. Com efeito o modo como se processavam as relações entre os dois sexos, o tipo de matrimónio e de família, e os preceitos morais coletivos eram radicalmente diferentes daqueles que conhecemos na nossa sociedade.

Primitivamente as relações sexuais, no seio de uma tribo, eram livres entre todos os homens e mulheres, sem qualquer distinção. Impera, portanto, um regime de promiscuidade, a instituição família não existe ainda.

Na fase seguinte, primeira etapa da família, a sociedade exclui a possibilidade de relações entre pais e filhos. O matrimónio só é possível entre as pessoas de uma mesma geração, o que significa que se mantém a possibilidade de matrimónio entre irmãos e irmãs. A segunda etapa da família caracteriza-se pela exclusão desta possibilidade de matrimónio entre irmãos (isto é, filhos da mesma mãe e primos por linha materna).

Apesar destas limitações, cada homem era um marido potencial de um grande grupo de mulheres e reciprocamente. O casal monogâmico da nossa sociedade não existia ainda. Todas estas formas de matrimónio eram matrimónios por grupos, isto é, grupos inteiros de homens e mulheres podiam manter entre si, e livremente, relações de carácter sexual.

A consequência mais importante é que, com a vigência deste tipo de matrimónio por grupos, a filiação só podia ser estabelecida por linha materna, uma vez que as pessoas só podiam determinar com exatidão quem era a mãe. Problema que a ninguém preocupava visto que socialmente não havia ainda necessidade de estabelecer uma filiação paterna.

É claro que o sentimento de ciúme, que os contemporâneos tão bem conhecem não tinha qualquer sentido numa sociedade deste tipo.

Mercê desta situação a mulher ocupava na sociedade um lugar de relevo, de tal modo que estas sociedades são também designadas de «matriarcais».

Vemos, portanto, que neste período da história a inferioridade social da mulher não era conhecida, antes pelo contrário.

É com a desintegração do Regime Comunitário Primitivo e o aparecimento de sociedades fundadas em novos moldes, que se afirmar á a superioridade do homem, acompanhada pela criação de um novo tipo de família: a família monogâmica. Como se processou essa transição, quais as determinações históricas que a condicionam será o tema do artigo seguinte.

Nº 211 e 212, junho e julho, 1971

A CULPA TAMBÉM É NOSSA: CARTA ABERTA A UMA COOPERADORA (p. 6 – Colaboração dos Leitores)

Deolinda de Carvalho

Minha Amiga:

Observei o interesse com que visitou um supermercado recentemente aberto em Lisboa, onde não faltou, inicialmente – ao que dizem –, o dinheiro estrangeiro, o qual, sendo assim, teremos de pagar bem caro, como é costume. Ouvi as suas observações a respeito das grandes possibilidades que o novo supermercado oferece – tão grande, tão cheio e até, num caso ou noutro, preços mais baixos que em qualquer outro lado. Depois, a minha amiga não pôde deixar de comentar, com uma mistura de tristeza e desprezo, que, na sua cooperativa, não era assim – menos por onde escolher, muito mais pequena, não tem carrinhos, e, quanto a preços, são quase a mesma coisa e até, num ou noutro artigo, mais elevados.

Minha amiga: você deixou-se facilmente «levar», primeiro pela publicidade, depois pela grandeza e pela exposição bem feita dos artigos, que é afinal outro modo de publicidade. Sente-se contente por poder hoje escolher o que quer comprar, ou na cooperativa ou no supermercado, onde há muito por onde optar, ou nas lojas do seu bairro. Pois é: a concorrência é muito interessante para nós, as compradoras, mas há o reverso da medalha. Quem vence a concorrência é sempre o mais forte e, na venda de artigos de consumo, enquanto se pensar como você pensa,

não são as nossas cooperativas as mais fortes, nem tão pouco as lojas dos bairros. Quem ficará, depois, sozinho, a poder explorar-nos à sua vontade, é o supermercado, que é dos outros e não nosso. Você então perderá esta liberdade de escolha que a encanta – às vezes só por poupar alguns tostões –, terá só o supermercado capitalista e, naturalmente, com menos artigos por onde escolher – só com aqueles que derem mais interesse.

Quando lhe falei disso, você disse-me: Depois? Veremos como será.

Não minha amiga: é melhor começar a ver já. Nós também somos culpados das fraquezas das nossas cooperativas, comparando-as com os grandes supermercados. Deixámos que alguns dirigentes mantivessem as nossas cooperativas numa rotina empobrecedora, o que hoje, infelizmente, está mostrando muito maus resultados; nada temos feito para interferir na vida das cooperativas – puseram-nos de lado e nós aceitámos. Afinal, porque sempre achámos agradável – e continuamos a achar – que sejam os outros a tratar daquilo que nos diz respeito, que sejam só os outros a ter as maçadas. O pior é que a nossa recusa de dedicar algumas horas por ano a defender os nossos direitos, cria situações de que somos as primeiras vítimas.

Minha amiga: continue a ir ao supermercado capitalista se entende que lhe vale a pena, mas não deixe de se interessar pela sua cooperativa, de defender nela, e por meio dela, os seus interesses de dona-de-casa. Ser cooperadora a sério é, afinal, a melhor maneira, de nós, as consumidoras, nos defendermos a nós próprias.

Nº 221, abril, 1972

MARÇO – TEMPO DE MISSES (p. 5 – Assim vamos nós...)

Em todo o mundo, os homens e mulheres conscientes que se opõem à discriminação social económica e política, com base no sexo e defendem uma efetiva emancipação da mulher, comemoram em 8 de março o Dia Internacional da Mulher.

Esta data é pois, o símbolo de uma luta contra uma das mais flagrantes injustiças sociais – a situação da mulher. Reduzida ao papel de escrava doméstica ou, embora empregada, auferindo salários inferiores aos dos homens por igual trabalho, as mulheres, além de exploradas economicamente, são enquanto pessoas encaradas como um mero objeto sexual, a publicidade é a este respeito um exemplo frisante.

Em Portugal, o Dia Internacional da Mulher passou praticamente despercebido, em contrapartida os órgãos de informação encarregaram-se de mobilizar a atenção da opinião pública para um acontecimento de sentido absolutamente oposto – a eleição de Miss Portugal-72.

Estes concursos de beleza, para lá dos interesses económicos que servem (firmas que patrocinam o concurso) oferecem uma imagem degradante da mulher, reduzida a um símbolo erótico.

Segundo informação do jornal «A Capital» «À porta do Casino, antes do espetáculo, um grupo de raparigas exibiu cartazes com «slogans» defendendo a emancipação da mulher e «não aos concursos de beleza.»

Nº 222, maio, 1972

A PROMOÇÃO DA MULHER COMO COOPERADORA ATIVA (p. 3)

Sílvia de Carvalho

Na sua reunião de outubro de 1971, em Bucareste, o Comité Central da Aliança Cooperativa Internacional discutiu um relatório acerca das funções e da situação da mulher no movimento cooperativo.

Este relatório apareceu como resposta à resolução do 24. ° Congresso da A. C. L, segundo o qual, em virtude de que «a atividade das mulheres, em todos os domínios da cooperação, e particularmente no do consumo, é enorme, impõe-se a seu direito a desempenhar uma função sempre maior na gestão das cooperativas».

O MARIDO É O SÓCIO...

Para que em Portugal se colabore com esta resolução e com outras recomendações da A. C. I., é necessário que se revejam os estatutos das cooperativas, no que respeita à participação das mulheres dos sócios nas atividades associativas e até à possibilidade de serem eleitas para os Corpos Gerentes.

Na realidade, é quase sempre o marido que é o sócio, e o único considerado como tal. Só ele pode participar nas eleições na sua Cooperativa e ser eleito para qualquer cargo dos Corpos Gerentes. E as suas mulheres? Não têm voz ativa; limitam-se a fazer as suas compras na cooperativa do marido (isto falando de cooperativas de consumo).

Seria útil que nos estatutos das cooperativas se introduzissem novas cláusulas incitadoras da adesão das mulheres e também das jovens. Teria, até, muito interesse que essa procura de adesão atingisse as crianças, de forma a estimular-lhes o gosto pelas ideias e pelos métodos da cooperativa.

Quer dizer: há interesse em que as funções e responsabilidades do marido, como sócio inscrito, se estendam, igualmente, à mulher, e que os filhos menores encontrem na Cooperativa interesses próprios e modos de participação em atividades associativas.

As candidaturas femininas aos Corpos Gerentes das Cooperativas deveriam ser encorajadas de modo a atingirem maior amplitude e maior êxito. Mas uma vez que, presentemente, no nosso país as mulheres não têm praticamente possibilidade de serem eleitas para a gerência das cooperativas que elas animam com as suas compras, ao menos que se promovam condições especiais. É uma resolução que pode ser encarada, seriamente, embora sem carácter definitivo, apenas para corrigir as ativas objeções estatuárias.

As cooperativas deveriam ainda sentir a obrigação de promover a educação cooperativa entre as mulheres e até de lutar contra as atividades e comportamentos tradicionais que atuam em detrimento da sua promoção social e cooperativista.

Por seu turno, os órgãos de informação cooperativa devem interessar-se mais pela cooperação da mulher e até dar maior relevo à atividade feminina nas cooperativas, quando ela existe, ou estimulá-la quando não existe.

A CULPA É TAMBÉM DAS MULHERES

Queremos, no entanto, apontar um facto muito importante, no que respeita a este problema. Não são só as cooperativas e até a sua imprensa que têm responsabilidade no desinteresse a que a participação feminina foi votada. Temos de fazer justiça e citar também o grau de culpabilidade das mulheres, neste caso. Realmente, elas devem reconhecer que, muitas vezes, a desvantagem que sofrem é de sua própria culpa. Elas já, frequentemente, renunciam as sociedades cooperativas.

Reconhecer a falta de formação não basta: devem pedir, reclamar, insistentemente, para que se criem atividades educativas nas suas sociedades.

O auxílio dos maridos cooperadores é de encarar seriamente, no sentido de permitir vencer obstáculos de ordem prática, de modo a que a vida familiar, caseira, não impeça que as mulheres participem não apenas como compradoras.

Elas devem, no seu próprio interesse, fomentar a iniciação de novas formas de cooperação, que facilitem o cumprimento das suas obrigações familiares, para que lhes sobre tempo livre: criação de infantários ou de jardins infantis, de serviços de lavandaria, de decoração, etc.

Seria também útil que as cooperadoras defendessem, ativamente, as candidaturas de mulheres qualificadas a lugares de responsabilidade, dentro das cooperativas.

Concluindo, os cooperadores devem lutar para conseguir a participação das mulheres nas cooperativas a que pertencem ou utilizar, mais amplamente, as possibilidades que a imprensa cooperativa encerra e oferece no mesmo sentido.

Nº 223 e 224, junho e julho, 1972

ALEMANHA OCIDENTAL: A MULHER TAMBÉM JOGA FUTEBOL (p. 5)
(Adaptado do Boletim do D. I. S. da República Federal da Alemanha)

Trinta e um por cento dos clubes e organizações, filiadas na Federação Alemã dos Desportos, não aceitavam, em 1970, mulheres, nem admitiam grupos mistos. O desporto, tal como a política, são encaradas ainda hoje como símbolos de masculinidade. Enquanto isso, a imagem da mulher circunscreve-se à elegância e ao «charme» feminino.

A tudo isto, nem sequer será estranho, que em 1842 fosse introduzida nas escolas a ginástica para rapazes, enquanto só em 1905 fosse oficialmente possível às meninas alemãs fazerem a mesma ginástica nas mesmas escolas.

O DIREITO AO FUTEBOL

Após 15 anos de luta as mulheres alemãs conquistaram o direito a jogarem futebol. Em verdade, no Outono de 1910, foi permitida oficialmente a prática de futebol por jogadores do sexo feminino. Hoje, a Federação Alemã de futebol tem inscritas 1010 equipas femininas, com 73 338 praticantes, sem os estados do Schleswig – Holstein e do Hessen.

Todavia, ainda assim estão muitas mulheres fora das lides desportivas, principalmente as que têm mais de 30 anos. Por outro lado, o desporto escolar não é suficiente para conquistar a mulher para o desporto durante toda a vida. É assim que, em 1971, 19,4 % da população masculina de mais de 21 anos de idade, na República Federal da Alemanha, era sócia dum clube, enquanto a respetiva percentagem de mulheres era apenas de 4,6 %.

DIRIGENTES FEMININAS

Em face do número crescente de mulheres no sector desportivo, começa a observar-se o seu acesso a cargos diretivos. Essa ascensão é, no entanto, ainda pouco significativa. De 13 associações desportivas estaduais, apenas 8 têm uma mulher na respetiva direção, e de 42 associações especializadas apenas 16 têm uma mulher nos seus quadros dirigentes.

A desproporção existente entre o número de mulheres praticantes e o número de dirigentes desportivos femininos é bem nítido, pelo que a Federação Alemã dos Desportos vai procurar atenuar tal discrepância.

Até lá, o desporto feminino continua a sua marcha irreversível. Em 1971, as mulheres alemãs conquistavam nos campeonatos europeus de atletismo 11 de um total de 17 medalhas. As ginastas venceram o Japão, e as jogadoras alemãs de hóquei tornaram-se vice-campeãs mundiais.

OXFORD, COM RAPARIGAS (p. 5 – Em dois parágrafos)

A Inglaterra da greve dos mineiros, e, mais recentemente, da greve dos ferroviários, tem Oxford e Cambridge.

Oxford é célebre. Cambridge não o é menos. Pois, s ó a partir de 1974 aquela cidade universitária receberá raparigas em cinco dos seus colégios. Cambridge já há dois anos havia aberto as portas de dois colégios universitários aos estudantes do sexo feminino.

Oxford e Cambridge continuam assim a sua vocação de celebridade... ainda que há custa da discriminação sexual.

OS COPOS (p. 5 – Em dois parágrafos)

A cena passa-se num apartamento burguês. Nele está deitada, serena, uma mulher de cinquenta anos. O marido lê um jornal, sentado num a poltrona. É noite. Sem tirar os olhos do periódico, o homem diz: «Tenho sede». Há um quarto de século que estão unidos e a mulher sempre obedeceu a este sinal. De repente, tudo se desmorona. Sempre serena, mas resoluta, a mulher murmura: «E se, por uma vez, tu fosses tratar disso?» O homem tira os olhos do jornal, surpreendido, mas gentil, declara: «Com certeza, da melhor vontade… Mas onde estão os copos?» «Diário Popular», 23 de maio de 1972.

1975 – ANO DA MULHER (p. 5 – Em dois parágrafos)

A maior participação do sexo feminino na Comissão da Condição da Mulher (organismo da O.N.U.). e fazer de 1975 o ANO DA MULHER, foram decisões ultimamente tomadas no seio daquele organismo internacional, que reuniu em Genebra.
– A nossa ideia – declarou Margarett e Bruce, membro da comissão norte-americana– é a de acabar com as diferenças entre homem e mulher como membros da sociedade humana: direitos iguais, oportunidades equivalentes, da mesma forma que remuneração equitativa e poder de decisão comparável devem reinar na sociedade em que vivemos.
Na mesma reunião foi criticada severamente a «vergonhosa» utilização da mulher na publicidade.

Nº 225, agosto, 1972
O QUE QUEREM AS MULHERES? – SALÁRIO IGUAL PARA TRABALHO IGUAL (pp. 5 e 9)
Jan Vitek

Apesar dos progressos consideráveis que se registaram em numerosos países, há ainda muito a fazer para que as mulheres beneficiem da igualdade de salário para um trabalho de valor igual, revela a Organização Internacional do Trabalho (O. I. T.), no seu relatório sobre a aplicação da convenção n.º 100 formulando o princípio da igualdade de remuneração para um trabalho de valor igual. O referido estudo foi preparado para a última sessão da Comissão da condição da mulher da O. N. U., que reuniu recentemente em Genève.
O MERCADO COMUM E AS MULHERES
As mulheres britânicas conquistaram uma importante vitória com a adoção da lei de 1970 sobre

a igualdade de remuneração e a ratificação, no ano transato, da convenção n.º 100 da O.I.T.. A entidade empresarial deve fazer desaparecer, até fins de 1975, toda a discriminação respeitante às mulheres no que se refira às condições de emprego.

Nos Estados Unidos, a lei federal relativa à igualdade de remuneração teve incidências sensíveis sobre a discriminação salarial baseada no sexo; mais de 40 Estados e o «Distrito de Columbia» têm leis relativas à igualdade de remuneração e às práticas equitativas em matéria de emprego que proíbem a discriminação nos salários.

O Canadá foi mais longe; a legislação desenvolveu-se notavelmente e proíbe toda a discriminação baseada no sexo, inclusive em matéria de salários.

Nos países do Mercado Comum registaram-se progressos contínuos na aplicação do princípio da igualdade de remuneração que o Tratado de Roma obriga a respeitar. O mesmo se verificou nos países escandinavos.

A U.R.S.S. e os países socialistas da Europa do Leste consideram a sua situação plenamente satisfatória. Numerosos países declararam ainda que as suas leis e usos estão geralmente em conformidade com a convenção da O.I.T. sobre a igualdade de remunerações que eles ratificaram.

AS MULHERES AINDA SUB-PAGAS

Todavia, é necessário muito mais que uma lei ou a ratificação de uma convenção para assegurar a plena aplicação do princípio da igualdade de remunerações.

A Suíça é um dos países que reconhece que as mulheres são mal pagas em certos trabalhos. Nalguns casos, elas recebem 20 a 28 % menos que os seus colegas masculinos.

Em França assiste-se a uma diminuição dessa diferença: 10,2% em julho de 1966, e 7,2 % em abril de 1970.

Nos Estados Unidos, essa diferença entre o salário médio dos homens e das mulheres está em vias de se atenuar em virtude da lei sobre igualdade salarial, mas «o princípio está longe» de ser totalmente aplicado, segundo reconhece o relatório a que nos vimos referindo.

Na Noruega, a discriminação atenuou-se progressivamente, embora com lentidão. Na indústria, dum modo geral, o salário horário médio das mulheres correspondia, em 1969, a três quartos do dos homens. As diferenças são menos nítidas nas profissões liberais, no sector dos negócios e no comércio.

Na República Federal da Alemanha em certos sectores de produção, e particularmente na indústria de curtumes, as convenções coletivas preveem categorias salariais diferentes para os homens e para as mulheres, sendo estas muitas vezes classificadas entre os «pequenos salários», e ganhando menos que os homens.

TRABALHO E FAMÍLIA

Os obstáculos principais que se levantam à aplicação da igualdade salarial residem na dificuldade

de encontrar meios objetivos e seguros de medir e comparar o conteúdo do trabalho, para se determinar em que consiste um «trabalho de valor igual», e sobretudo na repugnância dos patrões em aplicarem o princípio da igualdade de remuneração. Há também fatores do mercado do emprego que podem encorajar a discriminação em prejuízo das mulheres, assim como, em numerosos meios se observam atitudes que visam depreciar o trabalho feminino e aceitar a injustiça da desigualdade salarial para um trabalho igual.

A isto acrescentem-se os conceitos tradicionais e ultrapassados sobre «trabalho feminino» e «trabalho masculino», que conduzem a discriminações precoces na educação, orientação e formação das jovens raparigas.

Estes conceitos têm por consequência, em diversos países, destinarem as mulheres a um número restrito de ocupações mal pagas, e pouco consideradas, em lugar de as encorajar a abordarem um domínio mais vasto de trabalhos, a todos os níveis de competência e responsabilidade.

De resto, a sociedade ainda não respondeu com a prontidão exigível à necessidade de mudanças nas estruturas relativas à participação das mulheres em atividades económicas. Repare-se que na maior parte dos países está por criar a infraestrutura indispensável para permitir à mulher harmonizar o seu trabalho fora do lar com as pesadas responsabilidades familiares, que ainda lhe incumbem.

PROPOSTAS DA O. I. T.

Como influenciar a evolução do problema no sentido da igualdade salarial? O relatório enumera algumas formas de ação: – revogação das leis contendo disposições discriminatórias em matéria de salários; eliminação das convenções coletivas que estabelecem uma discriminação contra as mulheres e inserção, nesses textos, de disposições tuteladoras da igualdade salarial; adoção do princípio da igualdade de remuneração em todas as decisões tomadas pelos órgãos competentes para a fixação de salários mínimos; inexistência de taxas separadas para as mulheres.

SETENTA E QUATRO ESTADOS

A Comissão da condição da mulher das Nações Unidas, depois de ter examinado o relatório da O.I.T., exprimiu a esperança de que os Estados, que ainda não ratificaram a Convenção n.º 100, o farão sem tardar, e pediu à O.I.T. «para prosseguir os seus esforços no sentido de que o princípio da igualdade de remuneração entre a mão-de-obra masculina e a mão-de-obra feminina para um trabalho de valor igual, seja aplicado a todos os trabalhadores.»

Após a entrada em vigor da Convenção n.º 100, em 1953, ela foi ratificada por 74 Estados. O primeiro país a fazê-lo foi a. Jugoslávia, e o último a Inglaterra (em 1971).

(Extratos do artigo de Jan Vitek, publicado pela O.I.T)

TRÊS ANOS DE FÉRIAS PAGAS A MÃES-TRABALHADORAS (p. 5)

Dos 920 mil trabalhadores contratados na Hungria, entre 1949 e 1967, 75 % eram mulheres, que agora representam 40 % da população ativa, segundo informa a «Coopération» da Suiça, em artigo subscrito por Simone Mauert.

Em Budapeste, 90 % das mulheres disponíveis têm o seu emprego, enquanto à escala nacional tal percentagem é de 75 %.

«O Estado húngaro, consciente da pesada acumulação de funções imposta às mães que trabalham na produção, proporciona-lhes não só instituições para a infância, um horário adaptado às suas duplas tarefas, uma segurança social generosa, mas ainda, desde 1967, três anos de férias pagas após cada nascimento», assinala a autora no seu artigo.

Tanto as camponesas como as citadinas têm direito a essas férias, sempre que tenham completado um ano de serviço. Após esses três anos elas podem regressar aos empregos. Acrescente-se que esses três anos de férias pagas devido ao nascimento de filhos, contam para efeitos de reforma como tempo de serviço efetivo. Aos sindicatos cabe o papel de estabelecer, durante esse período, a ligação entre o lar, onde a mulher se estabeleceu, e o seu local de trabalho. Este facto permite uma rápida reciclagem profissional e uma formação quase permanente.

COOPERATIVA DE RAMALDE (pp. 9 e 10)

A Cooperativa mobiliza o trabalho de onze funcionários. Destes, os homens têm ordenados entre 2200$00 e 4500$00, e as mulheres entre 1950$00 e 2300$00.

AS MULHERES REDUZIDAS ÀS COMPRAS

Já deixamos atrás ilustradas as diversas secções que compõem a Cooperativa. Falta uma referência à sua Secção Cultural.

Com um grupo de teatro amador, que recentemente representou por diversas agremiações populares a peça de Alves Redol, «A Forja», e com a publicação periódica de um boletim informativo interno a Comissão Cultural tem procurado captar a atenção dos sócios. A par de tudo isto, encontra-se em reorganização a Biblioteca – que regista um movimento muito tímido – e não foi esquecida a realização de sessões de convívio.

No edifício-sede os sócios dispõem de um café (com TV), de um bilhar, de um salão de teatro. Em estudo a possibilidade de se vir a praticar desporto em terrenos pertencentes à Cooperativa.

Este esforço recreativo e cultural bastante significativo, faz-nos entender as palavras de Vasco Paiva, elemento da Comissão Cultural:

– Achamos do máximo interesse para o desenvolvimento do Cooperativismo em Portugal, a dinamização das atividades culturais com vista à captação de mais cooperadores e seu esclarecimento. Sem isso não demorará muito que as pessoas não distingam uma Cooperativa ou um Supermercado Cooperativo de um Pão de Açúcar ou outro do género. Por isso achámos também da maior utilidade haver um intercâmbio cultural entre as Cooperativas com a realização de iniciativas comuns culturais e de convívio. Ultimamente foi também criada uma Comissão feminina, composta no início por seis elementos, que tinha por missão mobilizar as mulheres para uma participação efetiva (ativa) na vida da Cooperativa. É que, conforme nos confessa Walter Guimarães: – As mulheres só vêm cá fazer compras. As mulheres fazem falta ao movimento. Elas participam pouco, ou nada. Mas as Assembleias Gerais também não são muito frequentadas. A não ser que se preveja alguma «bronca».

JANE FONDA (p. 11)

Jane Fonda é uma atriz norte-americana. Nos Estados Unidos oferecem anualmente prémios a quem trabalha no cinema. Jane recebeu recentemente aquilo a que se chama «Óscar». É certo que isso não sucedeu pelas suas atividades no Movimento de Libertação da Mulher. Também tal facto se não deve ao seu apoio manifesto à causa dos negros estadunidenses. O «Óscar» é um «Óscar», e não se pode exigir que a sua atribuição a Jane Fonda signifique simpatia pelas atividades desta atriz em prol da paz no Vietname.

O que faz correr esta Jane? Quem viu «Klute», e, sobretudo, «Os Cavalos também se abatem», pode ter uma ideia do cinema em que a atriz participa. O cinema que faz correr Jane.

Nº 227 e 228, outubro e novembro, 1972

PONTO QUATRO DA "DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS PARTICIPANTES APROVADA POR UNANIMIDADE" ***IN*** **COLÓQUIOS LUSO-HISPÂNICOS SOBRE COOPERATIVISMO DE CONSUMO** (p. 15)

4.º Reconhecemos que a participação da mulher na gestão das nossas cooperativas e em outros órgãos do movimento é praticamente nula; por isso recomendamos se preste especial atenção à participação feminina em todos os sectores.

Nº 231, fevereiro, 1973

VIANA DO CASTELO – DUAS MULHERES NA DIREÇÃO (p. 2 – De Norte a Sul)

Para 1973 foram eleitos dirigentes da Cooperativa de Consumo União e Boavontade, de Viana do Castelo, os seguintes cooperativistas:

ASSEMBLEIA GERAL – Presidente: Dr. António Feio Ribeiro da Silva; vice-presidente: Artur Pedro da Silva Domingues; 1.º secretário: João da Cruz Gaspar; 2.º secretário: António Alexandre da Silva Marta.

CONSELHO FISCAL – Presidente: José Martins Vieira; relator: Alcino de Passos Roque; secretário: Fernando Sequeira Neves.

DIRECÇÃO – Dr. Francisco José de Sá Lopes; vice-presidente: António Fernandes Garcês; tesoureiro: Luciano Moreira Caçador; secretário administrativo: António Baptista Alves Amorim; secretário-geral: Júlio Maria Magalhães Cabanelas; secretário comercial, Reinaldo da Cunha Machado; 1.º vogal: José de Sousa e Castro; 2. ° vogal: D. Maria de La Sallete Pereira Dias; 3.º vogal: D. Maria de Lourdes Faria de Barros Dias.

De salientar o facto de duas mulheres fazerem parte da direção.

Nº 233, abril a agosto, 1973

UNIÃO COOPERATIVA INTERNACIONAL – RELATO DA CONFERÊNCIA DAS COOPERADORAS REALIZADA EM VARSÓVIA A 30 DE SETEMBRO E 1 DE OUTUBRO DE 1972 (p. 9)

A Conferência das cooperadoras da A.C.I. foi realizada em Varsóvia, no Palácio da Ciência e Cultura, sábado 30 de setembro e 1 de outubro de 1972, um domingo, imediatamente antes da abertura do 25. ° Congresso da A.C.I. Assistiam a esta conferência uma centena de delegados e convidados que pertenciam no conjunto a vinte países.

RECOMENDAÇÕES

Por concordância geral das opiniões, a Conferência faz suas as quatro propostas enunciadas pela Sr.ª Lokkaj e as sugestões a curto e a longo termo da Sr.ª Dodds. Todas estas recomendações são complementares umas das outras e podem, pois, fundirem-se no condensado do texto seguinte:

1.° Os cooperadores responsáveis deveriam exercer a sua influência reformadora onde certas atitudes aniquilam ou restringem as possibilidades abertas às mulheres para ocuparem lugares de responsabilidade. As cooperadoras deveriam organizarem-se solidariamente para obter a igualdade de oportunidades entre sexos.

2.° É preciso chamar a atenção da sociedade sobre as lacunas na educação das crianças.

Era necessário ensinar às raparigas os ofícios considerados até hoje unicamente masculinos e inculcar nos rapazes uma conceção nova do trabalho das mulheres e da sua função de apoio como futuros maridos.

3.° É preciso organizar buscas e pesquisas sobre o progresso da mulher no trabalho e nos mandatos eleitos, e em particular cercar as razões da estagnação do número de candidatas aos lugares dirigentes do Movimento cooperativo. Seria útil que as organizações efetuassem troca de experiências ao nível nacional e internacional.

4.° É necessário encorajar sistematicamente as mulheres no sentido destas melhorarem as suas qualificações profissionais para que possam progredir nas suas carreiras e, em particular suscitar por consentimentos mútuos encontros e diálogos consultivos e instrutivos entre as postulantes merecedoras e as cooperadoras ocupando já funções dirigentes.

5.° É preciso instaurar programas de aperfeiçoamento e de promoção onde não seria feita qualquer discriminação entre sexos e propagá-los numa amplitude suficiente. No que diz respeito às ações de curto prazo era preciso popularizar os exemplos de cooperadoras ocupando lugares de altas funções.

6.° Ê necessário criar cursos de gestão concebidos de maneira a abranger, dado o caso, as obrigações caseiras e familiares.

7.° É preciso, em colaboração com os governos, contribuir a criar as condições próprias para permitir em número crescente às mulheres de assumirem funções dirigentes, tais como aperfeiçoando a prestação de cuidados e guarda às crianças – infantários – jardins-escolas, pré--escolares, etc., e aumentando os serviços de ajuda às mães de família.

COMENTÁRIOS DA SECRETARIA

O aspeto mais saliente da apresentação e discussão do tema de reflexão é que todas as comunicações e intervenções provinham de cooperadoras que já se distinguiram no seu Movimento pelo lugar que ocupam, a maioria dentro de funções de alta responsabilidade. São elas, afinal, mulheres que souberam agarrar as ocasiões que tiveram a sorte de se lhes apresentar e que com o aproveitamento total das suas aptidões foi, como elas já o demonstraram, utilizado eficientemente ao serviço das cooperativas.

Todavia, elas não nos esconderam as dificuldades que encontraram, nem o facto que no Movimento cooperativo numerosas são as mulheres que são colocadas na impossibilidade de ascenderem a lugares de alto escalão por falta de formação, por obrigações domésticas que não deveriam ser necessariamente um entrave, mais ainda pelos preconceitos ou uma certa indiferença vinda dos seus costumes.

Em geral, a Conferência serviu de suporte a um grande número de conclusões do inquérito da A.C.I. sobre «A função e a situação das mulheres no Movimento cooperativo», isto é,

ela permitiu pôr em evidência que, se lhes derem a formação e as oportunidades necessárias, as mulheres são capazes de ocupar com competência lugares de muita responsabilidade nas cooperativas, como elas aliás já o provaram, particularmente nos países desenvolvidos.

Como o atestavam as comunicações apresentadas, o facto de se ter confiado tais encargos a mulheres não trouxe qualquer prejuízo ao seu desempenho. Diga-se mesmo, se se tiver em conta a dedicação e o interesse de que têm dado provas estas cooperadoras para abordar os problemas humanos que surgem na gestão e nas tomadas de decisão, constatamos que elas ainda trazem uma qualidade suplementar na execução das suas responsabilidades.

As opiniões foram unânimes em reconhecer que nem os meios de formação nem as oportunidades são moeda corrente nos movimentos cooperativos e que essas lacunas são a causa da falta incontestável de elementos femininos nos escalões superiores e intermediários da gestão.

Admitindo da melhor vontade que esta situação é o reflexo da sociedade no seu todo, as participantes à Conferência exprimiram o seu desejo de demonstrar ao Movimento cooperativo que elas seriam capazes de apontar a via que conduz à eliminação dos principais obstáculos.

Nº 239, junho e julho, 1974

A «GUILDAS» FEMININAS – EXCERTO DE **UNIÃO SUÍÇA DAS COOPERATIVAS DE CONSUMO – AS ATIVIDADES CULTURAIS** (p. 23)

Prof. J. Dias Agudo

Diremos por fim que a União se empenhou na função de uma «guilda» feminina de cooperadoras, sabendo quão importante é o papel que pode a mulher desempenhar numa cooperativa. Este assunto foi j á ventilado em 1909 numa reunião da direção da União, mas só em 1913 se constituiu na Cooperativa de Zurique o primeiro grupo de cooperadoras. Outras cooperadoras lhe seguiram o exemplo e em 1917 foi possível reunir, em conferência, 14 delegadas de seis cooperativas de consumo. O movimento alastrou por todo o país e em 18 de junho de 1922, na cidade de Zurique, constituiu-se a Guilda das Cooperadoras Suíças, que em 1965 contava já quinze milhares de aderentes. É uma muito simpática instituição feminina que presta ao movimento cooperativo assinalados serviços em atividades relacionadas com a vida do lar e da educação das crianças, atividade a que só a mulher, com os seus dotes especiais de finura, gosto e graça, pode ascender e atuar com pleno êxito. É justo prestar aqui esta homenagem, dupla homenagem: uma à União que cedo soube ver os benefícios de tal ação, e outra às cooperadoras que ao lado do homem pugnam por uma humanidade melhor e, certamente, mais feliz.

REPÚBLICA - 7/6/74

OS ANOS 50 17

Produção – distribuição – consumo 18

O ensino cooperativo na américa latina 19

Cooperação, centros de interesse, equipes de trabalho 19

[Sem título] 21

Liberdade – cooperação 21

As mulheres e a actividade cooperativa 22

As mulheres e a actividade cooperativa 23

As mulheres e a actividade cooperativa 24

Plano de trabalho imediato 25

As mulheres e a actividade cooperativa 29

Dissertação cooperativista por lúcia nobre 30

A reunião magna deliberou: comissões femininas e juvenis 30

As comissões femininas dentro das cooperativas 31

As mulheres e a atividade cooperativa: comissões locais 32

Uma cooperativa com mais de 80 anos 34

A Cooperativa Amorense festejou a sua filiação na UNICOOPE 35

As cooperativas no mundo: experiência dinamarquesa 36

Unidade 37

Palavras endereçadas às professoras primárias do estado 38

Aliança operária 39

Congresso das cooperadoras austríacas 40

[Sem título] 41

Bravo, amigos! 42

A mulher e o cooperativismo 42

As mulheres estão nas direções das cooperativas holandesas 43

Página das cooperadoras 44

Um apelo às jovens da Sacavenense 44

Mulheres cooperadoras 45

O ideal cooperativo tem necessidade de nós 48

Horizonte 49

O prof. António Sérgio proclama a importantíssima atuação das comissões femininas e culturais 49
Reorganização da comissão feminina da "18 de março" 51
Mensagem de Miss Polley, Secretária-Geral da Aliança Cooperativa Internacional às cooperadoras belgas 51
Que a prática seja conforme com a teoria 52
[Sem título] 53
Horizonte 53
As mulheres e a vida cooperativa 53
Antologia poética 54
A Tia Alice e a comissão de senhoras da sua cooperativa 55
Exposição de gravura portuguesa contemporânea 57
Perfil de uma mulher – Irene Lisboa 58
A presença das mulheres nos movimentos cooperativos estrangeiros 59
De «Outono havias de, vir 60
A presença das mulheres na vida das cooperativas 60
[Sem título] 60
Participação feminina no Ateneu 61
A presença das mulheres na vida das cooperativas 61
A comissão cultural da Cooperativa Operário Barreirense afirma a sua vitalidade 62
As cooperativas no mundo: uma grande vitória feminina 63
Arejemos as nossas bibliotecas e organizemos "clubes de estudo" 64
Bilhete de Joaninha 65
As mulheres na cooperação internacional 67
As mulheres estão presentes 70
Treinando mulheres para dirigentes 72
As mulheres e o cooperativismo 74
[Sem título] 75
As mulheres estão presentes «Linha do Estoril» 76
Caixa Económica Operária 76
As cooperadoras querem aprender 77
As mulheres estão presentes «Linha do Estoril» 78

Um direito feminino: a trabalho igual, salário igual 79
[Sem título] 80

OS ANOS 60 81

A cooperadora é uma consumidora, uma cliente, uma associada 83
As qualidades de uma presidente de comissão feminina 83
Cooperativas fundadas por mulheres e para as mulheres 84
Cooperativas fundadas por mulheres e para as mulheres 85
Luísa Sérgio 85
Conversando 86
Ouvindo uma cooperadora 88
Organização de comissões femininas 89
Têm a palavra as cooperadoras 90
As cooperadoras no mundo: um encontro em Roma 92
Tem a palavra as cooperadoras 92
Deveres do movimento cooperativo para com as mulheres 94
Presentinho do Natal 95
As cooperadoras de 25 países uniram-se em Lausana 96
Centros femininos em Marrocos 96
Maria Odete M. Veríssimo, da Pragalense, afirma a necessidade de uma mais larga comparticipação da mulher 98
A ação da mulher no cooperativismo 99
Acerca do ideal cooperativista 101
Têm a palavra as cooperadoras 105
Têm a palavra as cooperadoras 108
Cançãozinha da escola 111
O dever do movimento cooperativo para com as mulheres 112
Vasto e profundo trabalho de educação cooperativa 113
A vida e o sonho 114
A minha filha 117
Uma admirável obra das cooperativas japonesas 119
O que penso e vejo acerca do cooperativismo 120

Cooperativas escolares ... 120
Exposição das donas de casa ... 121
As filhas dos membros das guildas femininas ... 122
A cooperativa escolar e a família ... 122
Douro-gente ... 124
A Ver-o-Mar ... 127
Figuras de mulheres: Ana de Castro Osório, 1872-1935 ... 131
A cooperativa da Amora em festa ... 133
As cooperadoras das guildas belgas celebram uma importante reunião ... 135
Página de poesia, selecção de Luísa Dacosta ... 137
Clamor ... 137
Ribeira velha ... 138
Um exemplo de como se pode fazer surgir uma cooperativa artesanal ... 140
A mulher nativa ... 142
Porta estreita ... 143
O futuro está nas nossas mãos ... 146
Um passo em frente ... 148
História abreviada dum poeta e da sua musa, a senhora Primavera ... 149
A mulher e o cooperativismo ... 150
Mestre Aquilino Ribeiro entre os trabalhadores da EFACEC ... 152
Cooperativas de mulheres aconselham as donas de casa ... 155
A importância da mulher no movimento cooperativo ... 157
Cooperativas de consumo da República Federal Alemã ... 158
No 5ª aniversário da Cooperativa Banheirense ... 160
Cooperativas femininas na Alemanha ... 160
Formação da personalidade da criança ... 162
O congresso da a. C. I. Reuniu pela 22.ª vez ... 164
Um teatro cooperativo ... 165
Domingo, 16 de Fever. (às 15 horas): Festa do associado e da cooperadora ... 167
A mulher e o cooperativismo ... 167
No 46.° Aniversário da Pragalense ... 168
Poema ... 171

A mulher e a cooperação 172
A importância do mulher no movimento cooperativo 173
É imperativa a atualização da legislação cooperativista brasileira 174
As cooperadoras portuguesas conhecem bem as suas cooperativas 176
Publicidade cooperativa 177
O que fazem as mulheres cooperadoras no Japão 183
Apresentação 184
Algumas perguntas... Com resposta! 184
Conselho do mês – como cozer o arroz 184
O ananás 185
O que os números disseram 185
As vendas com brindes: uma habilidade prejudicial ao consumidor! 187
Conselho do mês: como conservar sumo e polpa de tomate congelado 188
Como compor uma ementa diária? 188
Como arrumar os alimentos no frigorifico? 189
Como arrumar os brinquedos 191
Pequena conversa com as cooperadoras: a criança e a hereditariedade 192
Pequena conversa com as cooperadoras – 2. A criança e o ambiente 193
Como proteger as mãos na cozinha 196
Os truques do tricô 196
Equilíbrio alimentar 197
O equilíbrio alimentar 198
Educação mista 200
Temas da educação 202
A natureza da mulher 203
Tema em debate: a educação mista 204
O trabalho da mulher é valioso: opinião de um banco canadiano 205
A mulher e o desporto 205
A mulher e o trabalho 208
Profissões de mulher 209
A mulher e os direitos políticos em Itália 210
Varredora municipal: profissão recentemente aberta à mão-de-obra feminina 210

A mulher também é uma pessoa ... 212
Porquê uma página das cooperadoras? ... 212
Hei-de lá chegar ... 214
A mulher e o trabalho diálogo com o público na «Capital» ... 216
O clube das donas de casas de Barcelona denunciam um «crime social» ... 216
Dignificar o papel de mãe! - 1. A assistência médica no parto ... 217
As engenheiras no mundo ... 219
Dignificar o papel de mãe! – 2. A mãe solteira ... 219
As mulheres também votam? ... 221
O voto às mulheres para quê? Como? ... 222
Falemos da... União das Mulheres Francesas ... 223
Perigo para as donas de casa ... 225
O valor comercial da mulher ... 225
A mulher num mundo em evolução ... 226
Primeira conferência mundial de mulheres jornalistas ... 228
A mulher e o trabalho ... 228
A propósito do 25.º Congresso do Movimento Cooperativo Feminino ... 230
Emancipação da mulher: será trabalhar a dobrar? ... 232
O que uma dona de casa deseja encontrar numa cooperativa ... 234
Carta aberta de uma mulher ao diretor de uma cooperativa de consumo ... 236
A ação das mulheres dos pescadores japoneses ... 238
A mulher na vida política ... 238

Os anos 70 ... 241

Mulheres nas cooperativas... mas como? ... 243
Retrato duma mentalidade atual ... 244
A posição da mulher no mundo de hoje ... 245
Mulheres nas cooperativas? Sim! Como? Muito facilmente ... 246
O novo Adão e a nova Eva ... 247
O trabalho feminino ... 249
Colaboração dos leitores – as mulheres no movimento cooperativo ... 250
Um «crime nefando» ... 251

Porquê a inferioridade social da mulher? ... 252
A culpa também é nossa: carta aberta a uma cooperadora ... 254
Março – tempo de misses ... 255
A promoção da mulher como cooperadora ativa ... 256
Alemanha Ocidental: a mulher também joga futebol ... 257
Oxford, com raparigas ... 258
Os copos ... 259
1975 – Ano da mulher ... 259
O que querem as mulheres? – Salário igual para trabalho igual ... 259
Três anos de férias pagas a mães-trabalhadoras ... 262
Cooperativa de Ramalde ... 262
Jane Fonda ... 263
Ponto quatro da "Declaração conjunta dos participantes aprovada por unanimidade" in Colóquios luso-hispânicos sobre cooperativismo ... 263
Viana do Castelo – duas mulheres na direção ... 264
União Cooperativa Internacional – Relato da conferência das cooperadoras realizada em Varsóvia a 30 de setembro e 1 de outubro de 1972 ... 264
A «guildas» femininas – excerto de União Suíça das Cooperativas de Consumo ... 266

AS MULHERES
NO BOLETIM COOPERATIVISTA

2025
International Year of Cooperatives
Cooperatives Build a Better World

CASES
Cooperativa Antônio Sérgio para a Economia Social